SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM
Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 08 de Maio de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVI | Nº 3974

Expediente 2023
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2023

Conselho Diretor

Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES

Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA

Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA

1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA

Conselho Fiscal

Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO

Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ

Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Suplente: RAISSA DA SILVA PAES

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA EXECUTIVA DO CIMCERO
ATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

ATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de kits de materiais didáticos e de higiene bucal

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CIMCERO – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto do CIMCERO e pela Lei Federal nº 14.133/2021, e
CONSIDERANDO

• O Despacho Integrado nº 17/2025, exarado em 06 de maio de 2025, que tem o encaminhamento dos autos à autoridade competente para deliberação acerca da revogação do certame licitatório;
• O Parecer Jurídico nº 013/2025/PGC, de 20 de março de 2025, que apontou irregularidades no procedimento licitatório, recomendando a não homologação do certame;
• O Despacho nº 327/2025/PGC, de 28 de março de 2025, que evidenciou falhas formais e materiais no Pregão Eletrônico nº 018/2024;
• O art. 66 da Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração a revogação do procedimento licitatório por motivos de conveniência e oportunidade devidamente justificados.

RESOLVE
Art. 1º Revogar, por conveniência da Administração e nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregão Eletrônico nº 018/2024 – Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de kits de materiais didáticos, pedagógicos e de higiene bucal, destinados às Secretarias Municipais de Saúde das prefeituras consorciadas ao CIMCERO/RO.
Art. 2º Esta revogação fundamenta-se na necessidade de garantir a lisura, a competitividade e a observância dos princípios da legalidade, da eficiência e da moralidade administrativa, em razão das irregularidades detectadas no certame.
Art. 3º Determine-se a publicação do presente Ato de Revogação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM) e no Portal da Transparência do CIMCERO, bem como a comunicação formal a todos os licitantes, assegurando-lhes o direito de manifestação, nos termos da legislação vigente.
Art. 4º Sem prejuízo da revogação ora declarada, fica assegurada a adoção de novo procedimento licitatório, quando julgado conveniente, mediante correção dos vícios apontados.
Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 07/05/2025.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Secretária Executiva do CIMCERO

Publicado por:
Hudson Barbosa de Oliveira
Código Identificador:A54A186F

ESTADO DE RONDÔNIA
CONSORCIO INTERMINICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDONIA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 042/2025/CISAN CENTRAL/RO, DE 6 DE MAIO DE 2025 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA FUNÇÃO DE FISCAIS DE CONTRATOS NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO Nº 08/2024 PELO CISAN CENTRAL/RO.

PORTARIA Nº 042/2025/CISAN CENTRAL/RO, DE 6 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação de servidores para função de Fiscais de Contratos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 08/2024 pelo CISAN Central/RO.

O Presidente do CISAN Central/RO, Sr. Gilliard dos Santos Gomes, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Estatuto do CISAN Central/RO.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada a Servidora LIDIANE EVANGELISTA DO NASCIMENTO (matrícula nº 184-1), que vai exercer a função de Fiscal de Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecida nos Contratos:
Contrato de n° 032/2025 - CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA
Contrato de n° 033/2025 - SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA
Contrato de n° 034/2025 - CB ELETRO E INFORMATICA LTDA
Contrato de n° 035/2025 - METTA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA
Contato de n° 036/2025 - XM CONSTRUCOES LTDA
Contrato de n° 037/2025 - PIRES & SANTOS COMERCIO LTDA

Artigo 2º - São atribuições dos Fiscais de Contrato os termos em consonância com o Decreto nº 08/2024 CISAN Central/RO e o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 3º - A Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, 6 de maio de 2025.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Presidente do CISAN Central/ RO

Publicado por:
Vitória Helen de Melo
Código Identificador:4D8F9E75

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 029/2025/CISAN CENTRAL/RO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 029/2025/CISAN CENTRAL/RO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CACAULÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.058/0001-92.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA (CISAN Central/RO), inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32.

DO OBJETO: Programa CISAN Tech de apoio ao desenvolvimento tecnológico dos municípios consorciados ao CISAN Central/RO.

DO VALOR TOTAL: R$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/2025

BASE LEGAL: Resolução Nº 079/2024/CISAN Central/RO.

Ariquemes/RO,7 de maio de 2025.

GILLIARD SANTOS GOMES
Presidente do CISAN Central/RO

Publicado por:
Vitória Helen de Melo
Código Identificador:F99B3186

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO CONTRATO N°019/2025/CISAN-CENTRAL/RO.

EXTRATO DO CONTRATO N°019/2025/CISAN-CENTRAL/RO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PORTO VELHO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32.

DO OBJETO: CONTRATO DE PROGRAMA do SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM).

DO VALOR TOTAL: R$ 86.907,76 (oitenta e seis mil, novecentos e sete reais e setenta e seis centavos)

DA VIGÊNCIA: vigência 12 (doze) meses.

BASE LEGAL: Resolução Nº 079/2024/CISAN Central/RO

Ariquemes/RO, 2 de maio de 2025.

GILLIARD SANTOS GOMES
Presidente do CISAN Central/RO

Publicado por:
Vitória Helen de Melo
Código Identificador:DECF8C39

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
PORTARIA Nº 48, DE 07 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 40/2025, de 11 de marco de 2025 e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE
Art. 1º - Fica revogada, em todos os seus termos, a Portaria nº 40/2025, de de 11 de marco de 2025, que nomeou a senhora **MARCIA GIOVANA DE OLIVEIRA FUZARI**, no cargo em função gratificada de Assessor Especial de Departamentos na Câmara Municipal, conforme Anexo III da Lei Municipal nº 1.375 de 14 de março de 2017.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 06 de maio de 2025.

Edifício da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.

NATÃ SOARES DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal

PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Willyam Cavalcante
Código Identificador:84965C9A

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
PORTARIA Nº 49, DE 07 DE MAIO DE 2025

"*Dispõe sobre alteração na composição de Comissão de Processo Disciplinar e dá outras providências*".

O Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE
Art. 1º - Alterar a composição da Comissão designada pela Portaria nº 35, de 28 de agosto de 2024, substituindo o servidor **ROBSON VENANCIO DE SOUZA**, matrícula nº 120, pela servidora **LORENE MARIA LOTTI**, matrícula nº 411, mantendo-se os demais membros conforme originalmente designados:
DARLENE LOPES HAESE, matrícula nº 119 (presidente);
NIURA ALVES DOS SANTOS RUBINHO, matrícula nº 50;
LORENE MARIA LOTTI, matrícula nº 411.
Art. 2º - A Comissão continuará exercendo suas atribuições no Processo Administrativo Disciplinar nº 190/2024, com os mesmos poderes conferidos pela Portaria nº 35/2024, nos termos dos arts. 143 e 145 da Lei Municipal nº 1.375/2017.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco.

NATÃ SOARES DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal

PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Willyam Cavalcante
Código Identificador:E2CAB51A

PODER EXECUTIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO/PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 024/2023,

PODER EXECUTIVO

1º TERMO ADITIVO/PRORROGAÇÃO

Primeiro Termo Aditivo/Prorrogação ao Contrato nº 024/2023, que entre si celebram o MUNICÍPIO de ALTA FLORESTA D´OESTE-RO e de outro lado CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO**, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ sob n. 15.834.732/0001-54, com sede à Av. Nilo Peçanha n. 4513, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GIOVAN DAMO, doravante denominado CONTRATANTE, e **CONSORCIO SOBERANA SOLO CONSTRUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 43.824.163/0001-00, com sede na Rua Rui Barbosa, 51, Centro, Manaus-AM por seu representante legal Sr. Felipe Augusto Souza de Albuquerque CREA 24875-AM, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo administrativo 871/2023, ambos tem por certo e contratado, com base no artigo 57, II da Lei 8666/93:

1- DO OBJETO: As partes acordam em Aditivar/Prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato 024/2023 **até 19/12/2024.**

2- DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais clausulas e condições do contrato nº 024/2023, em tudo o quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.

3- DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei através do Órgão Oficial do Município.

Assim ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Alta Floresta D´Oeste, 09 de julho de 2024.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI
Contratado

Testemunha _____
CPF/RG:

Testemunha _____
CPF/RG:

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:BB86C541

PODER EXECUTIVO
2º TERMO ADITIVO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2023,

PODER EXECUTIVO

2º TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2023, que entre si celebram o MUNICÍPIO de ALTA FLORESTA D´OESTE-RO e de outro lado CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D´OESTE-RO**, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ sob n. 15.834.732/0001-54, com sede à Av. Nilo Peçanha n. 4513, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GIOVAN DAMO, doravante denominado CONTRATANTE, e **CONSORCIO SOBERANA SOLO CONSTRUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 43.824.163/0001-00, com sede na Rua Rui Barbosa, 51, Centro, Manaus-AM por seu representante legal Sr. Felipe Augusto Souza de Albuquerque CREA 24875-AM, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo administrativo 871/2023, ambos tem por certo e contratado, com base no artigo 57, II da Lei 8666/93:

1- DO OBJETO: As partes acordam em Aditivar o valor do presente contrato em mais R$127.329,27 (cento e vinte e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos) conforme nota de empenho 2013/2024 de 21/08/20024.

2- DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais clausulas e condições do contrato nº 024/2023 e seu aditivo, em tudo o quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.

3- DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei através do Órgão Oficial do Município.

Assim ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Alta Floresta D´Oeste, 21 de agosto de 2024.

GIOVAN DAMO
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI
Contratado

Testemunha _____
CPF/RG:

Testemunha _____
CPF/RG:

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:53AEB7C4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/CPL/2025

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do Agente de Contratação, nomeado por meio do **Decreto Municipal n° 102/GP/2025**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **Pregão Eletrônico,** do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, referente a Formação de Registro de Preço para **AQUISIÇÃO DE TUBOS EXTRUDADOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE),** para atender as necessidades da secretaria municipal de Obras**.** Processo Administrativo ID: CD.BFA - 0000746.02.06-2025 - Secretaria Municipal De Obras. Data para abertura do Pregão e início da sessão de disputa, dia **27/05/2025 às 09:30h (horário de Brasília - DF), local www.licitanet.com.br.** No valor global de:**R$ 2.310.206,65 (DOIS MILHÕES, TREZENTOS E DEZ MIL, DUZENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)**. Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.altoalegre.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n. º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Ramal 211.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 07 de maio de 2025.

KÉSIA FERREIRA DA SILVA LAURO
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:4393D18A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/CPL/2025

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do **Agente De Contratação**, nomeado através do **Decreto Municipal Nº 102/GP/2025**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **Pregão Eletrônico,** do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, para **Aquisição de Equipamento e Material Permanente, visando a eventual contratação, para atender as necessidades da Unidade Básicas de Saúde. Conforme Emenda Parlamentar nº 44060003 Proposta de Emenda Parlamentar nº 11913577000124009-2024 através do Ministério da Saúde.** Processo Administrativo: ID: CF.B4A - 0000784.01.10-2025 - Fundo Municipal De Saúde. Data para abertura do Pregão e início da sessão de disputa **dia 26/05/2025 às 09:30 h (Horário De Brasília)**, local www.licitanet.com.br. No valor global de: **R$ 76.089,00** (setenta e seis mil e oitenta e nove reais). Informações complementares e o edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.altoalegre.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n. º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone-Fax (69) 3643-1255 Ramal 211.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 07 de maio de 2025.

SHARA FELICIA DE OLIVEIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:BB50A6F9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/CPL/2025

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do **Agente De Contratação**, nomeado através do **Decreto Municipal Nº 102/GP/2025**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **Pregão Eletrônico,** do tipo menor preço, modo de disputa aberto, para **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO SEDAM, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde. conforme plano de trabalho (0055933515), repasse fundo a fundo através de emenda parlamentar impositiva, processo n° 0005.006242/2024-42 através do governo do Estado.** Processo Administrativo: ID: CE.FDE - 0000768.01.10-2025- Fundo Municipal De Saúde. Data para abertura do Pregão e início da sessão de disputa **dia 23/05/2025 às 10:30 h (Horário De Brasília)**, local www.licitanet.com.br. No valor global de: **R$ 115.945,00 (cento e quinze mil, novecentos e quarenta e cinco reais)**. Informações complementares e o edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.altoalegre.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n. º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Ramal 211.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 07 de maio de 2025.

KÉSIA FERREIRA DA SILVA LAURO
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:48517173

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA LICENÇA PREMIO Nº 288/2025

PORTARIA Nº 288/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

CONCEDER AO SERVIDOR JOSUE RODRIGUES PEREIRA, LICENÇA PRÊMIO EM GOZO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

O Prefeito Municipalde Alto Alegre dos Parecis/RO, Sr. DENAIR PEDRO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1ºCONCEDERao Servidor Público Municipal, Efetivo no cargo de Operador de Maquinas pesadas, o Sr.JOSUE RODRIGUES PEREIRA,cadastrado na matricula 1175, lotado na Secretaria Municipal de Obras,Licença Prêmio Integral de (03) Mesescom fruição no período compreendido entre 01/05/2025 a 30/07/2025, referente ao período de 2014 a 2019.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos da concessão conforme requerimento em 01 de maio de 2025.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:503B491E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GESTOR E FISCAL CONTRATO Nº 289/2025

PORTARIA Nº 289/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

NOMEAR GESTOR E FISCAL DE CONTRATO O SR. ADAUTO COSTA DA SILVA E REGINALDO DE OLIVEIRA

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, SenhorDENAIR PEDRO DA SILVA,no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos disposto no Artigo 117 da Lei nº. 14133 Lei Licitações e Contratos Administrativos- Decreto nº 370/GP/2023 de 11 de dezembro de 2023 - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDOque os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDOque o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

CONSIDERANDOque as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CONSIDERANDOque as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I-Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
II-Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
III -Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
IV -Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;
V -Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
VI -Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
VII -Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
VIII -Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
IX -Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
X -Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XI -Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
XII -Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
XIII -Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XIV -Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XV-Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);
XVI -Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVII-Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
XVIII-Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;
XIX-Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
XX -Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;
XXI -Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
XXII-Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
XXIII- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
XXIV-Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
XXV-Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
XXVI -Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
XXVII-Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;
XXVIII-Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
XXIX-Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
XXX-Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;
XXXI -Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;
XXXII -Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXIII -Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

RESOLVE:
Art. 1ºNomear o senhorAdauto Costa da Silva, Diretor Escolar, matricula 685comoGESTOR DE CONTRATOe o Sr.Reginaldo de Oliveira, Diretor de Departamento III, matricula 2543, comoFISCAL DE CONTRATONº 034/PGM/2023, que trata sobre Contratação de empresa especializada em transporte escolar - Processo nº 613/2023 Rota 04 em favor da empresaOLIVEIRA & GARCIA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA,inscrita no CNPJ Nº 03.174.630/0001-70 para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme Memorando nº 694/SEMEC/2025.
Art. 2º Fica exonerada a Portaria nº 222/GP/2025.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:7EA7C9FB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA AFASTAMENTO Nº 290/2025

PORTARIA Nº 290/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

CONCEDER AFASTAMENTO DE ATE DOIS ANOS AO SERVIDOR ADELSON RODRIGUES DOS SANTOS LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Sr.DENAIR PEDRO DA SILVA,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1ºCONCEDERao ServidorADELSON RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no CPF ***.747.712-** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cargo/função Motorista de veículos leves 40 horas, afastamento de até (02) dois anos,de 01/05/2025 a 01/05/2027, em conformidade com o Art.194 §2º da Lei Complementar nº 018/1997.
Art. 2º Oservidor poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

Art. 3ºEm caso de comprovado interesse público, a licença de que trata esta Portaria poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o servidor ser expressamente notificado do fato.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos legais em 01 de maio de 2025.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:46F27D7C

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 180/GP, DE 7 DE MAIO DE 2025

Lei Complementar nº. 180/GP, de 7 de maio de 2025

"Acrescenta art. 21-A e o seu parágrafo único a Lei Complementar nº 15, de 10 de novembro de 1997."

O Sr. **DENAIR PEDRO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte.

L E I

Art. 1º Acresce o art. 21-A e seu parágrafo único a Lei Complementar nº 15, de 10 de novembro de 1997 [Código de Postura], com a seguinte redação:

Art. 21-A É proibido atividade comercial de tratamento, depósito, disposição de resíduos, operação de estações de recuperação ou reciclagem de materiais descartados no perímetro urbano ou área de expansão urbana.
Parágrafo único. A expedição de alvará para atividade descrita ou enquadra no caput deverá ser observado o disposto na Lei Complementar nº 15, de 10 de novembro de 1997 (Código de Postura), Lei Complementar nº 108, de 14 de setembro de 2017 (Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano) e Lei Complementar nº 109, de 28 de setembro de 2017 (Código de Sanitária).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 7 de maio de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:90D769EC

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003/2025 CONTRATO Nº. 002/2024/PGM, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2024.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003/2025
CONTRATO Nº. 002/2024/PGM, de 14 de fevereiro de 2024.

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato nº 002/2024/PGM; **Data do Termo Aditivo**: 06/05/2025; **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Contratado (a)**: CONSTRUTORA PEIVER LTDA - EPP, CNPJ nº 17.431.052/0001-15; **Objeto**: Retomada do Contrato n.º 002/2024/PGM; **Vigência:** 08/08/2025; **Fundamento Legal:** Art. 57, § 1°, II e III e art. 79 §5° da Lei 8.666/1993; **Processo**: 0000869.07.07-2023/SEMURB; **Signatários**: pelo **Contratante**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado(a)**, Tiago Luiz Machado.

Alto Alegre dos Parecis, 7 de maio de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:AFCBCD42

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0089/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0089/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA**, a despesa por meio de **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 0089/2025, cujo objeto é a TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DOS VEÍCULOS OFICIAIS visando atender as necessidades da Secretaria Geral da Câmara Municipal.

Valor global de R$ 881,64 (OITOCENTOS E OITENTA E UM REIAS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) em favor do **Departamento Estadual de Trânsito.**

Alto Paraíso/RO, 05 de Maio de 2025.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI

VALMIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edinaldo Silva Paulino
Código Identificador:41B0CF59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA n° 009/2025

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO adjudica e homologa a despesa por meio de **Dispensa de Licitação**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/21, referente ao Processo Administrativo nº 951/2025, cujo objeto é a: "**Aquisição de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS para lesões cutâneas de difícil cicatrização, para atender a demanda do SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (SAD), por um período estimado de 06 (seis) meses", em favor das seguintes Empresas**: **01)** J & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICOHOSPITALARES LTD - 49.059.257/0001- 08 no valor de R$ 3.498,50; **02)** SAFRAMED HOSPITALAR LTDA- 36.629.597/0001- 85 no valor de R$ 5.168,50; **03)** NUTRI CARE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - 22.680.187/0001- 54 no valor de R$ 1.490,00 ; **04)** ALINE DE FRANCA MANGUEIRA LTDA - 30.016.004/0001- 29 no valor de R$ 3.357,60 ,**Valor global de R$ 13.514,60 (treze mil, quinhentos e catorze reais e sessenta centavos).**

Alto Paraíso – RO, 07 de maio de 2025.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:03226B04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 010/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n°: 010/2025

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** através do Processo Administrativo nº 158/2025, a despesa com: **Objeto: "SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO, A FIM SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO – RO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, "** em favor das empresas: **01) P.R. FARONI LTDA,** inscrita sob o CNPJ: - 47.029.862/0001-00**,** no valor global de R$ 111.464,08; 02) **L. C. PONCE IMPORTACAO E EXPORTACAO**, inscrita sob o CNPJ: 06.847.807/0001-40, no valor de R$ 48.447,54; 03) **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA**, inscrita sob o CNPJ: 59.043.023/0001-26, no valor global de R$ 19.304,76; 04) **ECOLIM LTDA** - 17.221.558/0001-08, no valor global de R$ 9.616,53; 05) **INOVACAO LTDA**, inscrita sob o CNPJ: 19.634.357/0001-50 no valor de R$ 16.708,81; 06) **BRASIL MEDSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita sob o CNPJ: 03.716.848/0001-00 no valor de R$ 15.104,58; 07) **CR PRIME SERVICOS E CONSULTORIA LTDA**, inscrita sob o CNPJ: 56.616.794/0001-77 no valor de R$ R$ 2.196,80; 08) **SEMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA** inscrita sob o CNPJ: 12.229.196/0001-70 no valor de R$ 20.695,50; 09) **INTEGRALMED DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita sob o CNPJ: 46.672.090/0001-68 no valor de R$ 10.787,30. **Valor total homologado: R$ 254.325,90 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa centavos).**

Alto Paraíso-RO, 24 de abril de 2025.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Bruna Quinaia
Código Identificador:6C49C84E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

IMPRES INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUN ALVORADA DO OESTE
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PORTARIA N.º029/ IMPRES/2025.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntaria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paritário a favor da servidora MARLENE MARIA GOMES MOREIRA".

O Superintendente do IMPRES, Instituto de Previdência Social dos Servidores Público do Município de Alvorada do Oeste Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art.57 da Lei Municipal 641/2010, artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o artigo 2º da EC nº 47/05 e §9º, do artigo 4º da EC n. 103/19.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integral e paritário em favor da senhora, **MARLENE MARIA GOMES MOREIRA,** brasileira, casada, portadora do RG nº. RG n° 37xx92 SSP/RO, inscrita no CPF sob nº. 350.xxx.xxx-34, servidora pública municipal, regime estatutário, matrícula nº 320, cargo **AGENTE ADMINISTRATIVO 40H**, categoria letra **"P",** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O Instituto de Previdência Social-IMPRES efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade conforme art. 57 parágrafo único Lei Municipal 641/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alvorada do Oeste-RO, 07 de maio de 2025.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE;

ISAEL FRANCELINO
Superintendente do IMPRES.
Port. N° 033/GAB/2020
CP RPPS DIRIG I
Nº 589972777112704

Publicado por:
Isael Francelino
Código Identificador:8309AF22

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/SEMAF/2025 PROCESSO Nº 444.02.12-2025/SEMAF

TERMO DE RATIFICAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/SEMAF/2025
PROCESSO Nº 444.02.12-2025/SEMAF
O Prefeito do Município, através das atribuições que lhe são conferidas, **RATIFICA** e torna público, o certame na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme justificativa nº 014/SEMAF/2025, anexa aos autos do **Processo Administrativo nº 444.02.12/2025/SEMAF**, que tem como objeto: **Aquisição de Material de doação gratuita (Ventiladores, Smart TVs e Geladeira),** para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF, da Prefeitura Municipal de Alvorada d'oeste/RO, por meio de dispensa de licitação, conforme as descrições contidas neste Termo, no valor total de **R$ 8.278,38** (oito mil duzentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos). A empresa escolhida neste processo foi: **O. MIRANDA DA ROCHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, CNPJ: **04.012.436/0018-08**, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 5108, Bairro Centro, CEP: 76.930-000 – Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia, tendo por base do artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, devendo a despesa ser publicada nos moldes do artigo do mesmo diploma legal.

Alvorada d'Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:DF5FAB3E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.441, DE 5 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS.

DECRETO Nº 22.441,DE 5DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALDIEIMILA LUANA DA SILVA PAULUS.

APrefeitado Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 722 de 30/04/2025 (ID 3149852), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Dieimila Luana da Silva Paulus, ao cargo de Assessor Especial V, CDS-02,lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 5 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 06/05/2025 às 09:00, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3152020**e o código verificador**2499EA78**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	06/05/2025 09:13
2	ELIANE MARIA CORDEIRO	***.335.892-**	06/05/2025 09:42
3	MARCOS PAIVA FREITAS	***.357.872-**	06/05/2025 10:09
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	06/05/2025 11:28
5	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 08:24

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:26FD059F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.442, DE 5 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSENI FRANCISCA DA PAZ.

DECRETO Nº 22.442,DE 5DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSENI FRANCISCA DA PAZ.

A Prefeita do Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o Memorando 724 de 30/04/2025 (ID 3150181), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Roseni Francisca da Paz, ao cargo de Chefe de Gabinete, CDS 03,lotada na Secretaria Municipal de Governo de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 5 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 06/05/2025 às 08:58, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3152119**e o código verificador**2F466E71**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	06/05/2025 09:14
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	06/05/2025 09:23
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	06/05/2025 11:29

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:81850D7A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.445, DE 5 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADAMILTON LACERDA DOS SANTOS.

DECRETO Nº 22.445, DE 5DEMAIODE2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADAMILTON LACERDA DOS SANTOS.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo nº1-11176/2025,advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o Servidor Público Adamilton Lacerda dos Santos, do cargo de Assessor T Especial, CDS-05A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 5 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3153782**e o código verificador**A59C60B2**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:02
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:03

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:B08D754B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.446, DE 5 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIVALDO ALVES DOS SANTOS.

DECRETO Nº 22.446, DE 5 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIVALDO ALVES DOS SANTOS.

A PrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandoProcesso Administrativo de1-8013/2025, onde cita-se oDespacho Integrado 8 de 29/04/2025 (ID 3146874), com o deferimento da Secretária Municipal da Pasta.

DECRETA:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particularesdo Servidor Público Municipal Regivaldo Alves dos Santos, admitido em 9/6/2016, Matrícula nº 10960-1, no Cargo/Função de Agente Comunitário de Saúde N - III, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2ºA licença para tratar de interesses particulares em que preconiza o artigo anterior deste Decreto, dar-se-á, sem vencimentos e pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 5 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3153863**e o código verificador**7BCAAE30**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:02

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:B3288356

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.447, DE 5 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACI NATAL GALDINO.

DECRETO Nº 22.447,DE 5 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACI NATAL GALDINO.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Processo Administrativo1-10982/2025, com o deferimento da Secretaria Municipal de Governo, Despacho Integrado 5 de 30/04/2025 (ID 3149118)

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Gozo de Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias, a servidora pública municipal Iraci Natal Galdino, admitida em 22/3/2000, matrícula nº 31720-1, no cargo/função de Agente de Transporte Escolar N - III, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2ºO gozo da referida Licença Prêmio será no período de 2/5/2025 a 30/7/2025, referente ao período aquisitivo de 2020/2025, conforme ciência e parecer da Secretária Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 5 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3153917**e o código verificador**B5377284**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:03

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:CCF6B27F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.448, DE 6 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA NAOMI OCHIAI SEKIKAWA.

DECRETO Nº 22.448,DE 6 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALANDREIA NAOMI OCHIAI SEKIKAWA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo1-5496/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Gozo de Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Andreia Naomi Ochiai Sekikawa, admitida em 23/1/2006, matrícula nº 41912, no cargo/função de Bioquimico Farmaceutico N II - Grupo - 87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2ºO gozo da referida Licença Prêmio será no período de 1º/5/2025 a 30/5/2025, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, conforme ciência e parecer da Secretária Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 6 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3154922**e o código verificador**4127E7D6**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:03

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:489ABA66

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.449, DE 6 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HIRIADNE MARKOVISCZ DE OLIVEIRA.

DECRETO Nº 22.449,DE 6DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALHIRIADNE MARKOVISCZ DE OLIVEIRA.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 729 de 05/05/2025 (ID 3153712), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal Hiriadne Markoviscz de Oliveira, do cargo de Diretor Executivo,lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 6 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:51, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3156321**e o código verificador**7FFF9113**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:03
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:07

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:E88387C0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.450, DE 6 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO DE AZEVEDO BISPO.

DECRETO Nº 22.450,DE 6DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃODO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO DE AZEVEDO BISPO.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 730 de 06/05/2025 (ID 3155039), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal Diego de Azevedo Bispo, do cargo de Assistente de Controle Interno, CDS 05A,lotado na Controladoria Geral do Município de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 6 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:51, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3157267**e o código verificador**63519687**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:04
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:09

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:149B94AA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.451, DE 6 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAQUEL DE SOUSA COSTA.

DECRETO Nº 22.451,DE 6DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALRAQUEL DE SOUSA COSTA.

APrefeitado Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 736 de 06/05/2025 (ID 3157080), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Raquel de Sousa Costa, ao cargo de Assessor Especial - CDS - 01,lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 7 de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 6 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:51, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3157322**e o código verificador**A5C27B0F**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:05
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:09

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:C220F809

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.453, DE 6 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSILDA MARIA DA SILVA.

DECRETO Nº 22.453,DE 6DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALROSILDA MARIA DA SILVA.

APrefeitado Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 734 de 06/05/2025 (ID 3156935),advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Rosilda Maria da Silva, ao cargo de ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01,lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 6 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:51, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3157622**e o código verificador**502E0BB9**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:06
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:10
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:12

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:BF2E3ECE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.454, DE 7 DE MAIO DE 2025 DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 22.454, DE 7 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

ConsiderandooMemorando 732 de 06/05/2025 (ID 3156355), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado Decreto Municipal de nº 21.599, de 5 de novembro de 2024.

Art. 2º EsteDecreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3158897**e o código verificador**30730CDD**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:07
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:10

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:FED2D290

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.455, DE 7 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MELISSA GAGO CARDOSO DOS SANTOS.

DECRETO Nº 22.455,DE 7DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALMELISSA GAGO CARDOSO DOS SANTOS.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o Despacho Integrado 3 de 05/05/2025 (ID 3153199), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal Melissa Gago Cardoso dos Santos, do cargo de Assessor Especial VI CDS 01,lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 11:41, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3159018**e o código verificador**F9926ED4**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	07/05/2025 11:42
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 12:10
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 12:12

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:045CF4F7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.456, DE 7 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL KAMILLY VITÓRIA S. DE ALMEIDA.

DECRETO Nº 22.456,DE 7DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALKAMILLY VITÓRIA S. DE ALMEIDA.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 739 de 07/05/2025 (ID 3158784), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal Kamilly Vitória S. de Almeida, do cargo de Assessor Especial V CDS 02,lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de maio de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 11:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3160232**e o código verificador**7FCCA1A3**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	07/05/2025 11:43
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 12:02
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 12:12

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:F0A7495A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 22.457, DE 7 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIANA MOREIRA DA SILVA MORAES.

DECRETO Nº 22.457,DE 7DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALCLAUDIANA MOREIRA DA SILVA MORAES.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o Despacho Integrado 3 de 06/05/2025 (ID 3157723), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora pública municipal Claudiana Moreira da Silva Moraes, do cargo de Assessor Especial V CDS 02,lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3160267**e o código verificador**3ADDDD65**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 12:46
2	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:08
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:11

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:25F491B7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.458, DE 7 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO DE AZEVEDO BISPO.

DECRETO Nº 22.458,DE 7DE MAIODE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALDIEGO DE AZEVEDO BISPO.

APrefeitado Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 737 de 06/05/2025 (ID 3157324),advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal Diego de Azevedo Bispo, ao cargo de ASSESSOR ESPECIAL V CDS 02,lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 12:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3160328**e o código verificador**56E5F2BE**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	PAMELA DE ABREU PEREIRA	***.549.002-**	07/05/2025 13:09
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:11
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	07/05/2025 13:12

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:3FD5B03E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 389, DE 7 DE MAIO DE 2025. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

PORTARIA Nº 389, DE 7 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Processo Administrativo8-10665/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos para exercerem as funções de Fiscal e Gestor do Contrato n° 121/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Empresa CAPUCHE COMERCIO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA.

Gestor do Contrato
Filipe Eduardo de Azevedo Silveira

Fiscal do Contrato
Joao Batista Dias Vieira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 7 de maio de 2025, 137º da República.

MICHELINE BARCELOS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MICHELINE BARCELOS**,**SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)**, em 07/05/2025 às 12:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3159656**e o código verificador**A9F8F901**.

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:1D163678

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Referência:TERMO DE FOMENTO

Processo: 11.741/2025

Proponente: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS CNPJ: 06.863.840/0001-64

Endereço: ROD ROD LOTE 11, KM 04 DO B.80, BR 364

Objeto Proposto: Termo de Fomento entre o município de Ariquemes RO, através da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS CNPJ:06.863.840/0001-64, para dar continuidade ao projeto "MONALISA DANÇA",tem como principal objetivo contratação de um professor para ministrar aulas de dança atendendo mulheres a partirdos 18 anos, contratação de técnico de saúde habilitado para fazer o acompanhamento do P.A uma vez por semana e contratação de um projetista, atendendo as necessidades da Associação, custeados pelo poder público, direcionados à coletividade.
Considerando os objetivos desse projeto são melhorar a saúde física, ajudar a melhorar a resistência, força muscular, flexibilidade e a coordenação; fortalecer a autoestima ajudando as mulheres a se sentirem mais confiantes em relação ao próprio corpo desenvolvendo a expressão artística permitindo que as mulheres se expressem de forma criativa melhorando a postura e a elegância, aumentando a sociabilidade praticada em grupos ajudando as mulheres a desenvolver novas amizades e se conectar com as pessoas aprendendo uma habilidade aperfeiçoando ao longo dos tempo.
Entre as várias áreas de atuação possíveis para as Políticas Públicas de esporte destacamos este projeto como uma ferramenta extremamente importante para a inclusão social, o Projeto "Monalisa Dança".
Atendendo a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS e as necessidades da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC. Através da execução deste projeto, a expectativa é que estas ações possam ter continuidade aumentando o número de crianças e adolescentes beneficiados.
Também espera-se que a partir deste projeto, se consolide a parceria com a AEMEJ e SEMTEC na execução de projetos continuados voltados ao desenvolvimento do esporte.

Fundamento legal: Art. 29, INCISO VI, da Lei Federal nº 13.019/2014;
Valor total do Repasse: R$ 38.000,00 (trinta e oito mil Reais);
Período/Exercício: 2025;
Tipo de Parceria: Termo deFomento.

DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE:

Entendemos haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração do Termo de Fomento entre o Município de Ariquemes, por intermédio daSecretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC eaAssociação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS CNPJ: 06.863.840/0001-64, por Inexigibilidade de Chamamento Público.
Vale ressaltar que a inexigibilidade de chamamento público não dispensa a Organização da Sociedade Civil de cumprir integralmente as outras etapas de celebração de parceria, como a apresentação do plano de trabalho, apresentação dos documentos necessários para a celebração da parceria, a apresentação da prestação de contas e as demais etapas obrigatórias.
CONSIDERANDO que a ASPRUPACS oferece atendimento a pessoas em vulnerabilidade;
CONSIDERANDO que o presente TERMO DE FOMENTO possibilita ao Poder Público viabilizar o correto atendimento aos seus anseios sociais;
CONSIDERANDO que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS CNPJ: 06.863.840/0001-64, desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade registrar a reciprocidade de interesse das partes (Município e aAssociação dos Pequenos Produtores Rurais Projeto de Assentamento Capitão Silvio - ASPRUPACS), na realização, mútua, desta parceria.
Se observa pelo Plano apresentado, com descrição do serviço e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolsoestimativodos recursos, que está dentro de valores de mercado.
A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público
Os recursos a serem utilizados serão estão alocados no orçamento desta Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC no exercício de 2025, sendo:R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) de emenda parlamentar nº 560/2024 do Vereador Jorge Camelô, - Ficha 918; Ofício entidade de 06/05/2025 (ID 3157268) DOCUMENTO entidade de 06/05/2025 (ID 3157336) DOCUMENTO PRESIDENTE de 06/05/2025 (ID 3157373) Certidão e declarações de 06/05/2025 (ID 3157386) Extrato bancário de 06/05/2025 (ID 3157404) Cotação serviço de 06/05/2025 (ID 3157423) Plano de Trabalho projeto basico de 06/05/2025 (ID 3157434)
Diante do exposto, fica autorizada a abertura de procedimento de Inexigibilidade deChamamento Público, com fulcro no artigo da Lei13.019/2014 Art. 42 II - as obrigações daspartes.

Atenciosamente,

Ariquemes/RO, 07 de maio de 2025

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:1FD25954

SECRETARIA MUNICIPAL DE DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2025 3ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NA LISTA DE ESPERA DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS .

A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (SEMAIC), no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação do produtor rural classificados na lista de espera da Chamada Pública nº 001/2025, referente ao Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAAF.

Fica convocado o seguintes agricultor :

1 - Edimar Monteiro Costa.

O agricultor convocado devera comparecer à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio - Banco de Alimentos, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 3645, Setor Institucional, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta convocação, para manifestar interesse e formalização do contrato de fornecimento de gêneros alimentícios ao programa.

A convocação segue critérios previstos no paragrafo 6.6 do edital da Chamada Pública 01/2025, considerando a ordem de classificação na lista de espera e a disponibilidade orçamentária remanescente para o exercício de 2025.

ANTONIO MARCOS DE MOURA
Secretário Mun. de Agric. Ind. e Comercio
Decreto nº. 21.592/PGM/2024

Publicado por:
Taina Ribeiro Dos Santos
Código Identificador:BBC50668

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PORTARIA Nº 23/2025, DE 05 DE MAIO DE 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SEMDES - GABINETE DO SECRETARIO
Portaria nº 23/2025, de 05 de maio de 2025.

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE: ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA E DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI, NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MICHELINE BARCELOS, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe foram delegadas, por meio do Decreto Nº 21.868, de 14 de agosto de 2023, publicado na AROM, em 06 de janeiro de 2025;

Considerando a:
Lei 1.049/2024 do - CMDPI;
Lei 1.732, de 16 de outubro de 2012 - CMAS;
Lei 2.206 de 19 de outubro de 2018 - CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ROSILENE FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE FISC TRANSITO N I - GRUPO - 34, Matrícula 63940, para exercer a função de Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de: Assistência Social - CMAS, dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI,
no município de Ariquemes.

Art. 2º A servidora designada no artigo primeiro, desta portaria, desempenhará dentre outras, as principais atribuições:

• assessorar as reuniões do colegiado e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal de apoio técnico administrativo;

• organizar a pauta de trabalhos para cada seção ouvindo o presidente;

• redigir as atas das seções e memórias das reuniões;

• manter a documentação atualizada e receber todo expediente endereçado aos Conselhos dispostos no Artigo 1ª dessa Portaria;

• publicar as decisões/resoluções no órgão oficial de comunicação;

• manter os conselheiros informados das reuniões e da pauta, inclusive das comissões temáticas;

• organizar e zelar pelos registros das reuniões e demais documentos do Conselho e torná-los acessíveis aos conselheiros e a sociedade.

VIII) Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Ariquemes/RO, 06 de maio de 2025

MICHELINE BARCELOS
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Decreto Nº 21.868, de 3 de Janeiro de 2025.

Publicado por:
Estefano Monteiro Gambarini
Código Identificador:B9B1BCA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 90004/2025/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 2201/2025/SEMSAU MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO CONVÊNIO FAF 07582.9090001/22-001

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de reforma na Unidade Básica de Saúde no Bairro Monte Cristo no município de Ariquemes/RO. Valor estimado em R$ 296.628,74. A Prefeitura de Ariquemes-RO através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 21.882de 07 de Janeiro de 2025, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de CONCORRENCIA, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90004/2025do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 08h00min do dia 14/05/2025até às 09h00min do dia 28/05/2025. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 28/05/2025(Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site www.gov.br/comprase/ou www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras(Comprasnet). Mais informações, por meio do telefone (69) 3516-2020 ou pelo e-mail: **pregaopma@hotmail.com**.

Ariquemes (RO), 07 de maio de 2025.

DAIANE VIEIRA PACÍFICO
Agente de Contratação

Publicado por:
Daiane Vieira Pacifico
Código Identificador:E008E741

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90037/2025. PROCESSO Nº9742/SEMFAZ/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90037/2025. PROCESSO Nº9742/SEMFAZ/2025

O Secretário Municipal de Fazenda, no exercício de suas atribuições legais e delegada pelo Decreto Municipal n° 18.106/2021, com base na IN n° 16/2022, resolvem **HOMOLOGAR** a Inexigibilidade de Licitação n° 90037/2025, referente ao Processo Administrativo nº 97421/SEMFAZ/2025, amparado pelo Art.74, caput e inciso IV da 14.133/2021, com razões remissivas ao Relatório - SML 90037 de 17/04/2025 (ID 3123029) e Parecer 438 de 30/04/2025 (ID 3148310), cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2024 - PROCESSOS Nº 3532/2025 - BANCO DO BRADESCO S/A, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda de Ariquemes/RO, itens: 1. Ficando o processo homologado no Valor total: R$55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

Ariquemes/RO,07 de maio de 2025.

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:BD002AD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES PROCESSO Nº 20853/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025/SML/PMA MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR N° 003/2025

PROCESSO Nº20853/2024
PREGÃOELETRÔNICOnº 90012/2025/SML/PMA

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR N° 003/2025

CONSIDERANDO o disposto no art. 168, da Lei 14.133/21 de Licitações e Contratos Administrativos;
CONSIDERANDO os procedimentos licitatórios deRegistro de Preço para aquisição de MATERIAL PERMANENTE PARA

CONSTRUÇÃO CIVIL, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.
CONSIDERANDO o RECURSO impetrado pela empresa: **M DONATO A SILVACOMERCIOE SERVIÇOS , inscrita no CNPJ nº 52.522.242/0001-49**quefoi julgadoIMPROCEDENTE peloPregoeiro/Agente de Contratação, com razões remissivas aoTermo Análise e Manifestação ao Recurso - SML de 28/04/2025 (ID 3141120) eDespacho Integrado 23 de 05/05/2025 (ID 3152354).
DECIDOManter e Ratificar a decisão do Pregoeiro/Agente de Contratação pela classificação da proposta de preços e a habilitação da empresa:**G Z MENEGUSSOLTDA, CNPJ nº47.358.786/0001-87**, para o item 26, no certame em Epígrafe, deliberando: julgo;
IMPROCEDENTE o recurso interposto pelaempresa:**M DONATO A SILVACOMERCIOE SERVIÇOS , inscrita no CNPJ nº 52.522.242/0001-49**, DECLARANDO a empresa:**G Z MENEGUSSOLTDA, CNPJ nº47.358.786/0001-87**,classificada, nos termosda decisão dopregoeiro/Agente de Contratação, relativoaoPregãoEletrôniconº 90012/2025/SML/PMA.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

MARCOS VENÍCIO ARAÚJO RAPOSO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:4442EEED

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELET. N.º 90019/2025 PROC. N.º27061/SEMPOG/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELET. N.º 90019/2025
PROC. N.º27061/SEMPOG/2024

A Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, no exercício de suas atribuições legais, delegada pelo Decreto Municipal n°. 18.106/2021, e com base na IN n° 16/2022, com razões remissivas aoRelatório Final P.E 90019/25 de 29/04/2025 (ID 3146424)eParecer 443 de 05/05/2025 (ID 3152444) **ADJUDICA** o objeto, qual seja: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, para atender as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 meses, e**HOMOLOGA**a licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n.º 90019/2025, referente ao Processo Administrativo n.º 27061/2024, em favor das empresas: **CREATIVE THINGS COMERCIO DE DISTRIBUICAO LTDA CNPJ: 10.206.542/0001-79**, itens: 1, 2, 9, 12, 14, 17, 18, 21, 28, 29, 43, 44, 46, 55, valor total: R$ 79.753,30, **ECOLIM LTDA CNPJ: 17.221.558/0001-08,** itens: 23, 34, 35, 36, 40, 41, 48, valor total: R$121.825,98**, MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA CNPJ: 12.811.487/0001-71,** itens: 10, 15, 24, 25, 47, 54, 56, valor total: R$ 50.216,31, **SEMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 12.229.196/0001-70**, itens: 13, 16, 20, 27, 51, valor total: R$12.247,09. **SSC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ: 45.118.371/0001-00**, itens: 4, 31, 32, 45, valor total: R$9.415,61, **JC COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ: 47.452.287/0001-54**, itens: 22, 38, valor total: R$ 5.106,81, **PMX COMERCIO E SERVICO LTDA CNPJ: 43.279.146/0001-20**, itens: 11, 26, valor total: R$12.679,86. **JEFFERSON IAN BESSA COSTA CNPJ: 57.199.615/0001-06**, item: 6, valor total: R$ 4.296,24.**R T COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA CNPJ: 47.561.770/0001-77**, item: 49, valor total: R$ 3.555,00, **CLAYTON MENEZES CNPJ: 56.889.727/0001-26**, item 30, valor total: R$ 5.400,75, **PABLO LUIS MARTINS CNPJ: 09.138.326/0001-54,** item: 53, valor total: R$1.167,36, **ALVES COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ: 51.237.294/0001-00,** item: 52, valor total: R$2.683,20,**KFC COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 31.313.294/0001-35**, item: 19, valor total: R$1.269,88. **AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA CNPJ: 28.900.846/0001-05,** item: 3, valor total: R$2.645,04.Ficando o processo homologado com o valor total das empresas de R$ 312.262,43 (trezentos e doze mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos).

Ariquemes/RO, 07 de maio de 2025.

ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:F3E20D17

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELET. N.º 90007/2025 PROC. N.º24161/SEMSAU/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELET. N.º 90007/2025
PROC. N.º24161/SEMSAU/2024

O Secretário Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições legais, delegada pelo Decreto Municipal n°. 18.106/2021, e com base na IN n° 16/2022, com razões remissivas aoRelatório FINAL P.E 90007-25 de 24/04/2025 (ID 3132510)eParecer 441 de 05/05/2025 (ID 3151985)**ADJUDICA**o objeto, qual seja:**Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais e Equipamentos Médicos Hospitalares Permanentes para atender a Emendas Parlamentares e Convênios Estaduais: Proposta 07055/2024 -02 Resolução N. 389 "AD REFERENDUM"/2024/SESAU -CIB, Nº. DA PROPOSTA: 07582.909000/1230 -11, Nº. DA PROPOSTA: 07582.909000/1230 -09, Nº. DA PROPOSTA: 07582.909000/1230 -04, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses**, e**HOMOLOGA**a licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, referente ao Processo Administrativo n.º24161/2024, em favor das empresas:**HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 05.743.288/0001 -08**, itens: 5 e 15, valor total: R$80.886,00, GE**HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO - HOSPITALARE - CNPJ: 00.029.372/0002 -21**, itens: 3 e 4, valor total: R$309.570,00,**COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - CNPJ: 95.433.397/0001 -11**, itens: 13, valor total: R$22.950,00,**3S VISION HOSPITALAR - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E EQUIPAMENT - CNPJ: 37.581.390/0001 -40**, itens: 14, valor total: R$59.940,00,**OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 22.228.679/0001 -03**, itens: 18, valor total: R$17.940,00,**ESFERA MASTER COMERCIAL LTDA - CNPJ: 26.527.362/0001 -29,**item: 6, valor total: R$ 13.400,00,**C DO VALE LOPES - CNPJ: 28.521.211/0001 -99**, item: 2, valor total: R$ 21.600,00,**AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 37.885.137/0001 -80**, item: 22, valor total: R$ 58.800,00,**NEXCOPE IMPORTACAO E B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 52.496.119/0001 -09**, item: 8, valor total: R$2.740,00,**BETAQUIMICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA - CNPJ: 48.706.431/0001 -02**, item: 20, valor total: R$5.646,00,**SKYLAB COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 38.482.591/0001 -53**, item 23, valor total: R$11.830,00,**N.A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 10.206.278/0001 -73,**item: 21, valor total: R$52.000,00,**SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 51.659.136/0001 -49,**item: 12, valor total: R$3.343,50,**BIOSIGMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA - CNPJ: 12.051.059/0001 -98,**item: 1, valor total: R$1.340,00,**SISNAC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 10.444.624/0001 -51,**item 16, valor total: R$ 199.000,00.Ficando o processo homologado com o valor total das empresas de R$ 883.385,50

(oitocentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Ariquemes/RO, 07 de maio de 2025.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:3AE33DF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELET. N.º 90024/2025 PROC. N.º1938/SEMSAU/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELET. N.º 90024/2025
PROC. N.º1938/SEMSAU/2025

O Secretário Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições legais, delegada pelo Decreto Municipal n°. 18.106/2021, e com base na IN n° 16/2022, com razões remissivas aoRelatório Final P.E 90024-25 de 28/04/2025 (ID 3142106)eParecer 445 de 05/05/2025 (ID 3152704)**ADJUDICA**o objeto, qual seja: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Medicamentos Hospitalar e Antimicrobianos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses, e**HOMOLOGA**a licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n.º 90024/2025, referente ao Processo Administrativo n.º335/2025, em favor das empresas:**TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ - 35.959.514/0001-53**, itens: 2, 3, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 29, 35, valor total: R$ 554.927,00,**F&R HOSPITALAR IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - CNPJ: 51.837.171/0001-00**, itens: 6, 9, 14, 15, valor total: R$ 27.291,00.**DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA , CNPJ - 76.386.283/0001-13**, itens: 13, 31, valor total: R$ 7.019,20,**HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75**, itens: 8, 10, valor total: R$12.888,00.**INOVAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 12.889.035/0002-93,**itens: 1, 32, valor total: R$31.930,00.**COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91**, itens: 11, 23, valor total: R$25.442,00.**CM HOSPITALAR S.A CNPJ: 12.420.164/0005-80**, itens: 22, valor total: R$578.376,00.**ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA - CNPJ: 09.182.725/0001-12**, itens: 28, valor total: R$15.168,00,**ORTO MEDICAL MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - CNPJ: 11.994.394/0001-67**, itens: 16, valor total: R$73.800,00.**SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 06.065.614/0001-38**, itens: 4, valor total: R$ 5.915,00,**UNI HOSPITALAR LTDA - CNPJ - 07.484.373/0001-24**, itens: 25, valor total: R$ 28.680,00,**GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 17.472.278/0001-64**, itens: 30, valor total: R$ 44.800,00,**DF MEDICAL LTDA - CNPJ: 44.656.846/0001-50**, itens: 27, valor total: R$7.766,55,**VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA - CNPJ - 05.155.425/0001-93**, itens: 34, valor total R$9.424,00,**DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40**, item: 5, R$ 9.800,00. Ficando o processo homologado com o valor total das empresas de R$ 1.433.226,75 (um milhão quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos.)

Ariquemes/RO, 07 de maio de 2025.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:20198AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/PGM/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.872/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSAU) E A EMPRESA ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo Sr. Marcos Paiva Freitras, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ de nº 34.719.674/0001-62, localizada na Rua Raimundo Cantuaria, nº 5771, Sala 02, Tiradentes em Porto Velho/RO, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu representante legal Sr (a). Thiago Muzuco Baylao, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, que será regido pela Lei nº 14.133/21 e suas alterações e legislação correlata, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 23872/2023/SEMSAU, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO: Inserção de cláusula de livre acesso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LIVRE ACESSO:
2.1 "A Contratada deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis referente ao objeto contrato aos servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos do controle externo e interno, conforme estabelece Art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 do MPOG".

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE:
3.1 O presente aditamento é válido a partir de sua data de assinatura e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO, que não tenham sido modificadas ou conflitem com as disposições deste aditamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:
5.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Assim ajustadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal.

Ariquemes-RO, 6 de maio de 2025.

Contratante	Contratado
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	***ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA***
CNPJ 07.582.909/0001-44	CNPJ 34.719.674/0001-62

Publicado por:
Hiriadne Markoviscz de Oliveira
Código Identificador:B558F334

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo nº 242/2024
Processo Administrativo nº 23.872/2023

PARTES:

1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 34.719.674/0001-62

OBJETO: Inserção de cláusula de livre acesso.

CLÁUSULA DE LIVRE ACESSO: Contratada deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis referente ao objeto contrato aos servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos do controle externo e interno, conforme estabelece Art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 do MPOG.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Hiriadne Markoviscz de Oliveira
Código Identificador:1F4B4A96

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO N° 043/PMB/2025

PROCESSO Nº 1059/2022-SEMAGRI
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2022/CPLMS

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA DEZESSEIS – ASPROLD"

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, município de Buritis/RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTAIR FRITZ DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***.477.909-** e RG sob nº. **8848* SESP/PR, nesta cidade e comarca de Buritis-RO e a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA DEZESSEIS – ASPROLD,** doravante denominado **PARCEIRO PRIVADO**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Linha Saracura, Km 28, zona rural do município de Buritis/RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.175.894/0001-77, neste ato representado na forma de seu estatuto pela **presidente o Senhor JOÃO MARTINS GOUVEIA**, brasileiro, agricultor, CPF/MF sob o nº ***.067.982-** e RG nº *3290* - SSP/RO, residente e domiciliado na Linha União, zona rural do município de Buritis/RO, com fundamento no que dispõem a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Estadual nº 21.431 de 29 de novembro de 2016 e demais regulamentações, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto **01 (UM) PULVERIZADOR, COM TOMBAMENTO MUNICIPAL 10074, COM NUMERO DE SERIE 001324/2022,** a fim de facilitar as atividades Agrícolas dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade no Município de Buritis/RO, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de Cooperação entre as partes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O Plano de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de quaisquer ajustes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do art. 42 da Lei nº 13.019/14, consta do Plano de Trabalho proposto pelo PARCEIRO PRIVADO e aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, sendo parte integrante deste Acordo de Cooperação, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Acordo de Cooperação:

I – DO PARCEIRO PRIVADO

a – os beneficiários devem ser escolhidos de forma objetiva e segundo o princípio da impessoalidade, independente de associados ou não.
b – executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Plano de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
c – observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
d - responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Acordo de Cooperação, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
e – Entregar o relatório de atividades desenvolvidas ou atendidas conforme plano de trabalho da parceria do Acordo de Cooperação.
f – indicar pelo menos um responsável pela boa administração e instalação do bem recebido, cujo nome constará do extrato deste Acordo de Cooperação a ser publicado pelo PARCEIRO PÚBLICO.
g – Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;
h – Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Acordo de Cooperação, como no caso de sua rescisão antecipada.
i – Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.
j – Permitir ao PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.
k – Arcar com as despesas de **transporte**, ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto do presente Acordo de Cooperação.
l – Compromete-se a encaminhar à Prefeitura, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

II – DO PARCEIRO PÚBLICO

a – Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Acordo de Cooperação, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;
b – publicar no Diário Oficial **(Dário Oficial dos Municípios de Rondônia AROM)** extrato deste Acordo de Cooperação e de seus aditivos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura;

c – criar Comissão de Monitoramento e Avaliação para este Acordo de Cooperação, de acordo com o inciso XI art. 2º da Lei 13.19/2014;
d – prestar o apoio necessário ao PARCEIRO PRIVADO para que seja alcançado o objeto deste Acordo de Cooperação em toda sua extensão;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PARCEIRO PRIVADO elaborará e apresentará ao PARCEIRO PÚBLICO prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este Acordo de Cooperação, até noventa dias após o término deste (na hipótese do Acordo de Cooperação ser inferior ao ano fiscal) ou até 28 de fevereiro do exercício subsequente (na hipótese do Acordo de Cooperação ser maior que um ano fiscal) e a qualquer tempo por solicitação do PARCEIRO PÚBLICO.

Subcláusula Primeira – O PARCEIRO PRIVADO deverá entregar ao PARCEIRO PÚBLICO a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do Acordo de Cooperação, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
II – demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do PARCEIRO PÚBLICO, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados do próprio PARCEIRO PRIVADO e referentes ao objeto deste Acordo de Cooperação, assinados pelo contabilista e pelo responsável do PARCEIRO PRIVADO indicado na Cláusula Terceira;
III – Entregar o relatório de atividades desenvolvidas ou atendidas conforme plano de trabalho da parceria do Acordo de Cooperação;

Subcláusula Segunda – Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II da Subcláusula anterior deverá ser arquivado na sede do PARCEIRO PRIVADO por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles do próprio PARCEIRO PRIVADO.

Subcláusula Terceira – Os responsáveis pela fiscalização deste Acordo de Cooperação, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública pelo PARCEIRO PRIVADO, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do Acordo de Cooperação devem ser analisados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação citada na Cláusula Terceira.

Subcláusula Única – A Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao PARCEIRO PÚBLICO, até **30 dias após a prestação de contas pelo Parceiro Privado**.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação está sendo prorrogado neste ato e terá vigência por **2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação** do presente termo, retroagindo seus efeitos a data de 16.11.2022, data esta de encerramento da vigência do **termo de acordo e cooperação nº 037/2022.**

Subcláusula Primeira – Findo o Acordo de Cooperação e havendo adimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, com base na indicação da Comissão de Monitoramento, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este Acordo de Cooperação ou cede.

Subcláusula Segunda – Findo o Acordo de Cooperação e havendo inadimplemento do objeto pelo PARCEIRO PÚBLICO ao PARCEIRO PRIVADO, este **Acordo de Cooperação poderá ser prorrogado**, por indicação da Comissão de Monitoramento citada na cláusula sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.

Subcláusula Terceira – Havendo inadimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este Acordo de Cooperação, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula sexta, ou requerer a devolução do bem e/ou outra medida que julgar cabível.

Subcláusula Quarta – Nas situações previstas nas Subcláusulas anteriores, a Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste Acordo de Cooperação, caso contrário, o PARCEIRO PÚBLICO deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DEVOLUÇÃO DO BEM

Subcláusula Primeira – O bem disponibilizado por meio deste Acordo é de propriedade do Município de (Buritis), respondendo a Cooperante por eles e pelas perdas e danos;

Subcláusula Segunda – A Cooperante se compromete a restituir o bem repassado pela Prefeitura, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Acordo;

Subcláusula Terceira - O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste Acordo de Cooperação; e
II – unilateralmente pelo PARCEIRO PÚBLICO se, durante a vigência deste Acordo de Cooperação, o PARCEIRO PRIVADO perder, por qualquer razão, a qualificação como “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”.

Subcláusula Quarta - Caso o PARCEIRO PÚBLICO venha a necessitar do bem objeto deste instrumento, a qualquer momento poderá revogar a presente Cessão de Uso, onde obrigatoriamente o bem deverá ser devolvido em perfeitas condições no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não cumprimento desta cláusula implicará na imediata rescisão contratual e acarretando multa de 1% (um por cento) sobre o valor de mercado do bem, por cada dia de atraso.

Subcláusula Quinta - Após 2 (dois) anos desta parceria, caso a prestação de contas seja aprovada, e depois de feita a constatação in loco e a avaliação prévia dos bens, por comissão de técnicos, esses poderão ser doados ao Convenente, se o Gestor Público entender que há interesse público nesse ato e que aqueles são necessários à continuidade do projeto.

CLÁUSULA OITAVA– DA MODIFICAÇÃO

Este Acordo de Cooperação poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os PARCEIROS, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Buritis para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Acordo de Cooperação assinando eletronicamente no sistema de processo eletrônico da Prefeitura de Buritis.

Buritis/RO, 29 de abril de 2025.

Parceiro Público
Município de Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA DEZESSEIS – ASPROLD
CNPJ nº 11.175.894/0001-77
Representante Legal

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO Nº 043/PMB/2025

PROCESSO Nº 1059/2022-SEMAGRI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2022/CPLMS

PARCEIRO PÚBLICO: MUNICÍPIO DE BURITIS - ESTADO DE RONDÔNIA

PARCEIRO PÚBLICO: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA DEZESSEIS – ASPROLD

O PRESENTE ACORDO TEM POR OBJETO: 01 (UM) PULVERIZADOR, COM TOMBAMENTO MUNICIPAL 10074, COM NUMERO DE SERIE 001324/2022, PARA FACILITAR AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE BURITIS/RO.

PARCEIRO PRIVADO: (ASPROLD) RESPONSABILIDADES:

Escolher beneficiários de forma objetiva e impessoal.
Executar o plano de trabalho aprovado.
Manter o bem em perfeito estado de conservação e uso.
Devolver o bem em perfeitas condições ao término do acordo ou em caso de rescisão.
Permitir fiscalização pelo parceiro público.
Parceiro Público (Município de Buritis):
Acompanhar e supervisionar a execução do acordo.
Publicar extrato do acordo no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM).
Prestar apoio necessário para a realização do objeto do acordo.

VIGÊNCIA: O Acordo de Cooperação está sendo prorrogado neste ato e terá vigência por **2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação** do presente termo, retroagindo seus efeitos a data de 16.11.2022, data esta de encerramento da vigência do termo de acordo e cooperação nº 037/PMB/2022, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e avaliação da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS: A prestação de contas deverá ser apresentada até 90 dias após o término do acordo, contendo relatório de execução e demonstrativo de receitas e despesas.

Município de Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:97A04421

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos documentos acostados aos autos do **Processo Administrativo n° 1479.32.08-2025/SEMECE**, objeto: (Formalização de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Buritis, por meio da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, e a Associação Comercial e Industrial de Buritis – ACIB), nos termos da Lei 1568/2021 e 1612/21 e Lei Federal 14.133/2021, homologa e adjudica as despesas em favor da Associação:

Associação Comercial e Industrial de Buritis – ACIB **- CNPJ** 02.484.138/0001 -39 o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Buritis, 06 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:CA7B656A

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos efetuados pela Comissão especial de seleção, análise e julgamento das propostas, destinada à execução dos procedimentos de chamamento público e Parecer Jurídico, **através do Chamamento Público nº 015/2025/CPLMS/PMB/RO**, Processo Administrativo de nº **553.18.10-2025/SEMAGRI** de acordo com a Leis 13.019/14, e demais legislação vigente, **HOMOLOGA E ADJUDICA em favor da Associação:**

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ESTRELA DO ORIENTE, inscrita no **CNPJ: 07.221.927/0001-09 –** equipamento: 1 (um) carreta agrícola. Tombamento Municipal 021173.

Buritis – RO, 05 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:8CFC2E13

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos efetuados pela Comissão especial de seleção, análise e julgamento das propostas, destinada à execução dos procedimentos de chamamento público e Parecer Jurídico, **através do Chamamento Público nº 08/2025/CPLMS/PMB/RO**, Processo Administrativo de nº **560.18.10-2025/SEMAGRI** de acordo com a Leis 13.019/14, e demais legislação vigente, **HOMOLOGA E ADJUDICA em favor da Associação:**

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NOVA ESPERANÇA ASPRUNE, inscrita no **CNPJ: 23.731.194/0001-09 –** equipamento: 1 (uma) plantadeira adubadeira. Tombamento Municipal 21221.

Buritis – RO, 05 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:5197CA4F

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 2477.30.09-2024

Na Homologação/Adjudicação referente ao processo nº 2477.30.09-2024 onde se lê:
"**valor estimado**"
Leia-se:
"valor"
Permanecem inalteradas as demais informações.

Buritis, 06 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:0F988352

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 077/PMB/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 077/PMB/2022, ENTRE O PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-RO E A EMPRESA CAMPEÃO CONSTRUTORA EIRELI – EPP, CNPJ: 20.754.249/0001-08.

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTAIR FRITZ DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***. 477.909-** e RG sob nº. **8848** SESP/PR e representante administrativo o Srº. **Sindovaldo Ferreira de Souza**, Secretário Municipal de Obras e Serviços públicos, Decreto Municipal nº. 15.275/GAB/PMB/2025, doravante denominado **CONTRATANTE,** tendo em vista o direito constituído ao **CONTRATADO**, conforme consta no **Processo nº. 1657/2022** e ID - 2.AB2.16E - NOTA TÉCNICA, emitido pela Comissão de Recebimento e Fiscalização de Obras e Serviços Portaria nº. 14.496, DE 07 DE MARÇO DE 2024, resolve lavrar o **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO** ao **CONTRATO Nº. 077/PMB/2022**, considerando as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Termo de Apostilamento o **reajuste do valor do CONTRATO Nº. 077/PMB/2022,** que versa sobre a *contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de engenharia para a execução de obra/serviço de pavimentação em blocos sextavados com meio-fio, calçadas, drenagem superficial e profunda no município de Buritis- RO, no âmbito do programa pró-transporte.*

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - As fundamentações para concessão do objeto deste Termo, constam no Art. 65, da Lei n. 8.666/1993, não implicando em modificação da base negocial inicialmente ajustada ou impactando em dispêndio financeiro, portanto, todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do **CONTRATO Nº. 077/PMB/2022**, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 - Com base nas informações lançadas nos autos mencionado neste Instrumento, IDs - 2.AB1.732 - TERMO DE JUNTADA e 2.AB2.16E - NOTA
TÉCNICA e considerando as disposições contratuais, o valor contratado fica reajustado em **3,49%,** referente à aplicação do **Índice de Preço: INCC-DI/FGV**
- período de janeiro de 2023 a dezembro/2023, peça 370 dos autos - 2.AB2.16E.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR

- O valor atual do mencionado Contrato corresponde a **R$ 8.499.433,67** (oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos);
– Em razão do disposto no item 3.1 acima, o item Cláusula Sétima do citado Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"O preço total do presente Contrato corresponde ***a R$ 8.717.130,43*** *(oito milhões, setecentos e dezessete mil, cento e trinta reais e quarenta e três centavos) ...;*
- O reajuste do valor contratual conforme as disposições contratuais, será no valor de R$ 217.696,76 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e noventa seis reais e setenta e seis centavos), devendo ser pago proporcionalmente às medições executadas e às que ainda serão realizadas;

- A Planilha Orçamentária do Reajuste, consta da peça 370 dos autos - 2.AB2.16E, parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- As despesas decorrentes da execução deste Instrumento correrão à conta da Ação: 26.782.1008.1155.0000, Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 e Ficha: 733 do Orçamento: 02.06.01 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

- Permanecem em vigor e ratificadas as demais disposições do aludido Contrato que não conflitarem com este Apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- A **Prefeitura Municipal de Buritis – RO**, providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia no Diário Oficial do Município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta mesma Lei.

Buritis/RO, 05 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

SINDOVALDO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Munic. de Obras e Serviços Públicos Dec. nº. 15.275/GAB/PM/2025

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:1791AF63

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 042/PMB/2025

PROCESSO Nº 002501-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90003/2025-SLC

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **VALTAIR FRITZ DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***. 477.909-** e RG sob nº. **8848** SESP/PR, vinculado à **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 37.386.859/0001-90, devidamente inscrita na Junta Comercial de Goiás, sob o 52204921433, com sede Rua MDV 6, n° 672, Qd. 36, Lote 13, Casa 02, Sala 01, Loteamento Moinho dos Ventos, Goiânia – GO, CEP: 74.371-390, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal o Sr. **DANILO SOUZA SILVA,** brasileiro, empresário, portador da identidade nº *60895* - PC/GO e CPF ***.262.801-**, residente e domiciliado à Rua MDV 29, Qd. 48, Lt. 14, Casa 02, Loteamento Moinho Dos Ventos, Goiania – Go, CEP: 74.371-520, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que

consta no **Processo nº 2501-2024,** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de Materiais de consumo (Lâmpadas de LED),** conforme especificações e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025** e seus anexos, e de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante deste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	Relé Fotoeletrico tensão bivolt (105V-A 305V-NF). Potência 1800 VA / 1000w. Frequencia: 50/60 Hz	UND	1000	R$ 14,67	R$ 14.670,00
VALOR TOTAL					R$ 14.670,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta da empresa contratada;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
2.1.1. A data de assinatura será considerada como o marco inicial para o cálculo do período de vigência, sendo registrada no próprio contrato e nos sistemas de controle da CONTRATANTE.
2.1.2. Durante o período de vigência, a CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações contratuais conforme os termos estabelecidos, garantindo a entrega dos materiais contratados.
2.1.3. A CONTRATANTE realizará o monitoramento contínuo do cumprimento das obrigações contratuais ao longo da vigência do contrato, podendo adotar medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.
2.1.4. Em caso de término do contrato sem prorrogação, a CONTRATADA deverá assegurar a conclusão de todas as atividades pendentes e a entrega de todos os materiais conforme estipulado, garantindo a transição adequada e a continuidade das operações da CONTRATANTE.
2.1.5. Qualquer alteração no prazo de vigência deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, assinado por ambas as partes, contendo as justificativas e novas condições pactuadas.
2.1.6. A CONTRATANTE deverá comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre o término do prazo de vigência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, detalhando os procedimentos finais a serem adotados para a conclusão do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total do presente contrato é de R$ **14.670,00** (quatorze mil, seiscentos e setenta reais), conforme proposta vencedora da CONTRATADA.
3.2. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOSP
Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Programação: 15.452.1008.2009.0000 – Manutenção/ Conservação Melhoria de Iluminação Pública
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: Ficha 91

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA, devidamente atestada e aprovada pelo setor competente da CONTRATANTE. A nota fiscal deve estar acompanhada de todos os documentos comprobatórios de execução do objeto contratual e atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.
4.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se constatar qualquer inadimplência da CONTRATADA em relação às suas obrigações contratuais, tais como:
a) Entrega de produtos fora das especificações técnicas exigidas;
b) Falta de apresentação dos documentos necessários para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;
c) Descumprimento de prazos estabelecidos para a entrega dos materiais;
d) Qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato conforme os termos pactuados.
4.3. Em caso de suspensão do pagamento, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo prazo para a regularização das pendências. O pagamento será retomado somente após a comprovação da regularização das falhas pela CONTRATADA.
4.4. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade manter os dados bancários atualizados junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entrega dos produtos:
5.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos conforme as especificações técnicas estabelecidos no Edital.
5.1.2. A entrega dos produtos deverá ser feita no almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.
5.1.3. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem danos, avarias ou violações de embalagens, com prazo de validade de acordo com o estipulado no termo de referência.
5.1.4. Os itens serão solicitados conforme a necessidade das secretarias requisitantes parceladamente durante 12 meses e deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da ordem de faturamento, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.
5.2. **Substituição de Produtos:**
5.2.1. A CONTRATADA se compromete a substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer produto que não atenda às especificações, prazo de validade ou qualidade em desacordo no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da notificação pela CONTRATANTE.
5.2.2. Os produtos substituídos deverão ser novos e estar em conformidade com as especificações contratuais, sendo que a substituição não altera o prazo de garantia original.
5.3. Manutenção das Condições de Habilitação:
5.3.1. A CONTRATADA deve assegurar que todas as certidões, autorizações e documentações exigidas na fase de habilitação estejam atualizadas e válidas durante toda a execução do contrato.
5.3.2. Qualquer alteração nas condições de habilitação deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que poderá solicitar a substituição de documentos ou tomar as medidas cabíveis conforme a legislação vigente.
5.4. Qualidade e Embalagem dos produtos:
5.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência.
5.4.2. Os produtos fornecidos deverão ser novos, sem uso prévio, e acondicionados em suas embalagens originais lacradas, sem sinais de violação.
5.4.3. A CONTRATADA deverá assegurar que as embalagens estejam em condições adequadas para proteger os produtos contra danos durante o transporte e manuseio.
5.5. **Garantia de Qualidade:**
5.5.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela qualidade dos itens fornecidos, garantindo que atendam às especificações de qualidade detalhadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços.
6.1.1. A CONTRATANTE deverá garantir o acesso às instalações onde os produtos serão entregues, bem como fornecer todas as informações e orientações necessárias para a correta execução do contrato.
6.1.2. A CONTRATANTE deverá nomear um responsável para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, assegurando que todas as etapas do processo sejam cumpridas de acordo com as especificações contratuais.
6.1.3. A CONTRATANTE se compromete a facilitar o contato da CONTRATADA com os setores envolvidos na recepção dos produtos, proporcionando um ambiente colaborativo e ágil para a resolução de eventuais dúvidas ou problemas.
6.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido na Cláusula Quarta.
6.2.1. A CONTRATANTE deverá processar os pagamentos de acordo com os prazos e condições estipuladas na Cláusula Quarta, garantindo que as notas fiscais e documentos comprobatórios apresentados pela CONTRATADA sejam analisados e aprovados tempestivamente.
6.2.2. Em caso de suspensão de pagamento devido a inadimplência da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá notificar formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo um prazo para a regularização das pendências.
6.2.3. A CONTRATANTE deverá manter um registro detalhado de todos os pagamentos efetuados, bem como de qualquer comunicação relacionada a questões financeiras, assegurando a transparência e a rastreabilidade das transações.
6.3. Receber provisoriamente os produtos no ato da entrega e, após verificação, proceder ao recebimento definitivo, conforme descrito no Termo de Referência**.**
6.3.1. No ato da entrega, a CONTRATANTE deverá realizar o recebimento provisório dos itens, verificando as condições das embalagens e a conformidade dos produtos com as especificações contratuais.
6.3.2. A CONTRATANTE deverá designar uma equipe ou comissão responsável pela verificação detalhada dos produtos, que deverá atestar a conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas e quantidades previstas no contrato.
6.3.3. Após a verificação, se os itens estiverem em conformidade, a CONTRATANTE deverá emitir um Termo de Recebimento Definitivo, que formalizará a aceitação dos produtos.
6.3.4. Caso sejam identificadas discrepâncias, defeitos ou avarias nos produtos durante a verificação, a CONTRATANTE deverá notificar imediatamente a CONTRATADA, detalhando as irregularidades encontradas e solicitando a substituição dos itens, conforme as disposições contratuais.
6.3.5. A CONTRATANTE deverá manter registros detalhados de todas as etapas do processo de recebimento, incluindo comunicações, verificações e termos de recebimento provisório e definitivo, garantindo a rastreabilidade e a documentação adequada de todo o procedimento.
6.3.6. A CONTRATANTE deverá assegurar que o processo de verificação e recebimento dos produtos seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estipulados, evitando atrasos que possam comprometer a execução do contrato e o funcionamento das atividades relacionadas aos produtos adquiridos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, conforme a gravidade da infração e observando-se o princípio da proporcionalidade. As penalidades aplicáveis são:
7.1.1. Advertência:
7.1.1.1. Aplicável em casos de infrações leves que não resultem em prejuízo significativo à execução do contrato.
7.1.1.2. A advertência será formalizada por escrito e encaminhada à CONTRATADA, detalhando a infração cometida, as circunstâncias do ocorrido e as ações corretivas esperadas.
7.1.2. Multa:
7.1.2.1. Aplicável em casos de infrações que resultem em atraso na execução do contrato, descumprimento de prazos, especificações técnicas ou outras obrigações contratuais.
7.1.2.2. O valor da multa será calculado conforme segue, observando-se a proporcionalidade em relação ao impacto da infração:
7.1.2.2.1. **Atraso na entrega:** Multa de 0,5% do valor total do contrato por dia de atraso, limitado a 10% do valor total do contrato.
7.1.2.2.2. **Descumprimento de especificações técnicas:** Multa de 5% do valor total do item em questão.
7.1.2.2.3. Outras infrações contratuais: Multa de 2% do valor total do contrato.
7.1.2.2.4. Atraso na substituição de produtos: Multa de 0,2% do valor total do contrato por dia de atraso na substituição de produtos que não atendam às especificações ou que apresentem defeitos, contado a partir do prazo máximo de substituição estabelecido na cláusula 5.2.1, limitado a 10% do valor total do contrato.
7.1.2.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a aplicação da multa, incluindo o detalhamento da infração, o valor a ser pago e o prazo para regularização da situação.
7.1.3. Suspensão Temporária de Participação em Licitação:
7.1.3.1. Aplicável em casos de infrações graves que comprometam significativamente a execução do contrato ou a confiança na CONTRATADA.
7.1.3.2. A suspensão poderá variar de três meses a dois anos, conforme a gravidade da infração, e será formalizada por ato administrativo da CONTRATANTE.
7.1.3.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a suspensão, com descrição detalhada da infração cometida, o período da suspensão e as implicações para futuras participações em licitações.
7.1.4. Impedimento de Contratar com a Administração Pública:
7.1.4.1. Aplicável em casos de infrações gravíssimas, tais como fraudes, condutas ilícitas ou reiteradas falhas contratuais.
7.1.4.2. O impedimento poderá ser de até dois anos e será formalizado por ato administrativo da CONTRATANTE, com comunicação aos órgãos de controle e publicação oficial.
7.1.4.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre o impedimento, detalhando a infração cometida, as evidências que suportam a decisão e o período de impedimento.
7.1.5. Procedimento para Aplicação das Penalidades:
7.1.5.1. A aplicação das penalidades seguirá o devido processo administrativo, garantindo o direito de defesa e contraditório à CONTRATADA.
7.1.5.2. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a infração cometida e a penalidade proposta, sendo concedido prazo de 15 dias úteis para apresentação de defesa escrita, contado da data de sua intimação.
7.1.5.3. A decisão sobre a aplicação da penalidade será formalizada por ato administrativo da CONTRATANTE, fundamentado e acompanhado de todos os documentos pertinentes.
7.1.5.4. Em caso de aplicação de multa, o valor será descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrado diretamente, conforme previsto no contrato.
7.1.6. Disposições Finais:
7.1.6.1. As penalidades não excluem a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente, incluindo responsabilização civil e penal da CONTRATADA.
7.1.6.2. A aplicação das penalidades será registrada nos sistemas de controle da Administração Pública, podendo impactar futuras participações da CONTRATADA em licitações e contratos.
7.1.6.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla defesa, conforme determina a Lei 14.133/2021.
7.2. Infrações Administrativas:
7.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial da contratação;
b) Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total da contratação;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;

f) Praticar ato fraudulento na execução;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.3. **Sanções por Infrações Administrativas:**
7.3.1. As sanções aplicáveis ao contratado que incorrer nas infrações descritas no item 7.2 são:
I) Advertência: Quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
II) Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 7.2, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item 7.2, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). IV)
Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.
7.4. Reparação de Danos:
7.4.1. A aplicação das sanções previstas acima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.5. Cumulatividade das Sanções:
7.5.1. Todas as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.6. Defesa Prévia:
7.6.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Lei 14.133/2021.
8.1.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que haja justificativa plausível e aceitação mútua, respeitando as disposições legais aplicáveis.
8.1.2. A rescisão poderá ser motivada por fatores como inadimplemento contratual, alteração das condições originalmente pactuadas, interesse público, caso fortuito ou força maior, entre outras causas previstas na legislação vigente.
8.2. A rescisão poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.
8.2.1. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, mediante ato escrito, nos seguintes casos:
8.2.1.1. Inadimplência da CONTRATADA: Inclui a não entrega dos materiais, entrega fora do prazo estipulado, entrega de materiais em desacordo com as especificações técnicas, ou qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato.
8.2.1.2. Fraude ou má-fé: Verificada a prática de atos fraudulentos, má-fé ou conduta dolosa por parte da CONTRATADA.
8.2.1.3. Interesse público: Quando razões de interesse público, devidamente justificadas, impedirem a continuidade do contrato.
8.2.1.4. Alteração social ou econômica da CONTRATADA: Mudanças na estrutura societária ou econômica da CONTRATADA que possam comprometer a execução do contrato.
8.2.1.5. Caso fortuito ou força maior: Ocorrência de eventos imprevisíveis e inevitáveis que tornem impossível a continuidade do contrato.
8.2.1.6. Desempenho insatisfatório: Avaliação negativa do desempenho da CONTRATADA na execução do contrato, conforme critérios estabelecidos pela CONTRATANTE.
8.2.2. Para a rescisão unilateral, a CONTRATANTE deverá:
8.2.2.1. Notificar a CONTRATADA por escrito, especificando os motivos da rescisão e concedendo prazo para manifestação e defesa, conforme o devido processo administrativo.
8.2.2.2. Garantir o direito de contraditório e ampla defesa à CONTRATADA, antes de tomar a decisão final sobre a rescisão.
8.2.2.3. Formalizar a decisão de rescisão mediante ato administrativo devidamente fundamentado, acompanhado de toda a documentação pertinente.
8.2.3. Em caso de rescisão unilateral, a CONTRATADA será responsabilizada por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, incluindo custos adicionais para a contratação de novos fornecedores e indenizações por danos sofridos.
8.2.4. A rescisão unilateral não exclui a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, conforme a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA.
8.2.5. Todos os procedimentos e decisões relativos à rescisão contratual serão devidamente registrados e arquivados pela CONTRATANTE, garantindo a transparência e a rastreabilidade do processo.
8.3. Disposições finais sobre a rescisão:
8.3.1. A rescisão do contrato será formalizada por meio de um Termo de Rescisão, assinado pelas partes ou pela autoridade competente da CONTRATANTE, conforme o caso.
8.3.2. Em caso de rescisão por acordo entre as partes, o Termo de Rescisão deverá especificar as condições ajustadas, incluindo eventuais compensações financeiras ou ajustes necessários para a liquidação do contrato.
8.3.3. Após a rescisão, a CONTRATADA deverá devolver quaisquer valores recebidos indevidamente e restituir à CONTRATANTE quaisquer bens ou documentos relacionados ao contrato, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.
8.3.4. A rescisão do contrato não exime as partes do cumprimento de obrigações pendentes e de responsabilidades decorrentes de atos praticados durante a vigência do contrato.
8.3.5. As disposições acima visam assegurar que a rescisão do contrato ocorra de maneira justa, transparente e em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a proteção dos interesses da Administração Pública e o respeito aos direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de uma aquisição de bens comuns cujo objeto será cumprido no momento da entrega dos itens.
9.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os produtos entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato, garantindo a qualidade e funcionalidade dos materiais fornecidos.
9.1.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas e legais cabíveis para assegurar a execução do contrato, incluindo a aplicação de penalidades e a contratação de terceiros para a execução do objeto contratual, arcando a CONTRATADA com os custos adicionais decorrentes.
9.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.
9.2.1. A vedação à subcontratação deve-se à necessidade de controle direto de qualidade dos produtos, objetivando que a aquisição seja feita por empresas do ramo, devidamente qualificadas para garantir os padrões de qualidade e especificações em conformidade com o objeto.
9.2.2. A proibição de subcontratação visa evitar possíveis atrasos ou problemas de comunicação com fornecedores externos, assegurando que todas as etapas do fornecimento sejam realizadas pela CONTRATADA original, garantindo assim a confiabilidade e eficiência na entrega dos produtos.
9.2.3. Estas disposições garantem que, mesmo sem a exigência de garantia contratual, a CONTRATADA assegure a execução fiel do contrato, proporcionando uma proteção adicional à CONTRATANTE contra possíveis descumprimentos das obrigações contratuais, e que o controle de qualidade seja mantido ao proibir a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DOS PRODUTOS

10.1. Os materiais deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, ou o prazo de garantia do fabricante quando este for maior do que o

solicitado, contra quaisquer defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, as devidas correções.
10.1.1. O recebimento definitivo será formalizado por meio de um Termo de Recebimento Definitivo emitido pela CONTRATANTE, após a verificação de conformidade dos produtos entregues.
10.1.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar a plena funcionalidade e conformidade dos produtos fornecidos, atendendo a todas as especificações técnicas descritas no contrato e no Termo de Referência.
10.2. A CONTRATADA se obriga a substituir, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou inadequações às especificações exigidas.
10.2.1. A substituição dos produtos defeituosos deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a notificação formal da CONTRATANTE, detalhando os defeitos ou inadequações constatadas.
10.2.2. Os produtos substituídos deverão ser novos, sem uso prévio, e atender a todas as especificações técnicas originalmente exigidas.
10.2.3. A CONTRATADA será responsável por todos os custos relacionados à substituição, incluindo transporte, manuseio e qualquer outro gasto necessário para a entrega dos novos produtos.
10.3. A garantia dos produtos inclui todos os serviços necessários para a substituição dos itens defeituosos.
10.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de inspecionar os produtos substituídos, assegurando que atendam plenamente às especificações contratuais e estejam em condições adequadas de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos, conforme previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021:
11.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
11.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
11.1.3. Quando necessária à modificação do regime de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
11.1.4. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamentos com relação a cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
11.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
11.2. As alterações deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, observando-se a devida fundamentação e justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, por até 10 (dez) anos, nas hipóteses previstas no Artigo 105 da Lei 14.133/2021.
12.1.1. A prorrogação poderá ocorrer para assegurar a continuidade do fornecimento dos produtos, quando houver justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada.
12.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e assinado pelas partes, observando-se a continuidade das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.2.1. O termo aditivo deverá detalhar os motivos da prorrogação, o novo prazo de vigência do contrato e quaisquer outras condições ajustadas entre as partes.
12.2.2. Todas as condições de habilitação e qualificação originalmente exigidas deverão ser mantidas ou atualizadas, conforme necessário, para a prorrogação do contrato.
12.3. A CONTRATADA deverá manifestar, por escrito, o interesse na prorrogação do contrato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do prazo vigente.
12.3.1. A manifestação de interesse deverá ser acompanhada de justificativa detalhada, incluindo a avaliação do desempenho contratual e a necessidade de continuidade do fornecimento dos produtos.
12.4. A CONTRATANTE analisará a solicitação de prorrogação e decidirá, em prazo hábil, sobre a conveniência e oportunidade da extensão do contrato.
12.4.1. A análise da solicitação incluirá a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, bem como o cumprimento das obrigações contratuais até o momento.
12.4.2. A decisão será formalizada por meio de parecer técnico e administrativo, que embasará a elaboração do termo aditivo.
12.5. Em caso de prorrogação, serão mantidas todas as condições pactuadas no contrato original, exceto se ajustadas mediante termo aditivo.
12.5.1. Quaisquer alterações nas condições originais do contrato deverão ser explicitamente mencionadas no termo aditivo, com a concordância de ambas as partes.
12.5.2. A prorrogação não poderá resultar em prejuízo à qualidade dos serviços prestados ou em aumento injustificado dos custos para a Administração Pública.
12.5.3. Essas disposições garantem que o processo de prorrogação do contrato ocorra de forma transparente, justificada e em conformidade com a Lei 14.133/2021, assegurando a continuidade dos serviços sem prejuízo à qualidade e às condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos, conforme previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021:
13.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
13.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
13.1.3. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamentos com relação a cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de produtos;
13.1.4. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
13.2. As alterações deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, observando-se a devida fundamentação e justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados para manter o equilíbrio econômico e financeiro desde que apresentado notas fiscais que comprovem o aumento que gera o desequilíbrio. Será concedido aumento da diferença entre as notas fiscais da época da licitação e após o aumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

15.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao

consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
15.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
15.5. O reajuste será concedido apenas se houver o pedido do contratado, bem como se houver compatibilidade entre o valor reajustado pelo referido índice e o valor de mercado (cotações atuais de mercado).
15.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE se obriga a providenciar a publicação resumida do presente contrato e de seus aditivos na imprensa oficial, em conformidade com o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da sua assinatura.
16.2. A publicidade dos atos de celebração, alteração e rescisão deste contrato é condição indispensável para sua eficácia, excetuando-se os casos em que a lei dispensa a referida publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Nos casos omissos e na ausência de disposições específicas neste contrato, serão aplicadas as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como demais legislações pertinentes e normas regulamentares aplicáveis.
17.2. Em caso de dúvidas ou controvérsias relativas à execução do presente contrato, as partes deverão buscar, inicialmente, uma solução consensual e amigável, através de negociações diretas.
17.3. Persistindo o impasse, a questão poderá ser submetida ao órgão ou autoridade competente para dirimir a controvérsia, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Buritis/RO, 29 de abril de 2025.

Município de Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ N°: 37.386.859/0001-90
Representante legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/PMB/2025

PROCESSO Nº 002501-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90003/2025-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (LÂMPADAS DE LED)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS-SEMOSP

02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS PROGRAMAÇÃO: **15.452.1008.2009.0000** – MANUTENÇÃO/ CONSERVAÇÃO MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FICHA 91

PRAZO DE ENTREGA: DE FORMA PARCELADA, EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS UTEIS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE FATURAMENTO

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 14.670,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

Município de Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:CDCD4923

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 15.609, DE 07 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre nomeação da servidora DELIAN DE SOUZA FERREIRA no cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A

Artigo 1º. Nomear a servidora **Delian de Sousa Ferreira**, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 043. ***.494 -** no cargo de **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMECE.**
Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis, 07 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:BFE8C0D1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 15.608, DE 07 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre exoneração da servidora Fabiana Maria dos Santos Silva do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A

Artigo 1º. Exonerar a servidora **Fabiana Maria dos Santos Silva**, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 839. ***.124 -** do cargo de **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMECE.**
Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis, 07 de maio de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:5F0CA828

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA N°24/2025

Conforme Artigo 72, Inciso VIII, da Lei 14.133/2021

Processonº:00844/2025.

Interessado:Secretaria Municipal de Obras - SEMOSP

Dispensanº:024/2025

Objeto:Aquisição de 01 (um) cortador de grama giro zero, para equipar o Departamento de Infraestrutura Urbana, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

Fundamento:Artigo75º, Inciso II, e § 1º, Incisos I e II, em conjunto Art. 176º, Inciso I do Paragrafo Único da Lei Federal nº 14.133/2021

Contratadas:FORTE & CLEMENCIO LTDA CNPJ: 16.585.503/0001-06

Valor Total da Licitação:R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)

Marca do Produto:HUSQVARNA

Prazo de Entrega/Realização:O prazo de entrega do equipamento deverá ser entregue em um prazo de **até 45 (quarenta e cinco) dias úteis**, a contar da data de emissão e envio da Nota de Empenho, que será encaminhada à Contratada, podendo ser via e-mail e/ou telefone via WhatsApp.

Forma de Pagamento:O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento definitivo da Nota(s) Fiscal(is) no sistema informatizado, devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

Orçamento:2025, Unidade: 020707, Projeto Atividade 15.452.0013.2021.0000. Elemento de Despesas: 4.4.90.52.00 FICHA 532_ 0.2.706/ 001.118 TRANSF. ESPECIAL - ART 166-A DA CF.

APROVO e **AUTORIZO** o processo de contratação direta, por Dispensa de Licitação, Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo.

Campo Novo de Rondônia/RO, 07 de maio de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
ADRIANA SILVA DE SIQUEIRA
Secretária de Obras SEMOSP
Port. 002/2025

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:3309A817

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 009/2025

O Município de**CAMPO NOVO DE RONDÔNIA**, Estado de Rondônia, por meio da Portaria n.º 320/2024 e123/2025, através do setor de Licitações sediado (a) na Prefeitura Municipal na Avenida Tancredo Neves, 2250, Setor 02, realizará licitação, na modalidade**PREGÃO**, na forma**ELETRÔNICA**, do tipo**MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos daLei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃODE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO ÁGUA MINERAL, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) E VASILHAMES, ESTIMATIVO PARA PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 83.994,01 (oitenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais e um centavo).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 20/05/2025 às 09h00minh (horário de Brasília)

Realizada através do portal de compras. Sitehttp://www.licitanet.com.br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:ABERTO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA/PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:SIM

O EDITALe todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada, no sítio eletrônico no site oficial do município no endereçowww.camponovo.ro.gov.br, ou através do link:https://transparencia.camponovo.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2b53cfedf9884a320f011f6cfab6e54bou através do e-mail:licitacoes@camponovo.ro.gov.br.

Campo Novo de Rondônia, 07 de maio de 2025

ANA PAULA BERGER CORREA
Pregoeira e Agente de Contratação Portaria nº320/2024

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:746509A2

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
INEXIGIBILIDADE N°050/2025

Conforme Artigo 72, Inciso VIII, da Lei 14.133/2021

Processo nº:01051/2025.

Interessados: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia - IPECAN

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Inexigibilidade nº:050/2025.

Objeto: Contratação de empresa para capacitação de servidores da administração pública que atuam na área do tema abordado: Workshop Inteligência Artificial nas Fases de Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos.

Datas pré-definidas 20, 21 e 22 de maio de 2025 de forma presencial em Porto Velho-RO, para 08 (oito) servidores, 01 (um) sendo cortesia.

Fundamento: Artigo 74, Caput, Inciso III, f, em conjunto com Artigo 176, Inciso I do Paragrafo Único, da Lei 14.133/21.

Contratada:CCGP - CENTRO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA CNPJ: 36.282.191/0001-79

Valor Total:R$20.230,00 (Vinte mil duzentos e trinta reais).

Prazo de Entrega/Realização:O prazo para a entrega dos materiais/serviços será de forma IMEDIATA de acordo com cronograma.

Forma de Pagamento:O pagamento será em **ATÉ 30 (trinta) dias**, considerando cronograma, contados a partir do recebimento definitivo, após apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 141, inciso III, combinado com o Art. 140, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Orçamentos:Ficha orçamentária:SEMAD020303.04.128.0021.2213.0000Atividades deCapacitação e Treinamento de Servidores Públicos, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: 0.1.500 001 002 Recursos Livres,**Ficha: 039**(Para 04 inscrições).

Ficha orçamentária:SEMAS: 08 122 0002 2013 0000 atividades de assistência social 3.3.90.39.00outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 0.1.500 001.002 recursos livres ficha 271. (para 02 inscrições)

Ficha orçamentária:IPECAN:09 122 0002 2113 0000 Capacitação e Manutenção de Certificações Institucionais, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: 0.1.802 003.003 Taxa administrativa 2%;**Ficha**465; (para 01 inscrição)

APROVO e AUTORIZO o processo de contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo.

Campo Novo de Rondônia, 07 de maio de 2025

[Assinado Eletronicamente]
CRISTIANE IZABEL MURATA
Secretária de Administração - Port. 012/2025

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:BC693565

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO PORTARIA Nº 430, DE 07 DE MAIO DE 2025.

Revoga gozo de férias a servidora BEATRIZ DE OLIVEIRA CARDOSO e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n°115/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar 02 (dois) dias de férias para servidora **BEATRIZ DE OLIVEIRA CARDOSO,** do período de **27/05/2025 à 28/05/2025** autorizado pela portaria 359/2025, referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2023 à 11/03/2024, deixando os 02 (dois) dias para o gozo em datas futuras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Marcio da Costa Murata
Código Identificador:134F0177

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO DECRETO Nº 089, DE 07 DE MAIO DE 2025.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 1.175/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Municipal vigente, Crédito Adicional Suplementar por anulação de dotação no valor de**R$ 6.435,60(Seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais),**conforme especificação abaixo:

02.06	Secretaria Municipal de Assistência Social	
02.06.06	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
08	Assistência Social	
122	Administração Geral	
0002	Administração Geral	
2013	Atividades de Assistência Social	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
267 - 3.3.90.14	**Diárias - Civil**	**6.435,60**

Art. 2º Para cobertura do crédito especificado no art. 1º serão anuladas as seguintes dotações:

02.06	Secretaria Municipal de Assistência Social	
02.06.06	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
08	Assistência Social	
122	Administração Geral	
0011	Comunidade Solidária	
2234	Atividades do Conselho Mun. de Assist. Social - CMAS	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
279 - 3.3.90.36	**Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física**	**5.000,00**
02.06	Secretaria Municipal de Assistência Social	
02.06.06	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
08	Assistência Social	
241	Assistência à Pessoa Idosa	
0011	Comunidade Solidária	
2061	Atividades de Assistência a Pessoa Idosa	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
282 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**1.135,60**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:D3B481C3

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO PORTARIA Nº 431 DE 07 DE MAIO DE 2025.

Concede afastamento a servidora MARIA GUEDES MARTINS sem qualquer prejuízo a sua remuneração e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e processo n° 2410/2022.

Considerando a Lei Complementar 005/2009
Art. 105. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:
III - até oito dias por motivo de:
b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **MARIA GUEDES MARTINS,**cargo Gerente de Recursos Humanos sob matricula n° 23443-1-1, pertencente a Secretaria Municipal de Administração, a se ausentar de suas atividades, sem qualquer prejuízo, no período de **08 (oito) dias, de 05 à 12/05/2025**, Por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:DEBB015D

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 432, DE 07 DE MAIO DE 2025

Exonera a pedido ATILA SANTOS SILVA do cargo de Diretor de Departamento de Compras e Cadastro de Fornecedorese dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, na Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo Eletrônico n° 1071/2024

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Pedido **ATILA SANTOS SILVA**, CPF n. XXX.649.992-XX, do cargo de Diretor de Departamento de Compras e Cadastro de Fornecedores lotado na secretaria municipal de Administração. Com efeitos a partir do dia 07/05/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partirda data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:922A6D1F

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 433, DE 07 DE MAIO DE 2025.

Concede gozo de férias a servidora ANA PAULA BERGER CORREA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n°2580/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (Trinta) dias de ferias a servidora **ANA PAULA BERGER CORREA,** Pregoeira sob matrícula n° 24162-2, pertencente a Secretaria Municipal de Administração, para o período de**02/06/2025 à 01/07/2025,**referente ao período aquisitivo de**22/03/2023 à 21/03/2024 25 (vinte e cinco) diase 22/03/2024 à 21/03/20255 (cinco) dias.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:EE187641

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 434, DE 07 DE MAIO DE 2025.

Concede gozo de férias a servidora AMANDA INÁCIO e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n°0009/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 6 (Seis) dias de ferias a servidora **AMANDA INÁCIO,** Diretora de departamento sob Matrícula nº25526-1, pertencente a Secretaria Municipal de Administração, para o período de**09/06/2025 à 14/06/2025,**referente ao período aquisitivo de**08/01/2022 à 07/01/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:DD82F1EC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ATO Nº 089/CMCJ/2025

"Exoneração de cargo de provimento em comissão e dá outras providências."

A Presidente da Câmara Municipal de Candeias do Jamari-RO, em consonância com os membros da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 23, Inciso I, alínea"c", Art. 28, alínea "i" do Regimento Interno, na forma legal:

RESOLVE:

Art. 1°- **EXONERAR** o Senhor **GABRIEL DE SOUZA OLIVEIRA,** do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR PARLAMENTAR I - API/CDS – 2**, da Câmara Municipal de Candeias do Jamari – RO.

Art. 2° - Este ATO entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3° - Ficam revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Em Candeias do Jamari-RO, 07 de maio de 2025.

JUCILENE MARQUES MORAES
Presidente

LUCIANA DE SOUZA SARAIVA SALDANHA
Vice- Presidente

ROBERTO OLIVEIRA FRANCESCHETTO
1° Secretário

MARCOS ALMEIDA DA HORA
2º Secretário

Publicado por:
Nair Cristina Domingos Batista
Código Identificador:3C68C512

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ATO Nº 090/CMCJ/2025

Ementa: "Nomeia para ocupação do cargo de provimento em comissão e dá outras providências. "

A Presidente da Câmara Municipal de Candeias do Jamari-RO, em consonância com os membros da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 23, Inciso I, alínea "c", Art. 28, alínea "i" do Regimento Interno, na forma legal:

RESOLVE:

Art. 1° - **NOMEAR** a servidora **VICTORIA REGIA SOUZA RIBEIRO** para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSOR PARLAMENTAR I - API/CDS – 2**, da Câmara Municipal de Candeias do Jamari-RO.

Art. 2° - Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Em Candeias do Jamari - RO, 07 de maio de 2025.

JUCILENE MARQUES MORAES
Presidente

LUCIANA DE SOUZA SARAIVA SALDANHA
Vice- Presidente

ROBERTO OLIVEIRA FRANCESCHETTO
1° Secretário

MARCOS ALMEIDA DA HORA
2º Secretário

Publicado por:
Nair Cristina Domingos Batista
Código Identificador:851BE864

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2025 - CREDENCIAMENTO PEQUENOS BRILHANTES

RESOLUÇÃO 02/2025

CREDENCIAMENTO ENTIDADES – PEQUENOS BRILHANTES

O **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Candeias do Jamari**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal Lei Municipal nº 059 de 30 de outubro de 1996, e suas alterações, e considerando:
· A Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993/LOAS e suas alterações pela Lei Federal 12.435 de 2011, em especial o Artigo 3º e o Artigo 9º;
· A Lei Federal N° 12.101 de 27/11/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;
· A Resolução MDS/CNAS Nº 14/2014;
· A Resolução CNAS nº 27 de 19/09/2011;
· A Resolução CNAS nº 33 de 28/11/2011;
· A Resolução CNAS nº 34 de 28/11/2011;
· A Resolução CNAS/MDS Nº 95, de 13 de Fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A documentação apresentada pela ECCPB/ASSOCIAÇÃO - ESCOLINHA E CRECHE COMUNITÁRIA PEQUENOS BRILHANTES E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES denominada PEQUENOS BRILHANTES, com sede na Rua Bela Vista nº 285, Bairro Palheiral e inscrita sob CNPJ 06.032.869.0001/02 no qual, é declarada de utilidade pública no que tange os artigos da Lei nº 929, de 29 de novembro de 2000.

Art. 2º - APROVAR a inscrição da entidade PEQUENOS BRILHANTES junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Candeias Do Jamari, ficando condicionado a emissão do certificado pela gráfica, porém a presente RESOLUÇÃO, poderá ser utilizada como documento que comprove sua inscrição neste CMAS.

A presente resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

LUCAS ROSENDO DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lucas Rosendo da Silva
Código Identificador:839B5377

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
47° ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2025 – CMAS

Candeias do Jamari – RO, 06 de maio de 2025.

Senhor (as) Conselheiro (as),

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Candeias do Jamari, no uso de suas atribuições legais, convoca a 47° Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, caracterizando a 4ª reunião do ano vigente.

Data: 08 de maio de 2025.
Horário: 1° chamada 09:00 horas e 2° Chamada às 09:15.
Local: Rua 21 de abril n° 265, Bairro União, Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

A reunião terá **duração máxima de 2 (duas) horas**. Assim que a sessão for aberta pelo Presidente ou Vice-Presidente, será imediatamente realizada a votação e estabelecidas as pautas prioritárias.

Ordem do dia:
• Informes
• Apresentação, Análise, Discussão e Deliberação.

PAUTAS:

• Conferência Municipal de Assistência Social.

LUCAS ROSENDO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Lucas Rosendo da Silva
Código Identificador:4DDD578A

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
GABINETE DO PREFEITO – GP EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CMSCJ

Candeias do Jamari-RO, 07 de maio de 2025.

Senhor (as) Conselheiro (as).

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, convoca para a 140ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Candeias do Jamari.

Data: 12 e 13 maio de 2025.
Horário: 09:00 horas em 1ª chamada e 09:15 horas em 2ª chamada.
Local: Rua 21 de abril nº 1010 c/ Rua Professor Marcos Rodrigo Veigant(antiga Rua 33) - Sede do CMSCJ.

Ordem do Dia:

-Informes;

– **Apresentação, Análise, Discussão e Deliberação:**
– **Pauta:**

1º – Apresentação dos Relatórios Detalhado dos Quadrimestres Anteriores pendentes a partir do 2º e 3º RDQA do ano 2023 e 1º, 2º, 3º RDQA 2024.

2º – RAG 2023 e RAG 2024.

MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.
Triênio 2023-2026.
Decreto 7679/23
Decreto 9744/24

Publicado por:
Zilma Ramos Toledo
Código Identificador:3239F8EF

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
GABINETE DO PREFEITO – GP COMUNICADO – CMSCJ

Candeias do Jamari-RO, 07 de maio de 2025.

Senhores (as) Conselheiro (as) e Usuários (as).

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, sra. Maria Conceição de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, **COMUNICA** que a 261ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Candeias do Jamari, de **09 de maio de 2025,** foi remanejada para o dia **16 de maio 2025** (sexta-feira) em virtude da realização da pauta extraordinária solicitada pela gestão para os dias 12 e 13 de maio de 2025, necessitar de deliberações em relação a mesma.
Sem mais para o presente momento.
Atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.
Triênio 2023-2026.
Decreto 7679/2023
Decreto 9744/2024

Publicado por:
Zilma Ramos Toledo
Código Identificador:42719B99

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.747 DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **Prefeito do Município de Candeias do Jamari**, no uso de suas atribuições legais e conforme determina a legislação vigente;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:
CAPÍTULO I
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMMADS

Art. 1º – Fica criado o *Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMMADS*, órgão local do "Sistema Nacional de meio Ambiente – SISNAMA" constituído pela Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei 7.804 de 18 de julho de 1989, Lei 12.651/12, Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, ART. 9, Inciso I da Resolução 001/CMDMA/2019, Leis 556/2010, art. 10 da Lei nº 1.480 de 13/06/2023. art. 927 da Lei 10.406/2002 e art. 96 e 208 a 2013 e art. 229, inciso XII da Lei Orgânica do Município de Candeias do Jamari. Um organismo colegiado local, de caráter consultivo, deliberativo, recursal e de assessoramento do Poder Público, com a finalidade precípua de contribuir para a implementação da Política Ambiental e questões referentes ao equilíbrio ambiental, desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Seção I
Atribuições

Art. 2º – O CMMADS possui as seguintes atribuições:

I - estabelecer diretrizes para a Política Municipal de meio Ambiente do Município e Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - deliberar sobre o Plano Municipal de Desenvolvimento;

III - avaliar e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;

IV - colaborar, analisar e deliberar sobre os planos e os programas de expansão e desenvolvimento, mediante recomendações referentes à proteção do patrimônio ambiental do Município;

V - analisar e deliberar sobre as propostas do Poder Executivo Municipal, quanto à implantação dos espaços territoriais de interesse local, escolhidos para serem especialmente protegidos;

VI - manter intercâmbio com as entidades governamentais e não governamentais ligadas à questão ambiental;

VII - opinar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e solicitar, quando necessário, aos órgãos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

VIII - analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;

IX - incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

X - opinar sobre o recolhimento, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação do lixo doméstico, industrial, hospitalar e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final dos efluentes em mananciais;

XI - opinar sobre a instalação ou ampliação de indústrias nas zonas de uso industrial saturadas ou em vias de saturação;

XII - opinar sobre projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade de vida municipal;

XIII - cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

XIV - zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

XV - opinar sobre o licenciamento ambiental na fase de localização, funcionamento e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;

XVI - recomendar, nos termos de sua competência, restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

XVII - decidir em grau de recurso sobre multa e outras penalidades disciplinares ou compensatórias pelo não cumprimento da legislação e das medidas necessárias à preservação, conservação e correção da degradação e poluição ambientais, inclusive decidindo sobre recusa e cassação de licenciamento ambiental;

XVIII - criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no CMMADS;

XIX - gerir o Fundo Municipal de Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XX - fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando os problemas ambientais dentro do território municipal ultrapasse sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;

XXI - convocar, quando necessário, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal Ambiental, que terá a atribuição de avaliar a situação da preservação, conservação e efetivação de medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência propor diretrizes a serem tomadas;

XXII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomadas;

XXIII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XXIV - exercer ação de vistoria com observância às disposições contidas na Lei Municipal e nas Legislações estaduais e federais correlatas;

Art. 3º - Sem prejuízo da responsabilidade dos infratores, o CMMADS poderá fazer gestões junto a pessoas e entidades públicas ou privadas para a recuperação de elementos naturais destruídos ou degradados pela ação antrópica.

Seção II
Composição do CMMADS

Art. 4º - O CMMADS é constituído pela Plenária, Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, e administrado por um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pela Plenária.

§1º - A Coordenadoria Executiva será composta por um Coordenador Administrativo e um Coordenador Financeiro, assim como de funcionários públicos do Município ou particulares na qualidade de voluntários.
§2º - As Câmaras Técnicas serão criadas em caráter permanente e temporário, conforme previsto em Regimento Interno do CMMADS
§3º - O Vice-Presidente do CMMADS, será escolhido dentre os membros do Conselho, em sessão de eleição presidida pelo Prefeito Municipal.
§4º - O Presidente do CMMADS será nomeado pelo Prefeito Municipal, o qual exercerá cumulativamente a função de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º - O CMMADS será mantido obrigatoriamente por verbas que deverão constar no orçamento municipal especificamente para o seu efetivo funcionamento.

Art. 6º - A Plenária do CMMADS é composta de forma paritária por representantes titulares e suplentes de Órgãos Públicos e da Sociedade Civil, da seguinte forma:

I - Quatro órgãos públicos governamentais;

II - Quatro organizações não governamentais.

§ 1º - Devem fazer parte da composição a que se refere o inciso I deste artigo, quatro órgãos municipais que atuam nas áreas agroambiental, obras, administrativo, turismo, podendo inclusive, a critério o chefe do executivo, fazer parte do quadro de servidores de consórcio municipais dos quais o município de Candeias do Jamari seja membro.

§ 2º - Devem fazer parte da composição a que se refere o inciso II deste artigo, dois organismos do setor ambiental, dois do comunitário e dois dos demais seguimentos da sociedade civil, e/ou, pessoa com notório saber;

§ 3º -Entende-se como do setor ambiental as entidades ambientalistas e ruralistas constituídas legalmente e, que tenham prestado serviços à comunidade na sua área de atuação.

§ 4º - Entende-se como do setor comunitário as associações urbanas e rurais do Município, legalmente constituídas.

§ 5º - Entende-se como entidades dos diversos segmentos da sociedade civil aquelas que compreendem as áreas comercial, industrial e de serviços sociais, constituídas legalmente dentro do Município.

§ 6º - O representante do Poder Executivo Municipal poderá indicar os Titulares das secretarias para compor o Conselho.

§ 7º -Os suplentes indicados pelo Secretário Municipal e só poderão ter direito a voto na ausência do titular da pasta.

§ 8º - As entidades não governamentais previstas no inciso II deste artigo, indicarão ao Prefeito Municipal, os seus representantes titulares e suplentes, dentro do prazo de noventa (90) dias antes da composição da plenária.

§ 9º - Em caso de omissão por parte das entidades previstas no inciso II deste artigo, quanto à indicação de que trata o parágrafo anterior, o Prefeito fará a composição com as organizações que estejam cadastradas na Prefeitura.

§ 10 - A composição da Plenária deverá ser feita preferencialmente por entidades ambientalistas dentro das duas vagas para o setor ambiental e, na ausência das mesmas dentro do território municipal poderão ser ocupadas por organizações rurais ou urbanas mais envolvidas com a defesa do meio ambiente.

Art. 7º - Cada Titular do CMMADS terá suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

Art. 8º - Somente será admitida a participação no CMMADS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Art. 9º - Os membros efetivos e suplentes do CMMADS serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal, mediante indicação prevista nesta lei.

Art. 10 - O mandato para os representantes dos órgãos públicos será o tempo em que durar a sua nomeação e, o dos representantes dos organismos não governamentais será de 04 (quatro) anos à partir da sua posse, com a possibilidade de serem novamente indicados ou reeleitos por mais um mandato.

§1º - Perderão o mandato, as entidades governamentais e não governamentais que descumprirem os preceitos regimentais do CMMADS.

§2º - Os membros do CMMADS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Presidente do Conselho.

Art. 11 - A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do CMMADS.

§1º - A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de três (03) Conselheiros respeitando o Regimento Interno.

§2º - Na ausência do Presidente, e/ou Vice-presidente, estes serão substituídos na presidência da sessão pelo conselheiro mais idoso entre os presentes.

§3º - A Plenária se reunirá com o *quórum* mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples em primeira convocação e, em segunda com o número de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.

§4º - As decisões da Plenária serão formalizadas em Resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada no Diário Oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixada em local de grande acesso público, após cada sessão.

§5º - Cada membro do CMMADS terá o direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 12 - Os representantes de órgãos governamentais, bem como os não governamentais que tiverem três (03) faltas consecutivas, ou quatro (04) intercaladas em um ano, sem justa causa, nas reuniões da Plenária e nas reuniões das Câmaras Técnicas, respectivamente, estarão automaticamente desligados do Conselho, sendo substituídos expressamente pelos seus titulares e na ausência desta substituição, por outra organização que se interessar.

Art. 13 - O Presidente do CMMADS, ouvido a Plenária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a colaboração permanente ou temporária de servidores públicos municipais.

Art. 14 - As reuniões da Plenárias serão públicas, devendo as mesmas serem divulgadas amplamente no território municipal.

Art. 15 - O exercício das funções de conselheiro do CMMADS será gratuito e considerado como prestação de relevantes serviços ao Município.

Art. 16 - Para a composição da primeira Plenária do CMMADS, as entidades mencionadas no artigo 6º, inciso II, desta lei, indicarão os nomes dos representantes ao Prefeito Municipal, através de ofício, cópia de seus estatutos e Certidão do Cartório de Registros, até sessenta (60) dias da data da promulgação desta lei.

CAPÍTULO II
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 17 - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§1º - Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA e tem como gestor financeiro o Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§2º - O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Seção I
Dos Recursos

Art. 18 - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA será constituído pelos seguintes recursos:

I - dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;

II - taxas e tarifas previstas em Lei;

III - créditos adicionais suplementares a ele destinados;

IV - produto de multas impostas por infração à legislação ambiental;

V - produtos de taxas, preços públicos ou reembolso de despesas relativas a licenças ambientais emitidas pelo município e também pelo CMMADS;

VI - transferências de recursos da União ou do Estado;

VII - contribuições, subvenções e auxílios da União, de Estados e de Municípios e de suas respectivas autarquias, empresas públicas ou privadas, sociedades de economia mista e Fundações;

VIII - doações de pessoas físicas e jurídicas;

IX - doações de entidades nacionais e internacionais;

X - recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência do órgão ambiental municipal;

XI - preços públicos cobrados pela prestação de serviços ambientais, pela análise de projetos ambientais e pela prestação de informações ou pareceres sobre matéria ambiental;

XII - reembolsos por serviços prestados, por treinamentos ou cursos de capacitação e pela venda de produtos, sempre relacionados à sua finalidade principal;

XIII - rendimentos obtidos com aplicação de seu próprio patrimônio;

XIV - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais motivadas pelo parcelamento irregular ou clandestino ou ocupação indevida do solo urbano ou rural;

XV - condenações judiciais, cíveis, administrativas ou criminais, de pessoas físicas ou empreendimentos sediados no município ou que afetem o território municipal, decorrentes de atos ilícitos praticados contra o meio ambiente;

XVI - compensação financeira ambiental, educação ambiental;

XVII - valores provenientes do recebimento de títulos executivos de termos de ajuste de conduta;

XVIII. - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual deste Município;

XIX. - recursos estaduais e federais para o desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CMMADS) e da política de proteção, conservação, recuperação e preservação do meio ambiente;

XX. - outras receitas eventuais e demais recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao fundo.

§1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§2º - Quando não estiverem sendo utilizados em suas finalidades próprias, os recursos do fundo deverão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele se reverterão.

§3º - O saldo financeiro positivo do Fundo Municipal de Meio Ambiente, apurado ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§4º - A dotação prevista no Orçamento Municipal será automaticamente transferida para a conta do FMMA, tão logo os recursos pertinentes estejam disponíveis.

Seção II
Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 19 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I - custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do Meio Ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II - financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou privados, de interesse ambiental e sem fins lucrativos, que visem:

a) proteção, recuperação, conservação e preservação de recursos naturais no Município ou estímulo a seu uso sustentado;

b) capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidades filantrópicas, governamentais ou privadas sem fins lucrativos;

c) desenvolvimento de projetos de capacitação, educação e sensibilização voltados à melhoria da consciência ambiental, inclusive realização de cursos, congressos, seminários, conscientização e reeducação ambiental;

d) combate à poluição, em todas as suas formas, melhoria do esgotamento sanitário e destinação adequada de resíduos urbanos, industriais e da construção civil;

e) gestão, manejo, criação e manutenção de unidades de conservação municipais ou de outras áreas de interesse ambiental relevante, inclusive áreas verdes, parques ecológicos, praças e áreas remanescentes;

f) desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à melhoria ambiental e à construção do processo de sustentabilidade do município;

g) desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal de Meio Ambiente;

h) desenvolvimento de turismo sustentável e ecologicamente equilibrado;

i) aquisição de material permanente (carro) e de consumo e de outros instrumentos necessários à execução de atividades inerentes à política municipal de meio ambiente.

III - contratação de serviços de terceiros, inclusive assessoria técnica e científica, para elaboração e execução de programas e projetos;

IV - apoio às ações voltadas à construção da Agenda 21 Local e da Agenda 21 Escolar no Município;

V - apoio ao desenvolvimento de atividades concernentes à implantação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Município;

VI - apoio ao desenvolvimento de atividades voltadas à implantação e manutenção do sistema municipal de licenciamento ambiental;

VII - incentivo ao uso de tecnologias ecologicamente equilibradas e não agressivas ao ambiente;

VIII - apoio à implantação e manutenção do cadastro de atividades econômicas, que utilizem ou degradem os recursos ambientais do Município e manutenção de um sistema de informações referentes ao meio ambiente e controle urbano, mediante a coleta e a catalogação de dados e informações e a construção de banco de dados;

IX - atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis, necessárias à execução da política municipal de meio ambiente;

X - pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisa e proteção ambiental;

XI - outras ações de interesse e relevância pertinentes à proteção, recuperação e conservação ambientais do Município.

§1º - O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CMMADS editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades e das prestações de contas que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

§2º - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, projetos incompatíveis com quaisquer normas, critérios ou políticas municipais de preservação e proteção ao meio ambiente.

Seção III
Da Administração

Art. 20 - O Fundo Municipal de Meio Ambiente será gerido e administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e movimentado pela Secretaria de Finanças, com acompanhamento do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CMMADS.

§1º - As contas e os relatórios do Fundo Municipal de Meio Ambiente serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente.

§2º - A aprovação das contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente pelo Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente não exclui a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO.

§3º - Obrigatoriamente, os recursos serão aplicados em projetos e ações sugeridos pelo Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA.

§4º - O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, com apoio técnico dos órgãos ambientais governamentais dos entes federados, deverá propor ao Poder Executivo Municipal, a liberação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente para atendimento de situações emergenciais e prioritárias.

Art. 21 - Os responsáveis pelos projetos ou atividades beneficiados com recursos deste Fundo deverão prestar contas nos termos da legislação vigente.

Art. 22 - Os recursos decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário; ficando o Poder Executivo autorizado a proceder os remanejamentos à sua execução, inclusive mediante a abertura de crédito adicional especial, nos termos do art. 42 da Lei Estadual nº4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 23 - Todo patrimônio adquirido pelo CMMADS, seja ele bem móvel ou imóvel advindo de compra e/ou doação constituirá patrimônio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, cujo destino destes, será objeto de deliberação do CMMADS.

Seção IV
Dos Procedimentos Contábeis e da Prestação de Contas

Art. 24 - A contabilidade do FMMA obedecerá às normas e procedimentos da contabilidade pública e contabilização centralizada, devendo evidenciar a situação contábil e financeira do Fundo, de modo a permitir a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes, na forma da legislação vigente.

Art. 25 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a contabilidade será de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos das obtidos.

Art. 26 - A prestação de contas far-se-á em forma contábil, a ser subscrita pelo responsável técnico competente, precedida de parecer do Conselho Gestor, aprovado pelo CMMADS, devendo ser apresentada para que possa ser integrada à contabilidade geral e à prestação de contas do Município, sem prejuízo da possibilidade de requisição direta, pelo órgão competente oficiante, se for o caso.

Seção V
Das Despesas, Ativos e Passivos do Fundo

Art. 27 - Constituem-se despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - o financiamento total ou parcial dos projetos e programas constantes do Plano de Aplicação de Recursos;

II - o atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, no cumprimento do Plano de Aplicações de Recursos;

III - o custeio das suas despesas de funcionamento.

Art. 28 - Constituem ativos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - disponibilidade monetária em bancos ou em caixas oriundas das receitas especificadas;

II - direitos que, porventura, vierem a constituir.

Art. 29 - Constituem passivos do Fundo Municipal do Meio Ambiente as obrigações de qualquer natureza que, porventura, venham a assumir para a manutenção e o funcionamento da política do meio ambiente.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O FMMA somente poderá ser extinto:

I - mediante Lei Municipal, após demonstração administrativa ou judicial de que ele não vem cumprindo com seus objetivos; ou

II - mediante decisão judicial.

Parágrafo único - O patrimônio eventualmente apurado quando de sua extinção e as receitas de seus direitos creditórios serão absorvidos pelo Poder Público Municipal, na forma como a Lei ou decisão judicial, se for o caso, dispuser.

Art. 31 - Os demonstrativos financeiros do FMMA obedecerão ao disposto na Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964, e às normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 32 - As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CMMADS.

Art. 33 - O prazo para a instalação do CMMADS será de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta lei.

Art. 34 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 35 - Aplicam-se ao Fundo, instituído por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundos assemelhados.

Art. 36 - No prazo máximo de cento e vinte (120) dias após sua instalação o CMMADS elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto do Executivo.

Art. 37 - As despesas com a execução da presente lei correrão pelas verbas próprias do orçamento em vigor.

Art. 38 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Luciana Cristina Dos Santos
Código Identificador:DDAEC14A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.748 DE 07 DE MAIO DE 2025.

Autoria: Vereador Leandro Bejim

"Autoriza a instalação de *Playgrounds* e academias ao ar livre nas praças, parques e outras áreas de lazer públicas de uso coletivo no município e dá outras providências."

O **Prefeito do Município de Candeias do Jamari**, no uso de suas atribuições legais e conforme determina a legislação vigente;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º – Fica autorizada a instalação de playgrounds e academias ao ar livre em praças, parques e outras áreas de lazer públicas de uso coletivo no município.

§ 1º É obrigatória a instalação de brinquedos e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos locais onde há playgrounds e academias ao ar livre instalados, visando a inclusão e integração social.
§ 2º Os brinquedos e equipamentos adaptados poderão ser instalados de forma gradativa, conforme disponibilidade financeira do Poder Executivo.
§ 3º Na instalação dos brinquedos e equipamentos adaptados, o Poder Executivo poderá priorizar as praças, parques e outras áreas de lazer públicas de uso coletivo que possibilitem o maior acesso/atendimento a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Art. 2º - Os playgrounds e academias ao ar livre instalados mencionados no art. 1º desta Lei, deverão seguir as normas e diretrizes de segurança estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a norma ABNT NBR 16071, que regulamenta a segurança de brinquedos e equipamentos.

Parágrafo único: Deverão ser priorizados na construção dos brinquedos e equipamentos, materiais de origem sustentável, desde que atendam os requisitos de segurança e durabilidade, visando minimizar impactos ambientais e riscos à integridade física dos usuários.

Art. 3º - Os responsáveis pela administração das praças, parques e áreas de lazer públicas de uso coletivo, deverão providenciar para que os playgrounds e academias ao ar livre sejam vistoriados anualmente por profissional devidamente habilitado.

§ 1º Da vistoria de que se trata no caput, deverá resultar um laudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, no qual aponte as condições adequadas de uso, bem como se há a necessidade de reforma ou substituição dos brinquedos e/ou equipamentos.

§ 2º Os reparos apontados após o laudo técnico da vistoria, deverão ser feitos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de interdição do playground e/ou academia ao ar livre.

§ 3º O laudo técnico da vistoria deverá ficar disponível nas dependências dos estabelecimentos que se trata no caput, no prazo mínimo de 1 (um) ano, para fins fiscalização dos serviços prestados.

Art. 4º - Além da vistoria anual que se trata o art. 3º desta Lei, os responsáveis pela administração das praças, parques e outras áreas de lazer públicas de uso coletivo, deverão realizar manutenções periódicas semestrais preventivas, das quais incluirão pelo menos:
I - Revisão geral dos parafusos e outros elementos de fixação, bem como dos brinquedos e/ou equipamentos enferrujados;

II - Revisão e reforço dos pontos de solda dos equipamentos e/ou brinquedos metálicos e encaixes dos equipamentos e/ou brinquedos construídos com madeira;
III - Lixamento e pintura dos brinquedos e/ou equipamentos.

Art. 5º - A competência para a fiscalização das exigências estabelecidas por meio desta Lei, será do órgão municipal que autorizar o funcionamento dos playground e academias ao ar livre, nas praças, parques e outras áreas de lazer públicas de uso coletivo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Luciana Cristina Dos Santos
Código Identificador:F0DB815A

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 9.993, DE 06 DE MAIO DE 2025

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO , ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

Lindomar Barbosa Alves , Prefeito Municipal de Candeias do Jamari, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei763de 24 de junho de 2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação;

Considerando que o PME se dá por um processo coletivo, emconjunto com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e o poder público, mas, para além do processo de elaboração e aprovação do PME, se faz necessário organizar os procedimentos de monitoramento , de avaliação e acompanhamento;

Considerando que monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, e contribuem para o alcancedas metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação possui o dever de assegurar o apoio técnico e administrativo para as ações de acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação .

DECRETA:
Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Coordenadora, com intuito de organizar, acompanhar, o trabalho da equipe de monitoramento, assim como analisar o Relatório do Monitoramento do Plano Municipal de Educação, e esta será composta pelos seguintes membros:
Sheyla Cristina Moraes Almeida –Núcleo de Programas Federais

Michela Nunes Aguiar - Núcleo de Saúde Escolar

Jonas Marquiole - Núcleo de Estatística, Monitoramento e Frequência Escolar

Leoni Claudino dos Santos – Núcleo de Gestão de Pessoas

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica de monitoramento , acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação- PME, os seguintes membros:

I – Representante do Conselho Municipal de Educação - Olavo Bernardo da Rocha Filho -Presidente do CME

II – Representante do Executivo Municipal
Luciana Cristina dos Santos - AssessoraJurídica

III– Representante do Conselho do FUNDEB
Alex Rodrigues de Lima Presidente - FUNDEB

IV- Representantes da Educação BásicaMunicipal

Everlandia Lima da Silva -Coord. do Núcleo de Educação Básica

Silene de Souza Castro - Núcleo de Ensino Fundamental

Iete Vieira Teixeira - Núcleo do Ensino Infantil

Maria Aparecida Dias -Núcleo de Inspeção e Monitoramento Escolar

Clarice Lemos Ferreira - Núcleo de Ensino Fundamental

Everlândia Lima da Silva - Núcleo de Educação Especial

V – Representante da Coordenadoria Administrativa e Financeira – CAF - SEMED

Anacele Costa da Silva – Gerente de Prestação de Contas

VI – Representante da Educação Básica Estadual

Maria Maura Maia Cavalcante – Professora da Rede Estadual

VII - Representantes do SINTEMUCAJA

Adão de Sena Mesquita - Representante dos Professores
Waldirene Cardoso da Silva -Representante dos Professores

Art. 3º São atribuições da Equipe Técnica de monitoramento, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação- PME:
I - Monitorar, analisar e propor medidas aos gestores e comunidade em geral, anualmente, a partir dos resultados obtidos em fontes de pesquisas oficiais: Inep, IBGE, PNAD, Censo Escolar, IDEB e outros, relativos a educação em âmbito municipal, com fins de melhorar a educação como um todo;
II- Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento de metas propostas no PME;
III – Apresentar, relatórios, pareceres, notas técnicas e demais documentos para a Comissão Coordenadora do Monitoramento , e Fórum Municipal de Educação – FME;

Art. 4º. Compete a Comissão Coordenadora organizar e acompanhar os trabalhos de monitoramento realizado pela Equipe Técnica .

Art.5º. Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a editar instruções normativas para fiel cumprimento deste decreto.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º. Revoga-se o decreto 9668 de 23 de Setembro de 2024

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Enilson Oliveira de Almeida
Código Identificador:184A3589

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ORDEM DE SERVIÇOS DO CONTRATO Nº 17/2025/PGM/PMCJ

Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC
Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 05.340.639/0001-30
Processo Administrativo: 0002914.22.21-2024
Processo Licitatório: 0000508.03.02-2024
Pregão Eletrônico SRP nº 015/2024
Ata de Registro de Preços nº 017/2024
Contrato: 17/2025/PGM/PMCJ

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC, em cumprimento ao que dispõe o Processo Licitatório: 0000508.03.02-2024, viemos comunicar que Vossa Senhoria foi a vencedora do certame licitatório, estando a mesma a partir desta data autorizada a iniciar a prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão magnético ou cartão eletrônico tipo smart com chip, por meio de rede credenciada habilitada para abastecimento com intuito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC, no município de Candeias do Jamari por um período de 12 (doze), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Contrato nº 17/2025/PGM/PMCJ, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. Conforme descrito abaixo:

Item	Descriminação	Qtd.	Und.	Taxa de Administração (%)	Valor Total (R$)
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão magnético ou cartão eletrônico tipo smart com chip, por meio de rede credenciada habilitada para abastecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para atender à Prefeitura de Candeias do Jamari, por um período de 12 (doze) meses.	12	MESES	R$ -1,62%	136.008,00

Candeias do Jamari/RO, 05 de maio de 2025.

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento -SEMAGRIC
Contratante
LEUDINEIA BARROS RAMOS GONÇALVES
CPF: 665.376.812-00
Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC

PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA
CNPJ: 05.340.639/0001-30
Contratada
RENATA NUNES FERREIRA
CPF: 371.237.288-40
Representante Legal

Publicado por:
Luciana Cristina Dos Santos
Código Identificador:4A0CD089

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA

Nº 112/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 06 de maio de 2025.

06 DE MAIO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Le Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear servidor como FISCAL DO CONTRATO referente ao Contrato de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Coffe Break tipo 1, tipo 2 e Almoço nº. 10/2025/PGM/PMCJ – R8 Comércio e Serviços LTDA.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal do Contrato	Alex Soni Araujo dos Santos	13208

Art. 2º Compete ao Fiscal do Contrato:

I. Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço.
II. Apurar faltas ou defeitos observados no ato da inspeção na prestação do serviço executado.
III. Determinar a regularização das faltas ou defeitos constatados no ato da fiscalização.
IV. Garantir a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade no fornecimento do serviço contratado.
V. Assegurar o adequado fornecimento dos serviços contratados.
VI. Solicitar autorização do Secretário (a) de Educação em tempo hábil, visando a tomada de decisões, tal qual as providências que possam vir a ultrapassar a jurisdição do Fiscal do Contrato.
VII. A fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços deverá ser realizada a cada evento que a Empresa contratada for prestar.
VIII. Notificar a empresa, bem como a administração pública quando detectado qualquer ocorrência que desvirtue e/ou comprometa a prestação dos serviços.
IX. Controlar o prazo de vigência do Contrato e juntar ao processo a documentação necessária para celebração de aditivos se for da vontade da administração e encaminhar ao setor competente.
X. Manter o controle atualizado dos pagamentos efetuados.

Art. 3º Esta Portaria terá seus efeitos retroativos à 16 de abril de 2025.

RUTE ALVES DA SILVA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº. 9862/2025

Publicado por:
Alex Soni Araujo Dos Santos
Código Identificador:A5C6D0E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA

Nº 114/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 06 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a Concessão de Diária de Campos"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Decreto Nº 651 de 23 de Março de 2015,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Diárias de Campo para os servidores abaixo relacionados se deslocarem a Zona Rural deste Município, nos dias:

*05/05/2025 a 09/05/2025;
*19/05/2025 a 23/05/2025;
*26/05/2025 a 30/05/2025;

Visando a necessidade de Acompanhamento e Fiscalização da Obra na Extensão da EMEF Mário Covas na Vila Miriti Linha 21, no mês de maio de 2025, de acordo com o Processo Nº 0001588.07.02-2025.

Seguem os dados dos servidores:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNIDADE	VALOR TOTAL A RECEBER (R$)
01	ERENILDO CAMPOS BATISTA – CAD. 266	12	Diária com pernoite	1.728,00
02	ERENILDO CAMPOS BATISTA – CAD. 266	03	Diária sem pernoite	216,00
03	ARIVALDO CASTRO DO PRADO – CAD. 9971	12	Diária com pernoite	1.728,00
04	ARIVALDO CASTRO DO PRADO – CAD. 9971	03	Diária sem pernoite	216,00
05	JOSÉ RAMOS DE MELLO – CAD: 4206	12	Diária com pernoite	1.728,00
06	JOSÉ RAMOS DE MELLO – CAD: 4206	03	Diária sem pernoite	216,00
07	ALDENIR BATISTA MONTEIRO – CAD: 4354	12	Diária com pernoite	1.728,00
08	ALDENIR BATISTA MONTEIRO –	03	Diária sem	216,00

	CAD: 4354		pernoite	

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RUTE ALVES DA SILVA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação
Dec. 9862/2025

Publicado por:
Alex Soni Araujo Dos Santos
Código Identificador:276DAE95

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ERRATA LIBERAÇÃO DE ATA ATA 003/2025/SML/PMCJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1572/2025
Na Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/05/2025.
ONDE SE LÊ:
Processo Administrativo nº 0001200-05.07.01-SEMED/2025
LEIA-SE:
Processo Administrativo nº 0001572-25.21.01.SEMAGRIC/2025

Candeias de Jamari – RO, 07 de maio de 2025.

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Superintendente Municipal de Licitação
Portaria n. 030/2025

Publicado por:
Raquel França Gil da Silva
Código Identificador:B4AEAF9E

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇAO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0002470.06.01/2024 – O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que, fica REVOGADO a HOMOLOGAÇÃO "ID 124º – 1.69E.ED8" – OBJETO: Contratação de empresa qualificada para a prestação de serviços referente à execução das obras (Ampliação e Revitalização da Praça 13 de Fevereiro) - Convênio N 941268/2023 – Licitante Vencedora: SM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 10.608.805/0001-76 – LOTE: 01 – Valor Total R$ 1.270.000,00 (Um milhão duzentos e setenta mil reais) – Justificativa Conforme ID 138º 1.7DC.413, ID 139º 1.85C.076 e ID 141º – 1.97A.0C8.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucivaldo Silva da Costa
Código Identificador:0B782425

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	16/2025
b) Licitação Nrº :	50/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	07/05/2025
e) Objeto Homologado :	DESPESA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AUTOVEMA VEICULOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.968.287/0001-36

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	STRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.3	1	R$ 103.490,00	R$ 103.490,00

Valor Total Homologado - R$ 103.490,00

Castanheiras-RO, 07 de maio de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:808F2D46

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	242/2025
b) Licitação Nrº :	48/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	07/05/2025
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES DO MUNICIPIO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: KS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA
CNPJ/CPF: 51.557.243/0001-66

Item	DESCRIÇÃO	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO COM MESÁRIO. DOIS ARBITROS E MESARIO(S). DESLOCAMENTOS, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	27	R$ 275,00	R$ 7.425,00
2	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO COM MESÁRIO. ARBITRO, BANDEIRINHAS E MESÁRIO(S). DESLOCAMENTOS, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.	37	R$ 424,00	R$ 15.688,00

Valor Total Homologado - R$ 23.113,00

Castanheiras-RO, 07 de maio de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:F426AA85

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/CPL/PMC/2025

PROCESSO Nº 210/SEMUSA/2025
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA, EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO CONTROLE DE POMBOS, LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA E OUTROS**.** Tipo Menor Preço Por Item. Valor estimado R$ **51.472,12 (Cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e dois reais e doze centavos**). Início da Sessão Pública dia 21/05/2025, as 09:00 horas (Horário de Brasília). Edital e Sessão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.licitanet.com.br, Edital e Informações; http://www.castanheiras.ro.gov.br, ou na sala da CPL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 7h30min. (Horário Local). Informações: Fone (69) 3474-2050, e-mail: cplcastanheiras@outlook.com.

Castanheiras-RO, 07 de MAIO de 2025.

DENIZE REGINA DOS SANTOS
Superintendente Licitação
Portaria nº 015/GAB/2025

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:DDB1225A

CPL
CONTRATO Nº 010/2.025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 242/SEMELC/2.025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE ARBITRAGEM, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS – RO E KS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ Nº 51.557.243/000166.

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS – RO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 63.761.969/0001-03,** com sede na Rua Jacarandá, nº 100, Centro **CASTANHEIRAS - RO,** neste ato representado pelo seu Prefeito, o Senhor **CICERO APARECIDO GODOI,** brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 325.469.632-87, residente e domiciliado na Rua do Jambo, nº 1006, Bairro Centro, na cidade de Castanheiras - RO, CEP 76.948-000, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa, **KS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ Nº 51.557.243/0001-66**situada na Avenida Novo Estado, nº 1965, Bairro Centro, CEP: 76.950-000, na cidade de Santa Luzia D'Oeste/RO, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **KAMILLY EDUARDA FRANSKOVIAKI PEREIRA**, brasileira, solteira, empresário, inscrita no CPF nº 0**. ***.***-*0, portadora da CI-RG sob o nº 1****3 SESDEC/RO, residente e domiciliada Avenida Novo Estado, nº 1965, Bairro Centro, CEP: 76.950-000, na cidade de Santa Luzia D'Oeste/RO, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 242/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGOS, FUTEBOL (INCLUINDO TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, ALIMENTAÇÃO E OUTRAS). PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CASTANHEIRAS/RO, CONFORME LEI 14.133/2021, especificados abaixo, conforme Proposta e condições do Processo de Contratação **Nº 242/2025 – SEMELC**

DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNI.	V. TOTAL
SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO (INCLUINDO TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, ALIMENTAÇÃO E OUTRAS) SENDO QUE EM CADA JOGO DEVERÁ SER COMPOSTA DE 01 (UM) ARBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO – DURAÇÃO DAS PARTIDAS 90MIN.	37	R$ 424,00	R$ 15.688,00
SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (INCLUINDO TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, ALIMENTAÇÃO E OUTRAS) SENDO QUE EM CADA JOGO DEVERÁ SER COMPOSTA DE 02 (DOIS) ARBITROS, E 01 (UM) MESÁRIO – DURAÇÃO DAS PARTIDAS 40MIN	27	R$ 275,00	R$ 7.425,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura do contrato até a data de 31/12/2025, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogados na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. A prestação do serviço será solicitada mediante emissão de autorização de fornecimento/ordem de serviço.
3.2. A contratada deverá realizar a prestação de serviço de arbitragem de jogos, modalidade futebol de campo, categoria livre masculino, compreendendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes e 01 (um) mesário, partidas com 02 tempos de 45 minutos cada; e Modalidade futsal sendo que em cada jogo deverá ser composta de 02 (dois) árbitros, e 01 (um) mesário – duração das partidas 40min, conforme cronograma dos campeonatos a ser definido pelo Contratante. Os jogos acontecerão dentro dos limites do município de Castanheiras/RO.
3.3. A contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do objeto;
3.4. A contratada deverá comunicar ao CONTRATANTE qualquer inconformidade que tiver conhecimento, imediatamente após a constatação do fato;
3.5. A contratada deverá reparar todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a TERCEIROS por suas ações.
3.6. Os apitos para o serviço de arbitragem deverão ser fornecidos pelo(a) contratado(a). As súmulas e demais materiais necessários para execução dos jogos serão fornecidos pelo Município de Castanheiras/RO.
.
QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$ 23.113,00, (vinte e três mil cento e treze reais).
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, deslocamento, locomoção, alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento será de em até 30 dias após a emissão da nota fiscal, que deverá ser emitida após a conclusão da 1ª fase do campeonato, que corresponde à metade da prestação de serviço e o restante ao finalizar o campeonato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos, podendo ser reajustados, com atualização de valores por índice a ser definido pela administração municipal.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele Substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.7. Cientificar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. A empresa contratada deverá prestar o serviço de forma imediata de acordo com as especificações Processo Administrativo nº 242/2025, e neste contrato, em conformidade com o cronograma dos campeonatos, com jogos nos endereços indicado pelo responsável do Departamento de Esportes no município de Castanheiras/RO. A Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes
documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
10.1 A contratada deverá executar a prestação dos serviços conforme descrição do objeto e exigências do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
|II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

II -	Multa de 20% do valor do contrato	Qualquer infração (art. 156, § 3º)
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de IRATI/SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II - III - IV - V - VI - VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
IV -	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII - IX - X - XI - XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
11.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.5.3. Indenizações e multas.
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
13.1. As despesas decorrentes desta compra direta deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cidadania.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
16.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Contratante, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada.
16.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

16.2.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
16.2.2. O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
16.2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.
I - Eventualmente, podem as partes convencionar que o Contratante será responsável por obter o consentimento dos titulares.
16.2.4. Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
I - Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.
É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
16.3. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da Contratante, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
16.4. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela Contratada da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
16.5. A Contratada oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao Contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
16.6. A Contratada deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
16.7. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
16.8. A Contratada deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a Contratada e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado. A Contratada deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da Contratante, assinaram Acordo de Confidencialidade com a Contratada.
16.8.1. Ainda a Contratada treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Contratante.
16.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.
16.10. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
16.11. O Encarregado da Contratada manterá contato formal com o Encarregado do Contratante, e fica obrigado a notificar ao Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.
A critério do Encarregado de Dados do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento e,
em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Contratante, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
16.11.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.
16.12. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
16.12.1. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à Contratante e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela Contratada de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: PUBLICAÇÃO
17.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, II da Lei nº 14.133/2021).
17.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
I - Página do Município de Irati/SC conforme endereço a seguir https://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/portaltransparencia/1/
II - Diário Oficial dos Municípios – AROM

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Médici/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS:
19.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o Processo Administrativo nº 242/2025, e suas alterações, com os quais o CONTRATADO, abaixo assinado, se obriga, sob as penas da lei.

E por assim estarem certos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas cientes e capazes, que também o assinam.

Castanheiras/RO, 10 de Maio de 2.025.

CONTRATANTE:

Município de Castanheiras/RO
CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

CONTRATADO:

KS Serviços e Manutenção LTDA
CNPJ Nº 51.557.243/000166
KAMILLY EDUARDA FRANSKOVIAKI PEREIRA

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:55B9F1FA

GABINETE
PORTARIA DE CONVOCAÇÃO N° 001/GAB/2025/INTERROMPER AS FÉRIAS DA SERVIDORAELIANE BRANCO BARBOSA, NA FUNÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DO RECURSOS HUMANOS-RH COM BASE NO ART. 70 DA LEI MUNICIPAL N° 042/94 HAJA VISTA AS NECESSIDADES DOS SERVIÇOS DA MESMA.

PORTARIA DE CONVOCAÇÃO N° 001/GAB/2025

O senhor**CICERO APARECIDO GODOI**, Prefeito do Município de Castanheiras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1°interromper as férias da servidora**ELIANE BRANCO BARBOSA**, na função de Agente Administrativo do Recursos Humanos-RH com base no art. 70 da Lei Municipal n° 042/94 haja vista as necessidades dos serviços da mesma.

Art. 2°interromper com efeito retroativo do dia de 01 de Abril de 2025 a 20 de Abril de 2025 correspondendo as férias de 12/06/2022 a 11/06/2023 por absoluta necessidade de serviço.

Art. 3°Que o setor competente faça as anotações e remarcação do gozo de férias interrompida. Dê ciência ao servidor.

Art. 4°Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Castanheiras/RO,07 de Maio de 2.025

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:95CF5975

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº. 026/2025

A Prefeitura Municipal de Chupinguaia, através da Secretaria Municipal de Administração, convoca os candidatos aprovados no processo administrativo nº 98/2024 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, 07/03/2024 Nº 3678, DECRETO Nº 2827/2024 abaixo relacionado a comparecer na Secretaria Municipal de Administração SEMAD, no Departamento De Pessoal, nos dias úteis, no período de**08/05/2025 a 13/05/2025**, no horário de 07:00 às 13:00 horas, para fins de investidura e lotação.

Engenheiro Civil 01 - SEMPLAN
Jheckson Taffarel Brentano dos Santos NF 35

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O EXERCICO DO CARGO
a)Carteira de Trabalho e Previdência Social, Original e Xerox;
b)Pis/Pasep;
c)Certidão Negativa de Condenação Criminal e Civil;
d)Certidão Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. (http://www.tce.ro.gov.br/);
e)Certidão municipal de taxas e tributos (Tributação e SAAE).
f)(02) Fotos 3 x 4 Recente;
g)Carteira de Identidade RG;
h)Cadastro de Pessoas Físicas CPF;
i)Título de eleitor e comprovante da última votação;
j)Documentos Militares, comprovantes que está em dia com as obrigações militares, se homem;
k) Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado) trazer CPF cônjuge;
l) Certidão Nascimento dos Filhos menores de 14 anos e CPF;
m)Carteira de Vacina dos Filhos menores, devidamente atualizadas;
n) Exame Admissional, físico e mental (médico do trabalho).
o)Certificado de Escolaridade ou Diploma, de acordo com as exigências da Categoria;
p)Comprovante de Registro no Conselho ou Órgão da categoria, quando for o caso;
q)Comprovante Anuidade profissional
r) Declaração de Bens e Valores;
s) Declaração que não possui outro emprego público, exceto cargos previstos em Lei;
t) Comprovante de Residência atualizado.
u) Conta Bancária. (Banco do Brasil)

O não comparecimento do(s) candidato(s) nos DIAS E HORÁRIOS CITADOS, a ausência da documentação exigida, implicarão na exclusão da classificação do(s) candidato(s) do referido processo seletivo.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**JADSON PAULINO DE ABREU**,**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em 07/05/2025 às 07:07, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**678021**e o código verificador**3EE22196**.

Docto ID: 678021 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:920A2030

PROCURADORIA GERAL
HOMOLOGAÇÃO PROC. 80

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Processo Administrativo nº 80/2025, conforme o Pregão Eletrônico nº 21/2025. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa DISTRIBUIDORA CHUPINGUAIA LTDA - 26.123.203/0001-69, Documentação da empresa (ID 677559),vencedora dos itens licitados, perfazendo o valor total de R$ R$ 3.027,80 (três mil e vinte e sete reais e oitenta centavos).

Cumpridas as exigências do Pregão Eletrônico apresentado os menores preços para os item de acordo com a Ata Final do Pregoeiro (ID 677556) Termo de Adjudicação (ID 677557) Homologação (ID 677664)

Chupinguaia-RO, 06 de maio de 2025.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 06/05/2025 às 13:41, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**677662**e o código verificador**E92D0C46**.

Referência: Processo nº 1-80/2025.	Docto ID: 677662 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:7779A098

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROC. 1006

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base no inciso I do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021

DISPENSA-SE

A licitação para a contratação direta com a**REAL DIAGNOSTICA CO. DE PROD. E EQUIP. LAB. LTDA,CNPJ:**04.054.617/0001-40para o Aquisição de reagentes laboratoriais utilizado apenas para o analisador hematológico XP,Em conformidade com as especificações detalhadas contidas noTermo de Referência(ID 666772)a Justificativa da Contratação(ID666910), NAD(ID666907)e Parecer da Auditoria(ID 671939),com empenho, no valor de**R$**:**11.177,96 (onze mil, cento e setenta e sete reais e noventa e seis centavos)**,com respaldo legal no artigo 74 inciso I da Lei 14.133/2021

Publique-se o Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº. 61/2025.

Processo Administrativo nº. 1006/2025.

Gabinete do Prefeito em 29 de abril de 2025.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 08:47, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**674929**e o código verificador**D350AE5F**.

Referência: Processo nº 2-1006/2025.	Docto ID: 674929 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:96534DF5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.654, DE 07 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.652, DE 24 DE ABRIL DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e Eu, Sanciono e Promulgo a seguinte;
LEI:
Art. 1º - RETIFICA o ANEXO ÚNICO, da Lei nº 2.652, de 24 de abril de 2025, que dispõe sobre Autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial, no que se refere exclusivamente ao Código da Fonte de Recursos (Matriz de Saldos Contábeis – MSC) da Ficha Orçamentária de Código: 739, constante da página 02, passando a vigorar com a seguinte redação, efetuando a sua devida correção:
Parágrafo Único – Onde se lê na Ficha Orçamentária de Código: 739, o Código da Fonte de Recurso: “6.2.500”, leia-se “6.1.500”.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a data de 24 de abril de 2025.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 7 DE MAIO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
07/05/2025 13:04:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 458622 e o CRC 389BAFC7.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:94ADE3EC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.655, DE 07 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 2.026, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A LIMPEZA DE TERRENOS URBANOS BALDIOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e Eu, Sanciono e Promulgo a seguinte;
LEI:
Art. 1º - ALTERA o artigo 2º, da Lei nº 2.026, de 30 de outubro de 2017, que passará a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 2º - Constatada pela Fiscalização Municipal a existência de terreno urbano baldio que infrinja ao disposto no artigo anterior, o proprietário será intimado a tomar as providências no prazo de até 10 (dez) dias corridos.”
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 7 DE MAIO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS
Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
07/05/2025 13:04:04
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 458627 e o CRC E15B4A89.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:A4E78C53

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.657, DE 07 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 2.160, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019, QUE INSTITUI A SEMANA DO BEBÊ NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e Eu, Sanciono e Promulgo a seguinte;
L E I:
Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, que passará a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 1º - Fica instituída a Semana do Bebê, a qual passa integrar o Calendário Oficial de eventos do Município de Colorado do Oeste/RO, a ser realizada anualmente, na primeira semana do mês de agosto de cada ano.”
Art. 2º - Fica alterado o artigo 2º, que passará a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 2º - Fica autorizado o Executivo Municipal, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, a promover, anualmente, a Semana do Bebê, na primeira semana do mês de agosto.”
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO “PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE”, 7 DE MAIO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
07/05/2025 13:04:05
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 458634 e o CRC 66A2E1E6.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:8AC0A58E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 033, DE 05 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais n, 210/2022 e 251/2022; RESOLVE: Art. 1º - CONCEDER ao servidor Cleison Passos da Silva, ocupante do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, matrícula nº 42510, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 (três e meia) diárias no valor total de R$ 1.925 (Mil e novecentos e vinte e cinco reais), com desconto do auxílio alimentação referente a 3,5 (Três e meio) dias no valor de R$ 127,26 (cento e vinte sete reais e vinte e seis centavos) de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.797,74 (Mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), no período de 06/05/2025 a 09/05/2025, onde o mesmo se deslocará a Ariquemes com o objetivo de Participar da reunião com Conselho Estadual de Saúde, Reunião pré-CIB, 4ª Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 4ª Reunião Ordinária da CIB. Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Caminhonete hilux, placa: QTA3467 Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de maio de 2025. Edmilson Rodrigues de Almeida Prefeito Municipal Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 –CEP 76.993-000 Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br COLORADO DO OESTE - RO Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/05/2025 às 13:28, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020. Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 06/05/2025 às 20:29, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 457957 e o código verificador 3924BF92. Referência: Processo nº 1-153/2025. Docto ID: 457957 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:7EA58EBB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 034, DE 05 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais n, 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Willian Batista Moreno, ocupante do cargo de Dir. Exec. Fundo Municipal de Saúde/ Agente Administrativo, matrícula nº 43443, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 (três e meia) diárias no valor total de R$ 1.925 (Mil e novecentos e vinte e cinco reais), com desconto do auxílio alimentação referente a 3,5 (Três e meio) dias no valor de R$ 158,85 (cento e cinquenta oito reais e oitenta e cinco centavos) de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.766,15 (Mil setecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos), no período de 06/05/2025 a 09/05/2025, onde o mesmo se deslocará a Ariquemes com o objetivo de Participar da reunião com Conselho Estadual de Saúde, Reunião pré-CIB, 4ª Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 4ª Reunião Ordinária da CIB.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Caminhonete hilux, placa: QTA3467.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de maio de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/05/2025 às 15:00,

horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 06/05/2025 às 20:27, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 458005 e o código verificador D4408CE3.
Referência: Processo nº 1-611/2025. Docto ID: 458005 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:15285B54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PE 08-2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº08-2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº304-2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, ADJUDICA e HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para a clínica de fisioterapia.**

PROPONENTE/FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS	TOTAL DOS ITENS
VILHEMED COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO LTDA - 30.203.451/0001-97	22	R$ 40.653,92
G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - 30.029.272/0001-85	4	R$ 7.128,22
JAMARI COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA - 13.287.059/0001-54	2	R$ 4.200,00
M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 32.593.430/0001-50	2	R$ 22.740,00
A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - 17.238.455/0001-42	2	R$ 13.119,50
BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA - 42.418.039/0001-73	1	R$ 93.660,00
FISIOLIFE SOLUCOES MEDICAS E HOSPITALARES LTDA - 51.097.433/0001-48	3	R$ 56.855,76
B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - 52.496.119/0001-09	1	R$ 42.000,00
T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - 18.912.500/0001-65	1	Total R$ 441,66
TOTAL	**38**	**R$ 280.799,06**

ADJUDICO/HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Colorado do Oeste-RO, 06 de maio de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Santos Dos Anjos
Código Identificador:B7354850

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO P.E. 029/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1704/2024

O Prefeito de Corumbiara/RO, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA através do Processo Administrativo nº 1704/2024, a despesa com **aquisição de combustível, sendo: gasolina aditivada e diesel s-10, para atender as necessidades das secretarias; SEMPLAN, SEMAS, SEMED, SEMOSP, SEMAF, SEMAM, SEMUSA através de Ata de Registro de Preços,** em favor das seguintes empresas:

01)BALDIN & SANTOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 07.611.248/0001-38 no valor de **R$ 4.413.946,60** (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos);

02) BEM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 09.271.603/0002-83 no valor de **R$ 222.600,00** (duzentos e vinte e dois mil e seiscentos reais).

Total Geral HomologadoR$ 4.636.546,60 (quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

Corumbiara-RO, 30 de abril de 2025.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI
Autorizo a emissão do Empenho.

(Assinatura Eletrônica)
LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA
Prefeito Municipal
Termo de P. 223

Publicado por:
Renara Gonçalves da Silva
Código Identificador:0F7D64A7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°001/CMCM/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº081/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/CMCM/2023
PROCESSO ADMINITRATIVO Nº 081/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°001/CMCM/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº081/2023

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES G DA S FERREIRA SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato nº001/CMCM/2023

PRAZO: Fica aditivado o prazo por 12 (Doze) meses, com efeito a partir de 06 de abril de 2025.

DO VALOR: Considerando que no contrato 001/CMCM/2023, o valor contratado fora de R$ 59.937,48 (Cinquenta e Nove Mil Novecentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Oito Centavos) o valor mensal de R$ 4.994,79 (Quatro Mil Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos), no período de 12 (Doze) meses, encerrando em 06/04/2026, fica o presente aditivo firmado.

Costa Marques/RO, 04 de Abril de 2025.

JULIANE DUARTE SENA DAS NEVES
Presidente da Câmara Municipal
Costa Marques/RO

Publicado por:
Jorgeani Ojopi Soares
Código Identificador:C6FA00D6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo administrativo nº 550/SEMTUR/2024.
Assunto: Contratação da dupla de artistas musicais gospel, Daniel & Samuel Banda Musical Lamba Saia, com nome empresarial D&S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA – ME, para apresentação no dia 10 de maio de 2025.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 38

JUSTIFICATIVA:

A contratação de Bandas Musicais ou Cantores Famosos faz-se necessário à promoção cultural do Município e da população, visto que a Contratada, acima citada, é conhecida popularmente, conforme documentos anexos, bem como, na região onde será realizado o evento, justificando-se assim, a contratação da mesma, onde se torna adequada e não foge dos princípios legais que a Lei Determina. Vale ressaltar, que a Contratação de Atrações como estas, visa não somente o Lazer da população, como também o impulso e crescimento, pouco explorado, do Turismo na região, visto que um evento desse porte ocasiona o deslocamento de pessoas de várias cidades de Rondônia, bem como de outros Estados, as quais levam consigo Recordações em mídia, tornando conhecida a Região, em especial a Cidade de Costa Marques e o Festival de Praia. A contratação da Dupla será um evento destinado à comemoração ao dia das Mães, conforme termo de referência.

CREDOR:
D&S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA – ME
End. R Munir Calixto, Esquina Com Avenida Brasil, Nº 4430, Q. 21, L. 33 S. 02
Anápolis-GO
CEP:75.130-510

OBJETO:
Despesa com Show Gospel, para o dia das Mães

VALOR:
O valor do objeto é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

BASE LEGAL:
Lei **14.133, de 01/04/2021**, art. 74, que dispõe: ”É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”, esta licitação inviabiliza a concorrência, pois se refere o pagamento de dupla de cantores gospel, cujo empresa existe, exclusivamente para tal fim, e que preenche os requisitos mencionados anteriormente, artistas já conhecidas Regionalmente e Popularmente.

Dê-se ciência e Publique-se.

Costa Marques-RO, 07 de Maio de 2025.

FABIOMAR AGOSTINI BENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:F90E1613

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 214/SEMOSP/2025

OBJETO: Registro de Preços, para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de hora máquina, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos deste município de Costa Marques.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO, através de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 24/GAB/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção no valor total da licitação divulgada no Aviso de Licitação do **Pregão Eletrônico nº 11/2025**, nas descrições elencadas abaixo, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM no dia 02/05/2025, e jornal Correio Popular no dia 03 e 04/05/2025

Onde se lê:

valor estimado de R$ 7.560.233,33 (Sete milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Leia-se:

valor estimado de R$ 6.832.800,00 (Seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil e oitocentos reais).

Os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório permanecerão inalterados.

Costa Marques, 07 de maio de 2025.

ALTAIR ORTIS
Pregoeiro
Dec. 24/GAB/2025

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:C2BC988E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA HOMOLOGAÇÃO, Nº 114/2025 DE 06 DE MAIO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 114/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1. ° - CONCEDER a servidora **SOLANGE MODENA DE ALMEIDA BARATA**, Portadora do CPF nº 710.169.372-53, (01) uma diária para deslocamento ao município de Ariquemes objetivando ir na Pública-Tecnologia da Informação, para tirar algumas dúvidas e esclarecimentos relacionado ao sistema/compras.
Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 06 de maio de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Aline Munari Garcia de Souza
Código Identificador:6563BDDB

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO 053/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo n º053/2025.

Com base no parecer do Departamento CONTÁBIL, TESOURARIA, e JURÍDICO e CONTROLE INTERNO HOMOLOGAM e ADJUDICAÇÃO os procedimentos deste Processo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Processo: A contratação de forma inexigível a licitação de contratação direta na lei federal 14.133/2021, Art 74. inciso III. Do processo n° 043/2025. Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição.

Objetivo: **"Pagamento de 09 (nove) inscrições para vereadores e servidores participarem do curso: PROCAVER 2ª MÓDULO-Funções do Poder Legislativo Municipal, PROCAVER (PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE VEREADORES E SERVIDORES)."**

Fornecedor: **INSTITUTO APRIMORE CONSULTORIA E CAPACITAÇÂO, incrita no CNPJ: 04.495.315/0001-08.**

Valor da contratação **R$ 7.200,00(sete mil e duzentos reais).**

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM – RO, 06 de maio de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Aline Munari Garcia de Souza
Código Identificador:808B9F97

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
EXONERAÇAO

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
GABINETE DA PRESIDENTE

PORTARIA Nº037/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:
Art. 1.º - **EXONERAR** o servidor **EDUARDO MEDRADES DE SOUZA** da função de **ASSESSOR DE IMPRENSA** , de acordo com o Anexo II da Lei Municipal nº 1.347/2022, e dá outras providências.
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim-RO, em 05 de maio de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Lauriane Moraes Lucena Paster
Código Identificador:E42A6934

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
NOMEAÇAO HERCULES

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
GABINETE DA PRESIDENTE

PORTARIA Nº038/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:
Art. 1.º - **NOMEAR** o servidor **HERCULES CONCEIÇAO DA SILVA** da função de **ASSESSOR DE IMPRENSA** , de acordo com o Anexo II da Lei Municipal nº 1.347/2022, e dá outras providências.
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim-RO, em 06 de maio de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Lauriane Moraes Lucena Paster
Código Identificador:1CA94A9F

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 008/2025

O Município de Cujubim – RO, através do Agente de Contratação, instituído pelo Decreto nº 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a **Dispensa de Licitação na sua forma eletrônica nº 008/2025**, tipo Menor Preço Unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 1287/2022, Objeto: **Aquisição de Materiais de Consumo (Potes de Sorvete, Picolés, cascão e pazinhas)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Valor estimado de R$: 25.577,77 (Vinte e Cinco Mi Quinhentos e Setenta e Sete Reais Setenta e Sete Centavos). Processo Administrtivo nº 381/2025. Modo de Disputa Aberto. A **sessão pública virtual será das 09:00 hrs às 12:00 hrs do dia 13/05/2025.** (horário oficial de brasilia). O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus anexos estão disponivel no site www.licitanet.com.br e no portal da transparência na aba licitações endereço eletrônico site: www.cujubim.ro.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais, para maiores informações através do telefone (69) 3582 2062 / 2004, e-mail: cpl@cujubim.ro.gov.br

Cujubim - (RO) 07 de Maio de 2025.

SERGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:3B0903B3

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 009/2025.

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 009/2025.
Pregão Eletrônico nº 009/2025, ocorrido em 06 de Maio de 2025 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: **Aquisição e instalação de equipamentos de permanentes do tipo aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A contratação visa atender às necessidades da nova sede do Conselho Tutelar, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Cujubim RO.**
Empresas Vencedoras**: RALSON M. LIMA LTDA** - CNPJ**: 33.146.225/0001-00,** vencedora do Item **03,** valor total finalizado de R$: 26.535,99 (Vinte e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Cinco Reais Noventa e Nove Centavos). Valor Total da Licitação R$: **26.535,99**

(Vinte e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Cinco Reais Noventa e Nove Centavos).
Itens Fracassados: **1 e 2.**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.

Cujubim/RO, 07 de Maio de 2025.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:0D2284B0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.611 DE 06 DE MAIO DE 2025.

"Dispõe sobre a adequação do piso salarial dos profissionais do Magistério ao Piso Nacional estabelecido na Lei nº 11.738/2008 e Portaria MEC nº 77 de 29 de janeiro de 2025, no Município de Cujubim-RO, no exercício financeiro de 2025, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei Orgânica do Município,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º – Nenhum servidor integrante da Classe do Magistério da Educação, no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Município de Cujubim/RO, perceberá remuneração inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica, nos termos da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º – Fica concedido reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) sobre o vencimento base de todos os servidores ocupantes de cargo público do Magistério Público Municipal da Educação Básica, garantindo que nenhum servidor do magistério perceba valor inferior a R$ 4.867,77 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos) pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, consideram-se integrantes da Classe do Magistério os cargos previstos na Lei Municipal nº 1.362, de 12 de maio de 2022, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.394, de 1º de dezembro de 2022, desde que vinculados ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cujubim/RO, 06 de maio de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito

Projeto de Lei nº 037/2025
Autógrafo de Lei nº 041/25

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:320F54DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2025

PROCESSOELETRÔNICO (DIGITAL) Nº **1-284/2025**. Contrato Administrativo nº **015/2025**, Dispensa de Licitação Eletrônica **003/2025** Firmado entre o **MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO**, inscrito no CNPJ sob n.º 84.736.941/0001-88, ora Contratante, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SEMSAU** e a empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, Inscrita no CNPJ sob o nº90.180.605/0001-02, ora Contratada. Objeto do contrato**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR**. Valor**:R$ 20.686,12** (vinte mil, seiscentos e oitenta e seis reais e doze centavos). Data da celebração:**24/04/2025**.

JOÃO BECKER
Prefeito de Cujubim

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:3E6B2B0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA - DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO

ERRATA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO
PROCESSO Nº 303/2025
A Prefeitura do Município de Cujubim – RO através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura -Semec, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista ao Termo de Adjudicação e Homologação de Processo Licitatório nº 303/2025, esclarece...
Modalidade: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2024, advinda do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024 do Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas – UNIÃO DA SERRA GERAL MUNICÍPIO DE JANAÚBA/MG.
Objeto: Aquisição de Mobiliário Escolar em atendimento aos Estabelecimentos de Ensino através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura -Semec.
EM VIRTUDE DO VALOR DE UM DOS ITENS PLEITEADOS NO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 303/2025 ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA SER SUPERIOR AO VALOR DE MERCADO E A FALTA DE ATENÇÃO QUANTO AO VALOR PLEITEADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SER SUPERIOR A MÉDIA DE MERCADO, FAZ-SE NECESSÁRIA ESTA RETIFICAÇÃO, DESCREVEMOS DETALHADAMENTE ABAIXO:

ITEM: 01 MESA ESCOLAR - CADEIRANTE
R$ 1.483,47 – MÉDIA DE VALORES COTADOS;
R$ 1.490,00 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

Considerando isso, **ONDE se LÊ:**

Valor Total Homologado R$:**815.050,00 (Oitocentos e quinze mil e cinquenta reais.)**

LEIA-SE:

Valor Total Homologado R$:**813.560,00 (Oitocentos e treze mil, quinhentos e sessenta reais.)**

Empresa:
OFFICIUM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ Nº41.469.950/0001-47.

Publicado por:
Roseli Souza Oliveira Borges
Código Identificador:AFA64E08

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM AVISO DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
AVISO DE LICITAÇÃO
Republicação

Órgão: Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO
Secretaria requisitante**:** SEMOSP.
Processo nº 423/2025.
Objeto: Registro de Preços para Contratação de Horas de Caminhão Munck, para atender à necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público - SEMOSP, Governador Jorge Teixeira-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Valor estimado de R$ R$ 416.800,00 (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos reais).

Data para cadastro de propostas: 08/05/2025, a partir das 9h00min, finalizando às 8h59min do dia 22/05/2025 Início da Sessão Pública: 22/05/2025**, às 9h10min** (Horário de Brasília).

Local da disputa virtual**:** www.licitanet.com.br **(Licitanet)**.

A retirada do edital completo poderá ser efetuada gratuitamente no Portal virtual www.licitanet.com.br, site www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, E-mail. cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitações, sito à Av Pedras Brancas, nº. 939, Bairro Centro, de Segunda à sexta-feira 07h30min às 13h30min, exceto feriados, informações através do tel. (69) 3524-1283.

Gov. Jorge Teixeira - RO, 07 de Maio de 2025.

MICHELLY DE SOUZA CHANAN
Pregoeira

Publicado por:
Marcio de Souza
Código Identificador:157AAD24

GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO N. º19/2025 DISPENSA ELETRÔNICA N. º006/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N. º408/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃON. º19/2025

DISPENSA ELETRÔNICA N. º006/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N. º408/2025

Aquisição de copos descartáveis, para atender às necessidades das secretarias municipais: SEMAD, SEMED, SEMAS, SEMSAU, E GABINETE, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os Secretários Municipais de Administração, Educação, Assistência Social Saúde e Gabinete, juntamente com o executivo do Município de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação vigente e conforme Lei n. º14.133/21, torna público para conhecimento de todos a ratificaçãoda Dispensa Eletrônica n. º006/2025 doRelatórioLicitanet(ID 294106)e autoriza a contratação, conforme quantitativo, condições, valores e especificações técnicas minuciosamente descritas nos anexos do Edital de Licitação(ID 292183),Termo de Adjudicação 01(ID 294897)e Parecer Jurídico 191(ID 294774)em favor da respectiva empresa.

Fornecedor: Sema Comercio de Alimentos LTDA - 12.229.196/0001-70
Valor: R$ 22.090,01 (vinte e dois mil e noventa reais e um centavo).

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de abril de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

ELVER PEREIRA DA SILVA
Secretário Municipal De Administração

MÁRCIA RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal De Educação (Interina)
Decreto nº10563/GAB/2024

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal De Assistência Social

DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal De Saúde

NAIARA MAGNA SOBRINHO MATEUS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:901E9956

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº111/GP/2025 DE 24 DE ABRIL DE 2025 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N.°0097/GP/2025, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº111/GP/2025
DE 24DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N.°0097/GP/2025, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 61 de 24/04/2025 (ID 295037).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base noArtigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalização do contraton.°0097/GP/2025, Dispensa Eletrônica n. º005/SUPEL/2025, referente à aquisição de portas de vidro temperado, para Unidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS,através da Secretaria Municipal de Assistência Socialdo município de Governador Jorge Teixeira e a empresa Dois A Construções e Engenharia LTDA.

Art. 2º- Ficam designadospara compor a referida comissão, os seguintes servidores:
Dayane da Rocha Gonçalves, CPFNº032.***.***-02, denominada fiscal;
Jaqueline de Souza Silva, CPFNº097.***.***-62, denominada suplente;
Agestãodo contrato ficará sob a responsabilidade do servidor Moises Alves dos Santos, portador do CPF Nº 703.***.***-40.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município De Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal De Assistência Social

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:31EA843D

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO N°0097/2025 PROCESSO N°364/SEMAS/2025

EXTRATO DO CONTRATO N°0097/2025
PROCESSO N°364/SEMAS/2025

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Governador Jorge Teixeira -CNPJ: 19.661.239/0001-30.
Contratado: Dois A Construções e Engenharia LTDA-CNPJ: 13.218.691/0001-46.

Objeto: Aquisição de portas de vidro temperado.
Valor: R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).
Ficha: 21.
Fiscalização:Portaria N.º 111/GP/2025.
Modalidade: DispensaEletrônica N.º005/2025.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 (trinta e um) de dezembro de 2025.

Governador Jorge Teixeira/RO, 28de abril de 2025.

Prefeitura Do Município De Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DESOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:938DF0F2

GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO N. º28/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N. º011/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N. º321/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO N. º28/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N. º011/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N. º321/2025

Registro de Preços para Contratação de empresa especializadas para emissão de certificado digital, para atender às Secretarias: SEMAD e SEMSAU, Governador Jorge Teixeira-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os Secretários Municipais de Administração e Saúde,juntamente com o executivo do Município de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação vigente e conforme Lei n. º14.133/21,torna público para conhecimento de todos a homologação do PregãoEletrônico n. º011/2025 do RelatórioLicitanet (ID: 295602) e autoriza a contratação, conforme quantitativo, condições, valores e especificações técnicas minuciosamente descritas nos anexos do Edital de Licitação (ID: 291103), Termo de Adjudicação 01 (ID: 296034) e Parecer Jurídico 194 (ID: 295910) em favor da respectiva empresa.

Fornecedor: Bridge Tech Soluções e Tecnologia LTDA - 53.991.137/0001-11
Valor: R$ 41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 28 de abril de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

ELVER PEREIRA DA SILVA
Secretário Municipal De Administração

DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal De Saúde

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:0F5688AB

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11096/GAB/2025 06 DE MAIO DE 2025 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11096/GAB/2025 06 de maio de 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária na unidade: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia,combasenosArtigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Orçamentária no valor de**R$ 322,10 (trezentos e vinte e dois reais e dez centavos),**na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal 1.660, de 01 de novembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 322,10

02.06 Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos
26.782.0016.2067 melhoria das Estradas Vicinais - CV FITHA
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 1113
F/R: 1.501
Valor: R$ 322,10

Artigo 2° - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.501 Outros Recursos não Vinculados (Exerc. Corrente).

ANULAÇÃO (-):_____R$ (322,10)

02.05 Secretaria Municipal de Fazenda

04.123.0013.2056 Assegurar a Manutenção da Unidade
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 645
F.R 1.501

Valor: (R$ 322,10)

Artigo 3º- Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.
Artigo 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Considerando que a Suplementação será destinada para regularização do convênio FITHA.
Diante do exposto justifica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0013.2056	3.3.90.30	1.501	R$ (322,10)	
0016.2067	3.3.90.93	1.501		R$ 322,10
TOTAL			**R$ (322,10)**	**R$ 322,10**

Governador Jorge Teixeira, 06 de maio de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:9CA23382

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 116/GP/2024 DE 06 DE MAIO DE 2025 "DISPÕE SOBRE ADESIGNAÇÃO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAISDA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)."

PORTARIA MUNICIPAL Nº 116/GP/2024 DE 06 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre aDesignação pelo tratamento de dados pessoaisda Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira referente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DERONDÔNIA,no exercício de suas competências que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e suas atribuições.

Considerandoque é dever do Administrador atender ao interesse público, restaurara legalidade dos atos e a ordem jurídica, sempre buscando o princípio da legalidade daadministração, observando os princípios norteadores do direito;

Considerando a necessidade da implantação da **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, no âmbito da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO;

Considerando a necessidade de cumprimento dos **Arts. 23, inciso III, e 41 da LGPD**, que determinam a indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais:

RESOLVE

Art. 1º -Fica designada o servidor **LEONARDO LÚCIO PEREIRA DA SILVA**, CPF: ***.150.272 - **, Matrícula nº:21135, para o exercício da função de encarregado pelo tratamento de dados pessoais da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO, referente à **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.**

Art. 2º - O encarregado pelo tratamento de dados pessoais deverá exercer asseguintes atribuições:

I - Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - Orientar os servidores e os contratados da entidade a respeito das práticas aserem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidasem normas complementares

Art. 3º - A identidade e as informações de contato do encarregado deverão serdivulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO.

Art. 4º - Fica assegurado o encarregado pelo tratamento de dados pessoais:

I -Acesso direto à alta administração;

II -Pronto apoio das unidades administrativas no atendimento das solicitações deinformações demandadas pela encarregada em relação às operações de tratamento de dadospessoais; e

III -Contínuo aperfeiçoamento, por meio de treinamentos e capacitaçõesrelacionadas com a segurança da informação e a proteção de dados pessoais, observada adisponibilidade orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO.

Art. 5º -O encarregado desempenhará suas atividade sem prejuízo das atribuiçõespertinentes aos seus cargo e função.

Art. 6º - Esta PORTARIAentra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeitodo Município de Governador Jorge Teixeira, Estado deRondônia, aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:57301B77

GABINETE
TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025 CONTRATO N°0199/GP/2023 PROCESSO N°1255/SEMECELT/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº028/SUPEL/2023

TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025
CONTRATO N°0199/GP/2023
PROCESSO N°1255/SEMECELT/2023
PREGÃO ELETRONICO Nº028/SUPEL/2023

Contrato que celebramo**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.761.944/0001-00,com sede à Avenida Pedras Branca, nº. 939, bairro Centro, doravante designado CONTRATANTE,representado neste ato pelo excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor**GILMAR TOMAZ DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 565.***.***-34, residente e domiciliado na Avenida Ipê, Centro, neste Município de Governador

Jorge Teixeira-RO, juntamente com o Secretário de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Sr.**ADEVANILTON DAMACENA DOS SANTOS**, inscrito no CPF n°. 889.***.***-15, residente domiciliado neste município de Governador Jorge Teixeira/RO,e a empresa**A.I.F SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI-ME**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 17.729.832/0001-46, estabelecida Av JK, nº: 2429, Centro/bairro Jardim N. Horizonte , na cidade de Jaru, Estado de Rondônia, tendo como representante o Senhor**ADEMAR SUDARIO**, portador(a) do CPF sob nº: 779.***.***-00 residente e domiciliado na cidade de Jaru, Estado de Rondônia, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Anula-se o saldo restante do contrato n°0199/GP/2023, no valor de R$ 12.881,20 (doze mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte centavos), conforme solicitado pela Secretaria responsável, através doDespacho Integrado 17 de 05/05/2025 (ID 297111), tendo em vista quenão será mais utilizado.

Data e hora conforme assinatura digital.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:3C2437F1

GABINETE
TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025 CONTRATO N°0179/GP/2022 PROCESSO N°941/SEMAGRI/2022 PREGÃO ELETRONICO Nº015/SUPEL/2022

TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025
CONTRATO N°0179/GP/2022
PROCESSO N°941/SEMAGRI/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº015/SUPEL/2022

Contrato que celebramo**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.761.944/0001-00, com sede na Avenida Pedras Brancas, n°.939, centro, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr.**GILMAR TOMAZ DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 565.***.***-34, residente e domiciliado na Avenida Ipê, Centro, neste Município de Governador Jorge Teixeira-RO, juntamente com o Secretário Municipal de Agricultura, senhor**JOILSON BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, maior, inscrito no CPF n° 632.***.***-87, residente e domiciliado em Governador Jorge Teixeira/RO,e a empresa**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,**inscrita no CNPJ sob. o n°.05.340.639/0001-30, estabelecida na rua Calçada Canopo, n°.11, 2° andar, sala 3, bairro Alphaville, centro Apoio II, cidade Santana do Parnaíba, estado São Paulo, neste ato representada por sua representante legal, conforme procuração registrada sob o número16302050122284983244 8-1, procuradoraSenhora**RENATANUNES FERREIRA**, brasileira, portador da cédula de identidade RG n°. RG: 48.***.***-4 SSP/SP e devidamente inscrito no CPF nº. 371.***.***-40, residente e domiciliado na rua Jose Paulo Paes, n°.76, Campo Florid, cidade Campinas, estado São Paulo, CEP: 13.069-431, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Anula-se o saldo restante do contrato n°0179/GP/2022, no valor de R$ 5.472,13 (cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e treze centavos), conforme solicitado pela Secretaria responsável, através doDespacho 80 de 06/05/2025 (ID 297303), tendo em vista quenão será mais utilizado.

Data e hora conforme assinatura digital.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:90DB21DD

GABINETE
TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025 CONTRATO N°0109/GP/2023 PROCESSO N°774/SEMAGRI/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº015/SUPEL/2022

TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025
CONTRATO N°0109/GP/2023
PROCESSO N°774/SEMAGRI/2023
PREGÃO ELETRONICO Nº015/SUPEL/2022

Contrato que celebramo**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.761.944/0001-00, com sede na Avenida Pedras Brancas, n°.939, centro, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr.**GILMAR TOMAZ DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 565.***.***-34, residente e domiciliado na Avenida Ipê, Centro, neste Município de Governador Jorge Teixeira-RO, juntamente com o Secretário Municipal de Agricultura, senhor**JOILSON BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, maior, inscrito no CPF n° 632.***.***-87, residente e domiciliado em Governador Jorge Teixeira/RO,e a empresa**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,**inscrita no CNPJ sob. o n°.05.340.639/0001-30, estabelecida na rua Calçada Canopo, n°.11, 2° andar, sala 3, bairro Alphaville, centro Apoio II, cidade Santana do Parnaíba, estado São Paulo, neste ato representada por sua representante legal conformeProcuração da empresa Prime Consultoria de 07/02/2023 (ID 85807),**PROCURADORA**a senhorita**ANA PAULA TEIXEIRA,**devidamente inscrito no CPF nº.417.***.***-80, residente e domiciliado na rua Açu, n°47, Loteamento Alphaville Empresarial, Campinas, São Paulo - CEP: 13098-355, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Anula-se o saldo restante do contrato n°0109/GP/2023, no valor de R$ 5.258,56 (cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme solicitado pela Secretaria responsável, através doDespacho 82 de 06/05/2025 (ID 297322), tendo em vista quenão será mais utilizado.

Data e hora conforme assinatura digital.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:1AC82A68

GABINETE
TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025 CONTRATO N°0191/GP/2022 PROCESSO N°1020/SEMAGRI/2022 PREGÃO ELETRONICO Nº014/SUPEL/2022

TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2025
CONTRATO N°0191/GP/2022
PROCESSO N°1020/SEMAGRI/2022
PREGÃO ELETRONICO Nº014/SUPEL/2022

Contrato que celebramo**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.761.944/0001-00, com sede na Avenida Pedras Brancas, n°.939, centro, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr.**GILMAR TOMAZ DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 565.***.***-34, residente e domiciliado na Avenida Ipê, Centro, neste Município de Governador Jorge Teixeira-RO, juntamente com o Secretário Municipal de Agricultura, senhor**JOILSON BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, maior, inscrito no CPF n° 632.***.***-87, residente e domiciliado em Governador Jorge Teixeira/RO,e a empresa**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA**

EMPRESARIAL LTDA,inscrita no CNPJ sob. o n°.05.340.639/0001-30, estabelecida na rua Calçada Canopo, n°.11, 2° andar, sala 3, bairro Alphaville, centro Apoio II, cidade Santana do Parnaíba, estado São Paulo, neste ato representada por sua representante legal, conforme procuração registrada sob o número16302050122284983244 8-1, procuradoraSenhora**RENATANUNES FERREIRA**, brasileira, portador da cédula de identidade RG n°. RG: 48.***.***-4 SSP/SP e devidamente inscrito no CPF nº. 371.***.***-40, residente e domiciliado na rua Jose Paulo Paes, n°.76, Campo Florid, cidade Campinas, estado São Paulo, CEP: 13.069-431, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Anula-se o saldo restante do contrato n°0191/GP/2022, no valor de R$ 4.570,25 (quatro mil, quinhentos e setenta reais e vinte e cinco centavos), conforme solicitado pela Secretaria responsável, através doDespacho 81 de 06/05/2025 (ID 297316), tendo em vista quenão será mais utilizado.

Data e hora conforme assinatura digital.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:E067B3EF

GABINETE
TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2023 CONTRATO N° 0215/GP/2022 PROCESSO N° 1222/2022

TERMO DE ANULAÇÃO N°01/2023
CONTRATO N° 0215/GP/2022
PROCESSO N° 1222/2022

Contrato que celebramo **MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.761.944/0001-00, com sede na Avenida Pedras Brancas, n°.939, centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR TOMAZ SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 565.***.***-34, residente e domiciliado neste Município de Governador Jorge Teixeira-RO, juntamente com o secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos senhor**ALDAIR FERREIRA DE AMORIM**, brasileiro, maior, casado, devidamente inscrito no CPF n°.778.***.***-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**e de outro lado a empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob. o n°.05.340.639/0001-30, estabelecida na rua Calçada Canopo, n°.11, 2° andar, sala 3, bairro Alphaville, centro Apoio II, cidade Santana do Parnaíba, estado São Paulo, neste ato representada por sua representante legal, conforme procuração registrada sob o número16302050122284983244 8-1, procuradora Senhora **RENATANUNES FERREIRA**, brasileira, devidamente inscrito no CPF nº. 371.***.***-40, residente e domiciliada na cidade Campinas, estado São Paulo, CEP: 13.069-431,doravante denominada simplesmente contratada.

Anula-se o saldo restante do contrato n°0215/GP/2022, conforme solicitado pela Secretaria responsável, através doDespacho 53 de 02/02/2024 (ID 169563), tendo em vista quenão será mais utilizado.

N° DO CONTRATO	VALOR A SER ANULADO
0215/2022	R$ 3.500,01
VALOR TOTAL	R$ 3.500,01 (três mil, quinhentos reais e um centavo).

Data e hora conforme assinatura digital.

Prefeitura Do Município De Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:727E91AB

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 109/GP/2025 DE 22 DE ABRIL DE 2025 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N°0093/GP/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 109/GP/2025 DE 22 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N°0093/GP/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 94 de 22/04/2025 (ID 293927).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base noArtigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalizaçãodo contrato n°°0093/GP/2025, Adesão aAta de Registro de Preços nº 002/2024, Concorrência Pública Por Registro De Preços Nº 90010/2024, do Governo Do Estado Do Pará,referente a contratação, sob demanda, de empresa especializada na elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas, por unidades de medidas (M, M², M³, KVA), que celebrama Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Governador Jorge Teixeira/RO ea empresa PAS Projetos, Assessoria e Sistemas LTDA.

Art. 2º -Ficam designados para compor a referida comissão, os seguintes servidores:

Lucinalva Sobrinho Domiciano, CPF: 752.***.***-20, denominada fiscal;
Walter Alves Dos Santos, CPF. 473.***.***-34, denominado suplente;
A gestãodo contrato ficará sob a responsabilidade do senhor Aldair Ferreira de Amorim, portador do CPF nº 778.***.***- 87.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

ALDAIR FERREIRA DE AMORIM
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:6D9A17A0

GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO N. º17/2025 PROCESSO N. º551/SEMOSP/2025 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º90010/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO N. º17/2025
PROCESSO N. º551/SEMOSP/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º90010/2024

OBJETO: Adesão aAta de Registro de Preços nº 002/2024, Concorrência Pública Por Registro De Preços Nº 90010/2024, do Governo Do Estado Do Pará, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

OSecretárioMunicipalde Obras e Serviços Públicos,juntamente com oExecutivo do Município de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação vigente,torna público para conhecimento de todos, nos termos da Lei n°14.133/2021, a ratificaçãoda Adesão aAta de Registro de Preços nº 002/2024, Concorrência Pública Por Registro De Preços Nº 90010/2024, do Governo Do Estado Do Pará, para contratação, sob demanda, de empresa especializada na elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas, por unidades de medidas (M, M², M³, KVA), considerandoo pedido de autorização da autoridade, devidamente autorizado, instruída com descrição do objeto, autorização do órgão detentor e da empresa fornecedora,Resumo 1 de 16/04/2025 (ID 293298)eReserva de Dotação 146 de 17/04/2025 (ID 293602),que RATIFICA e AUTORIZA a despesa, conformeParecer Jurídico 187 de 17/04/2025 (ID 293921),emfavor da empresa e valor total abaixo:

Empresa: PAS PROJETOS, ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA - CNPJ: 08.593.703/0003-44
Valor: R$ 28.407,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e sete reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 22de abril de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

ALDAIR FERREIRA DE AMORIM
Secretário Municipal De Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:099C3030

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO N°0093/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N. º551/SEMOSP/2025

EXTRATO DO CONTRATO N°0093/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N. º551/SEMOSP/2025

Contratante: Prefeitura municipalde Governador Jorge Teixeira-CNPJ: 63.761.944/0001-00; Contratada: PAS Projetos, Assessoria E Sistemas LTDA -CNPJ: 08.593.703/0003-44.

Objeto: Contratação, sob demanda, de empresa especializada na elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas, por unidades de medidas (M, M², M³, KVA).
Valor: R$ 28.407,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e sete reais).
Ficha: 1055.
Vigência: A vigência deste contrato será de 60 (sessenta)dias.
Modalidade: Concorrência Pública Por Registro De Preços Nº 90010/2024.
Fiscalização:Portaria n.º 109/GP/2025.

Governador Jorge Teixeira/RO,23de abril de2025.

Prefeitura Do Município De Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:9C1BB64F

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11097/GAB/2025 DE 07 DE MAIO DE 2025 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SENHOR LUCIANO GONÇALVES DA SILVA EM CARGO COMISSIONADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11097/GAB/2025
DE 07 de maio de 2025

"Dispõe sobre EXONERAÇÃO do Senhor LUCIANO GONÇALVES DA SILVA em CARGO COMISSIONADO, e contém outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - EXONERAÇÃO do Senhor **LUCIANO GONÇALVES DA SILVA,** CPF n°. 014.***.***-60, no Cargo de **Diretor da Divisão de Apoio Administrativo - CCVII**, Subprefeitura do Distrito de Colina Verde, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a**partir de 9 (nove) de maio de 2025.**Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO,aos 07 (sete) dias do mês de maio de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Dos Santos Damacena
Código Identificador:B15E4411

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2025

O Secretário de Administração do Município de Governador Jorge Teixeira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para fins de comparecimento e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, RESULTADO FINAL E DEFINITIVO conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 24/12/2024. Edição 3883 e conforme**HOMOLOGAÇÃO Nº 001/GP/2025 Homologação 01 de 31/01/2025 (ID 271752)**processo 1093/2023 conforme relação abaixo:

1.**DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**

Ficam convocados os candidatos aprovados no concurso público para os seguintes cargos:

Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU.

Cargo: Fisioterapeuta - 30 horas SEMSAU.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF

DIEGO DE MATTOS FONSECA	2º	-	-	**8.402.670-**

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

Cargo: Artífice em Mecânica Pesada - 40 horas SEMOSP.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
ANTÔNIO CEZAR DA SILVA	3º	-	-	**3.288.173-**

Secretaria Municipal de Educação SEMED.

Cargo: Supervisor Escolar- 40 horas.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
RAQUEL DO PRADO TELES	1º	-	-	**4.903.542-**

2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA CONFORME PREVISTA NO EDITAL DO CONCURSO PUBLICO 0001/2024 NO ITEM 12.

2.1 - Os candidatos convocados deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos no prazo de 30 dias a partir da publicação deste edital, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):

2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento dos dependentes legais Menores de 14 (catorze) anos de idade;

2.3 - Original e uma fotocópia do Cartão de Vacina dos dependentes menores de 07 (sete) anos;

2.4 - Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes Maiores de 05 (cinco) anos e menores de 14 (catorze) anos;

2.5 - RG Original e uma fotocópia da Cédula de Identidade;

2.6 - CPF Original e uma fotocópia do CPF/MF;

2.6.1- Obs.: não será aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação. Em caso de 2ªvia, o mesmo pode ser expedido através da internet: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp

2.7 - Original e uma fotocópia do título de Eleitor;

2.8 Certidão negativa de quitação e de crimes eleitorais comprovando que está quite com a Justiça Eleitoral (disponível no site: www.tre.ro.gov.br);

2.9 - Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP;

Uma fotocópia da última declaração do Imposto de Renda ou de isento (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);

2.10 - Original e uma fotocópia do certificado de Reservista;

2.11 -Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o exercício do cargo com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil-MEC. (Não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade que não esteja de acordo com o previsto no dispostodo item do Edital); Registro no Conselho de Classe equivalente- uma fotocópia, exceto para os cargos cuja legislação não exija registro no respectivo conselho;

2.11- Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do estado de Rondônia (disponível no site: www.sefin.ro.gov.br);

2.12 - Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública Municipal, expedida pelo Município de Governador Jorge Teixeira (disponível no site: https://governadorjorgeteixeira.ro.gov.br/;

2.13 - Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no site: www.tce.gov.br);

2.14 - Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pela Junta Médica Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira;

2.15 - CTPS original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho - CTPS, páginas da fotografia e da Identificação;

2.16 - Comprovante de Residência recente;
Duas fotografias 3X4 iguais e recentes;

2.17 - Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal de 1º e 2º grau do Fórum da Comarca de residência do candidato do Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 anos (disponível no site: www.tj.ro.gov.br);

2.18 - Original da Certidão Negativa da justiça federal 1º grau dos últimos 5 (cinco) anos da comarca onde tenha residido (disponível no site: www.justicafederal.jus.br);

2.19 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando a Carga Horária Contratual, Horário de Trabalho e Regime Jurídico com firma reconhecida;

2.20 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processos Administrativos em que figura como indiciado ou parte (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes). Com firma reconhecida;

2.21 - Declaração emitida pelo próprio candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes) com firma reconhecida;

2.22 - Conta Corrente de Pessoa Física no Banco do Brasil, Caixa econômica;

2.23 - CNH Original e uma cópia da CNH - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E CERTIFICADO DO MOP (para os motoristas de veículos pesados da Educação);

2. 24 - Declaração de Bens (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos)

2.25 Declaração de Grau de Parentesco.

3 - Relação de exames para o ingresso no Serviço Público: Para que possa expedir o Certificado de Capacidade Física e Mental é necessário que o candidato seja analisado pelos médicos peritos, analisado os exames complementares e os Laudos que contém as avaliações dos médicos especialistas.

3.1 - Os exames de imagem e laboratoriais, bem como os laudos e avaliações médicas necessárias ao exame admissional são os seguintes:

3.2-Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávidas);

3.3-Avaliação Ortopédica (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

3.5-Avaliação Psiquiátrica;

3.6-Avaliação Ginecológica incluindo a apresentação de exames de "Colpo citologia Oncótica e Parasitária, Ultrassonografia Pélvica e Ultrassonografia das Mamas (após os 40 anos de idade a Ultrassonografia das mamas deve ser substituída pela Mamografia com respectivo Laudo de Radiologista);

3.7-Avaliação Dermatoneurológica;

3.8 - Avaliação Oftalmológica;

3.9 -Avaliação Otorrinolaringológica com Audiometria (para professores e orientadores educacionais);

3.10-Avaliação Neurológica;

3.11- Avaliação Cardiológica baseada no exame de Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o EGG acompanhado da respectiva interpretação);

3.12-Raios-X do Tórax em PA e perfil com Laudo Radiológico (exceto para grávidas);

3.13-Sangue: VDRL - Glicemia - Hemograma - Ácido Úrico - Uréia - Creatinina - Toxoplasmose - IGG e IGM - Machado Guerreiro (Chagas) - TGP e TGO - HBSAg - AntiHBS - AntiHBC IGG e ICM - AntiHCV - HIV I e HIV II;

3.14-Escarra: BAAR;

3.15-Urina: EAS - Toxicologia (Cocaína e Maconha);

3.16- Avaliação de Clínico Geral baseada no exame geral do candidato e nos exames listados nositens de n° 3.12,3.13, 3.14 e 3.15.

3.17. As Avaliações médicas devem ser apresentadas ao IPC sob a forma de Laudos.

4 - Observações:

4.1. Os exames bioquímicosterão validade por 90 dias. Mamografia por 02 (dois) anos e a Colpo citologia Oncótica e Parasitária por 01 (um) anoa contar da data de sua expedição. Ultrassonografia a critério do Perito Médico;

4.2. Os exames e as avaliações médicas poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular;

4.3. Os Laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia.

4.4. A Junta Médica Oficial, no ato da apresentação dos Laudos médicos e dos exames complementares se julgarem necessário poderá solicitar outros exames que porventura não constem nesse anexo;

4.5. Os candidatos devem efetuar agendamento para execução do exame médico pericial pelo fone (69) 9 9910-4326 WhatsApp ou no local Hospital Municipal de Governador Jorge Teixeira, situado à Travessa Copaíba com Avenida Ipê.

5. O candidato será convocado exclusivamente por edital de convocação, terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentação da documentação anunciada.

6. Após a apresentação de documentos, será lavrado Termo/Decreto de Nomeação para que o convocado tome posse em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do convocado e aceita pela administração.

7.Ao se apresentar na COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, munido dos documentos exigidos no Edital de deflagração do Concurso e no presente edital de convocação ou seja para posse no cargo aprovado e exercício no determinado órgão de lotação, sendo necessário apresentação tempestiva de todos os documentos exigíveis para nomeação no cargo onde foi aprovado e convocado, e só então após verificada a regularidade dos requisitos será nomeado e empossado no prazo estabelecido no edital do concurso e na Lei 038/1995, desde que cumpridos todos os requisitos previsto no edital, na Lei 038/1995 e demais normas pertinentes.

7.1 O empossado entrará em exercícios, obrigatoriamente no prazo estabelecido noedital do concurso público 001/2024 e na Lei 038/1995.

7.2. Se o convocado descumprir quaisquer de um desses prazos estipulados nos itens 12.4 e 12.5 do Edital do Concurso nº 001/2024 e da Lei 038/1995, automaticamente perderá o direito à nomeação, posse e exercício a vaga do cargo aprovado e devidamente convocado.

LOTAÇÃO E EXERCICIO DAS FUNÇÕES

Os convocados serão lotados nos órgãos e entidades conforme necessidade da da Administração Municipal, podendo ser designados para outras unidades ou órgãos indicados inicialmente no concurso, de acordo com interesse e conveniência da gestão publica.

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:32C6AA63

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11098/GAB/2025 DE 07 DE MAIO DE 2025 - "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SENHOR CELSO LEITE RIBEIRO EM CARGO COMISSIONADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIA."

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11098/GAB/2025
DE 07 de maio de 2025

"Dispõe sobre NOMEAÇÃO do senhor CELSO LEITE RIBEIRO em cargo comissionado, e contém outras providência."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º- NOMEAÇÃO do Senhor **CELSO LEITE RIBEIRO,** inscrito no CPF 466.***.***-87, no cargo de **SECRETÁRIO GERAL DE GABINETE- AP**, do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, **convalidando fins retroativos ao dia 05 de maio de 2025**. Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO, aos 07 (sete) dias do mês de maio de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Lilian Dos Santos Damacena
Código Identificador:E6D08E42

G.J.T. PREVI
3º TERMO ADITIVO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/GJTPREVI/2022 CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA E A EMPRESA ANDERSON DA S. R. COELHO CONSULTORIA E ASSESSORIA (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAISDE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO - GJTPREVIPROCESSO Nº 1-266-2/2022

3º TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº003/GJTPREVI/2022 CELEBRADO ENTRE OINSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DEGOVERNADOR JORGE TEIXEIRA E A EMPRESAANDERSON DA S. R. COELHO CONSULTORIA EASSESSORIA (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-266/2022).

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, pessoajurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.363.520/0001- 00, neste atorepresentado por seu Presidente Sra. ROSALINA MARIA DE JESUS DOMICIANO, doravantedenominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ANDERSON DA S. R. COELHOCONSULTORIA E ASSESSORIA - LTDA, pessoa jurídica, CNPJ nº 09.517.901/0001-20,com endereço na Av. Campinas, n° 4281 Jardim Paulista em Ariquemes, Estado do Rondônia, denominada CONTRATADA, neste ato representada por ANDERSON DA SILVARAMOS COELHO, resolvem celebrar o presente termo aditivo, submetendo-se as partes as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que regem a forma desteTermo, suas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA Do objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação doprazo de vigência do contrato nº 003/GJTPREVI/2022 (contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos específicos para RPPS no âmbito da administração públicamunicipal de Assessoria Previdenciária; Assessoria na Concessão de Benefícios eCompensação Previdenciária; Estudos, Planejamento e Realizações de Eventos Relacionados à RPPS (palestra); Consultoria Atuarial e Elaboração de Cálculo AtuarialAnual; em conjunto com cessão de direitos de uso de Software de Sistema deGerenciamento para Regime Próprio de Previdência 100% (cem por cento) WEB, comemissão de guia com código de barras, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização ecapacitação da equipe do GJTPREVI), processo n°. 1-266/2022, pelo período de 01/06/2025 a31/05/2026, (conforme art. 57 da Lei Federal n°. 8666/93, parágrafo II e IV) e alterações posteriores.
CLÁUSULA SEGUNDA Do valor: O valor deste contrato é o da proposta de preço vencedora da licitação, na importância de R$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais), que serão divididos em 12 (doze) parcelas de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), pagáveis mensalmente.
CLÁUSULA TERCEIRA: A despesa com a execução do presente Termo Aditivo, correrá por conta da Dotação Orçamentária do Instituto de Previdência Municipal ao exercício financeiro de 2024, prevista pela Unidade Orçamentária 02.10, Função Programática 09.122.0028, Atividade 2090 Manutenção das Atividades do GJTPREVI, Elemento de Despesas 33.90.39 Outros Serviços de
Termo Aditivo 3 de 07/05/2025, assinado na forma do Decreto nº 8.667/2021 (ID: 297828 e CRC: ABB69C75). Pág: 2/2 Terceiros Pessoa Jurídica. As despesas que ultrapassarem o exercício atual serão previstas no exercício vindouro.
CLÁUSULA QUARTA: Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitem com o presente termo. Para firmeza e como prova do acordo, depois de lido e achado conforme, é assinado o presente termo pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Governador Jorge Teixeira - RO, 07 de maio de 2025.

INST. DE PREV. MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA
Contratante

ANDERSON DA S. R. COELHO CONSULTORIA E ASSESSORIA - LTDA
Contratada

Avenida Pedras Brancas, 939 - Centro - CEP: 76.898-000 - Governador Jorge Teixeira/RO
Contato: (69) 3524-1278 - Site: www.gjtprevi.ro.gov.br - CNPJ: 13.363.520/0001-00

Documento assinado eletronicamente por RENATA CAROLINE FIGUEIREDO BARBOSA, DIRETOR DE DEPAT. DE CONTROLE INTERNO, em 07/05/2025 às 09:52, horário de Gov. Jorge Teixeira/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 8.667 de 01/12/2021.

Documento assinado eletronicamente por ROSALINA MARIA DE JESUS DOMICIANO LEITE,PRESIDENTE DO INSTITUTO, em 07/05/2025 às 09:54, horário de Gov. Jorge Teixeira/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 8.667 de 01/12/2021.

Documento assinado eletronicamente por ANDERSON DA SILVA RAMOS COELHO,REPRESENTANTE LEGAL, em 07/05/2025 às 09:58, horário de Gov. Jorge Teixeira/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 8.667 de 01/12/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, informando o ID 297828 e o código verificador ABB69C75.

Referência: Processo nº 1-266/2022.

Docto ID: 297828 v1

Publicado por:
Rosalina Maria de Jesus Domiciano
Código Identificador:3FD17B27

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 17.117/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º -EXONERAo senhor**ROGER GHALWAN TAVARES DE SOUZA**do cargo em**COMISSÃO**da Administração Municipal de**GERENTE DE REGISTRO DEPREÇOS**da Chefia De Gabinete.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:386400EE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 17.119/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º -**EXONERA** o senhor **EMERSON TRUJILLO MEDINA**do cargo em COMISSÃO da Administração Municipal de **DIRETOR GERAL DE LICITAÇÃO** da **CHEFIA DE GABINETE**.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:8943F496

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 17.121/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º -**NOMEIA**o senhor **ROGER GHALWAN TAVARES DE SOUZA,**no cargo em COMISSÃO da Administração Municipal de **DIRETOR GERAL DE LICITAÇÃO** da **CHEFIA DE GABINETE**.

Art. 2º- Concede Gratificação de Gabinete de 50% (cinquenta por cento) ao referido servidor de acordo com o Art. 5º § 2º da Lei 2.376/21.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:576DC034

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 17.120/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º -NOMEIAo senhor**EMERSON TRUJILLO MEDINA**no cargo em**COMISSÃO**da Administração Municipal de**GERENTE DE REGISTRO DEPREÇOS**da Chefia De Gabinete.

Art. 2º- Concede Gratificação de Gabinete de 50% (cinquenta por cento) ao referido servidor de acordo com o Art. 5º § 2º da Lei 2.376/21.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:CC2BF269

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2025 PROCESSO Nº 872/2025 CELEBRAÇÃO: 29 DE ABRIL DE 2025.

PARTES:
MUNICIPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09
ASSOCIAÇÃOBENEFICENTESER MULHER-ABSM,CNPJNº 18.238.719/0001-20

DO OBJETO- Opresente Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202444260007 (ID 631581), vinculada ao Processo Administrativo nº 872/2025, tem por objeto, conforme detalhado no Plano de Trabalho, a execução do ProjetoSaúde com Eficiência:Consultas Médicas Especializadas e Consultas Multiprofissionais, Exames Laboratoriais, Exames de Imagem e Diagnóstico para a População Idosa, bem como para Pessoas com Deficiências (Saúde com Eficiência), conforme registrado no ID 631718.

DOSRECURSOSFINANCEIROS-O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
AADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:
NotadeReservaOrçamentárianº150
Ficha:459
Unidade:021200-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional:08.244.0013.2082.0000
Cat. Econômica:3.3.50.43.00-DESPESAS CORRENTES
CódigodeAplicação:008.079-TRANSFERENCIA ESPECIAL GOVERNO FEDERAL
Fonte de Recurso:2.660.0000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS
Fonte STN:2.660-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Exerc.Anterior)

DAVIGÊNCIA-O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir da liberação do recurso financeiro e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2025, conforme o prazo estabelecido no Plano de Trabalho anexado, para a plena execução do objeto pactuado.

DOFORO-Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo da Comarca de Guajará-Mirim - Estado de Rondônia, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

JORDÃO DEMETRIO ALMEIDA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:DA45F5DC

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. º 17.114/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º - EXONERAo senhor**DOUGLAS DAGOBERTO PAULA,**do cargo em**FUNÇÃO GRATIFICADA**da Administração Municipal de**DIRETOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**do Instituto De Previdência Social-IPREGUAM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:B8478B70

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. º 17.115/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º - EXONERAo senhor**JAIRGOMESMENDES,**do cargo em**FUNÇÃO GRATIFICADA**da Administração Municipal de**GERENTEFINANCEIRO ADMINISTRATIVO**do Instituto De Previdência Social-IPREGUAM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:17F4DE88

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. º 17.116/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 07 DE MAIO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º - NOMEIAo servidor**JAIRGOMESMENDES,**no cargo em**FUNÇÃO GRATIFICADA**da Administração Municipal de**DIRETOR EXECUTIVOdo Instituto De Previdência Social-IPREGUAM.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 07 de maio de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:F34F14A7

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 213/CHEF-GAB/2025 EM 06 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I.Conceder diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

(06) seis diárias no valor total de**R$ 600,00**(seiscentos reais)**,**em nome do servidor**LUIS DE SOUZA DA SILVA, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA,**para se deslocar ao interior do município de Guajará-mirim, para intervenções em ponte, bueiro e estrada do RAMAL DO BOM SOSSEGO KM 40 AO KM 50, RAMAL DO NATANAEL, RAMAL DO CACHOEIRINHA E RAMAL DO BICHO, nos dias 23 e 28 de abril de 2025

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:0769AB01

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 212/CHEF-GAB/2025 EM 06 DE MAIO DE 2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I.Conceder diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

(06) seis diárias no valor total de**R$ 600,00**(seiscentos reais)**,**em nome do servidor**ADÃO FERREIRA NOBRE, MOTORISTA DE VEICULOS LEVES E PESADOS**para se deslocar ao interior do município de Guajará-mirim, para intervenções em ponte, bueiro e estrada do RAMAL DO BOM SOSSEGO KM 40 AO KM 50, RAMAL DO NATANAEL, RAMAL DO CACHOEIRINHA E RAMAL DO BICHO, nos dias 23 e 28 de abril de 2025.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:768522D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIBILIDADE N° 08/2025-CPLMO PROCESSO Nº 713/2025 – CHEFIA DE GABINETE

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIBILIDADE N° 08/2025-CPLMO
PROCESSO Nº 713/2025 – CHEFIA DE GABINETE

OBJETO: SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no Processo n° 713/2025 – CHEFIA DE GABINETE, referente a Contratação Direta por Inexigibilidade nº 03/2025, Art. 74, III,da Lei 14.133/2021, RATIFICO E HOMOLOGO o procedimento em favor da empresa:

SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DOS GASTOS PUBLICOS ADMINISTRATIVOS, inscrita no CNPJ: 03.693.136/0001-12, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Publique-se.

1. Dê-se ciência do ora decidido pelos meios de divulgação admitidos em Lei. Guajará Mirim, 07 de maio 2025.

2. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal na sala do Gabinete do Prefeito, sito à Av: XV de novembro nº 930 – Bairro: Centro – Guajará Mirim/RO, fone/fax: 69 3541-3583, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 14:00 horas.

Guajará - Mirim/RO 07 de maio 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roger Ghalwan Tavares de Souza
Código Identificador:3939C72A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1094-DIÁRIA- MÁRCIO BRUNE CHRISTO

PORTARIA Nº 1094/GAB/PREF/2025

Guajará Mirim, 30 de Abril de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias ao Secretário Municipal de Saúde MÁRCIO BRUNE CHRSTO, e dá outras providências.

Artigo 1º. O Prefeito do Município de Guajará-Mirim, estado de Rondônia, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58 da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte, a concessão de 02 (Duas) diárias, no valor unitário de R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais), perfazendo um **Total de R$ 700,00 (Setecentos Reais)** para o servidor **MÁRCIO BRUNE CHRISTO**, na Função de **Secretário Municipal de Saúde.**
Artigo 2º.As referidas diárias serão para o mesmo deslocar-se no dia **04/05/25** até **PORTO VELHO-RO,** onde irá "Participar da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional Madeira Mamoré-CIR, que acontecerá no dia **05/05/2025**, conforme Ofício nº 19424/2025/SESAU-GRS e Cronogramas em anexos. **RECURSO PRÓPRIO**.
Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:590CEF97

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 049/SEMTAS/2025

PORTARIA Nº049/SEMTAS/2025 Em, 07 de maio de 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS, no uso das suas atribuições legais, através da Secretária Municipal Laís Selvita Barros Pinheiro de Oliveira-Decreto nº 16.506/GAB.PREF/2025:

R E S O L V E:

Art. 1º - Lotar o servidor celetista **EMERSON DE OLIVEIRA NERY,** Marinheiro Fluvial, para compor a Equipe Volante do CRAS e exercer a função de Entrevistador do CADÚNICO, no setor do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS, com carga horária de 40 horas semanais.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos na data de 01 de abril de 2025.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

Guajará-Mirim, 07 de maio de 2025.

LAÍS SELVITA BARROS PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
Decreto nº 16.506/GAB-PREF/2025

Publicado por:
Alessandra Pereira Lima
Código Identificador:573E030C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 046/SEMTAS/2025

PORTARIA Nº 046/SEMTAS/2025.
Guajará-Mirim, 05 de maio de 2025.

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, no uso das suas atribuições legais, através da Secretária Municipal **Laís Selvita Barros Pinheiro de Oliveira** – Decreto nº 16.506/GAB.PREF/2025:

R E S O L V E:

Art. 1º - Lotar o servidor **NICK DANIEL GUARI TRIGO, Agente Administrativo/SEMTAS (CLT),** para exercer suas funções laborais no Setor Administrativo desta Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, com carga horária de 40 horas semanais.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo ao dia 02/05/2025.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

LAÍS SELVITA BARROS PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
Decreto nº 16.506/GAB.PREF/2025

Publicado por:
Edson Luis Abiorana de Macedo
Código Identificador:28191784

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO. N.º 06 /2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 734-05/2025.

ÓRGÃO DETENTOR DA ATA: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ
CNPJ:n°46.634.168/0001-50
Endereço: Praça Juca Novaes, nº 1.169 Município de Avaré SP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025
PROCESSO Nº 016/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2025
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES. (25/09/2026)

OBJETO: Aquisição Futuras de Suplementos e Medicamentos com desconto sobre a Tabela CMED

O procedimento será efetivado com a seguinte empresa:
RR MEDICAL LTDA
CNPJ: 31.202.407/0002-31
Endereço: Rua Francisco de Lourdes Silva Camargo nº2.233,bairro Parque Empresarial da Mangueiras Sorocaba/ SP, CEP: 18.086-434
Telefone: (15)3442-4050
E-mail: Llicitacao@medicalrr.com
NOME DO REPRESENTANTE: RAPHAEL YARMALAVICIUS PEREIRA

Item	Descrição	Unid	Quant	V. unit R$	V. Total
01	Tabela CMED/ANVISA referencia preço fabrica (PF) aplicável ao Estado de São Paulo preço máximo de venda ao governo (PMVG) aplicável ao Estado de São Paulo	UNID	1	800.000,00	500.000,00
Valor Total:R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais)					

Itapuã do Oeste, 07 de maio de 2025.

LUCILAINE VEIGA DE SOUZA VOLET DE CASTRO
Agente de Contratação
Portaria N.º 078/GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Lucilaine Veiga de Souza Volet Castro
Código Identificador:B27BFDE6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
EXTRATO DO CONTRATO 006/CMMDO/2025

Contrato n.º: 006/CMMDO/2025
Processo n.º: 55/CMMDO/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 05/CMMDO/2025
Contratante/CNPJ: Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste – RO/ 34.482.281/0001-88
Contratada/CNPJ: E. B. COELHO / 27.250.025/0001-08

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia de segurança, saúde e medicina do trabalho para realizar a gestão/implantação e implementação das informações dos eventos engenharia de segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços que atenda a Câmara de Machadinho D'Oeste-RO.

Valor: R$ 5.550,00 (cinco mil e quinhentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 07 de maio de 2025

Vigência: 12 (doze) meses.

Machadinho D'Oeste – RO, 07 de maio de 2025.

(Assinatura Eletrônica)
JOSÉ FERREIRA ALVES
Presidente CMMDO

Publicado por:
Wesliandra Mariano Medeiros Rodrigues
Código Identificador:2B4695A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO DO CONTRATO

Nº do Processo: 1733/2025
N° do Contrato: 154 de 05/05/2025

Objeto: **aquisição de veículos de grande e pequeno porte, através da ARP nº 17/2024, derivada do P.E. nº 17/2024/GAB, do Proc. Licitatório nº 0039/2024, conf. Mem. nº 17/2024, ETP, termo de referência e docs anexos**, atendendo as necessidades da Secretaria Municiapal de Administração e Fazenda.

Contratante: MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO
Contratado: RONDO MOTOS LTDA
CPF/CNPJ/MF do Contratado: 84.615.541/0002-03
Data de Assinatura do Contrato: 07/05/2025
Prazo do Contrato: 12 Meses

A despesa com a execução do presente Contrato correrá, no presente exercício, por conta da seguinte dotação orçamentária:
I - Unidade Orçamentária: Secretaria Municiapal de Administração e Fazenda
II - Classificação Funcional: 04.122.0002.2011 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE ADM. E FAZENDA);
III - Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
IV - Valor: R$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais)
V - Fonte de Recursos: Prefeitura Municipal

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste- RO, em 07 de maio de 2025.

Publicado por:
Verônica Campos Barbosa
Código Identificador:8AAE2858

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 139

TERMO ADITIVO

Contrato nº139/2024de07/05/2024
Pregão Eletrônicoº:08/2024
Processo nº:1753/2024

Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste/RO
Publicado em Portal de Transparência do Município, conforme Lei Municipal nº 1.858/2019.

TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº139/2024, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE/RO E DE OUTRO LADO A EMPRESA E OUTRO LADOVIRTUALSOFT INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA - EPP.

Pelo presente Termo Aditivo,**O MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE, ESTADO DE RONDÔNIA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito Público,

devidamente inscrita no CNPJ/MF nº45.328.897/0001-15, com endereço na Avenida Tancredo Neves nº 2584, Centro, Machadinho DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação, Sra.**Iaane Aparecida da Graça Cordeiro**, e pelo Exmo. Sr.Prefeito Municipal, Sr.**Paulo Henrique dos Santos**, e do outro lado, e do outro lado,

A empresa VIRTUALSOFT INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº07.062.650/0001-00, com sede na Avenida Canaã, nº 3000, Sala 2; Setor 01, na cidade de Ariquemes/RO, representada por José Aparecido Bernadineli,brasileiro,casado,empresário, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº487.932.999-15, portador da Cédula de Identidade RG nº3556502-7 SESP/PR, residente e domiciliado à Avenida Rio Branco nº 3735, Jardim Jorge Teixeira, Ariquemes – RO ambas as partes já qualificadas Contrato originário nº139de07/05/2024, oriunda do processo1753/2024, referente ao processo de Pregão Eletrôniconº08/2024, considerando ainda as disposições estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021, e posteriores alterações, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, o presente ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO. O presente aditivo tem por objeto a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme requerimento constante no documento de ID 743621 e decisão de ID 745745.

CLÁUSULA SEGUNDA. De comum acordo entre as partes que os prazos de execução e vigência do contrato ficam prorrogados por mais**04 (quatro) meses**contando-se a partir da data do vencimento anteriormente fixado.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO PREÇO. O preço global do presente aditivo é de**R$ 28.126,32 (vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)**, no qual já se encontram incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, que equivalem aos serviços decorrentes da prorrogação do contrato, estando o aditivo amparado pela Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.A despesa decorrente do presente aditivo correrá no presente exercício, por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária Secretaria Municipal de Educação
I -Classificação Funcional12.361.0011.2065MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS URBANAS E RURAIS,,,,
II -Elemento de Despesa3.3.90.39.00(Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica);
III -Valor**R$ 28.126,32 (vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)**;
IV -Fonte de Recursos Prefeitura Municipal/SEMED;
V -Processo nº -1753/2024
CLÁUSULA QUINTA. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA. DA PUBLICAÇÃO. Para dar eficácia a este Instrumento, a Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste/RO providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial e no quadro de aviso, nos moldes da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA. DO FORO. Fica eleito o foro da Comarca de Machadinho DOeste/RO, o local competente para dirimir todas as questões do presente Termo, sendo este competente para a propositura de qualquer medida judicial dele decorrente, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem em comum acordo lavrou-se o presente termo que, após lido e achado conforme é devidamente assinado para ser publicado e surta seus legais efeitos.

Machadinho DOeste/RO, 07/05/2025.

VIRTUALSOFT INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA - EPP	Município de Machadinho DOeste/RO
CNPJ/MF nº07.062.650/0001-00	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***
Contratada	Prefeito Municipal

IAANE APARECIDA DA GRAÇA CORDEIRO
Secretária Municipal de Educação

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente por**JOSE APARECIDO BERNARDINELI**,**SÓCIO**, em 07/05/2025 às 08:15, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**IAANE APARECIDA DA GRAÇA CORDEIRO**,**SECRETARIO MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 08:38, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 07/05/2025 às 11:52, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**747575**e o código verificador**F0D9F577**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	KAREN DANIELE DE SOUZA AMANCIO	***.099.002-**	07/05/2025 08:45

Referência: Processo nº 1-1753/2024.	Docto ID: 747575 v1

Publicado por:
Vanessa Silva do Nascimento
Código Identificador:DE361E8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS- SEMOSP
EXTRATO DE EMPENHO

Processo Administrativo: 1399/2025; Nota de Empenho: 1076 de 06/05/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste-RO, CNPJ: 22.855.142/0001-73. Contratada:LOJÃO DO CONSTRUTOR LTDA - ME; C.N.P.J: 84.608.090/0001-98; ENDEREÇO:cAV. GETÚLIO VARGAS, 2920 – CENTRO-MACHADINHO D OESTE/RO; Objeto: Aquisição de materiais de construção; Vigência:Entrega única a partir do pedido de entrega. Valor R$27.948,23(vinte e sete mil novecentos e quarenta e oito reais e trêz centavos); Local: 020700.15.452.0020.2086.0000 -**LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE VIAS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS**; Natureza da despesa:3.3.90.30.00 -MATERIAL DE CONSUMO. Data de assinatura do Empenho: 06/05/2025.

FLAVIO ROGERIO PAIVA,
Secr. Mun. de Obras e Serv. Públicos

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS,
Prefeito Municipal

ENIO PERINI
Empresário

Publicado por:
Marildo Alves da Costa
Código Identificador:27E7FC91

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO

Contrato n°56/2025
Nº do Processo: 50/2025

Objeto**:**ADESÃO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RONDÔNIA ATRAVÉS DO CONTRATON°56/2025 MACHADINHO D'OESTE - RO, PROGRAMA CASA DE APOIO EM PORTO VELHO - RO.
Contratante**:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA-CIMCERO
CPF/CNPJ/MF do Contratado: n° 02.049.227/0001-57 Data de Assinatura da retificação: 06/05/2025
Objeto da Retificação:
Onde se lê:
[...] CLÁUSULA QUARTA Da previsão orçamentária O CONTRATANTE, para o exercício financeiro de 2025, assegura ter consignado na sua Lei Orçamentária Anual, de dotação suficiente para suportar as despesas assumidas através de presente Contrato de Rateio. [...]
CLÁUSULA SEXTA Das responsabilidades [...] É responsabilidade do Consórcio CONTRATADO: c) [...] Observar e cumprir toda a legislação federal, estadual e municipal a que se sujeitem as ações previstas neste contrato de rateio, respondendo por todo e qualquer descumprimento às normas aplicáveis; [...].

Leia-se: [...] [...] CLÁUSULA QUARTA Da previsão orçamentária O CONTRATANTE, para o exercício financeiro de 2025, assegura ter consignado na sua Lei Orçamentária Anual, de dotação suficiente para suportar as despesas assumidas através de presente Contrato de Programa. [...]
CLÁUSULA SEXTA Das responsabilidades [...] É responsabilidade do Consórcio CONTRATADO: c) [...] Observar e cumprir toda a legislação federal, estadual e municipal a que se sujeitem as ações previstas neste contrato de programa, respondendo por todo e qualquer descumprimento às normas aplicáveis; [...]

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, Em 07 de Maio de 2025

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:2D5CBC58

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2025 PROCESSO GLOBAL Nº 429/SEMOSP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2025
PROCESSO GLOBAL Nº 429/SEMOSP/2025
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor PREÇO GLOBAL, a ser realizado por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 26 de maio de 2025, às 09h00min. (Brasília)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS.
O VALOR ESTIMADO: R$:325.298,02 (Trezentos e vinte e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e dois centavos).
Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 07 de maio de 2025.

CLEDER DE CAMARGO
Agente de Contração
Decreto 6.015/PMMA/2023

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:61050EB1

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2025 PROCESSO GLOBAL Nº 430/SEMOSP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2025
PROCESSO GLOBAL Nº 430/SEMOSP/2025

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor PREÇO GLOBAL, a ser realizado por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 27 de maio de 2025, às 09h00min. (Brasília)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA.
O VALOR ESTIMADO: R$: 288.056,70 (Duzentos e oitenta e oito mil cinquenta e seis reais e setenta centavos).
Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 07 de maio de 2025.

CLEDER DE CAMARGO
Agente de Contração
Decreto 6.015/PMMA/2023

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:894002D4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7689/2025

PORTARIA DE Nº 7689/2025. EM 02 DE MAIO DE 2025.

"ALTERA A PORTARIA Nº 7687 DO DIA 02 DE MAIO DE 2025 QUE DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DO SERVIDOR EVALDO DUARTE ANTÔNIO.

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º, da portaria nº 7687/2025, que passará a viger com a seguinte redação:

Art. 1º - Dispõe sobre cedência do servidor EVALDO DUARTE ANTONIO, Cargo de Agente de Portaria e Vigilância matricula nº 1123 a Casa Civil. A cedência ora pleiteada deverá ocorrer com ônus mediante a reembolso. Esta portaria tem seu efeito a partir do dia 02 de Maio de 2025 a 31 de dezembro 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:31DC5846

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7690/2025

PORTARIA DE Nº 7690/2025. EM 07 DE MAIO DE 2025.

"NOMEIA JOSÉ BRUNO DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomeia José Bruno da Silva para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Transporte da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte. DAS-4. Está portaria tem seu efeito a partir do dia 05 de maio de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente).

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:27EF66AD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 3717/2025

DECRETO N.º 3717/2025.
de 07 de Maio de 2025.

"Dispõe sobre a criação e nomeação da Comissão Municipal de Planejamento e Elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) do Município de Mirante da Serra, e dá outras providências"

O Prefeito do Município de Mirante da Serra, Estado do Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a Comissão Municipal de Planejamento e Elaboração do PPA e LDO 2025, comissão colegiada de caráter propositivo e participativo em questões relacionadas à elaboração, execução, monitoramento e avaliação do ciclo de planejamento do Município de Mirante da Serra.

Art. 2° - A Comissão Municipal de Planejamento e Elaboração do PPA e LDO 2025 do Município de Mirante da Serra, será composta pelos seguintes servidores:
I. José Barbosa Gonçalves
II. Kênia Rodrigues Pereira
III. Andra Delfino Silva – Presidente da Comissão
IV. Eli Santos Souza
V. Marizete Souza de Paula
VI. Luciene Alves Coelho de Santana
VII. Davi Ribeiro Dias
VIII. Nair Rodrigues Sobreira de Jesus
IX. Agnaldo Ferreira de Souza
X. Alessandra Ferreira de Lima
XI. João Aparecido da Silva Junior
XII. Wildison Cândido Araújo
XIII. Gleice dos Santos Nunes Pereira
XIV. Alexson Bruno da Silva Braz
XV. Milton Caetano da Silva - Coordenador Técnico

Parágrafo Único. A Comissão Municipal de Planejamento e elaboração do PPA e LDO 2025 será presidida pela Sra. Andra Delfino Silva, Secretária Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 3°- A Comissão Municipal de Planejamento e Elaboração do PPA e LDO 2025 possui as seguintes atribuições:

I. Propor diretrizes para a elaboração da proposta do Programa de Metas, do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
II. Colaborar com a construção de mecanismos de monitoramento e avaliação da execução do Programa de Metas, do Plano Plurianual;
III. Acompanhar e monitorar o cumprimento do Programa de Metas do Plano Plurianual, contribuindo para possíveis revisões e manutenção da integração, articulação e compatibilização dos instrumentos de planejamento.

Art. 4°- Para consecução de suas atribuições, a Comissão Municipal de Planejamento e Elaboração do PPA e LDO 2025 poderá solicitar informações e esclarecimentos das Secretarias Municipais, e demais Órgãos competentes, bem como, convidar representantes dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Mirante da Serra, de entidades públicas, privadas, conselhos e associações para participar das reuniões e grupo de trabalho que eventualmente venham a ser constituídos, mediante aprovação em reunião.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:878A4D01

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DA 3º CONVOCAÇÃO

EDITAL DA 3°CONVOCAÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO EDITAL Nº 1/SEMUG/2025

O Prefeito do Município de Mirante da Serra-RO,no uso das atribuições legais que lhes foram conferidas,em razão de aprovação no **PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 347/2025- SEMUG/RO**, que tem por objetivo atender necessidade de contratação temporária para atender as Secretarias Municipais de Mirante da Serra- RO, regida pelo **Edital nº 001/2025/MS/RO, CONVOCA,** os candidatos relacionados abaixo, para tomarem posse no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a partir da publicação deste Edital, **sob pena de perda de vaga** ficando ciente o candidato convocado que, conforme definido no Edital a contratação será temporária de até 12(doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma única renovação por igual período, mediante termo aditivo.

Auxiliar de Atividades Administrativas 30 horas

Nº	Nome	Classificação	Total de Pontos
1	TAINARA FERREIRA DOS SANTOS	1ª	70

Auxiliar de Limpeza 30 horas

Nº	Nome	Classificação	Total de Pontos

1	PALOMA PEREIRA DOS SANTOS	9ª	55
2	LUCINEIA DE SOUZA PASSOS	10ª	55
3	ADRIANA DOS SANTOS	11ª	50

Auxiliar de Limpeza 40 horas

Nº	Nome	Classificação	Total de Pontos
1	ELZA MARIA SOARES	6ª	50
2	LUCINEIA DE SOUZA PASSOS	7ª	50
3	ANGELICA VIEIRA PEREIRA	8ª	50

Auxiliar de Cuidador

Nº	Nome	Classificação	Total de Pontos
1	EDILEIA MOTA DE OLIVEIRA	7ª	40

Auxiliar de Atividades Esportivas 40Horas

Nº	Nome	Classificação	Total de Pontos
1	LAERCIO SOUZA DA CRUZ	2ª	30

OBS: Os candidatos acima deverão comparecer munidos de toda documentação exigidos para a ocupação do cargo conforme relação abaixo e dos documentos originais juntos fotocópias:

DOCUMENTOS
a)Ter sido aprovado no presente Processo de Seleção para o Programa Serviço Voluntário;
b)Ser brasileiro nato ou naturalizado;
c)Fotocópia de documento de Identificação com foto (RG,Carteira de Trabalho);
d)CPF original e uma fotocópia;
d)Comprovante de residência;
e)Documentos Comprobatório de escolaridade, nível exigido para o cargo, tais como declarações, histórico escolar,diplomas,certificados,ou carteira do conselho federal ou regional de fiscalização da profissão;
f) Certidões negativas cíveis, e criminais expedidas pela justiça Estadual;
g)Se,do sexo masculino e acima de 18 anos comprovante de estar quite com as obrigações militares;
h)Título Eleitoral original e uma fotocópia,Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;
i) Atestado de Sanidade Física e Mental;
j) Cópia do comprovante de conta bancaria;

Mirante da Serra/RO,06 de Maio de2025.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:26DEE677

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO INVIOLAVEL

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: nº 139/2023

CELEBRAÇÃO:29/04/2025

PARTE: Prefeitura Municipal de Mirante Da Serra - RO

CONTRATADO:**INVIOLAVEL MONITORAMENTO DE SISTEMAS DESEGURANÇALTDA**

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste do valor contratual, em conformidade com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, que permite a alteração contratual para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de sistema de alarme monitorado em tempo real e serviço de vigilância eletrônica, com atendente 24h/dia para atendimento sempre que necessário, com no mínimo os equipamentos descritos no ANEXO A do TR (especificações equivalentes ou similares que deverão ser disponibilizados em regime de comodato), conforme especificações e condições constantes no Processo nº 1527/2023, vinculado ao nº 594/SRP/2023, Pregão Eletrônico nº 0036/2023, nos termos do Edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela Contratada, os quais integram este instrumento, independentemente de transcrição.

VALOR:O percentual de reajuste é de**5,166660%**sobre o valor originalmente pactuado, totalizando o novo montante de**R$ 4.401,99 (Quatro mil, Quatrocentos e Um reais e Noventa e Nove Centavos).Sendo que o valor total do contrato ficará R$ 89.601,99 (Oitenta e Nove Mil e Seiscentos e Um Reais e Noventa e Nove Centavos)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO:1527/2023

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciene Alves Coelho de Santana
Código Identificador:0DF46B26

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TERMO DE CANCELAMENTO

REFERÊNCIA: *Processo Licitatório nº 0000267.02.01-2025/SEMUSA*
Pregão Eletrônico nº 008/2025.
OBJETO: *REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTENCENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.* O Superintendente de Licitações Municipal: ANDRÉ LUIS TREVIZAN, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da ***Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021***, procede, em nome do Município de Monte Negro/RO, e em defesa do interesse público, ao Cancelamento do Processo Licitatório nº 0000267.02.01-2025, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 013/2025, conforme justificado no ID:2.2CF.5D6, a Administração ao constatar a inconveniência e a importunidade, poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa. Nesse caso, a revogação, prevista no art. 71, inciso II, da Lei Nova de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o certame ora em comento, tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.
Desta forma, com brevidade a Administração Pública providenciará a aquisição do objeto em questão.
Insta informar que, não há prejuízo para o erário público, aos interesses pessoais de terceiros, e nem haverá prejuízo para o interesse público.

Monte Negro/Ro, em 07 de maio de 2025.

ANDRÉ LUIS TREVIZAN
Superitentende

Publicado por:
Andre Luis Trevizan
Código Identificador:D0A5EF62

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0000966.12.01-2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 024/SUPEL/2025

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo o Art. 71, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
HOMOLOGOo procedimento licitatório acima, em face do parecer exarado pela Comissão de Contratação, devidamente designada e;
ADJUDICOseu objeto que trata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Desinsetização, Descupinização, Desratização, Afugentamento/Manejo de Pombos e Morcegos e Limpeza de Caixa D'agua, em Atendimentos as Secretaria Pertencentes à Prefeitura Municipal de Monte Negro/RO**,** sob o regime de PREGÃO ELETRONICO, em favor das empresas: GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECARGAS DEEXTINTORES LTDA - 22.871.544/0001-61, valor R$ 28.595,07 (vinte e oito mil quinhentos e noventa e cinco reais e sete centavos), QUASAR SERVIÇOS E DEDETIZAÇÃO LTDA - 13.255.330/0001-70, valor R$ 9.999,99 (nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
Pelo presente, autorizo a lavratura do Contrato e notifico o Licitante Homologado e Adjudicado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do mesmo após confecção do mesmo.

Monte Negro/RO, 07 de Maio de 2025.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlita Pereira de Oliveira
Código Identificador:DC7ED897

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 496, 07 DE MAIO DE 2025

Exonerar servidor(a) público(a) ocupante do cargo de provimento em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n.1234 de 25 de janeiro de 2022.
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando 344/SEMUSA/2025 de id: 2.2FB.528.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR: VALDIRENE APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo de DIRETOR GERAL DO HOSPITAL, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, cargo este de livre nomeação e exoneração, conforme legislação municipal.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 756/GAB/2024.

Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:FBFA9C00

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 497, 07 DE MAIO DE 2025

Exonerar servidor(a) público(a) ocupante do cargo de provimento em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n.1234 de 25 de janeiro de 2022.
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando 345/SEMUSA/2025 de id: 2. 2FB.E71.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR: FERNANDA DAMASCENO AGUIAR, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTO DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO BÁSICO, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, cargo este de livre nomeação e exoneração, conforme legislação municipal.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 43/GAB/2025.

Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:78D3A45E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 498, 07 DE MAIO DE 2025

Nomear servidor público para ocupar o cargo de provimento em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n.1234 de 25 de janeiro de 2022.
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando 346/SEMUSA/2025 de id: 2.2FE.B60.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR: FERNANDA DAMASCENO AGUIAR, para ocupar o cargo de DIRETOR GERAL DO HOSPITAL vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, cargo este de livre nomeação e exoneração, conforme legislação municipal.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:175FF111

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 499, 07 DE MAIO DE 2025

Designar servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando que a Lei Municipal nº 943, de 02 de setembro de 2019, instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, e criou a Gratificação por Desempenho de Atividades Administrativas - G. D. A. no inciso III, do *caput*, e § 3º, do seu artigo 23;
Considerando o disposto no artigo 2º, do Decreto n. 3094 de 05 de Maio de 2023, que dispõe sobre atribuições, atividades e critérios de avaliação e produtividade para pagamento de Gratificação por Desempenho de Atividades Administrativas - G. D. A., e
Considerando a solicitação contida no memorando n.357/SEGAFIN/2025 ID: 2.304.432;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como COORDENADOR TÉCNICO DA SAÚDE o servidor público JHONATAN SOUZA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de ODONTOLOGO, matricula n. 3273, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, para desempenhar as atribuições e atividades descritas do Anexo I, do Decreto n. 3094 de 05 de maio de 2023, no Item A.
Parágrafo único. O servidor designado deverá apresentar relatório mensal de desempenho das atribuições e atividades ao Chefe da Secretaria Municipal de Gestão em Saúde e Saneamento-SEMUSA, que avaliará o servidor e respectiva produtividade para pagamento de Gratificação por Desempenho de Atividades Administrativas - G. D. A.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:984B5E2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 500, 07 DE MAIO DE 2025

Designar servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando a solicitação contida no Memorando n. 357 de 06 de maio de 2025 de id: 2.304.432.
RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor JHONATAN SOUZA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de ODONTOLOGO, matricula n. 3273, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico - SEMUSA, para responder sem ônus como SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO BÁSICO.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:6B04AD6A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 501, 07 DE MAIO DE 2025

Relotar servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei;
Considerando o Processo Administrativo nº 1076.01.03-2024.

RESOLVE:

Art. 1º- RELOTAR o servidor RONICLEI PEREIRA DA SILVA ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretaria Municipal de Gestão em Administração e Finanças - SEGAFIN, a partir de 07/05/2025.
Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 639/GAB/2024.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:B54574C6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N. 017/GAB/SEGAFIN/2025 - CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO SELETIVO AMIGO VOLUNTARIO SEGAFIN (LOTAÇÃO SEGAFIN).

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no SELETIVO AMIGO VOLUNTARIO SEGAFIN conforme Edital n. 002/2023, homologado através do Decreto n. 2.262/2021 de 01 de junho de 2021, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal SEMOSP, SEGAFIN, SEMUSA, SETUR, SEMA , SEMDES, a se apresentarem na Secretaria de origem até no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação do presente Edital. O não comparecimento do candidato no prazo acima citado será considerado desistência, podendo a bem de a Administração chamar os Classificados remanescentes.

CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL N. 002/GAB/SEGAFIN/2023.			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CLASSIFICAÇÃO**	**LOTAÇÃO**
SEMOSP - AMIGO VOLUNTÁRIO/ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
14	MARCELA VITAL FERREIRA (MONTE NEGRO /RO)	01	SEMOSP
93	MAICON DOUGLAS RESCH BRUMATTI (MONTE NEGRO/ RO)	02	SEMOSP
09	ANA PAULA CASSIANO DOS SANTOS (MONTE NEGRO/ RO)	03	SEMOSP
15	GUSTAVO DA SILVA BLANKL (MONTE NEGRO/ RO)	04	SEMOSP

DOCUMENTAÇÃO
- Para entrega de documentos, os candidatos convocados deverão comparecer no local e endereço disponibilizado, obedecendo ao prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda à sexta-feira, exceto feriado.

1.2 – Obs.: Os Candidatos deverão apresentar documentação original e copias:

- Documento de Identificação com foto

- CPF: Cadastro de Pessoa Física.

c)- Título de Eleitor

d)- Comprovante de residência,

e) - Certificado de Reservista (para o sexo masculino);

2 - DA POSSE
2.1 - Para a posse, o candidato deverá apresentar na **Secretaria de Origem,** com os documentos necessários já especificados no Edital.
2.2 – Caso o candidato resida em outro Estado deverá cumprir a quarentena mediante comprovação junto ao setor de Epidemiologia deste Município seguindo as normas do Ministério da Saúde;
2.3 - Efetuada a posse ao candidato, o mesmo será direcionado ao local de lotação, conforme necessidade da Prefeitura de Monte Negro.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:93E5038B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1868/2025, PARA INCLUIR O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto Municipal nº 1868/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Ficam nomeados Flávia Maestá, inscrita no CPF nº 711.563.642-72; Jaquelyne Rodrigues da Silva, inscrita no CPF nº 011.005.372- 95; Elias Bruno Costa Silva, inscrito no CPF nº 053.359.242-92; e Aldervan Freire Lubiana, inscrito no CPF nº 739.879.992-68, para representarem as Secretarias de Gabinete, Obras, Saúde, Agricultura, Educação, Ação Social, Planejamento, Meio Ambiente, Administração da Prefeitura Municipal CNPJ nº 15.884.109/0001-06 e o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 23.085.655/0001-05, do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, junto ao DETRAN/RO, para os seguintes fins:"
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 1868/2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 5 de maio de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roger Andres Trentini
Código Identificador:85CD8BC2

ASSESSORIA JURÍDICA
ALTERA O DECRETO Nº 1914/2025, QUE DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DA SERVIDORA HELENIRCE ROSA NUNES AO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1914/2025, que dispõe sobre a cedência da servidora Helenirce Rosa Nunes, matrícula nº 1985, ao Município de Cacoal/RO, com início previsto em 10 de abril de 2025;
CONSIDERANDO que a servidora se encontra em licença prêmio por assiduidade no período de 03 de fevereiro de 2025 a 03 de maio de 2025, conforme Portaria nº 149/GP/2025;
D E C R E T A:
Art. 1º O Art. 2º do Decreto nº 1914/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º A presente cedência terá vigência de 04 de maio de 2025 até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogada ou revogada a qualquer tempo, mediante manifestação expressa das partes interessadas."
Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº 1914/2025 que não conflitarem com este.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2025.

Gabinete do de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, 6 de maio de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roger Andres Trentini
Código Identificador:517B64D7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

CAMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 80/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Objeto: Pagamento de 03 (três) inscrições para o curso: Comunicação de Alta Performance e Gestão Pública
Empresa Contratada: Instituto Amazônico de Gestão e Política Pública LTDA
CNPJ: 57.982.295/0001-66
Valor da contratação: 03 inscrições no valor unitário de R$ 1.197,00 (um mil e cento e noventa e sete reais), totalizando R$ 3.591,00 (três mil e quinhentos e noventa e um reais).

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Tratando-se de evento em que se abordara temas relevantes à administração pública na qualificação dos Vereadores, em que se possibilitará o aperfeiçoamento técnico e profissional dos agentes políticos, capacitando-os sobre técnicas e comunicação, gestão de crises, oratória, entre outros, e dessa forma, ficando demonstrado a relevância da temática na qualificação dos servidores deste Parlamento, verifica-se a possível inexigibilidade de licitação nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 74 Lei nº 14.133/2021, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Ainda, verificado que a empresa e os palestrantes do curso possuem notória especialização e são profissionais com ampla experiência nas atividades de treinamento de pessoal da administração pública, conforme disposto no TR e ETP, em conformidade com o § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando ainda os argumentos justificadores para contratação apresentados no documento de formalização de demanda, no estudo técnico preliminar e no termo de referência.

Adjudico o objeto e homologo a inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, bem como autorizo a contratação direta por inexigibilidade de licitação com base na alínea "f" do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, 07 de maio de 2025.

ADALTO FERREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré - RO

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:5C0B9CD5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 12-SUPEL/NM

Processo Administrativo nº: 2043/SEMOSP/2024
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ-RO TRANSFEREGOV 941988/2023.**
A Superintendência de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, vem através deste ato, **CONVOCAR** a empresa **T F DE SOUZASOARES LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 35.297.841/0001-97, OITAVA colocada no certame licitatório

Concorrência Eletrônica em epígrafe, se há interesse em efetuar a Obra de Construção do objeto acima, nas condições abaixo.

Item	Produto	Qtde	Valor Unitário
01	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ	OBRA	R$ R$ 3.050.000,00

Deverá manisfestar tal interesse por escrito e de forma comprovada, através de e-mail: cpl@novamamore.ro.gov.br ou protocolizada no endereço constante no rodapé dessa convocação, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento desse, sob pena de assim não proceder, caracterizar-se renuncia tácita do exercício de preferência que ora lhes são conferidos.
Caso haja interese, solicitamos o encaminhamento de Planilhas contendo a Proposta Final, bem como a Documentação de Habilitação.
Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a SUPEL/NM, por meio do telefone (69) 9 9990-6750, e-mail: cpl@novamamore.ro.gov.br ou no endereço sito a Av. Dom Pedro II, Nº 7096, Bairro João Francisco Clímaco.

Nova Mamoré – RO, 07 de maio de 2025.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:D6AD0F16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DESCLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 12-SUPEL/NM

Processo Administrativo nº: 2043/SEMOSP/2024
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ-RO TRANSFEREGOV 941988/2023.**
A Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados por meio da PORTARIA Nº180 -GP/2025, de 10 de abril de 2025, para a condução do objeto da contratação acima descrito, vem através deste ato **DESCLASSIFICAR** a empresa **E S SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA**, em observância ao parecer Técnico da Engenharia, que versa:
"verifica-se que o acervo técnico operacional apresentado pela empresa não atende aos requisitos de similaridade estabelecidos no item. Embora sejam identificadas obras com orçamento similar ao do presente certame, as características dessas obras não possuem a equivalência técnica necessária conforme exigido pelo edital."
Dê-se ciência da decisão aos interessados.

Nova Mamoré – RO, 05 de maio de 2025.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Superintendente de Licitações
Prefeitura do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:2494060B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/IPRENOM/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1076/IPRENOM/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, através de seu Agente de Contratação, designado pela Portaria 180/GP/2025, e em atendimento ao solicitado pelo *Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IPRENOM*, autorizado pelo Senhor Presidente do Iprenom, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto na Lei Federal 14.133/24, **Art. 75, inciso II**, Dispensa em sua forma **Eletrônica**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o disposto na Lei Federal 14.133/21 e especificações técnicas complementares e quantitativos descrito no Edital e seus anexos. quaisquer informações, pelo endereço eletrônico https://novamamore.ro.gov.br/, e-mail: cpl@novamamore.ro.gov.br, fone/fax: (069) 3544-3230 e/ou 99990-6750, no endereço: Av. D. Pedro II, nº 7096, bairro João Francisco Clímaco, centro, dias úteis, no horário das 07:30 às 17:30 hrs,.
OBJETO: Contratação de empresa Serviço de assessoria e consultoria previdenciária, realização de auditoria interna e Elaboração de minutas e documentos de normalização das ações de Educação previdenciária, Governança coorporativa e controle internos em conformidade com manual do Pró Gestão, elaboração de estudo/parecer, modelagem, minutas, cronogramas, construção de ferramentas, mapeamentos e relatório da análise de hipóteses, em atendimento as normativas da Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações, lei 101-MPS, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento com suporte técnico virtual e a realização de (01 visita mensal).de acordo com ação dos recursos necessários e áreas prioritárias, a partir de uma visão sistêmica da organização**. Conforme especificações no Termo de Referência.**
O Cadastro de Propostas será a partir do dia: **08/05/2025**. A Abertura da Sessão: **13/05/2025** às 09h00min - **LOCAL:** LICITANET On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).**
O valor estimado para a contratação de **19.391,20 (Dezenove mil, trezentos e noventa e um reais e vinte centavos).**

Nova Mamoré, 07 de maio de 2025.

LUANA DE ARAÚJO RIBEIRO ANDRADE
Agente de Contratação
Portaria. Nº 180/GP/2025

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:BC0A02FB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.323-GP/2025, DE 06 DE MAIO DE 2025.

LEI Nº 2.323-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

FAZ SABERque a Câmara Municipal de Nova Mamoré aprovou e ele, Prefeito Municipal sanciona a seguinte:

L E I

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 12.093,48**(doze mil, noventa e três reais e quarenta e oito centavos), para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA. O motivo de solicitação é devido recebimento de recursos da união implementação de políticas de atenção nacional:**IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA REDE ALYNE,**que não estavam previstos no Orçamento do exercício vigente. Conforme solicitado no Memorando**nº 802/SEMUSA/2025,**Processo **nº 1272/2025**. Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.08.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**			
10.301.0022.2336	**IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA REDE ALYNE**			
0.1.601.3110	**F:**631	3.3.90.30	Material de consumo	12.093,48
TOTAL				**12.093,48**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso II parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320.

Art. 3°Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho, em 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:5FB613C4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.322-GP/2025, DE 06 DE MAIO DE 2025.

LEI Nº 2.322-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

FAZ SABERque a Câmara Municipal de Nova Mamoré aprovou e ele, Prefeito Municipal sanciona a seguinte:

L E I

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 1.943.000,00**(Um milhão, novecentos e quarenta e três mil reais), para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.O motivo de solicitação é devido recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentar, através do Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Componente: Incremento Temporários de Custeio do MAC**Serviços de Assistência Hosp. Ambulatorial**, que não estavam previstos no Orçamento do exercício vigente. Conforme solicitado no Memorando**nº 806/SEMUSA/2025,**Processo**nº 1270/2025**. Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.08.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**			
10.302.0022.2335	**INCREMENTO TEMP. CUSTEIO SERVIÇOS DE ASSIST. HOSP. AMBULATORIA**			
0.1.601.3110	**F: 630**	3.3.90.39	Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	1.943.000,00
TOTAL				**1.943.000,00**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso II parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320.

Art. 3°Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho, em 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeitodo Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:73BAC346

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº224-GP/2025

PORTARIA N°224-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

"Dispõe sobre o RETORNO AS ATIVIDADES da servidora WALQUIRIA BENARROSH DE SOUZA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO processo administrativo 1-2013/2024
RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER retorno as atividades**,** a servidora **WALQUIRIA BENARROSH DE SOUZA**, portador do RG nº000659499 e CPF nº67444733287, pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**- 40 horas Semanais, sob a matricula n°1204, lotada na Secretaria Municipal De Saúde–SEMUSA, conforme consta no laudo de avaliação Médica nº23/2025, e no Processo Administrativo de nº1-2013/2024, com inicio em 05/05/2025 e termino em 02/08/2025

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05/05/2025

PALÁCIO 21 DE JULHO, 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/ RO

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:B70E06E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°227-GP/2025

PORTARIA Nº227-GP/2025
Em, 06 de MAIO de 2025.

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxilio doença á servidora JUSCINEIA MAIA DANTAS**"**.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 1° da Lei de n° 1.573–GP/2.020 que assegura a concessão do benefício de auxilio doença;

RESOLVE

Art. 1° - PRORROGAR o benefício de auxilio doença, à servidora **JUSCINEIA MAIA DANTAS,** portadora do RG nº552615 SSP/RO e CPF nº479.026.632-04, pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de **PROFESSORA I NIVEL I** - 40 horas semanais, sob a matrícula nº1170, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, constante do Laudo de avaliação Médica n°14/2025 e do Processo Administrativo de nº1-343/2025, por um período de 120 (cento e vinte) dias, com inicio em 29/04/2025 e término em 26/08/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/04/2025.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/ RO

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:5915696E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 8987 - GP/2025

DECRETO N.° 8987-GP/2025
Em, 06 de maio de 2025.

"DISPÕE SOBREINSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS PARA OS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, ESTADO DA RONDONIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº14.886, de 11 de junho de 2024, que institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas com o objetivo de intensificar as ações de vacinação e de elevar a cobertura vacinal da população;
CONSIDERANDO que a referida Lei Federal autorizou as escolas particulares a participar do Programa, por meio de manifestação expressa de seu interesse perante o sistema de saúde local;

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO 1/2025/MPF/PR-RO/GABPRDC expedida pelo Ministério Público Federal por meio do Procurador da República signatário;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de Município de Nova Mamoré regulamentar o programa de vacinação nas escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas em âmbito local.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Nova Mamoré com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Saúde deverádivulgar amplamente as campanhas de vacinação; agendar as vacinas e orientar sobre o calendário de vacinação, bem como, promover ações educacionais a população sobre a importância da vacinação, e por conseguinte monitorar a cobertura vacinal.

Art. 2º - Para a realização do Programa de Vacinação nas Escolas, as unidades básicas de saúde entrarão em contato com as escolas pertencentes ao território da sua região para que seja agendada a data em que a equipe de saúde irá vacinar as crianças na escola, pelo menos uma (01) vez por ano.

Parágrafo único. A unidade de saúde deverá divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares sejam informados.

Art. 3º - Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, a carteira de vacinação, após a análise e identificação de atraso ou oportunidade de vacinação. Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que não trouxerem a carteira de vacinação, que possuam contraindicação médica ou tenham tido eventos adversos específicos à alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§ 1º - A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado solicitando que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.

§ 2º - Os pais ou responsáveis cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para comparecerem à unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.

§ 3º - A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portavam a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias cujos alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§ 4º - Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos sessenta dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.

Art. 4º - No início de todo ano, após a matrícula, a escola deverá enviar, para a unidade básica de saúde de referência, uma versão fotografada ou digitalizada da carteira de vacinação de cada criança matriculada para que a situação vacinal da criança seja analisada e atualizada pela equipe de saúde.

Art. 5º - O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:1BE750D8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8988 - GP/2025

DECRETO Nº 8988 - GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"DISPÕE sobre a EXONERAÇÃO da Servidora GABRIELLI DA SILVA FERREIRA do Cargo em Comissão de AGENTE VISITADOR da *Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR a Servidora **GABRIELLI DA SILVA FERREIRA** do cargo em comissão de **AGENTE VISITADOR CC-3,** em apoio a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC,da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, de acordo com a Lei Complementar nº 012/PMNM/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos ao dia 02 de maio de 2025.**

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:8088CC91

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8989 - GP/2025

DECRETO Nº 8989 - GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"DISPÕE sobre a EXONERAÇÃO da Servidora NATÁLIA FERNANDES DOS SANTOS do Cargo em Comissão de ASSESSORA DE PROCESSAMENTO DE DESPESAS da *Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR a Servidora **NATÁLIA FERNANDES DOS SANTOS** do cargo em comissão de **ASSESSORA DE PROCESSAMENTO DE DESPESAS – CC5,** em apoio a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, de acordo com a Lei Complementar nº 012/PMNM/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos ao dia 06 de maio de 2025.**

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:0A0F7F6B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.980-GP/2025, DE 06 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 8.980-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei 2.248/GP-2024, de 16 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no valor de**R$ 32.529,84**(trinta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA. Tal solicitação se dá devido a mudança de sistema, foi cancelado o empenho indevidamente, conforme solicitado no Memorando nº 843/SEMUSA/2025, Processo nº 1310/2025.Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

SUPLEMENTAÇÃO				
02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.08.00		**SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**		
10.122.0020.2051		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADESSEMUSA**		
01.500	**F:**633	4.4.90.92	Despesas de exercícios anteriores	32.529,84
TOTAL				**32.529,84**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso III parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ANULAÇÃO				
02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.08.00		**SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**		
10.122.0020.2051		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SEMUSA**		
01.500	**F:**158	3.3.90.39	Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	32.529,84
TOTAL				**32.529,84**

Art. 3°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho, 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:629946F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8998 - GP/2023

DECRETO Nº 8992 - GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"DISPÕE sobre a NOMEAÇÃO do Senhor AILTON DE OLIVEIRA SALVIANO, servidor do quadro efetivo, para exercer o Cargo de VICE-DIRETOR ESCOLAR NÍVEL I *da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **AILTON DE OLIVEIRA SALVIANO**, brasileiro, maior, servidor do quadro efetivo, ocupante da função de Professor I Nível I 20 horas e Professor II (PEDAGÓGICO) 40 horas, para o cargo de **VICE-DIRETOR ESCOLAR NÍVEL I DA EMEIF ONORINA DE SOUZA – CC4**, em apoio a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, de acordo com a Lei Complementar nº 012/PMNM/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2025.**

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:9AF01792

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.984-GP/2025, DE 06 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 8.984-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei de nº 2.323-GP/2025, de 06 de maio de 2025.

DECRETA:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 12.093,48**(doze mil, noventa e três reais e quarenta e oito centavos), para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.Omotivo de solicitação é devido recebimento de recursos da união implementação de políticas de atenção nacional:**IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA REDE ALYNE,**que não estavam previstos no Orçamento do exercício vigente.Conforme solicitado no Memorando**nº 802/SEMUSA/2025,**Processo**nº 1272/2025**. Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.08.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**			
10.301.0022.2336	**IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA REDE ALYNE**			
0.1.601.3110	**F:**631	3.3.90.30	Material de consumo	12.093,48
TOTAL				**12.093,48**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso II parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320.

Art. 3°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho, em 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:842B7092

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.994-GP/2025

DECRETO Nº 8.994-GP/2025 Em, 07 de maio de 2025.

Revoga o Decreto nº 8.960-GP/2025, de 28 de abril de 2025, que autorizava a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento Vigente

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ**,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidaspela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica **revogado** o Decreto nº 8.960-GP/2025, de 28 de abril de 2025, que autorizava a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no valor de R$ 10.570,91 (dez mil, quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos), destinado à Secretaria Municipal de Estradas e Logística SEMEL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 21 de Julho,em 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
PrefeitodoMunicípio de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:690C240E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 026/PMNM/2025

EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 026/PMNM/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1020-SEMASC/2025
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 01/PMNM/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO.
CONTRATADA: EMPRESA G. NAVES DE OLIVEIRA LTDA

OBJETO: Aquisição de água mineral para famílias vítimas das inundações, em razão de situação de Emergência devidamente reconhecida por meio do Decreto nº 8878-GP/2025, de 24 de março de 2025, publicado em 25 de março de 2025, que declara o estado de emergência no município de Nova Mamoré-RO.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, não podendo haver prorrogação ou, desde que justificado, prorrogado por igual período.

VALOR DE CONTRATO: O valor total da contratação é de R$38.812,50 (trinta e oito mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas do referido contrato correrão da seguinte dotação

ÓRGÃO: 02 PREFEITURA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:02.19.00-Secretaria Mun. de Assist. Social e Cidadania - SEMASC
PROJETO/ATIVIDADE:08 244 0035 2333 0000 ATENDIMENTO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA CONFORME DECRETO Nº 8878-GP/2025
CATEGORIA ECONÔMICA:3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FICHA:625

ALANDA CASTEDO DIAS
12369 OAB/RO
Subprocuradora Municipal

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:9F0D65C8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.981-GP/2025, DE 06 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 8.981-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei de nº 2.322-GP/2025, de 06 de maio de 2025.

DECRETA:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 1.943.000,00**(Um milhão, novecentos e quarenta e três mil reais), para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA. O motivo de solicitação é devido recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentar, através do Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Componente: Incremento Temporários de Custeio do MAC**Serviços de Assistência Hosp. Ambulatorial**, que não estavam previstos no Orçamento do exercício vigente. Conforme solicitado no Memorando**nº 806/SEMUSA/2025,**Processo**nº 1270/2025**.Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.08.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**			
10.302.0022.2335	**INCREMENTO TEMP. CUSTEIO SERVIÇOS DE ASSIST. HOSP. AMBULATORIA**			
0.1.601.3110	**F: 630**	3.3.90.39	Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	1.943.000,00
TOTAL				**1.943.000,00**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso II parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320.

Art. 3°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho, em 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeitodo Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:E0FF35F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8985-GP/2025

DECRETO Nº 8985-GP/2025 Em, 06 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de aprovados em Concurso Público para provimento no Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, regido pelo Edital nº 001/2022, homologado em 04 de abril de 2023".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público para provimento de cargos públicos para o Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura do Município de Nova Mamoré/RO - regido pelo Edital nº 001/2022, executado pelo Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP, homologado no dia 04 de abril de 2023, constante nos autos do Processo Administrativo nº 1570-1/2022.

DECRETA:

Art. 1º- FICA NOMEADA a candidata para ocupar o cargo Efetivo do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, em virtude de aprovação em Concurso Público para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, regido pelo Edital nº 001/2022, homologado em 04/04/2023, conforme abaixo discriminada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED:
PROFESSOR ll –PEDAGOGO 40 HORAS: EMEIF MARIA ALEUDA NUNES DE SOUZA (À CONVITE PARA EMEIF ONORINA DE SOUZA- DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO- LH 28) NA ZONA RURAL:

Item	Nome	inscrição	Classif.	À partir
•	JANDIRA PEREIRA DA SILVA	631381	10º	02/05/2025

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 06 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:0DC561D4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8990-GP/2025

DECRETO nº8990 -GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a NOMEAÇÃO dos servidores aprovados no Processo Seletivo simplificado de Provas de Titulos, regido pelo Edital nº 001/2024, homologado em 26 de abril de 2024".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a aprovação no Processo Seletivo simplificado de Provas de Títulos, edital nº 001/2024, realizado do dia 03/04/2024 ao 26/04/2024 e homologado em 26 de abril de 2024.

DECRETA:

Art. 1º- FICAM NOMEADAS as candidatas aprovadas no Processo Seletivo simplificado de provas de titulos, edital nº 001/2024, realizado do dia 03/04/2024 ao 26/04/2024 e homologado em 26 de abril de 2024, conforme abaixo discriminado:

FUNÇÃO:TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-20 horas:
EMEIF LUCIANA MARONARI- DISTRITO DE PALMEIRAS-LH 20-ZONA RURAL:

Item	Nome	Classif.	Data de exercício
1	LEIDIANE PAIVA DA SILVA	4ª	06.05.2025

EMEIF OZEIAS MARTINS DA SILVA- DISTRITO DE JASCYNOPOLIS-ZONA RURAL:

Item	Nome	Classif.	Data de exercício
1	SILVANA SARMENTO ESGOTI FERNANDES	14ª	07.05.2025

EMEIF OZEIAS MARTINS DA SILVA- DISTRITO DE JASCYNOPOLIS-ZONA RURAL:

Item	Nome	Classif.	Data de exercício
1	EDIVANIA MENDES COSTA	18º	07.05.2025

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:9D616938

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8991-GP/2025

DECRETO N°8991-GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a EXONERAÇÃO da servidora GERLANY KESSYA GUEDES MARCELINO ALVES, do Quadro Efetivo/Estatutário de servidores da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração da função pública pela servidora, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivos/Estatutários da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO.

R E S O L V E

Art. 1° - EXONERAR a pedido a servidora pública pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, conforme abaixo elencado:

Item	Nome	Função	À partir	Mat.
•	GERLANY KESSYA GUEDES MARCELINO ALVES	ASSISTENTE SOCIAL	02/05/2025	4185

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho, em 07 de maio de 2025.

MARCELIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:D4325152

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8993-GP/2025

DECRETO N° 8993-GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a EXONERAÇÃO da servidora TAMIRIS DIAS MACIEL, do Quadro Temporário-CLT, de servidores da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o requerimento de **Exoneração** da função pública, pela servidora, pertencente ao Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO.

R E S O L V E

Art. 1° - EXONERAR a pedido, a servidora pública pertencente ao Quadro de Pessoal Temporário, na função de Técnico em Desenvolvimento Educacional Especializado, da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo elencado:

Item	Nome	Matrícula	À partir
•	TAMIRIS DIAS MACIEL	9501	02/05/2025

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho, em 07 de maio de 2025.

MARCELIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:7679CB21

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8995-GP/2025

DECRETO N° 8995-GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a EXONERAÇÃO do servidor JADER JOSÉ DA SILVA COSTA, do Quadro Temporário-CLT, de servidores da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o requerimento de **Exoneração** da função pública, pelo servidor, pertencente ao Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO.

R E S O L V E

Art. 1° - EXONERAR a pedido, o servidor público pertencente ao Quadro de Pessoal Temporário, na função de Técnico em Desenvolvimento Educacional Especializado, da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo elencado:

Item	Nome	Matrícula	À partir
•	JADER JOSÉ DA SILVA COSTA	9507	02/05/2025

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho, em 07 de maio de 2025.

MARCELIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:72E365DC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº8997-GP/2025

DECRETO N° 8997-GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

"Dispõe sobre a EXONERAÇÃO da servidora FABIANA VIANA NERY ARAÚJO, do Quadro Efetivo/Estatutário de servidores da Prefeitura do município de Nova Mamoré/RO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração da função pública pela servidora, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivos/Estatutários da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO.

R E S O L V E

Art. 1° - EXONERAR a pedido a servidora pública pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, conforme abaixo elencado:

Item	Nome	Função	À partir	Mat.
•	FABIANA VIANA NERY ARAÚJO	ASSISTENTE SOCIAL	06/05/2025	9211

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho, em 07 de maio de 2025.

MARCELIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noraney Casto Pinheiro Rios
Código Identificador:6889288D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228 - GP/2025

PORTARIA Nº 228 - GP/2025. Em, 07 de maio de 2025.

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de GESTOR E FISCAL do Contrato no 026/PMNM/2025, do Processo nº 1020/SEMASC/2025."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração especialmente designado*;*

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR os servidores abaixo relacionados, como Gestor e Fiscais de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

PROCESSO Nº	**1020/SEMASC/2024**	
Nº CONTRATO	**026/PMNM/2025**	
GESTOR DO CONTRATO	ROSINEI MARIA DOS SANTOS RAMOS	CPF: 315. ***. ***-15
FISCAL TITULAR DO CONTRATO	FELIPE JOSÉ PINTO TEIXEIRA	CPF: 031. ***. ***-40
CONTRATADA	EMPRESA G. NAVES DE OLIVEIRA LTDA	

VALOR	R$ 2.250,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL

Art. 2º - O Gestor e os Fiscais do Contrato serão responsáveis para representar a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré-RO perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização, controle e aceite, devendo ainda:
a) Ler minuciosamente o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
b) Verificar se o contrato atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação e identificação completa dos contratados, convenentes ou partícipes;
c) Exigir somente o que for previsto no contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes.
d) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando Ihe faltar competência;
e) Notificar a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo, etc.);
f) Verificar se o cronograma físico-financeiro dos serviços se desenvolve de acordo com a respectiva Ordem de Serviço, Nota de Empenho e com o estabelecido no Instrumento firmado;
g) Verificar articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;
h) Atestar a conclusão das etapas ajustadas;
i) Receber os serviços, no caso de contrato, podendo, caso necessário, solicitar o acompanhamento do setor responsável.
j) Rejeitar bens e serviços que estalam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
k) Receber e encaminhar as faturas, devidamente atestadas, ao setor financeiro, observando se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestado/medição.
l) Prestar as informações necessárias sobre o andamento das etapas ao setor demandante dos serviços ao qual o contrato, esteja vinculado, para que sejam efetuadas as atualizações nos sistemas de controle utilizados pela Municipalidade;
m) Prestar, ao ordenador de despesa, informações necessárias ao cálculo de reajustamento de preços, quando previstos em normas próprias;
n) Dar ciências à área demandante:
I. Ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado convenente ou participe;
II. Alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto.
o) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
p) Procurar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
q) Deverá, ainda, ao final do contrato comunicar ao Controle Interno e ao Setor Jurídico, irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 07 de maio de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Florismar Barroso Rodrigues
Código Identificador:931E9A1F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
PORTARIA Nº 235 DE 07 DE MAIO 2025

Dispõe Sobre a Designação da Comissão para Recebimento de Bens do Convênio Nº 112/2021/Pj/Der-RO no Âmbito do Município de Nova União.

O Prefeito do Município de Nova União – RO, João José De Oliveira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;
CONSIDERANDO Memorando nº 23/CONVENIO/2025
RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a Comissão para a fiscalização do convênio nº 112/2021/PJ/DER-RO, objeto Ampliação de Metas Aquisição de 168 metros de tubos de concreto a serem executados na Linha 24 sentido Teixeirópolis zona rural do Município de Nova União, que se compõe dos seguintes membros:
a) Manassés Calandrelli Sodré – Presidente;
b) Janilson Ribeiro de Souza – Secretário;
c) Oziel Pinto Oliveira – Membro;
d) Davi de Freitas Oliveira – Membro;
e) Marcos Paulo França de Souza – Membro;
f) Euclebis Nogueira de Oliveira – Membro.
Art. 2º Compete à Comissão, no âmbito de suas atribuições, proceder ao recebimento, conferência e fiscalização dos materiais adquiridos, emitindo os relatórios e pareceres necessários para fins de comprovação da execução do objeto do convênio.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir da data de emissão da nota de empenho ordinário n° 258/2025 de 20/02/2025.

Nova União, 07 de maio de 2025

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:B80B19FF

P M N U - RO
RESOLUÇÃO Nº 03/2025 - CMAS

Nova União/RO; 07 de maio de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL - CMAS
Em reunião realizada no dia 07 de maio de 2025, com registro em Ata de nº 139 no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

• Art.º 1 - Aprovação do PLANO DE AÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO 4X4 PARA O CRAS – NOVA UNIÃO/RO.

Artº 2- Publique-se, registre e cumpre-se.

THAIS CAVATTI SIMIONI
Presidente do Conselho

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:27D0DC07

P M N U - RO
PORTARIA Nº 236 DE 07 DE MAIO DE 2025

Prorroga prazo da Portaria n. 165, de 06 de março de 2025, que instaurou sindicância administrativa para apuração de fatos tendo em vista os autos do Processo Administrativo n. 378/2025

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União, no uso das atribuições que lhe são conferidas;
CONSIDERANDO o Despacho id 240588
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar prazo para mais 60 (sessenta) dias da portaria n° 165, de 06 de março de 2025, que instaurou sindicância administrativa para apurar fatos constante do Processo Administrativo n.378/2025

Art. 2ºA sindicância ficará à cargo da Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos que deverá, dentre outros atos necessários, ouvir os testemunhos de servidores públicos e aproveitar as provas já colacionadas.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 07 de maio de 2025.

Nova União - RO, 07 de maio de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:F5E0CD00

P M N U - RO
DECRETO Nº2.948 DE 07 DE MAIO DE 2025

Altera a composição da Comissão de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar, e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova União /RO, João José de Oliveira, no uso suas atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO serem as atividades administrativas ininterruptas;

DECRETA:
Art. 1º Fica alterada o art. 1º do Decreto Nº 2.596, de 30 de agosto de 2023, que altera a
composição da Comissão de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar, que passa a
ser composta pelos seguintes membros:
Nadia Aparecida Zani Abreu - Presidente
Regiane Pereira da Silva - Secretária Interina
Orlando Maier - Membro
Dulcineia Medrado Peron – Membro
Adriana Andrade De Oliveira Venancio - Membro

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:25D5882F

P M N U - RO
ERRATA AO CONTRATO N° 49 DE 2024

Interessado(a): Secretária de Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Sustentabilidade.

Referente ao processo: 995/2024

Contrato nº: 49/2024- Nova União/RO.

Objeto: Errata ao Contrato 49/2024 ID 198771

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Os VENDEDORES na qualidade de legítimos proprietários do imóvel situado(LOTE 23 A GLEBA 16-G/Desmembrado) área de 26.639,04 m² ou 2,664 ha , (LOTE 23 B GLEBA 16-G/Desmembrado) área de 39.307,04 m² ou 3,907 há, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor Matrícula nº 16.426 do Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto do Oeste/RO, adquirido através do formal de partilha expedido em 19 de Junho de 2023, extraído dos autos do processo de inventário nº 7006103-392019.8.22.0004, resolve vende-lo ao COMPRADOR, que deverá ser pago da seguinte forma:

Leia-se:

Os VENDEDORES na qualidade de legítimos proprietários **da Fração Ideal de 11,5299475**% (onze inteiros e cinquenta e dois décimos percentuais e fração), equivale a aproximadamente uma área de **11,5103** (onze hectares, cinquenta e um ares, três centiares), do imóvel rural lote 23 da gleba 16-G, do PIC Ouro Preto, com uma área total de 99,8297 (noventa e nove hectares e dois ares e noventa e sete centiares)
Localizado neste Município, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor Matrícula nº 16.426 do Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto do Oeste/RO. Sendo que os herdeiros vendem tudo o que possuem no referido imóvel rural.

Nova União - RO, 17 de abril de 2025.

Município De Nova União/RO
JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
(Comprador)

CLEUSA GUILHERMINA DA SILVA LIMA
(Vendedora E Procuradora)

ZAQUEU MARQUES DE LIMA
(Anuente)

MANASSES CALANDRELLI SODRE
Secretário Municipal
(Interviniente)

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 49/2024
PROCESSO Nº: 995/2024
CELEBRAÇÃO: 10/12/2024

Onde se lê:

OBJETO: Imóvel situado(LOTE 23 A GLEBA 16-G/Desmembrado) área de 26.639,04 m² ou 2,664 há,(LOTE 23 B GLEBA 16-G/Desmembrado) área de 39.307,04 m² ou 3,907 há, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor Matrícula nº 16.426 do Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto do Oeste/RO

Leia -se:

OBJETO :Imóvel rural lote 23 da gleba 16-G, do PIC Ouro Preto, com uma área total de 99,8297 (noventa e nove hectares e dois ares e noventa e sete centiares)
Localizado neste Município, conforme consta na Certidão de Inteiro Teor Matrícula nº 16.426 do Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto do Oeste/RO. Sendo que os herdeiros vendem tudo o que possuem no referido imóvel rural.

Nova União-RO, 17 de abril de 2025.

Município De Nova União/RO
JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
(Comprador)

CLEUSA GUILHERMINA DA SILVA LIMA
(Vendedora E Procuradora)

ZAQUEU MARQUES DE LIMA
(Anuente)

MANASSES CALANDRELLI SODRE
Secretário Municipal
(Interviniente)

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:89F13FBF

P M N U - RO
PROJETO DE LEI N.º 1.220 DE 07 DE MAIO DE 2025.

Revisa o plano plurianual de 2022/2025 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2025, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2025 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2025.

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte:
LEI:

Art. 1° Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 790, de 05 de outubro de 2021, no valor de **R$ 76.750,00** (setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º Altera as Diretrizes Orçamentárias de 2025, estatuídas pela Lei nº 1.126, de 27 de novembro de 2024, no valor de **R$ 76.750,00** (setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir elemento de despesa no Orçamento de 2025, estabelecido pela Lei nº 1.127 de 28 de novembro de 2024, no valor de **R$ 76.750,00** (setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no **caput**, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica, sendo:
Suplementação (+)
02.07 - Poder Executivo - SEMECET
13.392.0006 - Cultura - Difusão Cultural - Cultura, Esporte e Lazer para Todos
2047 - Realização de Eventos Esportivos
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **R$ 44.250,00**
F.R.1.500
02.07 - Poder Executivo - SEMECET
13.392.0006 - Cultura - Difusão Cultural - Cultura, Esporte e Lazer para Todos
2047 - Realização de Eventos Esportivos
3.3.90.31 - Premiações Culturais, Artística, Científicas, Desportivas e Outras **R$ 32.500,00**
F.R.1.500

Anulação (-)
02.07 - Poder Executivo - SEMECET
13.392.0006 - Cultura - Difusão Cultural - Cultura, Esporte e Lazer para Todos
2047 - Realização de Eventos Esportivos
3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita **R$ 1.277,19**
FICHA: 173
02.07 - Poder Executivo - SEMECET
13.392.0006 - Cultura - Difusão Cultural - Cultura, Esporte e Lazer para Todos
2047 - Realização de Eventos Esportivos
3.3.50.43 - Subvenções Sociais **R$ 75.472,81**
FICHA: 174

Art. 4º O crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

a) **Pela Anulação e Suplementação**, no valor de **R$ 76.750,00** (setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:23AA83B8

P M N U - RO
PROJETO DE LEI N.º 1.219 DE 07 DE MAIO DE 2025.

Revisa o plano plurianual de 2022/2025 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2025, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2025 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2025.

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte:
LEI:

Art. 1° Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 790, de 05 de outubro de 2021, no valor de **R$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais).

Art. 2º Altera as Diretrizes Orçamentárias de 2025, estatuídas pela Lei nº 1.126, de 27 de novembro de 2024, no valor de **R$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir elemento de despesa no Orçamento de 2025, estabelecido pela Lei nº 1.127 de 28 de novembro de 2024, no valor de **R$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no **caput**, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica, sendo:
Suplementação (+)
02.08 - Poder Executivo - SEMECET/FUNDEB
12.361.0005 - Educação - Ensino Fundamental - FUNDEB
2041 - Manutenção do Ensino Fundamental 70%
3.1.90.94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas **R$ 95.000,00**
F.R.1.540

Anulação (-)
02.08 - Poder Executivo - SEMECET/FUNDEB
12.361.0005 - Educação - Ensino Fundamental - FUNDEB
2041 - Manutenção do Ensino Fundamental 70%
3.1.90.11 - Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil **R$ 95.000,00**
FICHA: 183

Art. 4º O crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:
a) **Pela Anulação e Suplementação**, no valor de **R$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:96049330

P M N U - RO
PROJETO DE LEI N.º 1.218 DE 06 DE MAIO DE 2025.

Revisa o plano plurianual de 2022/2025 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2025, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2025 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2025.

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte:
LEI:

Art. 1° Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 790, de 05 de outubro de 2021, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Art. 2º Altera as Diretrizes Orçamentárias de 2025, estatuídas pela Lei nº 1.126, de 27 de novembro de 2024, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento de 2025, estabelecido pela Lei nº 1.127 de 28 de novembro de 2024, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no **caput**, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica, sendo:
Suplementação (+)

02.04 - Poder Executivo - SEMOSPAS
26.782.0003 - Transporte - Transporte Rodoviário - Manutenção e Melhoria da Infraestrutura Rural
1028 - Execução FITHA 2023 Convênio nº. 578/2024/PGE-DERADM
4.4.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica **R$ 14.652,72**
F.R. 2.701

02.04 - Poder Executivo - SEMOSPAS
26.782.0003 - Transporte - Transporte Rodoviário - Manutenção e Melhoria da Infraestrutura Rural
1028 - Execução FITHA 2023 Convênio nº. 578/2024/PGE-DERADM
4.4.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica **R$ 5.347,28**
F.R. 2.500

Art. 4º O crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

a) **Pelo Superávit financeiro apurado no balanço contábil de 2024**, referente a ao Convênio **FITHA 2023 nº. 578/2024/PGE-DERADM**, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:72823EF1

P M N U - RO
PORTARIA Nº 237, DE 07 DE MAIO DE 2025.

Designa colaborador para exercer a função de Gestor e Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova União no uso de suas atribuiçõesque lhe são conferidas,
Considerando, que cabe a Autarquia, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei 14.133/221, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados,
RESOLVE:
Art. 1º Designar Dayana Silva Teixeira, inscrita no CPF n. 904.XXX.XXX-68 para exercer a função de gestora do contrato.

Art. 2º Designar Khatlyn Ruhama Ribeiro de Almeida, inscrita no CPF n. 066.XXX.XXX-75 para exercer a função de fiscal do contrato.

Art. 2º Para fins desta Portaria considera-se o objeto do contrato a **Contratação de Banda Católica para a festividade do aniversário do município de Nova União/RO** oriundo do Processo Administrativo nº **721/2025.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:D48C7929

P M N U - RO
AVISO CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo n. 706/2025.

Fundo Municipal de Assistência Social de Nova União, inscrita no CNPJ n. 18.426.396/0001-07, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021**, torna público a contratação direta via Dispensa de Licitação da:
Empresa: RC Turismo Agência de Viagem Ltda., inscrita no CNPJ n. 13.480.195/0001-66. **Valor**: R$ 1.248,84 (um mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) **Objeto**: Aquisição De Passagens Aéreas.
Secretaria: SEMAS

Nova União RO, 06 de Maio de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:8B0E2D0C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação.
Processo Administrativo: 1665/2025.
Objeto: Aquisição em caráter emergencial, de MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR, para atender às necessidades do Hospital Municipal.
Adjudicatários: JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME CNPJ: 38.460.625/0001-09
Valor Total Adjudicado: 31.654,52 (Trinta e Um Mil, Seiscentos e Cinquenta e Quatro reais e Cinquenta e Dois Centavos)
Homologação: O presente processo foi devidamente homologado pelo Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, conforme termo de homologação devidamente registrado no processo em questão.

Ouro Preto do Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

STELLA SOUZA FREIRE
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Stella Souza Freire
Código Identificador:BAEFF6F7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

CPL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 019/2025.

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto em vigor, através de Inexigibilidade**,** que está consubstanciada com base jurídica no Art. 74, Inciso I, da Lei 14.133/21, o qual justifica a contratação direta fundamentada na inviabilidade de competição, resolve:
ADJUDICAR e **HOMOLOGAR** a Presente **Inexigibilidade** de Licitação, Processo Administrativo nº 652/2025.

A presenteInexigibilidadede licitação, visa a: Contratação de empresa para prestação de serviços Revisão de 30.000 (trinta mil) km de garantia do veículo Nissan FRONTIER ATK AT X4 4x4, Placa THI8D79, ANO: 2024/2025, cor: branca, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde.

Em favor de: Rondonauto Comercio De Veiculos LTDA.
CNPJ: 05.883.509/0002-24
Endereço: Rua da Beira Nº 5770 - Bloco A - Floresta - Porto Velho/RO, CEP: 76806640.
Valor da contratação: R$ 3.572,98 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos).

Parecis/RO, 07 de maio de 2025.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Siminhuk
Código Identificador:EDE95C38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 119, DE 06 DE MAIO DE 2025.

PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 119, DE 06 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, o Senhor, **MARCONDES DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
O Prefeito Municipal de Parecis/RO, o Senhor, **MARCONDES DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE;

I – NOMEAR, a Senhora, **NILZETE DANTAS DA SILVA MATTE,** brasileira, portadora de Cédula de Identidade sob nº 401369- SESDC/RO e CPF 581.771.322-53, para ocupar o **Cargo Comissionado de Gerente de Setor de Farmácia Básica e Hospitalar,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde - FMS.

II - Esta portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Revogam as disposições em contrário.

Certifique-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:76FB1640

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2025

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração da Prefeitura de Pimenteiras do Oeste Estado deRondônia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Processo SeletivoSimplificado n. 001/2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, em ordem de classificação, acomparecerem na SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOSHUMANOS, no prazo IMPRORROGÁVEL de 05 (cinco) dias úteis, com início em 08/05/2025 e término em 14/05/2025, durante o horário de funcionamento do Paço Municipal (07h00 às 13h00min) para provimentoem cargo temporário de caráter excepcional. O candidato que não comparecer no prazo estipulado nesteEdital de convocação será considerado como desistente. As documentações obrigatórias a seremapresentadas no comparecimento deverão ser de acordo com o anexo deste Edital.

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS
Nome: 1 - HUMBERTO PINHA AHUANARI
Nome: 2 - EVA PIDGURNEI
Nome: 3 - CATARINA FRANCISCA MARQUES FONSECA
Nome: 4 - BARBARA MARIA DE JESUS PINTO BASTOS

Este Edital de convocação entra em vigor a partir da presente data.

Pimenteiras do Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOS PIRES
Secretario Municipal de Fazenda e Administração

Anexo I
Documentos a serem apresentados:

- 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
- Carteira de identidade RG;
- Cadastro de Pessoa Física CPF;
- Certificado ou Histórico de Conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo convocado;
- Titulo de eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- Certidão Negativa do Tribunal de Contas;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea da Constituição Federal, declaração que demonstre detalhadamente a compatibilidade de horários sob aspenas da lei;
- Carteira de Trabalho Original (página de identificação frente e verso);
- Atestado de sanidade física e mental para fins admissionais;
- Inscrição no PIS/PASEP ou declaração do convocado de que não possui o cadastro;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Comprovante de residência;
- Certidões fazendárias emitidas pela Secretaria de Estado de Finanças.
- Carteira de Reservista ou dispensa de incorporação militar (para candidatos do sexo masculino);
- Conta corrente individual no SICOOB.
- Cópia de carteira profissional com registro no respectivo conselho da classe profissional.

Pimenteiras do Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOS PIRES
Secretario Municipal de Fazenda e Administração

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:B764DBD1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe confere § 1º, Art. 86, da Resolução nº. 254, de 11 de outubro de 1991- Regimento Interno, **CONVOCA** os Senhores Vereadores para **SESSÃO SOLENE em homenagem ao Dia das Mães**, a ser realizada no dia **09** de maio de 2025, Sexta-feira, às 09:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Porto Velho.

Câmara Municipal de Porto Velho, 05 de maio de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6274AEBD

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RESOLUÇÃO Nº 727/CMPV-2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a implementação e operacionalização do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Porto Velho e dá outras providências".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 28, alínea "f" da Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991 – Regimento Interno,
FAZ SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu, **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, na qualidade de seu Presidente, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO**:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Controle Interno – SCI da Câmara Municipal de Porto Velho que visa assegurar maior grau de eficácia e eficiência à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos, a proteção do patrimônio, e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração, nos termos do artigo 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 8° da Decisão Normativa 002/2016/TCE-RO, de 18 de fevereiro de 2016, e artigos 73 e 74 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º O funcionamento do SCI no âmbito do Poder Legislativo Municipal sujeita-se ao disposto nesta Resolução, à legislação e normas regulamentares aplicáveis ao Município e ao conjunto de instruções normativas que comporão o Manual de Rotinas Internas.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS APLICÁVEIS

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei Complementar, considera-se:
I - Controle: Toda atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação e/ou um resultado, com o objetivo de verificar se está em conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou, ainda, com o que determina a legislação e as normas, podendo ser exercido de forma interna ou externa ao controlado;

II - Controles Internos: Consubstanciam-se nas várias atividades ou procedimentos de controle executados internamente pelas unidades da estrutura organizacional desta Câmara, atuando sobre um determinado processo (conjunto de atividades preordenadas) com fito de regular seu fluxo, para que este siga um comportamento predeterminado, e de atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

III - Sistema de Controle Interno – SCI: o conjunto de procedimentos de controle estruturados por sistemas administrativos especificados em regulamentos próprios, executados em todas as unidades da estrutura organizacional, com a finalidade de promover a salvaguarda dos ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas, orçamentos e das políticas administrativas, bem como verificar a exatidão, a fidelidade das informações, assegurando a legalidade, legitimidade, transparência e efetividade da receita e dos gastos públicos, de maneira a ser o controle executado no âmbito interno do ente controlado e com o objetivo de propiciar ao gestor uma razoável margem de segurança acerca da conformidade dos atos.

IV – Unidade Central de Controle Interno - UCCI: é a unidade de coordenação das várias atividades de planejamento, gestão e fiscalização dos controles executados nos Sistemas Administrativos Internos, atuando de modo a definir as rotinas de trabalho e identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos de regulamentos a serem elaborados, e auditando periodicamente sua aplicação, não se confundindo com unidade executora de controles internos ou de instrução processual;

V – Sistema Administrativo Interno – SAI: é o conjunto de atividades afins, relacionadas a funções finalísticas ou de apoio, distribuídas em diversas unidades, departamentos ou setores da Câmara Municipal e, executadas sob a orientação técnica da respectiva unidade central do sistema de Controle Interno - UCCI, com o objetivo de atingir resultado;

VI – Ponto de Controle: Aspectos relevantes em um sistema administrativo, integrantes das rotinas de trabalho ou na forma de indicadores, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.

VII – Instrução Normativa: Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho, especificando finalidade, abrangência, conceitos, base legal e regulamentar, análise de riscos, responsabilidades e fluxo das atividades.

VIII – Manual de Rotinas Internas: conjunto de instruções normativas, principalmente as atividades executadas sob administração sistêmica, devendo evoluir gradativamente para contemplação de todos os sistemas administrativos de execução programática.

IX – Manual de Avaliação de Controle Interno: especifica os procedimentos e metodologia de trabalho a ser observada nas atividades de avaliação de Controle Interno de Gestão, verificando a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelas unidades executoras do Sistema de Controle Interno.

X – Planos de Avaliação de Controle Interno: determinação de níveis, periodicidades e escopos de avaliações de controle interno. Devem ser estabelecidos pelo Órgão Central de Controle Interno, de acordo com o Manual de Avaliação de Controle Interno, preferencialmente, escalonado em planejamento a longo, médio e curto prazo conforme as estratégias de controle e avaliação de risco;

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO CONTROLE

Art. 3º São princípios inerentes às atividades de controle interno:

I – Princípio da Segregação das Funções: As funções administrativas devem ser segregadas/parceladas entre os vários agentes, órgãos ou entes. Estabelece que quem executa, não fiscaliza nem aprova. Estas atividades devem ser efetuadas por agentes ou unidades distintas. A segregação de funções determina que cada um dos executores conferirá a atividade/tarefa, ou conjunto delas, executada na etapa anterior, atestando maior segurança no processo decisório;

II – Princípio da Relação Custo/Benefício: As atividades/procedimentos de controle não devem ser mais onerosas que os benefícios oriundos delas, sob pena de infringir o Princípio da Eficiência. O controle na Administração Pública jamais deverá ser deixado de lado, devendo, contudo, ser avaliada a extensão e o rigor dos controles em face dos benefícios auferidos pela Administração;

III – Princípio da Aderência a Diretrizes e Normas: Os atos do ente controlado devem ser vinculados aos princípios, diretrizes, normas, estatutos e demais diplomas que regem a Administração Pública;

IV – Princípio da Qualificação Adequada: Os agentes de controle devem ter conhecimentos necessários e suficientes para o desempenho da função. Os órgãos de controle devem contar com profissionais que disponham do conhecimento técnico-científico compatível com as atividades afetas à fiscalização;

V – Princípio da Independência Técnico-Funcional: No desempenho de suas funções, os agentes de controle devem ter independência funcional em relação ao controlado para proceder às verificações, analisar documentos, colher provas, bem como emitir o resultado de suas análises. Pressupõe também que o controlador, seja ele interno ou externo, não dependa do auxílio de outros órgãos para realização do setor de controle, salvo a utilização eventual de suporte de especialistas para atividades determinadas e a formalização de parcerias técnico-operacionais.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 4° O funcionamento do Sistema de Controle Interno abrange todas as unidades, setores e departamentos em conformidade com o disposto na legislação e normas regulamentares aplicáveis à Administração Pública e no conjunto de regulamentos que comporão Manual de Rotinas Internas com Procedimentos de Controle da respectiva Câmara Municipal.

§ 1° As atividades de controle interno abrange todas as unidades integrantes da estrutura da Câmara Municipal de Porto Velho, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a Administração Pública responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2° Os pontos de controle deverão ser por normas e procedimentos elaborados pela UCCI determinando as rotinas de trabalho ou na forma de indicadores demonstrando o grau de risco ou efeitos posteriores.

Art. 5º São agentes do Sistema de Controle Interno – SCI:

I – Unidade Central de Controle Interno – UCCI: será ocupado automaticamente pelo servidor nomeado no cargo de Controlador Geral, em atividade nesta Câmara.

II – As unidades, departamentos e/ou setores integrantes da estrutura organizacional, executoras dos Sistemas Administrativos Internos – SAI deste órgão, respondem pelo gerenciamento das atividades afetas ao sistema administrativo, sujeitando-se às instruções normativas, sendo seu controle executado pelo servidor responsável pelo setor, em conformidade com as instruções normativas da UCCI relativas ao Sistema Administrativo Interno – SAI, composto da seguinte forma:

SISTEMA ADMINISTRATIVO INTERNO	ÓRGÃO CENTRAL
SCI – Sistema de Controle Interno	UCCI – Unidade Central de Controle Interno
SCLC – Sistema de Compras, Licitações e contratos	Setor de Compras, Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Divisão de contratos
SJU – Sistema Jurídico	Assessoria Jurídica
SFI – Sistema Financeiro	Diretoria Administrativa e Financeira
SCO – Sistema de Contabilidade	Gerência Contábil
SRH – Sistema Recurso Humano	Diretoria de RH
SPA – Sistema Patrimônio e Almoxarifado	Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado
SSC – Sistema de Administração	Gerência Administrativa

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho designará através de ato formal (Decreto) os respectivos representantes das unidades setoriais do Sistema de Controle Interno que compõem os sistemas administrativos ou de seus substitutos, dando ciência oficialmente ao Órgão Central de Controle Interno.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI

Art. 6º Na qualidade de Unidade Central de Controle Interno – UCCI, além da coordenação e supervisão do SAI, tem as seguintes atribuições:

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, promover a integração operacional das unidades executoras e orientar a expedição de instruções normativas sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências e elaboração de respostas;

III – medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelas unidades executoras do SCI, por meio de atividades consignadas num Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, com utilização de metodologia própria e expedição de relatórios contendo recomendações para o aprimoramento dos controles;

IV – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Legislativo;

V – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais, em especial, efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento dos limites de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal de n° 101/00;

VI – exercer o acompanhamento sobre a expedição e divulgação de instrumentos transparência da gestão pública da Câmara Municipal nos termos da Lei complementar 101/00;

VII – analisar, por amostragem fundamentada em critérios técnicos previamente definidos em ato da UCCI ou quando solicitado pelo gestor, a regularidade e legalidade dos processos licitatórios, assim como dispensa ou inexigibilidade, dos contratos, e outros instrumentos congêneres, bem como dos demais atos administrativos de que resulte a criação e/ou extinção de direitos e obrigações ao ente controlado;

VIII – propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas de trabalho e melhorar o nível de confiabilidade das informações;

IX – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal;

X – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que se instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidaria, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, com o objetivo de melhorar o nível de confiabilidade das informações;

XI – revisar e emitir parecer, sobre os processos de Tomada de Contas Especiais instauradas pela Câmara Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

XII – representar ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por intermédio do órgão central de controle interno, sob pena de responsabilidade solidária, sobre irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XIII – realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;

XIV – emitir parecer sobre os atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma ou pensão manifestando-se sobre a legalidade dos referidos atos e remetê-los à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

XV – examinar e emitir parecer sobre as contas anuais prestadas pelo ente controlado;

XVI – fiscalizar o cumprimento dos limites e condições para inscrição de despesas em restos a pagar;

XVII – fiscalizar, quando for o caso, o cumprimento das medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos Artigos. 22 e 23, da Lei Complementar nº 101/2000;

XVIII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites e demais determinações contidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 101/2000;

XIX – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XX – desenvolver as ações, de competência dos responsáveis pela UCCI, inerentes ao Sistema de Controle Interno do ente controlado, previstas nas respectivas leis de criação de SCI.

CAPÍTULO VI
DAS AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Art. 7º. As auditorias a serem realizadas, além de nortear por critérios de materialidade, risco e relevância, irão se basear no Manual de Auditoria Interna, a ser elaborado e mantido pela UCCI, que especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados, e submetidos à aprovação da autoridade do ente controlado.

§ 1º Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifiquem, a UCCI poderá requerer à autoridade competente a colaboração técnica de servidores de outras unidades da estrutura organizacional, ou mesmo externa, ou ainda a contratação de terceiros.

Art. 8º As atividades de auditoria interna terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelos seus órgãos centrais e unidades executoras, cujos resultados serão consignados em relatório.

§1º No caso do relatório final conter recomendações destinadas ao aprimoramento das rotinas e procedimentos de controle, compete à UCCI monitorar suas implementações, podendo contar para este fim com o apoio do representante setorial.

§ 2º Em caso de detecção de irregularidades, desconformidades procedimentais, ilegalidades, atuações eivadas de ineficiência ou ineficácia, ou dano, será elaborado relatório preliminar a ser submetido aos responsáveis para ciência e eventuais ponderações quanto aos apontamentos.

Art. 9. Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna, após a apreciação das ponderações apresentadas de outros trabalhos ou averiguações executadas pela Unidade Central de Controle Interno ou, ainda, em função de denúncias a esta encaminhada, diretamente ou por meio dos representantes das unidades executoras, forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, àquela caberá comunicar formalmente ao gestor sobre as providências a serem adotadas.

Parágrafo Único. Sempre que, em função de irregularidades ou ilegalidades, for constatado dano ao erário, caberá à UCCI comunicar à autoridade competente quanto à necessidade de instauração do processo de tomada de contas especial, observadas as normas do Tribunal de Contas que regulamentam a matéria, o que deverá ocorrer também nas demais situações em que este procedimento for aplicável.

CAPÍTULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES EXECUTORAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – SAI

Art.10. Às unidades integrantes da estrutura organizacional do ente controlado, em relação ao Sistema de Controle Interno, do qual são consideradas unidades executoras, por seus gestores e servidores, compete:

I – exercer os controles estabelecidos nos regulamentos dos diversos sistemas administrativos afetos a sua área de atuação, objetivando a observância da legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao ente controlado, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou unidade que os utilize no exercício de suas funções institucionais;
III– exercer o controle sobre a execução dos contratos e instrumentos congêneres, afetos a sua unidade;

IV – comunicar ao nível hierárquico superior e à UCCI, para as providências necessárias e sob pena de responsabilidade solidária, o conhecimento da ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resultem, ou não, dano ao erário;

V – propor à UCCI e, quando for o caso, a unidade central do respectivo sistema administrativo, a atualização ou a adequação dos regulamentos inerentes às suas atividades;

VI – apoiar os trabalhos de auditoria interna, facilitando o acesso a documentos e informações.

Art. 11. Como integrantes do Controle Interno da Câmara Municipal de Porto Velho, os responsáveis pelas diversas unidades da estrutura organizacional, em seu âmbito de atuação, assumem também as seguintes atribuições adicionais:

I – prestar apoio na identificação dos "pontos de controle" inerentes às atividades nas quais a sua unidade está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

II – Coordenar o processo de desenvolvimento, implementação, ou atualização nas instruções normativas, nas quais a unidade com que está vinculada atue como responsável pela sua elaboração;

III – Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

IV– Promover o atendimento as solicitações de informações e de providências por parte da UCCI, inclusive quanto à obtenção e encaminhamento das respostas sobre constatações e recomendações apresentadas pela UCCI nos relatórios de auditoria interna;

V – Reportar ao superior hierárquico, com cópia para a UCCI, as situações de deficiência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser negado à UCCI, no exercício das suas atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo.

Parágrafo único O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço constrangimento ou obstáculo a atuação do sistema de controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito a responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 13. Na fixação dos procedimentos de controle deverão ser priorizados, os controles preventivos, destinados a evitar o acontecimento de erros, desperdícios, irregularidades ou ilegalidades, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 14. Caberá a UCCI a elaboração do Manual de Auditoria Interna, que especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a ser observada e que será submetido à aprovação do Presidente da Câmara Municipal, observadas as normas gerais de auditoria interna.

Art. 15. A UCCI deverá elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI e dar ciência ao Presidente da Câmara Municipal, observando as normas gerais de auditoria interna.

Art. 16º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, 29 de Abril de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Projeto de Resolução 820/2025
Autoria: Mesa Diretora

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0B892CA4

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RESOLUÇÃO Nº 726/CMPV-2025 DE 23 DE ABRIL DE 2025

"Altera dispositivos do art. 89 e acrescenta o art. 103-D à Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991- Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho."

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 28, alínea "f" da Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991 – Regimento Interno,

FAZ SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu, **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, na qualidade de seu Presidente, promulgo a seguinte**,**

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. O §1° do art. 89 da Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89. (...)

§1° - As Comissões Permanentes serão em número de 24 (vinte e quatro), cada uma composta de 3 (três) membros, à exceção da Comissão de Integração Distrital que será composta 05 (cinco) membros, com as seguintes denominações:" **(NR)**

Art. 2°. Acrescenta o inciso XXIV ao §1° do artigo 89 da Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991, com a seguinte redação:

"XXIV – Comissão Permanente de Micro e Pequenas Empresas. **(AC)**"

Art. 3°. Acrescenta o Art. 103-D à Resolução n° 254, de 11 de outubro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 103-D. Compete a Comissão de Micro e Pequenas Empresas:

I – Analisar e emitir pareceres sobre projetos de lei e outras proposições que tratem de políticas de apoio, incentivos ou benefícios específicos para as Micro e Pequenas Empresas, conforme previsto na legislação federal, estadual e municipal;
II - Acompanhar a implementação da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) no âmbito do Município, fiscalizando o cumprimento de suas diretrizes;
III - Propor medidas de desburocratização e simplificação de procedimentos administrativos que favoreçam o ambiente de negócios para os pequenos empreendimentos locais;
IV - Fiscalizar a atuação do Poder Executivo na execução de políticas públicas voltadas ao fomento e à formalização das Micro e Pequenas Empresas;
V - Promover o diálogo permanente com entidades representativas do setor, como associações comerciais, sindicatos patronais e órgãos do Sistema, visando à construção de políticas públicas integradas;
VI - Apoiar iniciativas voltadas à capacitação, inovação e acesso ao mercado para as Micro e Pequenas Empresas, inclusive por meio da participação em licitações públicas;
VII - Sugerir medidas de apoio e proteção às microempresas em situações de calamidade pública, crise econômica ou catástrofes locais;
VIII - Realizar audiências públicas, seminários e visitas técnicas que promovam o debate sobre os desafios e as oportunidades para o fortalecimento do setor;
IX - Colaborar com outras comissões permanentes ou temporárias da Câmara em matérias correlatas, preservando sempre a autonomia da comissão e seu foco de atuação;
X - Propor modificações na legislação municipal com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável das Micro e Pequenas Empresas.

Art. 4°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 23 de Abril de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Projeto de Resolução nº 823/2025.
Autoria: Vereador Marcos Combate.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FF99A3C8

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
EDITAL RETIFICADOR N.º 003/2025 VINCULADO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2025/FUNCULTURAL

EDITAL RETIFICADOR N.º 003/2025 VINCULADO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2025 Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, por intermédio de seu presidente o Sr. **Antônio Alves Ferreira**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n.º 047/I, de 01/01/2025, **torna público**, o **EDITAL RETIFICADOR N.º**

005/2025 VINCULADO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2025.

1º RESOLVE: I RETIFICAR O ANEXO XI CRONOGRAMA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2025, de 24 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 02/05/2025. Edição 3970**, conforme abaixo:**

ONDE SE LÊ:

ANEXO XI - CRONOGRAMA **Edital de Chamamento Público nº 005/2025**	
Publicação do edital	**25.04.2025**
Impugnação do edital e pedidos de esclarecimento através do e-mail: **projetoaldirblanc.edital005@gmail.com**	**25.04.2025 a 28.04.2025**
Período de inscrições 15 (quinze) dias	**25.04.2025 a 10.05.2025**
Publicação dos inscritos por categoria	**12.05.2025**
Período de Análise Técnica item 11. Etapa de Seleção dos Projetos dos proponentes inscritos 10 (dez) dias corridos	**12.05.2025 a 21.05.2025**
Publicação Resultado Preliminar conforme item 11.12 da Etapa de Seleção dos Projetos dos proponentes, classificação por categoria	**22.05.2025**
Prazo para Recurso Resultado Provisório conforme o Item 11.13 Etapa de Seleção dos Projetos 03 (três) dias	**22.05.2025 a 26.05.2025**
Divulgação Resultado Final Etapa de Seleção dos Projetos início do prazo para envio documentos de habilitação item 8.1.1	**27.05.2025**
Início Item 12. Etapa de Habilitação; Envio documentos de habilitação item 12.1 através do e-mail: **projetoaldirblanc.edital005@gmail.com**	**22.05.2025 a 29.05.2025**
Período de análise documentos de habilitação	**22.05.2025 a 30.05.2025**
Publicação do Resultado preliminar após análise dos documentos de habilitação, dos proponentes, classificação por categoria	**02.06.2025**
Prazo para interposição de Recurso etapa habilitação	**02.06.2025 a .05.06.2025**
Período para Análise dos recursos	**02.06.2025 a 05.06.2025**
Publicação da homologação do resultado final dos Projetos Selecionados e Habilitados	**09.06.2025**

LEIA-SE:

ANEXO XI – CRONOGRAMA **Edital de Chamamento Público nº 005/2025**	
Publicação do edital	**02.05.2025**
Impugnação do edital e pedidos de esclarecimento através do e-mail: **projetoaldirblanc.edital005@gmail.com**	**02.05.2025 a 06.05.2025**
Período de inscrições 15 (quinze) dias corridos	**02.05.2025 a 16.05.2025**
Publicação dos inscritos por categoria	**17.05.2025**
Período de Análise Técnica item 11. Etapa de Seleção dos Projetos dos proponentes inscritos 05 (cinco) dias corridos	**17.05.2025 a 21.05.2025**
Publicação Resultado Preliminar conforme item 11.12 da Etapa de Seleção dos Projetos dos proponentes, classificação por categoria	**22.05.2025**
Prazo para Recurso Resultado Provisório conforme o Item 11.13 Etapa de Seleção dos Projetos 03 (três) dias	**23.05.2025 a 25.05.20205**
Divulgação Resultado Final Etapa de Seleção dos Projetos início do prazo para envio documentos de habilitação item 8.1.1	**26.05.2025**
Início Item 12. Etapa de Habilitação; Envio documentos de habilitação item 12.1 através do e-mail: **projetoaldirblanc.edital005@gmail.com**	**22.05.2025 a 29.05.2025**
Período de análise documentos de habilitação	**22.05.2025 a 30.05.2025**
Publicação do Resultado preliminar após análise dos documentos de habilitação, dos proponentes, classificação por categoria	**02.06.2025**
Prazo para interposição de Recurso etapa habilitação	**02.06.2025 a .05.06.2025**
Período para Análise dos recursos	**02.06.2025 a 06.06.2025**
Publicação da homologação do resultado final dos Projetos Selecionados e Habilitados	**09.06.2025**

ANTÔNIO ALVES FERREIRA
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto Nº 47/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:01A19D71

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL
PORTARIA N° 025/2025/ASTEC/GAB/FUNCULTURAL/2025

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – FUNCULTURAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.240 de 27 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Porto Velho para o quadriênio 2025-2028 e do Decreto nº 47/I de 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR, **COMISSÃO DE SELEÇÃO ACOMPANHAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA E JULGAMENTO DOS PROJETOS APRESENTADOS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, NOS EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2025, N.º 006/2025, N.º 007/2025 e N.º 008/2025, regidos pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura-PNAB), no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva-PNCV), na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na** Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024**, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), COM O PRAZO DE VIGÊNCIA DE *12* (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:**

Servidor	**Matrícula**	**Cargo**	**Comissão**
Dayane Modesto de Brito	10078684-01	Assessora Técnica - ASTEC	Presidente
Ana Beatriz Lima dos Santos	10078483-01	Assessora Nível III	Membro
João Herbety Peixoto dos Reis	115304	Professor Cedido – SEMED	Membro
Luciano Manoel da Silva Claudino	10078240-01	Gerente da Divisão de Execução de Eventos-DDC	Membro
Mayane Eduarda Nascimento Nonato	10078189-01	Subgenrente de Comunicação Visual-DDC	Membro
Anne Publicia Barbosa Nunes Mamedes	-	Vice-Presidente do CMPC*	Membro
Raissa Dourado: Raíssa Dourado Ribeiro de Lima	-	Representante do CMPC*	Membro

* Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

ANTÔNIO ALVES FERREIRA
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Decreto n° 47/I, de 07 01 De Janeiro De 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6EAF3E75

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 193/2025/IPAM

Alterar a Portaria nº 140/2025/IPAM, de 26 de março de 2025 que constitui o Grupo de Trabalho Responsável pela Implementação e Acompanhamento do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão) no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 4º, Parágrafo único, do Decreto nº 11.973 de 10 de fevereiro de 2011, publicado no Suplemento D.O.M. em 10 de fevereiro de 2011 e nos termos da Lei Complementar nº 886, de 11 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Art. 1º da Portaria nº 140/2025/IPAM, de 26 de março de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo o seguinte membro ao Grupo de Trabalho:
Art. 1º. Constituir o Grupo de Trabalho Responsável pela Implementação e Acompanhamento do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão), conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência, com o objetivo de aprimorar a gestão do RPPS do Município de Porto Velho, nomeando os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

• MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA – Presidente

• MARIA IRISNEY BARBOSA DE SOUZA – Membro

• RUANNE ÉMELY BORGES CELESTINO – Membro

• MARIVALDO ROSA DA SILVA – Membro

• LUCIANA DE SOUSA RODRIGUES – Membro

Art. 2º. Fica autorizada a concessão de gratificação, nos termos do Art. 76 da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010, aos membros do Grupo de Trabalho de que trata o Art. 1º desta Portaria, pelo prazo de até **90 (noventa) dias**, prorrogável por igual período, mediante justificativa e aprovação da Diretoria de Presidência.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho, conforme estabelecido no Art. 3º da Portaria nº 140/2025, permanece sendo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, independente do período de concessão da gratificação.

Art. 4º. A presente Portaria Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de maio de 2025.

Dê ciência, publique-se e Cumpra-se.

CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora- Presidente /IPAM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6F7F0AB3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 194/2025

Porto Velho, 06 de maio de 2025.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea "g" do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990;

Resolve,
Exonerar, a pedido, **LÁZARO SIQUEIRA LOPES,** cadastro n.º 3133, do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de **ASSESSOR EXECUTIVO NI,** do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, a partir de 06 de maio de 2025.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se e
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F83F2DD3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 022/CD/SPPD/PGM/2025

PORTARIA Nº 022/CD/SPPD/PGM/2025
Porto Velho, 30 de abril de 2025.
Processo: 00600-00049036/2024-07-e

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, o prazo para a conclusão dos trabalhos do processo nº 00600-00049036/2024-07-e, instaurado por intermédio da Portaria nº 206/CD/SPPD/PGM/2024, publicado no Diário Oficial do Município do Estado de Rondônia, nº 3843, em 25/10/2024, a fim de a fim de apurar irregularidades no exercício do cargo.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:13174A96

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 85/2025/CD/SPPD/PGM

PORTARIA Nº 85/2025/CD/SPPD/PGM
Porto Velho, 06 de maio de 2025.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Lei Complementar nº 099/2000 e Lei Complementar nº 648/2017 e alterações, tendo em vista o que consta do Processo nº 00600-00001747/2025-73-e:

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **ELIAS JACSON VASQUES MELO,** Cadastro nº 49040, OAB/RO nº 6.080, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo do acusado, no processo administrativo supramencionado, para apresentar defesa escrita, em consonância com o artigo 194, §2º, da Lei Complementar nº 385/2010.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D47EB23A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA ADMINISTRATIVA, CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO Nº 065/PGM/2025

EXTRATO Nº 065/PGM/2025 (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)
PROCESSO Nº º 07.04724/2014 (00600-00005224/2022-53-e)
LOCATÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SEMAD
LOCADOR: Sr. IZAQUIEL CLAUDINO DE ALMEIDA
ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO SÉTIMO TERMO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 042/PGM/2015
OBJETO: O contrato tem por objeto a locação de 01 (um) imóvel urbano localizado nas imediações da Rua da Beira, Av. Rio de Janeiro e BR 364, sentido Rio Branco/AC no Bairro Roque, com área total de aproximadamente. 11.000 m² murada, para instalação e funcionamento do Departamento de Recursos Logísticos/DRL

Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 042/PGM/2015 pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 04.05.2025.

O valor do aluguel permanecerá em R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) por mês, totalizando o valor anual de R$ 316.800,00 (trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais), ficando resguardado o direito do Locador quanto a análise do pedido de reajuste em momento posterior a formalização do presente termo aditivo.

O recurso para cobertura da pretensa despesa a ser empenhada, está prevista no Programa de Atividade: 007.01. – Apoio Administrativo – Secretaria Municipal de Administração, Elemento de despesa: 339036 – Natureza da Despesa - Despesa de Aluguel, Fonte de Recursos 1501.0000.0000 – Declaração de suficiência orçamentária, e-DOC B740E8CC-e.

A Secretaria deverá promover o empenho da despesa, bem como a elaboração do respectivo termo de apostilamento.

Porto Velho, 07 de maio 2025

Responsável Pelo Extrato
CHRISTIANNE ALCARAZ DELGADO CARVALHO
Gerente Administrativo/SPACC

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AB54D586

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
PORTARIA N°. 018/2025/DTL/SGG

O SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO da Prefeitura do Município de Porto Velho, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 97 da Lei Complementar n° 882 de 25 de Fevereiro de 2022.
R E S O L V E:
Art. 1 °. AUTORIZAR os servidores abaixo mencionados, para conduzir o veículo Oficial de acordo com a Lei n° 1948 de 28 de Julho de 2011 que dispõe sobre a condução de veículo Oficial e dá outras providências.

Matrícula	Nome	Cargo	Habilitação
10079420	UELITON LUIS FERNANDES LIMA	ASSESSOR MILITAR	01559504140

Art. 2°. Ao condutor cabe:
I – inspecionar o veículo antes da partida e final do percurso;
II – requisitar a manutenção preventiva e corretiva do veículo;
III – dirigir corretamente o veículo obedecendo a legislação de trânsito vigente e as normas desta Portaria;
IV – prestar assistência necessária em caso de acidente;
V – zelar pelo veículo, inclusive cuidar de ferramentas, acessórios, sobressalentes, documentação e impressos;
VI – preencher o impresso de controle de tráfego e outros relativos ao uso de defeitos mecânicos do veículo, inclusive de acidentes.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 29 de Abril de 2025.

RODRIGUES TORRES SILVA
Gerente da Divisão de Transporte e Logística
Matrícula n°. 1002301

MIRIAM CHAGAS CANDIDO
Diretora do Departamento Administrativo-DA
Matrícula n°. 1008153

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Secretário Geral de Governo-SGG
Matrícula n°. 10078100

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9A0DA8FF

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.403/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

RESOLVE:
Retificar a nomeação de **DEYLLA LARISSA DE SILVA SOUZA** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Apoio de Proteção e Defesa Civil, CC-5, da Superintendência Municipal de Integração Distrital – SMD, a partir de 1° de maio de 2025, constante no Decreto nº 1.394/I, de 05 de maio de 2025.
Onde lê-se: DEYLLA LARISSA DE SILVA SOUZA
Leia-se: DEYLLA LARISSA DA SILVA SOUZA

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D60A035F

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.404/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **JACQUELINE GRAZIELA FERREIRA DANTAS** para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Nível I, CC-10, da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – SEMUR, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:33ACA559

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.405/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **FRANCIVALDO HELIO COSTA SILVA** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Campo, CC-8, da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F174A568

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.406/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **PEDRO MANOEL MEDEIROS FARIAS** para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão Administrativa Do Programa Talentos Do Futuro, CC-11, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6AF76523

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.407/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **MICHARERLEIS INACIO LIMA SOBRINHO** do Cargo em Comissão de Gerente de Assistência Social, CC-11, da Superintendência Municipal de Integração Distrital – SMD, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:05E68ACA

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.408/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **TATHIANE DE SOUZA DE OLIVEIRA** do Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Educação Permanente, CC-11, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4F82A14E

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.409/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **AMANDA DINIZ DEL CASTILLO**para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Educação Permanente, CC-11, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:CF00D1EB

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.410/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **TATIANE OLIVEIRA CAMPOS DOS SANTOS** do Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Recursos Humanos, CC-11, da Secretaria Geral de Governo – SGG, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:70D8648E

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.411/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **FLAVIANE DOS SANTOS LIMA** para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Recursos Humanos, CC-11, da Secretaria Geral de Governo – SGG, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4B27AAA3

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.412/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **JUNIOR ROSENDO CHAVES** do Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Levantamento e Operação de Transporte, CC-11, da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E5C00942

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.413/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **JOAO VITOR SANTOS DA CONCEIÇÃO** para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Levantamento e Operação de Transporte, CC-11, da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8247AD52

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.414/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **DNYPHER JACQUELINE DA SILVA GONÇALVES HELIO** do Cargo em Comissão de Secretária, CC-1, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1A9BDCE8

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.415/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear **PEDRO NAZARENO OLIVEIRA DA SILVA**para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Gestão de Contratos – Restauração Ambiental, CC-11, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E50C3070

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.416/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar, os servidores abaixo relacionados, do Cargo em Comissão, da Controladoria Geral do Município – CGM, a partir de 08 de maio de 2025.

FELIPE ÁSTOR MARTINS DA COSTA NOVA	ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE ESPECIALIZADO	CC-13
INARA GABRIELLY PRATA MOREIRA	GERENTE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	CC-11
CAROL ARAUJO DE ALMEIDA	ASSESSOR NÍVEL I	CC-10

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B56443ED

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.417/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear, os servidores abaixo relacionados, para exercer o Cargo em Comissão, da Controladoria Geral do Município – CGM, a partir de 08 de maio de 2025.

INARA GABRIELLY PRATA MOREIRA	ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE ESPECIALIZADO	CC-13
CAROL ARAUJO DE ALMEIDA	GERENTE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	CC-11
IGOR HENRIQUE MORAES MAJESKI	ASSESSOR NÍVEL I	CC-10

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E0F4C705

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.418/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **LUZANIRA DOURADO DA SILVA**do Cargo em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO NÍVEL II, CC-15, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6FA6A02E

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.419/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear, os servidores abaixo relacionados, para exercer o Cargo em Comissão, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, a partir de 08 de maio de 2025.

LUDSON GABRIEL DOURADO FARIAS	ASSESSOR TÉCNICO NÍVEL II	CC-15
FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS	COORDENADOR DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-7

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:59B28CF0

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.420/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Exonerar **LUCIANO DOS SANTOS** do Cargo em Comissão de Gerente da Divisão de Almoxarifado, CC-11, da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos – SEMUSB, a partir de 08 de maio de 2025.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:766FFADD

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 1.421/I, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Nomear, os servidores abaixo relacionados, para exercer o Cargo em Comissão, da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos – SEMUSB, a partir de 08 de maio de 2025.

JOVANA TOMAS DA ROCHA	GERENTE DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO	CC-11
ADRIANO PEREIRA SOARES	GERENTE DA DIVISÃO DE CEMITÉRIO	CC-11
MICHARERLEIS INACIO LIMA SOBRINHO	GERENTE DA DIVISÃO DE OFICINA E BORRACHARIA	CC-11

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8B2555B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO

PORTARIA DE 05 DE MAIO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO os Arts. 20 e 21 da Lei Complementar nº. 390, de 02.07.2010, publicada no D.O.M. nº. 3.787, de 02.07.2010.

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010.

CONSIDERANDO ainda o Processo nº **00600-00018205/2025-30**, resolve:

Nº 070 – CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora pertencente ao Grupo Ocupacional da Saúde, do Quadro de Pessoal do Município, conforme Anexo Único desta Portaria.

Anexo Único

Ord.	Cadastro	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A partir
1	171736	Angela Ribeiro de Souza	Enfermeiro	V	VI	23/07/2019
				VI	VII	23/07/2021
				VII	VIII	23/07/2023

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F4041DE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 49/2025 ASTEC/GAB/SEMAD 07 DE MAIO DE 2025

Regulamenta a oferta de cursos e ações de capacitação promovidas pela administração pública municipal de Porto Velho.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO a necessidade de promover o desenvolvimento contínuo dos servidores municipais, visando à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população de Porto Velho;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam regulamentados, por meio desta Portaria, os cursos e ações de capacitação ofertados no âmbito da administração pública municipal de Porto Velho.

Art. 2º A oferta de cursos e ações de capacitação no âmbito da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) se dará conforme planejamento anual, elaborado com base nas necessidades de desenvolvimento dos servidores e nos objetivos estratégicos da administração municipal, ou mediante solicitação formal das demais Secretarias Municipais, devidamente justificada e submetida à análise e aprovação da SEMAD.

Parágrafo único. As demais Secretarias poderão realizar contratação de cursos que estejam previstos dentro do seu planejamento anual, sendo que neste caso, os procedimentos e recursos são de responsabilidade da mesma.

Art. 3º A participação nos cursos e ações de capacitação ofertados pelo município poderá ser obrigatória ou facultativa.

§ 1º Será obrigatória quando determinada pela chefia imediata ou exigida para o desempenho de atividade específica.

§ 2º Será facultativa quando relacionada ao interesse do servidor, desde que haja compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 4º O servidor convocado para participar de curso ou ação de capacitação deverá cumprir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da carga horária total do curso.

Paragrafo único. Ficam excetuadas da limitação de percentual mínimo estabelecido neste artigo os cursos que possuírem critérios próprios para cumprimento mínimo de carga horária.

Art. 5º Em caso de não cumprimento da carga horária mínima obrigatória, sem justificativa formal aceita, o servidor estará sujeito à devolução integral dos valores despendidos pela administração municipal, conforme o artigo 140, § 2º, da Lei Complementar nº 385/2010, mediante desconto em folha de pagamento, nos termos do artigo 47 da mesma Lei Complementar.

Art. 6º A obrigatoriedade de participação nos cursos e a consequente possibilidade de devolução de valores em caso de não cumprimento da carga horária não se aplicam aos cursos e às ações de capacitação cuja participação seja facultativa e não envolva ônus financeiro direto para o município em relação ao servidor.

Art. 7º No ato da inscrição no curso, o servidor deverá declarar-se ciente dos termos desta Portaria.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração - SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F3794B92

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 110/2025/DIACAS/DA/SEMED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 110/DIACAS/DA/GAB/SEMED Porto Velho, 06 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b", e o artigo 67 da Lei Federal 8.666 de julho de 1993.

RESOLVE:
Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria nº 38, de 24 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 24 de Fevereiro de 2025, edição n. 3928.

Art. 2º. INSTITUIR a Comissão Interna responsável pela fiscalização do processo originário nº 09.01359-00/2021, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL – SEMED ADMINISTRATIVO E ESCOLAS. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 174/2022/SML/PVH - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA E DESARMADA no âmbito desta Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Refere-se o mesmo aos processos apensados: 00600-00003487/2023-17, 00600-00003501/2023-74, 00600-00003503/2023-63 e 00600-00003473/2023-95 e suas unidades, firmado com as seguintes empresas e seus respectivos contratos:
a) PROTEÇÃO MÁXIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – CNPJ 07.719.705/0001-02-**Contrato n. 068/PGM/2022;**
b) PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – CNPJ 26.156.245/0001-04 – **Contrato n. 072/PGM/2022;**
c) BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA – CNPJ 17.433.496/0002-70 – **Contrato n. 070/PGM/2022;**
d) G. J. SEGURANÇA VIGILÂNCIA LTDA – ME – CNPJ 21.361.698/0001-40 – **Contrato n. 071/PGM/2022;**

Art. 3º. NOMEAR os servidores abaixo relacionados para a presente Comissão de Fiscalização:

NOME	FUNÇÃO	CADASTRO
FRANCISCA HUGURLAVIA FERNANDES	PRESIDENTE	178568
GIANNY ALMEIDA DE MENEZES GALVÃO	MEMBRO	48175
ANDRÉIA SIQUEIRA DE FRANÇA	MEMBRO	11073
ROSINEY DE AZEVEDO SOUZA	MEMBRO	103846

Art. 4º. A Comissão de Fiscalização será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de Vigilância, cabendo-lhes a responsabilidade das seguintes atribuições:
I – fiscalizar o serviço de Vigilância nos postos das unidades escolares da rede municipal de ensino, bem como na sede da Secretaria Municipal de Educação – SEMED ou outros locais que estejam abrangidos pelos contratos acima apontados;
II – conferir os dados das faturas antes de atestá-las, tomando as providências necessárias e as correções devidas, arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;
III – controlar toda a execução do serviço contratado, principalmente quanto a sua qualidade, propondo, sempre que cabíveis, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;
IV - formalizar os entendimentos com a Contratada e o seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
V – notificar a empresa contratada, sempre que necessário, acerca de eventuais inexecuções do contrato, ainda que parciais, de maneira a dar conhecimento da irregularidade apontada e oferecer prazo para manifestação e/ou o seu cumprimento;
VI – rejeitar serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o que reza os Termos de Contrato;
VII – observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades, procurando, sempre que necessário, auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data retroativa de **01/05/2025.**

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº. 33/I, de 01/01/ 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:62D1F58F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 107/2025/DIACAS/DA/SEMED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 107/DIACAS/DA/GAB/SEMED

Porto Velho/RO, 06 de maio 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b", e o artigo 67 da Lei Federal 8.666 de julho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria nº 071/DIACAS/DA/GAB/SEMED, de 31 de março de 2025 - Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - ANO XVI | Nº 3951;

Art. 2º. INSTITUIR a Comissão Interna responsável pela fiscalização dos contratos pertinentes as Contas Públicas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, quais sejam:

•Contrato nº **DESC/CRCE/PP/101/2025** – Processo nº 00600-00041694/2024-42 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – **TARIFA OPTANTE**;

•Contrato nº **DESC/CRCE/PP/100/2025** – Processo nº 00600-00041693/2024-06 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA-**TARIFA HOROSSAZONAL**;

•Contrato nº **DESC/CRCE/PP/102/2025** – Processo nº 00600-00041692/2024-53 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – **TARIFA BAIXA TENSÃO ESCOLAS E ADMINISTRATIVO**; Todos os contratos firmados com a Empresa ENERGISA RONDÔNIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ. Nº 05.914.650/0001-66;

•Contrato nº 001/2020, Processo nº 00600-00004211/2023-48 – FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL UNIDADES ADMINISTRATIVA E ESCOLARES; Firmado com a Empresa de Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD-CIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA – CNPJ. Nº 05.914.254/0001-39;

NOME	FUNÇÃO	CADASTRO
FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SIMÕES	PRESIDENTE	28375
IRLEIDE SILVA DE MELO MACHADO	MEMBRO	184970
GLEICE ROCA DIONÍZIO MENDES	MEMBRO	97495
ROMMEL CHAVEZ RODRIGUES	MEMBRO	85143

Art. 3º. A Comissão de Fiscalização será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços prestados pela empresa, cabendo-lhes a responsabilidade das seguintes atribuições:
I – fiscalizar os serviços prestados nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino e Setores Administrativos, bem como na sede da Secretaria Municipal de Educação ou outros locais que estejam abrangidos pelos Contratos acima;
II – conferir os dados das faturas antes de atestá-las, tomando as providências necessárias e as correções devidas, arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;
III – controlar toda a execução dos serviços contratados, principalmente quanto a sua qualidade, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;
IV – formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
V – notificar a empresa contratada, sempre que necessário, das eventuais inexecuções do contrato, ainda que parciais, de maneira a dar conhecimento da irregularidade apontada e oferecer prazo para seu cumprimento;
VI – rejeitar serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o que reza os Termos de Contrato;
VII – observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades, procurando, sempre que necessário auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
VIII – Propôr o desligamento quando necessário, escolas desativadas, paralisadas ou quando encontrar quaisquer irregularidades pertinentes;

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com data retroativa de 01/05/2025.

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/ 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3B20DC8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 109/2025/DIACAS/DA/SEMED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Portaria nº.109/DIACAS/DA/GAB/SEMED Porto Velho/RO, 06 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b", e o artigo 67 da Lei Federal 8.666 de julho de 1993

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria nº 034/DIACAS/DA/GAB/SEMED, de 31 de março de 2025 - Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - ANO XVI | Nº 3927;

Art. 2º. INSTITUIR Comissão interna responsável pela fiscalização do contrato nº 066/PGM/2021, referente ao **processo nº 09.00770-00/2021/ 00600-00006256/2023-57-e**, cujo objeto é Locação de Impressoras Multifuncionais – Pregão Eletrônico nº 365/2020/GAMA/SUPEL/RO, para atender a SEMED – Secretaria Municipal de Educação, designando os seguintes servidores:

NOME	FUNÇÃO	CADASTRO
ANDRÉ LUCAS DE JESUS SOUTO	Presidente	10078846
IRLEIDE SILVA DE MELO MACHADO	Membro	184970
ALINE OLIVEIRA PENA	Membro	11007
VÂNIA RODRIGUES DE SOUZA	Membro	199803

Art. 3º. A Comissão de Fiscalização será responsável pelas seguintes atribuições:
I – fiscalizar a prestação do serviço de acordo com o objeto contratado, conferindo sua qualidade;
II – conferir os dados das faturas ou notas fiscais antes de certificá-las, bem como as informações contidas na internet em relação às Certidões Negativas da empresa, tomando as providências necessárias para as correções devidas, arquivando, se for o caso, cópia de documentos pertinentes para controle da Comissão;
III – formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
IV – apresentar Relatório Mensal de Fiscalização antes do pagamento de cada serviço, junto aos documentos necessários para o procedimento, de maneira a certificar a execução contratual e apontar, caso haja, as observações ou irregularidades detectadas.
V – notificar a empresa contratada, sempre que necessário, das eventuais inexecuções do contrato, ainda que parciais, de maneira a dar conhecimento da irregularidade apontada e oferecer prazo para seu cumprimento;
VI – rejeitar os serviços ou o objeto contratado que estejam em desacordo com suas especificações, observando o que reza os Termos de Contrato;
VII – comunicar à Divisão de Acompanhamento e Controle de Aquisições e Serviços – DIACAS/DA/SEMED, as irregularidades detectadas na execução do contrato, a fim de que tomem as providências pertinentes em desfavor da empresa contratada que deu causa a irregularidade apontada;
VIII – observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades, procurando, sempre que necessário, o auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data retroativa de 01/05/2025.

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/ 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F4417487

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO SEMOB
NOTIFICAÇÃO A COMUNIDADE, PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E ENTIDADES EMPRESARIAIS

Na presente gestão, foram iniciados os procedimentos para obtenção e organização dos documentos pendentes, com o objetivo de regularizar a prestação de contas do referido convênio. Informamos que os atrasos verificados, embora intempestivos, não decorrem de negligência ou falta de comprometimento, mas de dificuldades técnicas pontuais enfrentadas durante a apuração e consolidação das informações, agravadas pela transição de gestão.
Desta forma, o município de Porto Velho – Rondônia, nos termos da Lei Federal 9.452 de 20/03/1997, notifica a Comunidade, Partidos Políticos, Sindicatos e Entidades Empresariais sobre a formalização do convênio n° 011/2022/PGE/DER-RO, celebrado com o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia - DER-RO, em 06/05/2022, cujo objeto é o custeio de serviços de pavimentação, drenagem e recapeamento asfáltico no âmbito do Programa Tchau Poeira, no valor de R$ 99.999.994,06.

Atenciosamente,

GERALDO SENA NETO
Secretário Municipal de Obras e Pavimentação – SEMOB

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeitura Municipal

Porto Velho, Rondônia - 29 de abril de 2025.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3E131DF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E URBANISMO - SEMUR
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE (CONCIDADE)

EDITAL N.º 3/2025/CONCIDADE/SEMUR, DE 23 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CANCELAMENTO E RECONVOCAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE – CONCIDADE

Considerando o Edital de Convocação Nº 002/2025/CONCIDADE/SEMUR, de 23 de abril de 2025, que convocou os membros do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE para reunião ordinária no dia 08 de maio de 2025;
Considerando que, no dia 08.05.2025 o Presidente do Conselho Municipal e a Vice-Presidente estarão viajando por motivos de saúde e trabalho, respectivamente, o que inviabiliza a realização da reunião ordinária previamente agendada. O Presidente do Conselho Municipal da Cidade, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o

Regimento Interno, Capítulo III, Seção II, Subseção II, Caput do Art. 10.

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE marcada anteriormente para o dia 08 de meio de 2025.

Art. 2º Reconvoca os integrantes do Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho, para a Reunião Ordinária no dia 15 de maio de 2025, às 15h00 (Primeira Chamada) e às 15h30 (Segunda Chamada), na Sala de Situação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, na Rua Abunã, 2625, B. Liberdade, Porto Velho - RO, para tratar da seguinte.

ORDEM DO DIA:

1. Leitura do Edital de Convocação;
2. Aprovação da Ata de Reunião do dia 10.04.2025;
3. Aprovação do calendário de reuniões do ConCidade no ano de 2025;
4. Posse dos conselheiros oficialmente nomeados;
5. Apresentação do 3º Relatório de Acompanhamento do Plano Diretor, previamente compartilhado na reunião atual;
6. Informes sobre a Conferência Municipal da Cidade, incluindo orientações, prazos e atividades relacionadas à sua realização;
7. Relato dos Comitês Técnicos;
8. Assuntos Gerais.

RAIMUNDO ALENCAR DE MAGALHÃES
Presidente do Conselho Municipal da Cidade

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:69B97AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RESOLUÇÃO ESTRATÉGICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SEMESC
PORTARIA N.º 21/DEADM/GAB/SEMESC

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RESOLUÇÃO ESTRATÉGICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS, no uso de suas atribuições legais, conforme DECRETO Nº 32/I, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº ANO XVI Nº 3888a – Edição Extraordinária, de 02 de Janeiro de 2025.

RESOLVE:
Art. 1º – Nomear, os servidores abaixo relacionados, responsáveis pela atualização do Portal da Transparência, PNPC e Contratos.Gov:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Francisley Carvalho Leite	6636	Chefe da Assessoria Técnica
Jane Barbosa Camara	10078945	Gerente da Divisão de Laudos e Vistorias Técnicas

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho/RO, 06 de Maio de 2025.

Atenciosamente,

ANTÔNIO JOSÉ PRATA
Secretário Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C24303CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 73/DA/SEMUSA

PORTARIA Nº 73/DA/SEMUSA Porto Velho,06 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 25 de fevereiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00017015/2025-03-e.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor(a) **SHELTON ALISSON BOTELHO PEREIRA,** lotado(a) no **CAPS AD,** Cargo em Comissão; GERENTE DO CAPS AD, Cadastro nº 1002706-01, SUPRIMENTO DE FUNDO em regime de adiantamentos, a importância de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), nos seguintes elementos de despesas:

3.3.90.30 - Material de Consumo: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Art. 2° - Parágrafo único. A portaria de concessão fixará os prazos, não podendo exceder a 90 (noventa) dias para aplicação e 20 (vinte) dias para prestação de contas, sendo estes limitados ao último dia útil do exercício em que foi concedido.

Art. 3º - A finalidade do atendimento será para despesas determinadas no artigo 15, inciso XI, do Decreto nº 14.707/2017.

Art. 4º - O responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer pessoalmente a sua comprovação, conforme preceitua os artigos 21 e 22 do Decreto nº14.707/2017.

Art. 5º - A Divisão de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
publique-se
e cumpra-se.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
(Assinado Digitalmente)

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC E80B0FC8

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F5AF27FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 74/DA/SEMUSA

PORTARIA Nº 74/DA/SEMUSA Porto Velho,07 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 25 de fevereiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00016839/2025-58-e.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor(a) **Leiliane Freitas Araújo ,** lotado(a) no Gabinete Semusa**,** Cargo em Comissão; Assessora Técnica Nível III, Cadastro nº10078397, SUPRIMENTO DE FUNDO em regime de adiantamentos, a importância de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), nos seguintes elementos de despesas:

3.3.90.30 - Material de Consumo: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Art. 2° - Parágrafo único. A portaria de concessão fixará os prazos, não podendo exceder a 90 (noventa) dias para aplicação e 20 (vinte) dias para prestação de contas, sendo estes limitados ao último dia útil do exercício em que foi concedido.

Art. 3º - A finalidade do atendimento será para despesas determinadas no artigo 15, inciso XI, do Decreto nº 14.707/2017.

Art. 4º - O responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer pessoalmente a sua comprovação, conforme preceitua os artigos 21 e 22 do Decreto nº14.707/2017.

Art. 5º - A Divisão de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
publique-se
e cumpra-se.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
(Assinado Digitalmente)

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC 73F369E7

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B7CE1A4B

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente Municipal de Licitações, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela LC n. 945/2023, publicada no DOMER n. 3551, de 01.09.2023, em atendimento ao que preceitua o disposto no inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/21;

Considerando a licitação deflagrada no **Processo Administrativo nº 00600-00017460/2023-01-e**, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de lavagem, limpeza e desinfecção das ambulâncias do SAMU de Porto Velho, com o fornecimento de mão de obra qualificada sob supervisão especializada, materiais de consumo e permanentes necessários para a execução dos serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, licitado por meio do **Pregão Eletrônico Nº 90091/2024/SML/PVH** – UASG: 925172;

Considerando o disposto no art. 8º, parágrafo único, do Decreto Municipal n. 20.205, de 12.07.2024, publicado no DOMER n. 3769, de 15.07.2024, bem como a orientação constante do Ofício n. 014/SPACC/PGM/2024;

Resolve Adjudicar e Homologar o objeto do certame acima identificado, em favor da seguinte empresa:

• **WICAR TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ: 38.778.331/0001-20,** vencedora do item 1 ofertando valor total de **R$ 253.536,00 (Duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais);**

Publique-se, para ciência dos interessados, junte-se cópia aos autos respectivos e dê-se demais encaminhamentos, na forma da Lei.

Porto Velho, 06 de Maio de 2025.

IAN BARROS MOLLMANN
Superintendente Municipal de Licitação – SML

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:74A2A8C7

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
1º ADENDO ESCLARECEDOR

Pregão Eletrônico n. 90038/2025/SML/PVH
Processo administrativo n. 00600-00049596/2023-72-e
Objeto resumido: Registro de Preços Permanente – SRPP para eventual aquisição de material têxtil hospitalar **(AVENTAIS DESCARTÁVEIS, CLAMP UMBILICAL, TOUCAS DESCARTÁVEIS, e OUTROS).**
UASG: 925172

A Superintendência Municipal de Licitações – SML torna público o presente Adendo Esclarecedor para **COMUNICAR E ESCLARECER** o que segue:

I – DA INCLUSÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA NO TERMO DE REFERÊNCIA: Fica incluído no Anexo I – Termo de Referência o item abaixo:
10.1.1.12 – Quando se tratar de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a contratada deverá fornecer os materiais com Certificado de Aprovação – CA, em conformidade com o disposto na NR nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de rejeição do produto. Esclarece-se que, conforme manifestação da Secretaria requisitante, a alteração em questão não impacta a formulação de propostas, razão pela qual não haverá reabertura de prazo para elaboração de proposta. Fundamenta-se a presente decisão no art. 55, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

II – DA PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA: Tendo em vista a necessidade de garantir a ampla divulgação das respostas à impugnação, pedidos de esclarecimento e do presente adendo, a data de abertura das propostas fica prorrogada para o dia **13/05/2025, às 10h (horário de Brasília).**

III. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL: Ratificam-se as demais disposições contidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

IV. FUNDAMENTAÇÃO: A decisão que deu origem ao presente Adendo se encontra autorizada e motivada nos autos respectivos, bem como na resposta à impugnação divulgada para ciência de todos no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br), no link relativo ao Pregão e no Sistema Compras Governamentais (www.compras.gov.br).

V. OUTRAS INFORMAÇÕES: Junto à Equipe de Pregão n. 08, na Superintendência Municipal de Licitações – SML, localizada na Rua México, n. 2331, 2º Andar, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76.820-190 – Porto Velho/RO. Atendimento em dias úteis, de 8h às 14h. E-mail: pregoes.sml@gmail.com.

Porto Velho, 07 de maio de 2025.

TATIANE MARIANO
Pregoeira/SML

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AE0F102D

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI
TERMO DE REVELIA PROCESSUAL

DECLARO À REVELIA da EMPRESA **STA LIGHTING LTDA** CNPJ: **26.353.266/0001-01, regulamente notificada n Processo Sancionador n** 00600-00005645/2025-27**-e –** referente ao Empenho n 8778/2024, conduzido pelo Departamento Administrativo - DA/SMTI/SGG, conforme consta nos autos, por **NÃO TER APRESENTADO DEFESA NO PRAZO LEGAL, 15 (quinze) DIAS ÚTEIS,** contados do recebimento da presente Notificação 01

(11/02/2025), Notificação 02 (20/02/2025) e Notificação N 03 (27/02/2025) e via AR.
conforme aduz o art. 5º, inciso LV da Carta Magna e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133/2021.
Registra-se ainda, em atenção ao Princípio da Oficialidade, decorrente do devido processo legal, que a ausência de manifestação não implicará sobrestamento ou arquivamento do feito, sendo o processo impulsionado de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados nos termos do art. 2º, inciso XII, da Lei n. 9784/1999.

Porto Velho, 07 de Maio de 2025

MARINÊS PEREIRA DE MELO
Diretora Administrativa DA/SMTI/SGG

DE ACORDO:

CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI
Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI/SGG

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:15A0EDCE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2025 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1535/SEMUSA/2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO.
CNPJ: 04.632.212/0001-42.
Contratada:JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 38.460.625/0001-09
VALOR: R$ 973.726,40 (Novecentos e setenta e três mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
Contratada: R N F DE SOUZA & CIA LTDA
CNPJ: 00.647.694/0001-53
VALOR: R$ 12.937,00 (Doze mil novecentos e trinta e sete reais)
Contratada: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 17.472.278/0001-64
VALOR: R$ 16.338,00 (Dezesseis mil trezentos e trinta e oito reais)
DO OBJETO: Registrode preços para a eventual e futura aquisição de medicamentos hospitalares, com o objetivo de atender às necessidades do Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, situado na Rua Otávio Rodrigues de Matos, 1905, Ernandes Gonçalves.
RETIRADA DA ATA : https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/publicacao/frmpublicacao&grupo=&nomeaplicacao=publicacao e https://pncp.gov.br/app/atas?q=&pagina=1

Presidente Médici/RO, 07 de maio de 2025.

SERGIO PEDRO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:F1E5A703

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/SML/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-0354/SEMADRH/2025.

O Pregoeiro do município de Presidente Médici/RO, no uso das atribuições legais, torna público que está retificando, através deste adendo, o **AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº. 047/SML/2025**, referente ao Processo Administrativo **Nº. 1-0354/SEMADRH/2025**, cujo objeto é: Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa na prestação de serviço de Locação, montagem, manutenção e desmontagem de Equipamentos de Sonorização e Iluminação, Banheiros Químicos, Locação de Tendas entre outros, para atender as necessidades das Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, por um período de 12 (doze) meses. **VALOR ESTIMADO**: R$ 757.730,35 (Setecentos e cinquenta e sete mil setecentos e trinta reais e trinta e cinco centavos). **ÓRGÃO**: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. **DO TIPO**: Menor preço Unitário. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS**: 22 de maio de 2025, às 09h10min (horário de Brasília). LOCAL: https://licitanet.com.br/ **RETIRADA DO EDITAL**: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes, https://licitanet.com.br/ e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Onde se Lê:
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08 de maio de 2025, ás 09h10min (horário de Brasília).
Leia-se:
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22 de maio de 2025, ás 09h10min (horário de Brasília).
Ficam mantidas as demais exigências contidas no Edital, inicialmente elaborado, bem como nas demais peças que o integram.

Presidente Médici, 07 de maio de 2025.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:44B545FE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 008/SEMAS/2025.

Portaria Nº 08/SEMAS/2025.

O ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto nº **2319/2021**, e tendo em vista o que consta nos Autos dos requerimentos de férias SEMAS/**2024.**

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora EDILEUZA VIVIANE NUNES INERIO MIRANDA – com cargo de zeladora/lavadeira 40 horas, matrícula nº 1122, pertencente ao quadro permanente de pessoal do Município de Primavera de Rondônia, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, referente a 16/01/2024 a 16/01/2025 Para gozo no período de 02/06/2025 a 01/07/2025**.**

Art. 2º- Esta portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação,

Gabinete do prefeito município de Primavera de Rondônia/RO, aos 07 do mês maio de 2025.

Atenciosamente,

HORTENCIA PAULA CARDOSO ARAGÃO VENTURIN
Secretária Municipal de Assistência Social
Port. Nº 004/GP/2025.

Publicado por:
Hortencia Paula Cardoso Aragão Venturin
Código Identificador:B1628A53

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.306/GP/2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 1373/GP/2025 de 06/05/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no valor de R$ 64.809,91 (sessenta e quatro mil oitocentos e nove reais e noventa e um centavos), destinados a suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

SUPLEMENTAR:			
POR SUPERAVIT FINANCEIRO			
02.06.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.			
10.301.0002.2070	**MANUT DAS ATIVIDADES – SEMSAU**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	64.809,91	2.500.0015.0000 – Recursos de Exercícios Anteriores – Recursos não Vinculados de Impostos.
TOTAL GERAL A SUPLEMENTAR		**64.809,91**	

Art. 2º - O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro.

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 07 de maio de 2025.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:3BABA3A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.305/GP/2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 1372/GP/2025 de 06/05/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro no valor de R$ 20.587,32 (vinte mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), destinados a suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

ESPECIAL:			
SUPERAVIT FINANCEIRO			
02.07.02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.			
12.365.0009.1248	**Manut das Atividades – Educ Infantil**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
3.3.90.30.00	Material de Consumo	3.690,00	2.569.0000.0000 – Recursos de Exercícios Anteriores – Outras Transferências de Recursos do FNDE.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	16.897,32	2.569.0000.0000 – Recursos de Exercícios Anteriores – Outras Transferências de Recursos do FNDE.
TOTAL A SUPLEMENTAR		**20.587,32**	

Art. 2º - O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro.

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 07 de maio de 2025.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:73734094

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 244/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária Nº 1.270/GP/2024 e amparadas pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 895-1/SEMAS/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Arbitrar e conceder 3 (três) diárias de campo, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando o valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), em favor das servidoras listadas abaixo, que se deslocarão ao Município de Pimenta Bueno/RO, no dia 8 de maio de 2025, com o objetivo de participar da "Capacitação Intersetorial em Escuta Ativa, Protegida e Especializada de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, Conforme Diretrizes da Lei nº 13.431/2017." O deslocamento ocorrerá com veículo oficial Toyota Etios, Placa OHT 7553, conforme memorando nº 120/SEMAS/2025.

Hortência Paula C. A. Venturin, Sec. Municipal de Assistência Social, CPF: *.157.***-91; R$ 120,00 (cento e vinte reais)**

Luciana Pontes de Amorin, Assessor Técnico 1, CPF: *.155.***-04; R$ 120,00 (cento e vinte reais)**

Daniela Lídia Vieira, Psicóloga, CPF: *.754.***-53; R$ 120,00 (cento e vinte reais)**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Primavera de Rondônia/RO, em 7 de maio de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:5FBA672A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 243/GP/2025

Errata da Portaria Nº 236/GP/2025, do dia 5 do mês de maio de 2024. Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 06/05/2025. Edição 3972. **Código Identificador: 19FF44AA.**

ONDE SE-LÊ:

entre os dias 5 a 9 de maio de 2025

LEIA-SE:

entre os dias 5 a 7, e 9 de maio de 2025

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 7 de maio de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:AB77E6F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PORTARIA N° 008/SEMAF/2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SEMAF

Portaria n° 008/SEMAF/2025.

O ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda SEMAF, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº **2319/2021**, e tendo em vista o que consta nos Autos do Processo nº 900/SEMAF/2025.

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder o SenhorUelinton Ricardo da Silva, Secretário Municipal de Administração-SEMAF, portador do CPF. 977.***.***- 87, adiantamento de Fundo no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais) para pronto pagamento de pequenas da Secretaria Municipal de Administração - SEMAF, no Elemento de Despesas: 3.3.90.39.96 no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), elemento de Despesas: 3.3.90.30.96 no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) conforme consta no Memo. Nº 088/SEMAF/2025.

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de trinta dias após a utilização dos recursos, conforme a Lei 1241/GP/2023.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - SEMAF de Primavera de Rondônia/RO, aos 07 dias do mês de maio de 2025.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ordenador de Despesas
Decreto Nº 2319/2021

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:2703B742

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº24/SEMSAU/2025

PORTARIA Nº24/SEMSAU/2025.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Portaria nº 015/GP/2025**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMSAU/2025**.

RESOLVE:
Art. 1º-conceder 10 (dez) dias de férias em gozo, a servidora **LAUDICEIA GOMES DE PAULA SOUZA, ZELADORA/LAVADEIRA** - 40 horas, matricula 560, período aquisitivo 30/04/2024 a 29/04/2025 período **de gozo 08/05/2025 a 17/05/2025**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 06 dias do mês de maio de 2025.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

JAIR GODINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Portaria Nº 015/GP/2025
Decreto 2319/GP/2021

Publicado por:
Welington Cruz Teles
Código Identificador:06E33AEA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO N°2277/GAB/PMRC.

"NOMEIA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E HOMOLOGA A ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA O BIÊNIO (2023/2025)".

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo/RO, no uso de suas atribuições legais conferidas nos incisos IV e VII do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
Art. 1° - Ficam nomeados os membros para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, deste Município de Rio Crespo/RO, conforme abaixo especificado.
I – DO GOVERNO MUNICIPAL;
REPRES. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:
TITULAR: ZAINE MARIA DE FRANÇA GOMES
SUPLENTE: KELLY PATRICIA BIRONTRINDAD
REPRES. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: ADRIANE GONÇALVES DA SILVA
SUPLENTE: FRANCISCA MARIA DE SOUSA MEIRELES
REPRES. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
TITULAR: DIONISIO HENRIQUE FÉLIX
SUPLENTE: NEUZA CELESTINA DOS SANTOS
REPRES. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:
TITULAR: FERNANDA PATRICIA OLIVEIRA
SUPLENTE: ELIAQUIM SOUZA DA SILVA
II – DA SOCIEDADE CIVIL;
REPRES. ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES:
TITULAR: MARÍLIA ARAÚJO BOTELHO DE AZEVEDO
SUPLENTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA
REPRES. ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS:
TITULAR: CARIOLANDO HENRIQUE FELIX
SUPLENTE: MARILETE ANGELICA DE SOUZA
REPRES. DOS USUÁRIOS DO GRUPO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DOS IDOSOS:
TITULAR: CORBINIANO MEDINA DE SOUZA
SUPLENTE: JOANA CANDIDO DA SILVA
REPRES. DAS ENTIDADES RELIGIOSAS:
TITULAR: GILVANIA APARECIDA HELMAN MOCHINSK
SUPLENTE: MARCIA FRANKIO
Art. 2° É homologada a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, eleita em reunião ordinária no dia 06 de maio de 2025, conforme disposição contida no artigo 9° e seguintes de seu Regimento Interno, para o biênio de 2023/2025:
PRESIDENTE: GILVANIA APARECIDA HELMAN MOCHINSK
VICE-PRESIDENTE: ZAINE MARIA DE FRANÇA GOMES
1° SECRETÁRIO: PAULA ROBERTA MILLANI DO SANTOS
2º SECRETÁRIO: KELLY PATRICIA BIRON TRINDAD
Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Rio Crespo/RO, dia 06 de maio de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:E4B13942

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº4962/2025-GAB-PREF. DE 07 DE MAIO DE 2025

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º-Nomear,ao cargo de**Diretor de Departamento Administrativo do Gabinete do Prefeito**,a Sr.ª**EDILAINE PEREIRA RODRIGUES**,lotado no cargo em Comissão no Gabinete do Prefeito, constante no Anexo II do Art.2º, da Lei Municipal nº 1.070 de 19 de dezembro de 2022.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições ao contrario.

Gabinete do Prefeito, aos 07 de maio de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:2FAB994E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA
TERMO ADITIVO Nº 06/2025 AO CONTRATO Nº 009/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2022
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL
Pelo presente instrumento, as partes a seguir qualificadas:
MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede administrativa situada na Av. Joaquim Pedro Sobrinho, Centro, nº 1040, na cidade de Rio Crespo/RO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eder da silva, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**;
e
J.LUIS COSTA CUNHA EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.903.359/0001-79, com sede na Rodovia BR 364 Bairro cidade Jardim Porto Velho/RO, neste ato representada por seu representante legal, Sr. José Luís Costa Cunha, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;
têm entre si justo e acordado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, com fundamento no artigo 57, inciso II, da **Lei nº 8.666/1993**, e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 009/2022**, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte escolar para atender aos alunos da zona rural do Município de Rio Crespo/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, contados a partir do dia **12 de maio de 2025**, passando, portanto, a viger até o dia **12 de maio de 2026**.
Parágrafo único. Fica mantida a possibilidade de prorrogação do contrato, desde que observados os requisitos legais e a conveniência administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais originalmente pactuadas, inclusive aquelas relativas à execução do objeto, ao regime de execução, às responsabilidades das partes e às penalidades.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE
A CONTRATADA manifestou a intenção de protocolar, em momento oportuno, pedido de reajuste referente ao último ano de execução do contrato, o qual será analisado pela Administração após a devida formalização e instrução do respectivo requerimento.
Parágrafo único. A análise e eventual concessão do reajuste observarão os critérios legais pertinentes e, caso deferido, produzirá efeitos financeiros nos moldes e prazos definidos pela legislação aplicável e pelo despacho administrativo que o apreciar.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes no Contrato nº 009/2022 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente termo aditivo.
E, por estarem assim acordadas, firmam as partes o presente instrumento por meio de assinatura eletrônica, nos termos da legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio Crespo/RO, 06 de maio de 2025.

ÉDER DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

J.Luis Costa Cunha EIRELI-EPP
CNPJ Nº 00.903.359/0001-79
Representante Legal-
JOSÉ LUÍS COSTA CUNHA
Contratada

Publicado por:
Leidiane Vieira Dos Santos
Código Identificador:57A40AF6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 16/2025 ELETRÔNICO

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**", tipo "**MENOR PREÇO**" por "**LOTE**", modo de disputa "**ABERTO**", concernente a **CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE INTELIGÊNCIA FISCAL INTEGRADO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado R$ 663.472,71 (seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos).** Abertura da sessão dia 22 de Maio de 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº 2005-2025. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 07 de Maio de 2025.

GILDO LIMANA
Portaria 55/2024
Pregoeiro

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:DD4C8488

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 15/2025
ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**", tipo "**MENOR PREÇO**" por "**ITEM**", modo de disputa "**ABERTO**", concernente a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES; DIETAS ENTERAIS, FÓRMULAS INFANTIS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado R$ 145.667,03 (Cento e Quarenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Três Centavos).** Abertura da sessão dia 20 de Maio de 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº 0337-2025. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 07 de Maio de 2025.

GILDO LIMANA
Portaria 55/2024
Pregoeiro

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:E9B0439D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 017-2025

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", tipo "MENOR PREÇO" por "ITEM", modo de disputa "ABERTO", concernente a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO A DIESEL COM TANQUE PARA TRANSPORTE DE ÁGUA COM NO MÍNIMO 15.000 LITROS (CAMINHÃO PIPA) – CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR N° 959576/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado R$ 732.899,00 (setecentos e trinta e dois mil oitocentos e noventa e nove reais). Abertura da sessão dia 21 de Maio de 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº 3159-2025. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 07 de Maio de 2025.

GILDO LIMANA
Portaria 055/2024
Agente de Contratação

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:2A93F099

FUNDAÇAO DE CULTURA E JUVENTUDE DE ROLIM DE MOURA
PORTARIA Nº 04/2025.

"Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em comissão"

Franklin Bruno Gubert Queres, Superintendente da Fundação de Cultura e Juventude-FUNCJ de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o § 2º, do Artigo 5º, da Lei 4.388/2023 do Município de Rolim de Moura;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Senhor (a) FABRICIO VIEIRA RAMOS, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 14XXX18SESDC/RO e do CPF nº 039.XXX.XXX.43, para exercer o cargo de COORDENADOR (A) DE BIBLIOTECA, 40h, pertencente à Fundação de Cultura e Juventude de Rolim de Moura – FUNCJ, com fulcro no Artigo 5º, § 2° da Lei nº 4.388/2023.
Art. 2º - O (a) servidor (a) nomeado (a) nesta portaria receberá vencimento conforme anexo II da Lei nº 4.388/2023.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, 02 de maio de 2025.

Rolim de Moura - RO, 02 de maio de 2025.

FRANKLIN BRUNO GUBERT QUERES
Superintendente de Cultura e Juventude
Decreto:6556/2025

Publicado por:
Franklin Bruno Gubert Queres
Código Identificador:53C5C7B6

FUNDAÇAO DE CULTURA E JUVENTUDE DE ROLIM DE MOURA
PORTARIA Nº 05/2025.

"*Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em comissão"*

Franklin Bruno Gubert Queres, Superintendente da Fundação de Cultura e Juventude-FUNCJ de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o § 2º, do Artigo 5º, da Lei 4.388/2023 do Município de Rolim de Moura;

R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR** o (a) Senhor (a) **NELSON ALVES ARAGÃO**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 51XXX8 SSP/RO e do CPF nº 510.XXX.XXX.04, para exercer o cargo de **ADVOGADO, 40h,** pertencente à Fundação de Cultura e Juventude de Rolim de Moura – FUNCJ, com fulcro no Artigo 5º, § 2° da Lei nº 4.388/2023.
Art. 2º - O (a) servidor (a) nomeado (a) nesta portaria receberá vencimento conforme anexo II da Lei nº 4.388/2023.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, 02 de maio de 2025.

Rolim de Moura - RO, 02 de maio de 2025.

FRANKLIN BRUNO GUBERT QUERES
Superintendente de Cultura e Juventude
Decreto:6556/2025

Publicado por:
Franklin Bruno Gubert Queres
Código Identificador:8466C87E

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 055/2025

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA – ESTADO DE RONDÔNIA,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 335/90 – **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**, e Resolução nº 05/02017 – **REGIMENTO INTERNO**

R E S O L V E :

Art. 1º Instaurar a Comissão de Instauração de **Tomada de Contas Especial,** aferir os valores pagos indevidamente, em face ao

pagamento de 13º salário e férias aos vereadores, referente ao exercício de 2021, decorrentes da Lei nº 4.035/21, para o **imediato ressarcimento** ao Município de Rolim de Moura, em atendimento ao item II do Acórdão AC1-TC nº 00155/25 – Processo nº 00613/23-TCE-RO**,** processo 141/2013.
Art. 2º A Comissão instaurada no Art. 1º, será composta pelos Senhores Servidores, sob a Presidência do primeiro: **JOELMIR PEREIRA DOS ANJOS,** Matrícula 200104, **LEANDRO DAMACENO STOLARIC,** Matricula 200117 e **ANDERSON DOS SANTOS PEREIRA,** Matricula 300226, sob a Presidência do primeiro.
§ 1º A Comissão ora constituída, ficará desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários e pertinentes ao desempenho de suas funções, ficando determinado que todas as seções, setores e servidores vinculados a esta autoridade devem prestar toda a colaboração necessária e que lhes for requerida pela Comissão da Especial.
§ 2º Os membros da **Comissão Tomada de Contas Especial**, deverão observar os procedimentos de abordagem técnica, instruídos nos procedimentos referentes aos objetos da Tomada de Contas Especial, adotando as medidas consignadas na IN TCE 68/2019.
Art. 3º A Comissão nomeada apresentará o relatório dos trabalhos realizados, no prazo de 60 (sessenta) dias.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rolim de Moura, 06 de Maio de 2025

IVAN FERREIRA DE VASCONCELOS
- Presidente/CMRM –

Dê Ciência,

Cumpra-se:

JOELMIR PEREIRA DOS ANJOS
Matrícula 200104

LEANDRO DAMACENO STOLARIC
Matricula 200117

ANDERSON DOS SANTOS PEREIRA
Matricula 300226

Publicado por:
Joelmir Pereira Dos Anjos
Código Identificador:DB6B2CFE

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 PROCESSO LICITATÓRIO 079/2024

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA/RO comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 referente à*licitação que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE: APARELHOS DE AR CONDICIONADO, UMIDIFICADORES, CLIMATIZADORES E SMARTPHONES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA EM EDITAL, com as características descritas no Termo de Referência ANEXO II*, que **HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor: **J R MACHADO IMP. E EXP. CNPJ Nº 53.553.859/0001-94 o**

Lote 01, item 01, descrição: aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, Marca Elgin, Modelo: ECO INVERTER II FRIO, HJFI12C2WB, quantidade: 16.

Valor unitário adjudicado: R$ 2.625,00
Valor total adjudicado: R$ 42.000,00

Rolim de Moura, RO, 07 de maio de 2025.

IVAN FERREIRA DE VASCONCELOS
Presidente da Câmara Municipal de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Publicado por:
Joelmir Pereira Dos Anjos
Código Identificador:C4B3D344

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 056/GP/CGAG-2025

PORTARIA Nº 056/GP/CGAG-2025, DE 08 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação para cargo de provimento em Comissão".

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 335/1990 (Lei Orgânica do Município), Resolução Legislativa nº 05/2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal) e com fundamento na Lei Complementar nº 315/2022 (PCCS),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **GEOVANI ALVES MOREIRA**, portador da Carteira de Identidade RG/CPF nº 891.***.782-** - SESDEC/RO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de **Assessor Parlamentar**, nos termos do Artigo 9º, inciso II e III da Lei Complementar nº 315/2022.

Art. 2º O servidor ficará à disposição e sob subordinação do gabinete do Vereador **Ederson Andrade de Albuquerque**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio Gov. Jorge Teixeira de Oliveira, 08 de maio de 2025.

IVAN FERREIRA DE VASCONCELOS
Presidente da CMRM/RO

Publicado por:
Celso Pires
Código Identificador:FCA8FCE7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 197/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 016/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 197/2025.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 016/2025
SOLICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 025/2025
DATA HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2025
OBJETO: Contratação de Empresa especializada em serviços de Implementação do sistema de Alfabetização e Reconhecimento Fonético em Inglês por meio do processo neuro linguístico de aprendizado, processo de alfabetização por letramento e reconhecimento fonético, que também inclui o processo silábico,
INTERESSADO: SEMED
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

Secretaria	Programa	Projeto atividade	Elemento de despesa	Empenho
SEMED	12.361.0005.2.022	04.001	33.90.39	872/2025

Contratante: Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste-RO – CNPJ 84.745.389/0001-94

Contratado(a): **INGLÊS FÁCIL EXPRESS LTDA -** CNPJ/MF sob o nº 04.710.655/0001-04

Valor Contratado: R$ 269.690,00 (duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e noventa reais)

Item	Especificações	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de Empresa especializada em serviços de Implementação do sistema de Alfabetização e Reconhecimento Fonético em Inglês por meio do processo neuro linguístico de aprendizado, processo de alfabetização por letramento e reconhecimento fonético, que também inclui o processo silábico, que possua certificação e prova de conceito da aplicação pratica com resultado positivo do aprendizado para leitura, escrita e pronúncia correta na língua inglesa, para os alunos da Educação Básica , que permite o aperfeiçoamento em todo o mercado de trabalho e qualificação das empresas, melhoria da vida do cidadão e aumento de riquezas em nosso pais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.	181 Kit	1.490,00	269.690,00

Tudo conforme enunciado e em condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 197/2025.

São Felipe D'Oeste, RO, data certificada.

Pela Contratante:
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Pela Contratada:
DÂNGELO ANTONIO JÚLIO CICCARINI –
Responsável Legal

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, estabelecido como Diário Oficial do Município de São Felipe D´Oeste através da Lei Municipal nº 417/2011.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:4688E5EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº115/GAP/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº115/GAP/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Súmula: "Designa servidor (a) para conduzir veículo objeto do Convênio firmado com o Governo do estado de Rondônia por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, e da outras providências."

O Prefeito de São Felipe D´Oeste - RO, Sr. Sidney Borges de Oliveira, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Felipe D´Oeste, Estado de Rondônia.

Considerando o repasse de 01 (um) veículo tipo caminhonete através do Termo de Convênio nº 523/2024/PGE-SEAS pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO, objetivando o fortalecimento do Programa Criança Protegida no âmbito dos Conselhos Tutelares Municipais:

RESOLVE:

Art. 1o Designar e autorizar o servidor (a) listado abaixo para conduzir o veículo, sob sua responsabilidade e cuidados:

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Cumpra-se.
Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) Vinte e oito do Mês de abril de dois mil e vinte e cinco (28/04/2025).

documento assinado digitalmente

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:3B9218C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE: Nº 22-2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Licitação: INEXIGIBILIDADE: **nº 22-2025**

O PREFEITO MUNICIPAL de São Felipe D'Oeste – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto em vigor e tendo em vista o resultado do processo licitatório com parecer conclusivo exarado pela agente de contratação e parecer jurídico declarando a legalidade dos procedimentos adotados resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a licitação nos seguintes termos:

Processo Administrativo:	**560/2025**
Modalidade Licitação:	**INEXIGIBILIDADE**
Inexigibilidade	**22-2025**
Data Licitação/Homologação:	**07 DE MAIO DE 2025**

OBJETO: ESTIMATIVO DE PAGAMENTO DE TAXAS E LICENCIAMENTO DO DETRAN-RO. destinado para cumprimento e execução do Objeto proposto anexo aos Processos apensos ao processo administrativo **560/2025** da Prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste**.**

Empresa:	**DETRAN - RO**
CNPJ:	**15.883.796/0001-45**
Valor Adjudicado/Homologado:	**R$ 23.000,00**

SÃO FELIPE DO OESTE RO, 07 DE MAIO DE 2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D'Oeste - RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:028FCDAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2906/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2906/2025 de 07/05/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1541/2025 de 06/05/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **R$ 227.672,00 (duzentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e dois reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.20.606.0015.1.403.		C.C. nº 60.561-1 - Convênio Federal SPOA/SE/MAPA nº 972081/2024 Aquis Maq e Equipamentos
164 - 4.4.90.52.00.00	17000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 227.672,00
		Total Suplementação: 227.672,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita: 2.4.1.4.01.01.00.00000000 Fonte: 0

Total da Receita:

227.672,00
227.672,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:D95E74FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2907/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2907/2025 de 07/05/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1542/2025 de 06/05/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **R$ 10.728,00 (dez mil setecentos e vinte e oito reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.20.606.0015.1.403.		C.C. nº 60.561-1 - Convênio Federal SPOA/SE/MAPA nº 972081/2024 Aquis Maq e Equipamentos
164 - 4.4.90.52.00.00	17000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.728,00
		Total Suplementação: 10.728,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução

03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINTE DA SEMAF	
03.001.99.999.9999.9.999.		RESERVA DE CONTINGENCIA	
41 - 9.9.99.99.00.00	15000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.728,00

Total Redução: 10.728,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 07/05/2025.

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:7A266F87

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2908/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2908/2025 de 07/05/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1543/2025 de 06/05/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **R$ 23.172,39 (vinte e três mil cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA	
08.001.20.606.0015.1.358.		C.C. nº 56.663-2 - Convênio Estadual nº CNV/282/SEAGRI/PGE/2023 - Aquisição de Trator Agrícola	
165 - 3.3.30.93.00.00	27010000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.172,39
		Total Suplementação:	**23.172,39**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:AC6A4D02

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2909/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2909/2025 de 07/05/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSFERÊNCIA* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 1544/2025 de 06/05/2025.**
LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSFERÊNCIA** das dotações abaixo, aprovadas na L Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

		SUPLEMENTA	
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.361.0004.2.020.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%	
1664-.4.90.51.00.00	15000100	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.941,18
		Total Suplementação:	**25.941,18**

ANULA

04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.361.0004.2.020.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%	
513-.3.90.30.00.00	15000100	MATERIAL DE CONSUMO	25.941,18

Total Redução: 25.941,18

públicação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data

SAO FELIPE D'OESTE, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:66AE9AA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2910/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2910/2025 de 07/05/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSFERÊNCIA* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 1545/2025 de 06/05/2025.**
LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSFERÊNCIA** das dotações abaixo, aprovadas na L Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

		SUPLEMENTA	
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.361.0004.2.020.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%	
1664-.4.90.51.00.00	15000100	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.734,04
		Total Suplementação:	**26.734,04**

ANULA

04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.361.0004.2.020.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%	
513-.3.90.30.00.00	15000100	MATERIAL DE CONSUMO	26.734,04

Total Redução: 26.734,04

públicação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data

SAO FELIPE D'OESTE, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:E09903AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2911/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2911/2025 de 07/05/2025

Ementa: Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1546/2025 de 06/05/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr no Orçamento do Município, no valor de **R$ 26.552,16 (vinte e seis mil quinhentos e cinqüenta e dois reais e dezesseis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA
03.001.00.000.0000.0.000. GABINTE DA SEMAF
03.001.04.122.0009.1.324. C.C 54.348-9 TRANSFERENCIA ESPECIAL P/ CUSTEIO PROP.202226330005
PROG. 09032022 PA 016175

167 - 3.3.90.39.00.00 27060100

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

26.552,16

Total Suplementação: 26.552,16

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:FFA51663

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2912/2025 DE 07/05/2025

Decreto nº 2912/2025 de 07/05/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1547/2025 de 06/05/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS
06.001.26.782.0008.2.012.		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
168 - 3.3.90.39.00.00	25000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 350.000,00 JURÍDICA
		Total Suplementação: 350.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 07/05/2025.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:F9AF8C76

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

IMPES-INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PORTARIA Nº042/IMPES/2025

PORTARIA nº042/IMPES/2025

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA SOFIA MÉL GONÇALVES RAIMUNDO BENFICA COMO ASSESSORA TÉCNICA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - IMPES."

A SUPERINTENDENTE DO IMPES DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Art. 73, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº041/2015;
R E S O L V E:
Art. 1º NOMEAR a Senhora **SOFIA MÉL GONÇALVES RAIMUNDO BENFICA**, como **ASSESSORA TÉCNICA** do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de São Francisco do Guaporé – IMPES.
Art. 2º Torna sem efeito a Portaria nº 044/IMPES/2023.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São Francisco do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

FLAVIA ALVES DE ALMEIDA
Superintendente/IMPES
Port. Nº0170/2023

Publicado por:
Flavia Alves de Almeida
Código Identificador:56DC4FB0

IMPES-INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PORTARIA Nº043/IMPES/2025

PORTARIA nº043/IMPES/2025

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA ANA DYENNIFF DA SIVA ZANATO COMO DIRETORA DE BENEFICIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - IMPES."

A SUPERINTENDENTE DO IMPES DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Art. 73, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº041/2015;
R E S O L V E:
Art. 1º NOMEAR a Senhora **ANA DYENNIFF DA SIVA ZANATO**, como **DIRETORA DE BENEFICIO** do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de São Francisco do Guaporé – IMPES.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São Francisco do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

FLAVIA ALVES DE ALMEIDA
Superintendente/IMES
Port. Nº0170/2023

Publicado por:
Flavia Alves de Almeida
Código Identificador:6BF9E5AC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
CONCESSÃO DE DIARIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
N.º **050/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **05/05/2025,**

RESOLVE:

1.Designar os Vereadores/Servidores **Marcos Miguel Souza Silveira, Welington Marcos Assis, Alexander Correia (Assessor Jurídico) Luiz Gabriel B dos Santos(motorista)**, nos dias **06, 07 e 08 de maio** de 2025, para Porto Velho, deslocamento em veículo oficial, tratar assunto de interesse do Município junto ao Gabinete dos Deputados Estaduais Alex Redano, Cirone Deiró, bem como tratar assunto de interesse junto a Energisa e Incra.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **03 (três)** diárias, no valor global e individual de **R$ 1.425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em **06 de maio** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:289EA589

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
CONCESSÃO DE DIARIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
N.º **051/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **05/05/2025,**

RESOLVE:

1.Designar os Vereador/Servidor **Jair Silva Gomes e Cleves Rodrigues Tomaz(motorista)**, nos dias **06 e 07 de maio** de 2025, deslocamento em veículo oficial, para Porto Velho, para tratar assunto de interesse do Município junto a Casa Civil e para uma reunião com o Deputado Ismael Crispin na Assembleia Legislativa.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **02 (duas)** diárias, no valor global e individual de **R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades

desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em **06 de maio** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:D1C4C875

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
CONCESSÃO DE DIARIAS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
N.º **052/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO., no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação através REQUERIMENTO individual datado de **05/05/2025,**

RESOLVE:

1.Designar o Vereador **Remy Cardoso Xavier**, nos dias **06, 07 e 08 de maio** de 2025, para Porto Velho, para tratar assunto de interesse do Município, junto a Energisa, Seduc e participar de reunião com Deputados na Assembleia Legislativa.

2. Conceder ao referido beneficiado, na rubrica orçamentária n.º 33.90.14, **03 (três)** diárias, no valor global de **R$ 1,425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais).**

3. Ao final da referida viagem, os Vereadores/servidor deverão comprovar a viagem apresentando relatório de atividades desenvolvidas à Secretaria Geral da Câmara, conforme modelo aprovado na Resolução nº 003 de 22 de junho de 2022, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de estorno do valor aos cofres públicos.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

São Miguel do Guaporé, em **05 de maio** de 2025.

JAIR SILVA GOMES
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Sonia Boroviec Ferreira
Código Identificador:84BA3C1B

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICA Nº 001/2025
PROCESSO ADM. Nº 065/2025

A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, RO, através da sua Pregoeira designada pela portaria nº. 065/2025 torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o Nº 001/2025 do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma da Lei nº. 14.133/21 tem por objeto o presente **Pregão Eletrônico, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL E REFORMA, PARA AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Conforme especificações constantes no edital e anexo, atendendo assim as necessidades da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS A PARTIR: 09/05/2025 as 08h00min.
INICIO DA DISPENSA ELETRONICA: às 08h00min do dia 21/05/2025. (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).

No PORTAL https://portal.licitanet.com.br
A retirada do edital está disponível no site https://portal.licitanet.com.br/
Mais informações, através do telefone (69) 3642-2234

São Miguel do Guaporé (RO), 07 de maio de 2025

SOLENI ALVES VALADÃO
Pregoeira Oficial CM-SMG

Publicado por:
Beatriz Teló Dos Santos
Código Identificador:9EC6DDE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº.394/2025

São Miguel do Guaporé/RO, 06 de maio de 2025.

Portaria nº 394/GAB/2025.

"DISPÕE DA NOMEAÇÃO DE JESUS CECILIO TABARES BLANCO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR no cargo de **DIRETOR CLÍNICO DA SECRETARIA DE SAÚDE – PMDA 05**, através desta portaria, o senhor **JESUS CECILIO TABARES BLANCO**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroagido ao dia 25 de abril de 2025, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 06 de maio de 2025.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jair Dos Santos Teodoro
Código Identificador:6A45066C

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 127/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1618/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
CONTRATADA: MARILZA SELOS DE OLIVEIRA
CPF: 000.417.676-67

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
Fica aditivado o prazo e o valor do contrato nº. 127/2022, conforme autorização expressa nos autos do Processo Administrativo nº. 1618/2022/SEMUG e Justificativa do Responsável Técnico no Memorando nº. 180/2025/SEMAF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:
Fica aditivado o contrato administrativo pelo prazo de 03 (três) meses, o prazo pode ser prorrogado por igual período, nos termos da legislação vigente. A alteração ocorre conforme autorização expressa nos autos do Processo Administrativo nº. 1618/2022 e Justificativa do Responsável Técnico no Memorando nº. 180/2025/SEMAF, especificado no referido processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:
O valor será de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), sendo o valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
E, por assim estarem certos e contratados, assinam o presente instrumento particular de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Miguel do Guaporé/RO, 05 de maio de 2025.

Publicado por:
Adrielly Lopes Caminha
Código Identificador:17EA42E1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N° 021/2025/SEMED, DE 07 DE MAIO DE 2025.DÉCIMA CONVOCAÇÃO.

EDITAL Nº 021/2025/SEMED, DE 07 DE MAIO DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Senhora Edna da Mota Alves no uso de suas atribuições legais, contemplada pela Lei Municipal nº 2136 de 21 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a criação de voluntariado, considerando os termos do Decreto nº 2249 de 06 de fevereiro de 2025, torna público a **Décima Convocação** dos candidatos para apresentação de documentação, assinatura do termo de adesão e inicio das atividades, para contratação de Assistente de Educaçao Infantil, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Educaçao, mediante a programação constante no anexo 1 deste Edital.

Item 1 : Relação de Candidatos Convocados para Assinatura de Termo de Adesão

São Miguel do Guaporé-RO, 07 de maio de 2025.

EDNA DA MOTA ALVES
Secretária Municipal de Educação

Item 1: **Relação de Candidatos Convocados para Assinatura de Termo de Adesão e Prazo para se apresentar com a Documentação.**
O (A) candidato (a) deverá apresentar a documentação constante no Item 8.2 deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação **no período de 08 de maio a 12 de maio de 2025, das 07:00hs às 13:00hs .**

LOCALIDADE/ CRECHE JOÃO MANUEL VARÃO GALINA ZONA URBANA		
ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
NOME	**CPF**	**ORDEM**
JOSIELE LUZIA DA SILVA	***.776.132-**	35ª
ROSILENE DE ABREU RIBEIRO	***.619.922-**	36ª
NAIARA DOS SANTOS CANDIDO	***.070.422-**	37ª
GESZIANE RODRIGUES DE LIMA	***.594.322-**	38ª
TATIANA ALVES DE SOUZA	***.548.472-**	39ª
YASMIM FERREIRA ALVES	***.405.482-**	40ª
MARIA EDUARDA ISABELY DOS SANTOS SILVA	***.306.792-**	41ª

_____
ANDRESSA ALVES DE S. WELMER

_____
ARLINDA SILVA DOS SANTOS

_____
JULIENE RODRIGUES

_____
MARINEDY ALMEIDA SILVA

_____
MARIA APARECIDA DA SILVA DE ALMEIDA

Publicado por:
Jair Dos Santos Teodoro
Código Identificador:3DE86924

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº.395/2025

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

Portaria nº 395/GAB/2025.

"DISPÕE DA NOMEAÇÃO DE LUDENIZA FLEGUE TEIXEIRA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO E CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR no cargo de **ASSESSORIA DE SISB AB (SIST. DE INF. DA AT.) – PMDA 03**, através desta portaria, a senhora **LUDENIZA FLEGUE TEIXEIRA**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroagido ao dia 01 de abril de 2025, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jair Dos Santos Teodoro
Código Identificador:5CBC653E

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 725/2025

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO.
CONVENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO-APAE.
CNPJ: **07.174.332/0001-97**

OBJETO: O presente CONVÊNIO tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao CONVENENTE, para auxiliar a entidade solicitante, assim atendendo a Convenente, conforme plano de trabalho, nota de Empenho nº. 118/2025, acostado aos autos.

VALOR: O valor Global do Presente CONVÊNIO é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundo de RECURSOS DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL conforme solicitação no Memorando nº. 088/2025/SEMTRAS, anexo a este processo.
DO PRAZO: O prazo de vigência deste convênio é de **12 (doze) meses.**
Contados a partir de 06 de maio de 2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas orçamentárias decorrentes do presente CONVÊNIO correrão a conta da seguinte programação da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL:
Nota de empenho n°. 118/2025 Ordinário
Orgão: 07.
Unidade: 07.001
Prog. Trabalho: 08.243.0012.1.029.
Elemento Desp.: 3.3.5.0.43.00.00.
F. de Recursos: 15000000Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício C

São Miguel do Guaporé /RO, **06 de maio** de **2025.**

Publicado por:
Adrielly Lopes Caminha
Código Identificador:0BB80D02

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

EXTRATO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 762/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO
CONTRATADO: PINHEIRO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 6.886.090/0001-46

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a aquisição de 910 (novecentos e dez) kits de livros paradidáticos de Matemática e Língua Portuguesa, com acesso a plataforma digital, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo discriminados (Planilha em anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
O valor global do presente contrato é de R$ 436.800,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos reais), no qual já se encontram incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação
orçamentária:

N°. do Empenho: 1016/2025 Global
Orgão: 05. Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.001. Secretaria Municipal de Educação
Prog. Trabalho: 12.361.0005.2.057 Manutenção do salário educação
Elemento Desp.: 3.3.9.0.30.00.00. Material de consumo
F. de Recurso: 25500000FNDE - Transferência Salário Educação – Exercício

N°. do Empenho: 1043/2025 Ordinário
Orgão: 05. Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.001. Secretaria Municipal de Educação
Prog. Trabalho: 12.361.0005.2.090. Manutenção das SEMEC – MDE 5% e 25%
Elemento Desp.: 3.3.9.0.30.00.00. Material de consumo
F. de Recurso: 15000100Recursos de Impostos - MDE 25% - Exercício Corr

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e a CONTRATADA deverá executar o objeto contratado nos prazos e condições estipulados pela CONTRATANTE, conforme segue o Termo de Referência/Projeto Básico.

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025

Publicado por:
Adrielly Lopes Caminha
Código Identificador:59C32E13

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº.2346/2025

DECRETO Nº 2346/2025

"DISPÕE DA NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE PESQUISA E LEVANTAMENTO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE COVIVÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO,no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, por conveniência e oportunidade da administração;
CONSIDERANDO a necessidade de locação de imóvel para alocar o Centro do Convivência;
DECRETA:
Art. 1º- Ficam NOMEADOS através deste Decreto os membros para compor a Comissão de Pesquisa e Levantamento de Preço de Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Convivência os seguintes membros:
Presidente: Raimunda Almeida Polletini;
Secretária: Tatiane do Nascimento Astrissi;
Membro: Lucileia Tetzner Santos;
Membro: Indyanara Gabriella Baumann Tesser;
Membro: Cristiane da Silva Ribeiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jair Dos Santos Teodoro
Código Identificador:00D148D5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	1342/2025
b) Licitação Nrº :	15/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	07/05/2025

e) Objeto Homologado :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BÁSICA FRACASSADOS E DESERTOS DO PREGÃO ELETRONICO Nº 72/CPL/2024, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS – RO.
f) Processo Adm Nrº :	1342/2024

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
CNPJ/CPF: 41.347.974/0001-23

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
150	CIMETIDINA COMPRIMIDO 200mg	4.000	R$ 0,4500	R$ 1.800,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.800,00

Seringueiras, 07 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:EBFAFAAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 44

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – SEMAGRI
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 394/2025

O DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES (CPL) DE SERINGUEIRAS-RO, *comunica* a SUSPENSÃO DO PREGÃO 44/2025, *cujo objeto:* REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO, PARA O PROGRAMA +LEITE DE MELHORAMENTO GENÉTICO EM REBANHOS LEITEIROS, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA. POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
MOTIVO: *Para correção do edital.*

SERINGUEIRAS-RO, 07 de Maio de 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port.n° 048/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:FC12A326

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE ACORDO DE FOMENTO Nº 003/2025,

TERMO DE ACORDO DE FOMENTO Nº 003/2025, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERINGUEIRAS-RO,** PARAREPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, ORIUNDO DA **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025, E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº657/ SEMTRAS /2025.**

O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO, com sede na Avenida Marechal Rondon, 984, Centro, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ/MF sob o nº63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.838.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF nº157.857.728-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, e a organização da sociedade civil**, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERINGUEIRAS-RO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº12.950.343/0001-04, com sede na Rua Jorge Teixeira, n° 1013, Centro, CEP. 76.934-000, município de Seringueiras/RO, por seu presidente **VITÓRIO PASSARELO** pessoa física devidamente inscrito no CPF/MF nº 138.805.279-20, acordam na realização do presente **TERMO DE FOMENTO**, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº657/2025/SEMTRAS** e que se regerá Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Estadual nº 21.431 de 29 de novembro de 2016 e demais regulamentações, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:

DO OBJETO
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Fomento, decorrente de inexigibilidade de chamamento público 003/2025 com base no Artigo 31, inciso VI da Lei 13.019/2014, tem por objeto o repasse de recursos financeiros para a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERINGUEIRAS-RO**, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo I.

DAS OBRIGAÇÕES
CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Partícipes:
I – DO MUNICÍPIO:
a) fornecer apoio específico de prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração desta parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação à referida organização eventuais alterações no seu conteúdo;
b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de Fomento;
e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de Fomento;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
e) dar livre acesso aos servidores do Município repassador dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando

responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
i) estar regular, durante a vigência deste termo de Fomento, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS; j) realizar pesquisa de preço, através de no mínimo 3 (três) orçamentos quando houver prestação de serviços e antes de promover aquisição de materiais permanentes e/ou reformas.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA: O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a serem pagosem parcela única.
§1º - O MUNICÍPIO transferirá, para execução do presente termo de Fomento, recursos no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante depósito na conta bancária específica, sendo em parcela única, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica.

DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUARTA: O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
§1º - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
§2º - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
§3º - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
III. quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
§4º - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
§1º - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

DA VIGÊNCIA
CLÁUSULA SEXTA: O presente Termo Fomento vigerá durante doze meses a partir da liberação do recurso, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
§1º - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
§2º - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
§3º - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA SÉTIMA: O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
IIl - valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
§1º - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
CLÁUSULA OITAVA - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
III – demonstrativo da execução de receita e despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e pelo responsável financeiro;
IV – extrato da conta bancária específica, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos;
V- orçamentos quando for o caso;
VI - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria, devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração;
VII - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, na prestação de contas final;
VIII - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
IX - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos na prestação de contas final, quando for o caso; e
VI -lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2.º A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos após cada repasse e a prestação de contas final no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
O MUNICÍPIO considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
§2º - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
§3º - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
§4º - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
I - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
II - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
§5º - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
§6º - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
lIl - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
§7º - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
§8º - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
§9º - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA NONA: A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência. §1º Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
§2º – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
§3º – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA: Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades

da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato, o qual deverá ser providenciada pelo MUNICÍPIO no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados. - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

DA VINCULAÇÃO, AMPARO LEGAL E CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:- O RESPALDO JURÍDICO do presente Termo de encontra-se consubstanciado na Lei Federal n° 13.019/2014, Decreto Estadual nº21.431 de 29 de novembro de 2016 e demais regulamentações especiais, principalmente nos casos omissos, bem como está **VINCULADO** ao Inexigibilidade de **Chamamento Público nº 003/2025** do **Processo Administrativo nº 657/2025/SEMTRAS,**e tudo o que não contrarie o Interesse Público.
Parágrafo Único - Os casos omissos, por ventura existente serão comunicados ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, que o encaminhará à Procuradoria Geral do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Nos casos de eventuais impasses, conflitos ou dúvidas, não sanáveis de comum acordo nos termos da lei supracitada, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, salvo se na fluência deste, vier a ser instalada a Comarca de Seringueiras/RO, que será então privilegiada.

E pôr estarem assim justos e pactuados e este **TERMO DE FOMENTO** na conformidade da Lei Federal nº.13.019/2014, e posteriores modificações, assinam o presente em três vias de igual teor, para que, cumpridas as formalidades legais, produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Seringueiras/RO, 06 de maio de 2025.

Município de Seringueiras/RO
ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

VERA LUCIA LEITE
Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
Portaria nº053/GAB/PMS/2021

Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Seringueiras/ RO – CNPJ/MF nº 12.950.343/0001-04
VITÓRIO PASSARELLO
Presidente da APAE

TESTEMUNHAS:

1)_____CPF:_____

2)_____CPF:_____

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:8C282D86

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	476/2025
b) Licitação Nrº :	44/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	06/05/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE TUBOS METÁLICOS PARA INSTALAÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS – TRANFERENCIA ESPECIAL INVESTIMENTO PROG - 09032024
f) Processo Adm Nrº :	/

15.451.0006.1.421. - C.C 14.657-9 TRANSFERENCIA ESPECIAL INVESTIMENTO PROG-09032024 PA-072383
26.782.0006.2.044. - MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS LINHAS VICINAIS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ARMCO STACO S/A INDUSTRIA METALURGICA
CNPJ/CPF: 72.343.882/0001-07

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Tubo Metálico - MP 152, circular, epoxy, espessura de 2,70mm, diâmetro de 3,05 metros, mod. 120 C	20	R$ 10.411,00	R$ 208.220,00

Valor Total Homologado - R$ 208.220,00

Seringueiras, 06 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:2D5699F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	582/2025
b) Licitação Nrº :	1/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	06/05/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE (AR CONDICIONADO) CONFORME CONVENIO 179/SEDUC/PGE/2023.
f) Processo Adm Nrº :	582/2024

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: INOVA SOLAR SERVIÃ‡OS DE INSTALAÃ‡Ã*f*O E MANUTENÃ‡Ã*f*O ELETRIC
CNPJ/CPF: 37.070.394/0001-64

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS	44	R$ 3.799,9800	R$ 167.199,1200

Valor Total Homologado - R$ 167.199,12

Seringueiras, 06 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:B7E9EEEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	250/2025
b) Licitação Nrº :	5/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	06/05/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE PORTAS E VIDROS (INCLUSO INSTALAÇOES)PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DE SERINGUEIRAS -RO
f) Processo Adm Nrº :	/

12.361.0004.2.030. - MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%

12.361.0004.2.030. - MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: REFORMAX SERVICOS E REFORMAS LTDA
CNPJ/CPF: 54.995.070/0001-56

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
7	VIDRO INCOLOR CANELADO 4 MM	15	R$ 449,50	R$ 6.742,50

Valor Total Homologado - R$ 6.742,50

Seringueiras, 06 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:5C302381

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	250/2025
b) Licitação Nrº :	5/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	06/05/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE PORTAS E VIDROS (INCLUSO INSTALAÇOES)PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DE SERINGUEIRAS -RO
f) Processo Adm Nrº :	/

12.361.0004.2.030. - MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%
12.361.0004.2.030. - MANUTENCAO DA SEMECE 5% E 25%

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: H H F MARTINS LTDA
CNPJ/CPF: 09.605.356/0001-23

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MEDINDO 1,10 X 2,10 M- 1° LINHA	6	R$ 550,46	R$ 3.302,76
2	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MEDINDO 0,90 X 2,10 M- 1° LINHA	6	R$ 399,99	R$ 2.399,94
3	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MEDINDO 0,80 X 2,10 M- 1° LINHA	6	R$ 329,99	R$ 1.979,94
4	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MEDINDO 0,70 X 2,10 M- 1° LINHA	6	R$ 320,74	R$ 1.924,44
5	JOGO DE PORTAL EM MADEIRA MEDINDO: 15 CM LARGURA; 05 CM ESPESSURA, 3 PEÇAS - 1° LINHA	24	R$ 130,51	R$ 3.132,24
6	JOGO DE PORTAL EM MADEIRA MEDINDO: 08 CM LARGURA; 02 CM ESPESSURA, 3 PEÇAS - 1° LINHA	24	R$ 124,50	R$ 2.988,00
8	DOBRADIÇA 4" COM ANEL DE ROLAMENTO, LATONADO COM 3 PEÇAS	72	R$ 40,50	R$ 2.916,00
9	FECHADURA EXTERNA COM MAÇANETA ESP. INOX 40 MM	24	R$ 98,13	R$ 2.355,12
10	FECHADURA BANHEIRO COM MAÇANETA ESP. INOX 40 MM	20	R$ 98,13	R$ 1.962,60
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PORTA EM MADEIRA INCLUINDO, INSTALÇAO DO PORTAL, LIXAMENTO, ACABAMENTO, PINTURA, MONTAGEM DA FECHADURA E DOBRADIÇA (A DOBRADIÇA E FECHADURA E POR CONTA DO CONTRATANTE)	48	R$ 299,95	R$ 14.397,60

Valor Total Homologado - R$ 37.358,64

Seringueiras, 06 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:40887B7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	390/2025
b) Licitação Nrº :	11/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	06/05/2025
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ESVAZIAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (FOSSA) NAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE.
f) Processo Adm Nrº :	/

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: K. A. SERVIÃ‡OS LTDA
CNPJ/CPF: 39.579.692/0001-00

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	SERVIÇO DE ESVAZIAMENTO DE FOSSAS, CARGA MINIMA DE 15.000 LITROS POR VIAGEM	2	R$ 1.195,29	R$ 2.390,58

Valor Total Homologado - R$ 2.390,58

Seringueiras, 06 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:D08A1B95

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº223 /GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº223 /GAB/PMS/2025 SERINGUEIRAS/RO, 07 DE MAIO DE 2025.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas "Atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a Servidora **EVELYN LARYESSA GOMES PEREIRA,** portadora do CPF 058.979.942-85 e Cédula de Identidade RG 1807605 SESDEC- RO**,** do cargo que ocupa como **ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD),** nomeada conforme a **Portaria n° 118/GAB/PMS/2025**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado e as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:E714A09E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº224/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº224/GAB/PMS/2025 SERINGUEIRAS/RO, 07 MAIO DE 2025.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas "Atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:

Art. 1° - **NOMEAR** a Servidora **EVELYN LARYESSA GOMES PEREIRA,** portadora do **CPF 058.979.942-85** e Cédula de Identidade **RG 1807605 SEDESC - RO**, para ocupar o cargo de **ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAF)** nomeado conforme a Lei Municipal **nº 2122/2025.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:D539F563

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº 225/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº 225/GAB/PMS/2025 SERINGUEIRAS/RO, 06 MAIO DE 2025.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas "Atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:

Art. 1° - **NOMEAR** o Servidor **ALCIDES GONÇALVES DA SILVA** portador do **CPF 564.968.182-16** e Cédula de Identidade **RG 247334 SSP/RO**, para ocupar o cargo de **ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)** nomeado conforme a lei municipal **nº 2122/2025.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:EBBEFEC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 69/2024,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 69/2024, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS E A **EMPRESA BRUNO ALVES SOUZA, CNPJ SOB** O Nº 23.930.562-0001-30, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO ARTÍSTICO NA CONFECÇÃO DE ESCULTURA DA FAMLILIA DO SHREK, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.1087/SEMOSP/2024**, e **TERMO DE INEXIGIBILIDADE N° 111/2024**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS -RO, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº24.838.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF nº157.857.728-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **BRUNO ALVES DE SOUZA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 23.930.562.0001-30**, com sede na Rua Gengibre, 1526 Município de Porto Velho - Rondônia - 76807-716, por meio do representante legal **BRUNO ALVES DE SOUZA**, doravante designado C**ONTRATADO**, resolvem celebrar o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada pelo processo administrativo n° 1087/SEMOSP/2024 e termo de inexigibilidade n° 111/2024, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original, para mais 40 (quarenta) dias, nos termos do art. 107 da lei 14.133/2021

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato, que não contrariam com as do presente Termo Aditivo.

E pôr estarem assim justos e pactuados e este Termo Aditivo de Contrato, na conformidade da Lei n.º 14.133/2021, e posteriores modificações, assinam o presente em duas vias de igual teor, para que, cumpridas as formalidades legais, produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Seringueiras/RO, 28 de abril de 2025.

Município de Seringueiras/RO
ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

DEROZ GOMES DA SILVA
Secretário Munic.de Obras .e Serviços Públicos (INTERINO)
Portaria nº418/GAB/PMS/2024

BRUNO ALVES DE SOUZA,
CNPJ sob o nº 23.930.562.0001-30,
Contratada

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:DEA0BAB6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	1335/2025
b) Licitação Nrº :	7/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	07/05/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de luminárias de LED
f) Processo Adm Nrº :	1335/2024

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: GLOBAL LUX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.854.208/0001-00

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Luminária de Poste Led 200W, Bivolt, com 4 LED cada, Potência: 200w, Modelo: Luminária Pública Pétala para Poste, Temperatura da cor: 6000k-65000k, Voltagem: Bivolt Automático (100v-240v), Ângulo de abertura aproximada: 125º, Resistência a água, Comprimento aproximado: 95cm, Largura aproximada: 36cm, Altura aproximada: 11cm, Diâmetro de encaixe: 6,5cm, Índice de Proteção: IP66	50	R$ 358,2800	R$ 17.914,0000

Valor Total Homologado - R$ 17.914,00

Seringueiras, 07 de maio de 2025.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:A470348F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/DCL/2025.

Processo Nº 523/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL E CPF A-1 E ECPF A-3 + TOKEN, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INICIO DA DISPUTA SERA NO DIA**: 13/05/2025 ÀS 08h00min-(HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF) FINAL DA DISPUTA ÀS 14h00min - (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).**
VALOR ESTIMADO: R$ 540,25 (quinhetos e quarenta reias e vinte e cinco centavos)
Os interessados devem atender a todas as exigências do Termo de Referência, que está disponível para consulta na integra no site: http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes. Os documentos de habilitação e proposta deverão ser enviados na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br ou por e-mail: cplseringueiras@gmail.com até a data e horário especulado na forma prevista neste aviso. Caso não houver interessados, o departamento de compras dará continuidade na aquisição com as cotações de preços dos participantes da pesquisa de preço, sendo julgado pelo critério menor preço ITEM. Maiores informações e esclarecimentos sobre o referido Aviso de abertura de Dispensa serão prestados pela Equipe de Licitações, no Departamento de Compras e Licitações através do e-mail cplseringueiras@gmail.com ou pelo Telefone: (69) 3623-2693/2694.

Seringueiras/RO, 07 de Maio de 2025.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port.n°.48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:2D3C4687

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 19

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/DCL/2025.

Processo Nº 1210/2024.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS/RO.
INICIO DA DISPUTA SERA NO DIA**: 13/05/2025 ÀS 08h00min- (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF) FINAL DA DISPUTA ÀS 14h00min - (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).**
VALOR ESTIMADO: R$ 7.741,90 (sete mil setecentos e quarenta e um reais e noventa centavos)
Os interessados devem atender a todas as exigências do Termo de Referência, que está disponível para consulta na integra no site: http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes. Os documentos de habilitação e proposta deverão ser enviados na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br ou por e-mail: cplseringueiras@gmail.com até a data e horário especulado na forma prevista neste aviso. Caso não houver interessados, o departamento de compras dará continuidade na aquisição com as cotações de preços dos participantes da pesquisa de preço, sendo julgado pelo critério menor preço ITEM. Maiores informações e esclarecimentos sobre o referido Aviso de abertura de Dispensa serão prestados pela Equipe de Licitações, no Departamento de Compras e Licitações através do e-mail cplseringueiras@gmail.com ou pelo Telefone: (69) 3623-2693/2694.

Seringueiras/RO, 07 de Maio de 2025.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port. N°.48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:62A1B5B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTO N°37

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTO
DISPENSA ELETRONICA N° 37/CPL/2025

DISPENSA ELETRÔNICA N° 37/CPL/2025
Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC.
Processo Administrativo: Nº 244/SEMEC/2025.

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Bairro Centro, Seringueiras- RO, através de seu Presidente CPL, SÉRGIO VILMAR KNONER, designado pela portaria Nº 48/GAB/PMS/2023, no uso de suas atribuições legais, ***TORNA PÚBLICO*** para conhecimento dos interessados que a **PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/CPL/2025**, realizada dia **07/05/2025 às 09h00min,** horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/, foi **DECLARADO DESERTO**, motivo:**pela ausência de interessados. OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA CONTABEIS PARA REGULARIZAÇAO E POSTERIOR BAIXA DO CNPJ DAS APPS UMA VEZ QUE AS MESMAS FORAM DESATIVADAS JUNTOS AO MINISTERIO DA EDUCAÇAO.**

Informações Complementares: na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Seringueiras- RO, situado à Av. Marechal Rondon, nº 984, Bairro Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone (69) 3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras-RO, 07 de Maio de 2025.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Port. Nº 48/GAB/PMS/2023
Coordenador da Central de Compras

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:563D2FE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 37

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/DCL/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA-SEMEC
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 244/2025.
O VALOR TOTAL PREVISTO R$ 9.626,22 (nove mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 37/DCL/2025**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA CONTÁBIL PARA REGULARIZAÇÃO E POSTERIOR BAIXA DO CNPJ DAS APPS UMA VEZ QUE AS MESMAS FORAM DESATIVADAS JUNTOS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇAO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 22/05/2025**
Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 07 DE MAIO DE 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:305D6709

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°185/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°002/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA.
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIA/RO resolve nos termos da Lei Federal 14.1333/2021, Decreto 197/GAB/2022 **e decreto 200/GAB/2022, REGISTRAR OS PREÇOS.**
FORNECEDOR**: ELCINEI DE MATOS MIRANDACNPJ: 36.027.930/0001-86, no valor total: R$ 245.088,00 (duzentos e quarenta e cinco e oitenta e oito reais)**
Prazo: 12 meses.
Obs: A íntegra da ata **N°004/2025,** poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis https://athus4.teixeirópolis.ro.gov.br/transparencia/processo_licitação/.

Teixeirópolis/RO, 07 de Maio de 2025.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria n°113/GAB/2025

Publicado por:
Daniele da Silva Amaral
Código Identificador:2A9342CB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2025 - SUPEL TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.
Processo nº. **00402.07.01-2025**

Objeto: Aquisição de **Camiseta de malha esportiva** com manga longa estampa total, gola redonda, unissex, costuras reforçadas ombro a ombro, (não precisa passar), de secagem rápida, maior durabilidade no tingimento, não encolhe e personalizadas com o TEMA DA 6ª FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI.

Valor estimado de R$ **9.075,00 (nove mil e setenta cinco reais).**

CONSIDERANDO que foi publicado o aviso de Licitação referente DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº 019/2025 – SUPEL,** porém não foi cadastrado em tempo hábil no licitanet, para evitar prejuízos futuros no certame, segue o aviso para nova publicação.

Data para cadastro de propostas: 08/05/2025, a partir das 08H00min, finalizando às 07h59min no dia 13/05/2025. Início da Sessão Pública: 13 de Maio de 2025, às 08h00min (Horário de Brasília).
Local da disputa virtual: www.licitanet.com.br **(Licitanet)**.

A retirada do Edital e seus anexos completo poderá ser efetuada gratuitamente através do portal transparência do Município: **https://theobroma.cr2.site/portal-da- transparencia/licitacoes-e-contratos/.**

Informações Complementares na Superintendência Municipal de Licitações, sito a Av. Treze de Fevereiro, nº. 1431, Centro, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, exceto feriado. e-mail "**supel@theobroma.ro.gov.br**".

Theobroma/RO, em 07 de Maio de 2025.

EDIVALDO DIAS DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:C3178ED8

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE THEOBROMA
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA A SERVIDORA MARIA ZELIA MEIRA DE OLIVEIRA

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora-seguradaSra.MARIA ZELIA MEIRA DE OLIVEIRA."

O Superintendente doIPT, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Theobroma - RO, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Art.1º Conceder o benefício deAposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuiçãoa servidora-seguradaSra. Maria Zelia Meira de Oliveira, brasileira, divorciada, portadora do RG nº.479412 SSP/RO e do CPF nº.438.239.802-97, efetiva no cargo de PROFESSOR(A), nível I, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº.240-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Regime Jurídico Estatutário do quadro permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Theobroma-RO, com PROVENTOS INTEGRAISao tempo de contribuição, correspondente a 100% (cem por cento), com base na última remuneração de contribuição do cargo efetivo, COMPARIDADE, conforme processo administrativo n°. 38/IPT/2025, com fundamento no Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003,c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal de 1988,art. 4º, §9º da Emenda Constitucional nº 103/19, c/c art. 80,incisos "I", "II", "III" e "IV",§ 1º da Lei Municipal deNº 738/2021 de 24 de maio de 2021.

Art. 2ºO Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Theobroma - IPT, efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (art. 2º da E.C 47/2005 de 05/07/2005).

Art. 3ºEsta Portaria revoga a portaria de n°87 e entraem vigor com efeito retroativo ao dia 04 de maio de 2025.

Registre,publique e cumpra-se.

RICARDO LUIZ RIFFEL
Superintendente
IPT

Publicado por:
Maria Nilda da Silva Souza
Código Identificador:A386BE0D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.148 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL. AQUISIÇÃO. EQUIPAMENTOS. MATERIAL. ESTRUTURAÇÃO. UBS. FRANCISCO RAMIRES - SEMSAU

LEI N. 1.148 DE 15 DE ABRIL DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abertura de Crédito Adicional no valor total de R$ 303.081,00 (trezentos e três mil, oitenta e um reais) proveniente de repasse fundo a fundo em favor da Secretaria Municipal de Saúde, com finalidade a Aquisição de equipamentos e Material Permanente para Estruturação das Unidades Básicas de Saúde Francisco Ramires."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no corrente exercício em favor da Secretaria Municipal de Saúde, valor total de **303.081,00 (trezentos e três mil, oitenta e um reais)**, em favor da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando aquisição de equipamentos e Material Permanente para Estruturação das Unidades Básicas de Saúde Francisco Ramires
Art. 2º O Poder Executivo mediante decreto, regulamentará funcional programática, a natureza da despesa, suplementando o órgão e a unidade orçamentária supracitada, conforme previsão do Artigo 41 e 42 da Lei n. 4.320/1964.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se na forma da Lei.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá/RO

Publicado por:
Kaiky Gabriel Ramires Rodrigues Souza
Código Identificador:D6B49888

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.149 - 07.05.2025 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL. EXECUÇÃO. AÇÕES. OGANIZAÇÃO. SERVIÇOS. ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA - SEMSAU

LEI N. 1.149 DE 15 DE ABRIL DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo abertura de Crédito Adicional no valor total de R$ 35.083,13 (trinta e cinco mil, oitenta e três reais e treze centavos) e R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), proveniente de repasse fundo a fundo em favor da Secretaria Municipal de Saúde, com finalidade a execução de ações de Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS e ações de Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no corrente exercício em favor da Secretaria Municipal de Saúde, valor total de **R$ 35.083,13 (trinta e cinco mil, oitenta e três reais e treze centavos)** e **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais),** em favor da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando o a execução de ações de Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS e ações de Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde.
Art. 2º O Poder Executivo mediante decreto, regulamentará funcional programática, a natureza da despesa, suplementando o órgão e a unidade orçamentária supracitada, conforme previsão do Artigo 41 e 42 da Lei n. 4.320/1964.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se na forma da Lei.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá/RO

Publicado por:
Kaiky Gabriel Ramires Rodrigues Souza
Código Identificador:27D1B015

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.150 - 07.05.2025 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL. SUPERÁVIT FINANCEIRO. CO FINANCIAMENTO. ESTADO. MUNICÍPIO - SEMSAU

LEI N 1.150 DE 15 DE ABRIL DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no montante de R$ 184.146,39 (Cento e oitenta quatro mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos), proveniente de Superávit Financeiro, de repasse ESTADUAL entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de Urupá."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar crédito adicional especial no valor total de **R$ 184.146,39 (Cento e oitenta quatro mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos),** em favor da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.

Parágrafo Único: Os recursos são provenientes de Superávit Financeiro, no montante de **R$ 184.146,39 (Cento e oitenta quatro mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos)**, constante na Conta 15.435-X/Agência 4.007-X – FMS INVEST/SUS.
Art. 2º O Poder Executivo mediante decreto, regulamentará funcional programática, a natureza da despesa, suplementando o órgão e a unidade orçamentária supracitada, conforme previsão do Artigo 41 e 42 da Lei n. 4.320/1964.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se na forma da Lei.

(Assinado Eletronicamente)
EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá/RO

Publicado por:
Kaiky Gabriel Ramires Rodrigues Souza
Código Identificador:A0610E68

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 175 - 07.05.2025 - NOMEIA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS. REVOGA DECRETO 005-2025

DECRETO N. 175/2025 DE 07 DE MAIO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE URUPÁ."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, com fundamentos contidos no processo eletrônico n. 79/2025.
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a nova Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços Públicos do Município de Urupá, composta pelos seguintes membros.
Presidente: Lucas de Sousa Pereira, CPF:***652.392**;
Secretário: Derli Antônio de Abreu, CPF: ***.458.212**;
1º Membro: Elismar Rodrigues Medeiros, CPF: ***069.997**;
2º Membro: Wesley Kleyton Borges Luna, CPF: ***860.762**.
Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**
Art. 3º Fica revogado o **Decreto n. 005/2025** de 10 de janeiro de 2025.

Art. 4º Publique-se na forma da lei.

(Assinado Eletronicamente)
EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá-RO

Publicado por:
Johnatan Silva de Sousa
Código Identificador:2DDEF583

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 176 - 07.05.2025 - CONCEDE. 3ª LICENÇA PRÊMIO. VALDA TOLENTINA DE OLIVEIRA

DECRETO N. 176/2025 DE 07 DE MAIO DE 2025.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO COM REMUNERAÇÃO INTEGRAL, A SERVIDORA SRA. VALDA TOLENTINA DE OLIVEIRA, PROFESSORA, 40 HORAS, MAGISTERIO NIVEL III".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município e expedientes contidos no processo eletrônico n. 948/2024.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a **3ª (segunda) Licença Prêmio**, pelo período de 90 (noventa) dias, com remuneração integral, a servidora **VALDA TOLENTINA DE OLIVEIRA, matrícula n. 3298,** investido no cargo de **PROFESSORA, 40 HORAS, MAGISTERIO NIVEL III,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo Único: A Licença Prêmio será usufruída no período de **05 de maio de 2025 até 02 de agosto de 2025.**
Art. 2º A Licença Prêmio de que trata o caput do artigo anterior é concernente ao período aquisitivo de (09/10/2015 a 08/10/2020).
Art. 3º A Licença Prêmio poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou a critério do Chefe do Poder Executivo, independentemente do prazo previsto no art. 1º deste instrumento, caso o Município necessite dos serviços do servidor.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, **com eficácia retroativa ao dia 05 de maio de 2025.**

Art. 5º Publique-se na forma da Lei.

(Assinado Eletronicamente)
EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito de Urupá-RO

Publicado por:
Johnatan Silva de Sousa
Código Identificador:603B494B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -SERGIO DOS SANTOS -PROC 376/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) SERGIO DOS SANTOS	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
JI-PARANÁ-RO		28/04/2025	28/04/2025
Motivo da Viagem: O SERVIDORSERGIO DOS SANTOS(MOTORISTA), ESTEVE EM JI-PARANÁ, NO DIA 28 DE ABRIL DE 2025,LEVANDO SERVIDORAS PARTICIPAR DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO DA SEMANA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,82	93,82	0,00	93,82

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:C6CEB04C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -JACILEIDE CARLOS DE LIMA BOONE -PROCESSO 496/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) JACILEIDE CARLOS DE LIMA BOONE	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
JI-PARANÁ-RO		28/04/2025	28/04/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA JACILEIDE CARLOS DE LIMA BOONE, ESTEVE EM JI-PARANÁ, NO DIA 28 DE ABRIL DE 2025, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO DA SEMANA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,82	93,82	0,00	93,82

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:109C63DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA -PROCESSO 768/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
JI-PARANÁ-RO		28/04/2025	28/04/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA, ESTEVE EM JI-PARANÁ, NO DIA 28 DE ABRIL DE 2025, PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO DA SEMANA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,82	93,82	0,00	93,82

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:77BE1C57

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -MÔNICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA-PROCESSO 644/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) MÔNICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
JARU-RO		07/05/2025	09/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA MÔNICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA, ESTARÁ NOS DIAS 07, 08 E 09 NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2,5	93,82	469,15	0,00	469,15

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:34053735

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -ADELIA TOSTA FALONE-PROCESSO 618/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ADELIA TOSTA FALONE	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
JARU-RO		08/05/2025	08/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA ADELIA TOSTA FALONE, ESTARÁ NO DIA 08, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:B41DD208

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -ALINE EDILANE RIBEIRO DE CASTRO-PROCESSO 620/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ALINE EDILANE RIBEIRO DE CASTRO	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
JARU-RO		08/05/2025	08/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA ALINE EDILANE RIBEIRO DE CASTRO, ESTARÁ NO DIA 08, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:74E9F975

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS -ANA MARIA-PROCESSO 809/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ANA MARIA	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
JARU-RO		08/05/2025	08/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA ANA MARIA, ESTARÁ NO DIA 08, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:247896BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - IZABEL CEZAR NUNES-PROCESSO 633/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) IZABEL CEZAR NUNES	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
JARU -RO		08/05/2025	08/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA IZABEL CEZAR NUNES, ESTARÁ NO DIA 08, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:F8F7349D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - ROSANGELA ASSIS SILVA GOMES-PROCESSO 807/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ROSANGELA ASSIS SILVA GOMES	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
JARU -RO		08/05/2025	08/05/2025
Motivo da Viagem: A SERVIDORA ROSANGELA ASSIS SILVA GOMES, ESTARÁ NO DIA 08, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:166D6EC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - THIAGO ALVES VIEIRA-PROCESSO 551/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO	
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) THIAGO ALVES VIEIRA	**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
JARU -RO		07/05/2025	07/05/2025
Motivo da Viagem: O SERVIDOR THIAGO ALVES VIEIRA, ESTÁ NO DIA 07, NO MUNICIPIO DE JARU, PARA PARTICIPAR DO ENONTRO FORMATIVO DO PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	93,83	93,83	0,00	93,83

Publicado por:
Sávio José de Lima
Código Identificador:C78C8830

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE EXTRATO CONTRATO Nº 018-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025.
PROCESSO Nº 135/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: BRASILFORTE COMERCIO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 57.413.409/0001-57

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari , neste exercício, na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.606.0006.2.221 – AQUISIÇÃO DE IMP. AGRÍCOLA CONV. 461-2024
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 13.000,00 (treze mil reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em **17/04/2025** e término em **17/04/2026**.

Vale do Anari/RO, 17 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:37B9E4E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 019-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025.
PROCESSO Nº 135/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: P.D.V. PECAS EIRELI - ME, CNPJ nº 28.737.608/0001-12

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari , neste exercício, na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.606.0062.2.216 – AQUISIÇÃO DE IMP. AGRÍCOLA TRANSF ESPECIAIS -1101757
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em **17/04/2025**e término em **17/04/2026**.

Vale do Anari/RO, 17 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:EEE231AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 20-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2025.
PROCESSO Nº 135/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: NM INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 24.735.598/0001-25

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari , neste exercício, na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.606.0006.2.221 – AQUISIÇÃO DE IMP. AGRÍCOLA CONV. 461-2024
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 63.491,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em **17/04/2025** e término em **17/04/2026**.

Vale do Anari/RO, 17 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:3EDEAAA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 022-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025.
PROCESSO Nº 135/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: PUMA MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 23.655.349/0001-67

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari , neste exercício, na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.606.0006.2.222 – AQUISIÇÃO DE IMP. AGRÍCOLA CONV. 395-2024
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.122.0002.2.040 – MANUT. DAS ATIV. SECRET. AGRICULTURA
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VALOR: R$ 24.490,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em **17/04/2025**e término em **17/04/2026**.

Vale do Anari/RO, 17 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:5A728043

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 025-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2025.
PROCESSO Nº 135/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: PUMA MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 23.655.349/0001-67

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Vale do Anari, neste exercício, na seguinte dotação orçamentária:
02 – PODER EXECUTIVO
02.007 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA
20.606.0006.2.221 – AQUISIÇÃO DE IMP. AGRÍCOLA CONV. 461-2024
4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em **17/04/2025** e término em **17/04/2026**.

Vale do Anari/RO, 25 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:2B7EE3E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 135/2025
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 003/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 012/2025
CONTRATANTE: Município de Vale do Anari/RO
CONTRATADA: PUMA MÁQUINAS LTDA – CNPJ nº 23.655.349/0001-67
OBJETO DO ADITIVO: Substituição da marca do item 01 da Ata de Registro de Preços nº 012/2025, consistente no implemento **pulverizador pecuário**, trocando-se a marca **AGRISTAR** pela marca **CIMAG**, conforme justificativas técnicas e jurídicas constantes no processo.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e art. 35 do Decreto Federal nº 11.462/2023.
VALOR: R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), **sem alteração de preço unitário** ou global.
RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS: Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

Vale do Anari, 25 de abril de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:06EF0C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇAO CONCORRENCIA 1-2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito do Município de Vale do Anari, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos valores cotados e mediante o Parecer Jurídico, resolve:
01 – **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação nos termos do art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme abaixo:
Processo Nrº : 102/2025
Licitação Nrº : 1/2025
Modalidade : Concorrência Eletrônica
Data Homologação : 05/05/2025
Objeto Homologado : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE PORTE 2 - A ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI CONFORME PROPOSTA DO MINISTERIO DA SAÚDE Nº 08966.88200001/24-006.

A) Itens adjudicados

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE 2 – NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI. CONFORME PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 08966.8820001/24-006.	1	R$ 2.217.109,3700	R$ 2.217.109,3700

B) Fornecedor declarado vencedor após realização do certame licitatório.

Fornecedor: MJR EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 30.662.520/0001-20
Valor Total Homologado e adjudicado- R$ 2.217.109,37

Autorizar a emissão da(s) notas de empenho(s), liquidação(ões) e pagamento(s) correspondente(s), na forma da Lei.

Vale do Anari, 05 de maio de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:A366DF79

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
EXTRATO CONTRATO Nº 028-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028//2025.
PROCESSO Nº 102/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI
CONTRATADA: MJR EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 30.662.520/0001-20.
OBJETO: Construção de uma Unidade Básica de Saúde**.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Vale do Anari/RO o para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
Ficha 43
Unidade Orçamentária 02.005.10.301.0012.2.194
Elemento de Despesa 4.4.90.51.00- obras e instalações
VALOR: R$ 2.217.109,37 (dois milhões, duzentos e dezessete mil, cento e nove reais e trinta e sete centavos).
VIGÊNCIA: 180 dias.

Vale do Anari/RO, 06 de maio de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:3D427357

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2025 CONTRATO Nº 028/GP/PMVA/2025

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
Processo Administrativo nº 102/2025
Contrato nº 028/GP/PMVA/2025

Através da presente fica a Empresa *MJR EMPREENDIMENTOS LTDA*, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob no 30.662.520/0001-20, vencedora do Certame Licitatório nº 01/2025, Processo Nº 102/2025, *AUTORIZADA* o inicio da execução dos

serviços de " CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE PORTE II" em atendimento a Proposta nº 08966.8820001/24-006, tendo com prazo para execução 180 (cento e oitenta) dias.

Vale do Anari, 06 de Maio de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:2FDFE5D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/GP/PMVA/2022

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/GP/PMVA/2022

Contrato nº 28/GP/PMVA/2022
Processo: 421/SEMOSP/2022.
Contratante: Prefeitura Municipal de Vale do Anari.
Contratada: Fertisolo Comercial de Maquinas Ltda. (CNPJ/MF Nº 14.594.006/0001-49)

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari, através do Prefeito, torna público para conhecimento dos interessados, que tendo em vista a publicação do extrato de contrato nº 28/GP/PMVA/2022, no Diário Oficial dos Municípios no dia 03/10/2022, retifica os termos abaixo no objeto descrito:

RETIFICO O SEGUINTE:

Onde se lê:
VALOR: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R$ 370.630,00 (trezentos e setenta mil seiscentos e trinta reais).

Leia-se:
VALOR: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais).

Vale do Anari/RO, 07 de Maio de 2025.

CLEONE LIMA RIBEIRO
Prefeito

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:B5EC607A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DE CONTRATO Nº: 63/2025 PROCESSO Nº: 1-655/2025

RESUMO DE CONTRATO
Contrato nº:63/2025
Processonº:1-655/2025
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO
Contratado:VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA
Objeto: Contratação de empresa em Serviços de Gerenciamento em Sistema Eletrônico online, controle de abastecimento de combustíveis (Etanol Comum, Gasolina Comum, Diesel comum, Diesel S-10, Reagente, Lubrificante), e fornecimento de peças, pneus, lavador, borracharia, guincho e serviços mecânicos elétricos, solda, ar condicionado, e recauchutagem da frota de veículos, através de sistema informatizado e integrado, com menor taxa de administração, em rede de credenciados com a empresa gerenciadora, por meio da utilização de cartões com tecnologia magnético e/ou chip e/ou Contactless, com metodologia de cadastramento, controle e logística para o atendimento da frota de veículos oficiais e maquinários pertencentes à frota oficial das Secretarias interessadas, para atender a Prefeitura Municipal de Theobroma/RO, para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Vale do Paraíso/RO,conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços.
Vigência:O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contadosa partir do recebimento daOrdem de Compra,devendo ser observada a existência de créditos orçamentários, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor Total:O valor total da contratação é de R$ 67.726,32 (sessenta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos).
Data de Assinatura:06/05/2025
Interveniente:GABINETE

Vale do Paraíso/RO, 07 de maio de 2025

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:D20DAE9E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
FÉRIAS INDENIZADAS CLEONICE

HOMOLOGAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZADAS

O Prefeito Municipal de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que são conferidas no Art. 60da Lei 24 de 01 de janeiro de 1993, Homologa as férias indenizadas da servidora CLEONICE RAMOS DA SILVA, matrícula nº 795, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, constante no do Processo Administrativo nº 1-785/2025.

Vale do Paraíso - RO, 06 de maio de 2025

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:6CD8B55F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
FÉRIAS INDENIZADAS BEIBIANE

HOMOLOGAÇÃO DE FÉRIAS INDENIZADAS

O Prefeito Municipal de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que são conferidas no Art. 60da Lei 24 de 01 de janeiro de 1993, Homologa as férias indenizadas da servidora BEIBIANE JULIO DE ARAUJO, matrícula nº 2644, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, constante no do Processo Administrativo nº 1-800/2025.

Vale do Paraíso - RO, 06 de maio de 2025

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:E0F45F9C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO N° 10400 PROCESSO 2-276/2025

DECRETO N° 10400 DE 07 DE MAIO DE 2025

SUSPENDE O GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA ELAINE DE SOUZA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale do Paraíso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando oMemorando nº 471/SEMSAU/2025;

Considerando a necessidade de garantir a continuidade das atividades essenciais desempenhadas pela servidora;

D E C R E T A

Art. 1°.Fica suspenso o gozo de férias da servidora ELAINE DE SOUZA ROCHA, requerido através do Memorando nº471/SEMSAU/2025,voltando a fluir em 14 de Julho de 2025 a 02 de Agosto de 2025.

Art. 2°.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2025.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:8DFD57BA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 7852 PROCESSO 1-805/2025

PORTARIA Nº 7852 DE 07 DE MAIO DE 2025

REVOGA A PORTARIA Nº 7833 DE 04 DE ABRIL DE 2025 QUE NOMEOU VANESSA PEREIRA VILAS NOVASPARA EXERCER O CARGO DE VICE DIRETORA DA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL PEQUENO PARAÍSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 1-805/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 7833, de 04 de abril de 2025 que nomeou VANESSA PEREIRA VILAS NOVAS, inscrita no CPF n° ***.937.462-** para exercer o cargo de Vice Diretora da Escola Centro Educacional Pequeno Paraíso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2025.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:2FF8275F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº005/SECOL/2025 PROCESSO Nº1-595/2025/GAB

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA Nº005/SECOL/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1-595/2025/GAB

O MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.786.990/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados queatravés de seu Agente de Contrataçãonomeado através da Portaria nº 7667/2025, realizará contratação direta, por meio de DISPENSA, com critério de julgamentoMENOR PREÇO POR ITEM, oqual reger-se-á pelas disposições daLEI N. 14.133/2021**e DECRETO MUNICIPAL 9089/2023**, e as exigências estabelecidas neste Edital**.OBJETO:Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em comunicação institucional e publicidade, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência.VALOR ESTIMADO**R$:62.534,52 (sessenta e dois mil e quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)O Edital na integra esta á disposição dos interessados no sitehttp://transparencia.valedoparaiso.ro.gov.br, ou através do e-mail:cpl@valedoparaiso.ro.gov.br.Para maiores informações através do telefone (69) 3464-1005 ou (69) 3464-1462.

Vale do Paraíso- RO, 07 de maio de 2025.

JOSÉ LUIS PEREIRA CARVALHO
Agente de Contratação
Portaria nº 7667/2025

LINK DO EDITAL DA DISPENSA POR COMPLETO :
https://transparencia.valedoparaiso.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=25742&nomeaplicacao=publicacao

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:D58BDD00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 10402 PROCESSO 1-782/2025;

DECRETO Nº 10402, DE 07 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO PELO TRABALHO SUPLEMENTAR REALIZADO POR PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO CEI PEQUENO PARAÍSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e

CONSIDERANDO a necessidade de serviços extraordinários prestados pelos servidores municipais, conforme disposto no Processo Administrativo nº1-782/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 12 horas suplementares à servidora**Marta Gomes de Souza**, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 1º, 02, 03 e 04 de abril de 2025, no período vespertino, na criação do Berçário I.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de 52 horas suplementares à servidora**Rousinei Santana dos Santos**, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 1º, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 28, 29 e 30 de abril de 2025, no período vespertino, na turma da Creche I, em substituição à professora Evanusa Oliveira, que se encontra readaptada.

Art. 3º Fica autorizado o pagamento de 76 horas suplementares à servidora**Vanessa Pereira Vilas Novas**, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 1º, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 28, 29 e 30 de abril de 2025, no período vespertino, na criação da turma do Pré I C.

Art. 4º Fica autorizado o pagamento de 28 horas suplementares à servidora**Eliede de Oliveira Sena Lima**, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 22, 23, 24, 25, 28, 29 e 30 de abril de 2025, no período vespertino, na criação da turma da Creche II.

Art. 5º Fica autorizado o pagamento de 20 horas suplementares à servidora**Luzeni Dias da Silva**, referentes ao trabalho desempenhado nos dias 23, 24, 25, 28 e 30 de abril de 2025, no período vespertino, na criação da turma do Pré I A matutino..

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:667B8620

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 7853

PORTARIA Nº 7853 DE 07 DE MAIO DE 2025

NOMEIA JANE GREGÓRIO DOS REIS PARA EXERCER O CARGO DE ASSISTENTE DO ABRIGO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e
Considerando o Memorando nº178/GAB/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear JANE GREGÓRIO DOS REIS inscrita no CPF sob nº ***.994.942-**, para exercer o cargo deAssistente do Abrigo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:571B5E8E

ESTADO DE RONDÔNIA
CONSORCIO INTERMINICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDONIA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2022. "ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2022 CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA E A EMPRESA NOVA PROVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIREL

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 020/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2022.

"ADITIVO DO CONTRATO nº 020/2022 CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA E A EMPRESA NOVA PROVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Bairro Institucional, CEP: 76872-872, **doravante denominado de "CONTRATANTE", neste ato sendo representado pelo Presidente GILLIARD DOS SANTOS GOMES,** brasileiro, casado, portador da RG nº 792.619 SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o nº 752.740.002-15, podendo ser encontrado no endereço indicado acima **e de outro lado a EMPRESA NOVA PROVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.609.260/0001-12, com sede comercial no Município de Porto Velho/RO, sito à Rua Afonso Pena, nº 697, Km 01, CEP:76804-094, **doravante denominada de "CONTRATADA", neste ato sendo representada por GABRIELA HEVELIN DA SILVA VAZ,** brasileira, solteira, empresária, portadora da RG nº 1.283.314 SSP/RO, devidamente inscrita no CPF sob o nº 007.305.242-64, podendo ser encontrada no endereço indicado acima, celebram o presente termo aditivo conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços contínuos de apoio operacional, com dedicação de mão de obra exclusiva, em caráter subsidiário e temporário por diversas categorias laborais, para atendimento da necessidade do CONTRATANTE, conforme especificação no termo de referência, conforme quadro abaixo:
ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO

Lote	Item	Descrição do Posto de Trabalho	CBO	Jornada de Trabalho (hora/mês)	Número de Vagas	Custo Unitário Por Servidor (R$/Mês)	Custo Total (R$/Mês)
LOTE 01	1	Agente de Portaria - Diurnos (12x36)	5174-15	180	2	R$ 5.933,35	R$ 11.866,70
	2	Agente de Portaria - Noturno (12x36)	5174-15	180	2	R$ 6.513,79	R$ 13.027,57
	3	Auxiliar / Servente de Limpeza	5143-20	220	12	R$ 4.945,47	R$ 59.345,61
	4	Auxiliar de Pátio	7831-05	220	2	R$ 5.174,57	R$ 10.349,15
	5	Pedreiro	7152-10	220	1	R$ 8.691,95	R$ 8.691,95
VALOR TOTAL MENSAL SEM CITL (R$/Mês) =						**R$ 103.280,98**	
VALOR DO CITL (9,65%) =						**R$ 9.966,61**	
VALOR TOTAL MENSAL COM CITL (R$/Mês) =						**R$ 113.247,59**	
VALOR TOTAL COM CITL – 08 MESES (R$/Meses) =						**R$ 905.980,72**	

ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JARU/RO

Lote	Item	Descrição do Posto de Trabalho	CBO	Jornada de Trabalho (hora/mês)	Número de Vagas	Custo Unitário Por Servidor (R$/Mês)	Custo Total (R$/Mês)
LOTE 01	1	Agente de Portaria - Diurnos (12x36)	5174-15	180	2	R$ 5.933,35	R$ 11.866,70
	2	Agente de Portaria - Noturno (12x36)	5174-15	180	2	R$ 6.513,79	R$ 13.027,57
	4	Auxiliar de Pátio	7831-05	220	1	R$ 5.174,57	R$ 5.174,57
	VALOR TOTAL MENSAL SEM CITL (R$/Mês) =						**R$ 30.068,84**
	VALOR DO CITL (9,65%) =						**R$ 2.901,64**
	VALOR TOTAL MENSAL COM CITL (R$/Mês) =						**R$ 32.970,48**
	VALOR TOTAL COM CITL – 05 MESES E 20 DIAS (R$/Meses) =						**R$ 186.832,60**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Os valores são:

I – O valor mensal com CITL é de R$ 113.247,59 (cento e treze mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), totalizando o valor com CITL em R$ 905.980,72 (novecentos e cinco mil, novecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), referente a mão de obra do aterro sanitário localizado no Município de Ariquemes/RO.

II – O valor mensal com CITL é de R$ 32.970,48 (trinta e dois mil, novecentos e setenta reais e quarenta e oito centavos), totalizando o valor com CITL em R$ 186.832,60 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos), referente a mão de obra do aterro sanitário localizado no Município de Jaru/RO.

CLÁUSULA TERCEIRA – O efeito jurídico financeiro retroagirá ao dia 01 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato nº 020/2022, do primeiro, do segundo, do terceiro, do quarto, do quinto, do sexto termos aditivos ao contrato nº 020/2022 não afetadas pelo sétimo termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes e duas testemunhas o presente instrumento, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.
Ariquemes/RO, 06 de maio de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia –CISAN Central/ RO
Contratante
GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Presidente

Empresa Nova Prova Prestação de Serviços EIRELI
Contratada
GABRIELA HEVELIN DA SILVA VAZ
Representante Legal

TESTEMUNHAS

_____
NOME - GABRIEL SILVA ROMÃO
RG - 665810970 SSP/SP
CPF - 045.105.012-69

_____
NOME - CAMILA ALECRIM DE AZEVEDO
RG - 1.387.070 SSP/RO
CPF - 035.690.592-60

Publicado por:
Vitória Helen de Melo
Código Identificador:04B59EFF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°32/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
32/2025
A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 7/2025, processo administrativo n.º 122/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura por um período de 12 (doze) meses.,, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	22141	OLEO LUBRIFICANTE 68 - 1ª 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	192	R$ 241,0000	R$ 46.272,0000	IPIRANGA
3	22142	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 API CI4- 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	192	R$ 317,0000	R$ 60.864,0000	IPIRANGA
6	22145	OLEO LUBRIFICANTE 80W40 GL5 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	10	R$ 337,0000	R$ 3.370,0000	IPIRANGA
10	22366	OLEO LUBRIFICANTE 40 API CF - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	10	R$ 279,0000	R$ 2.790,0000	IPIRANGA
12	22148	OLEO DE FREIO DOT 4 - 1ª LINHA BOSCH/CONTROL/VARGA- 500 ML	FRASCO	50	R$ 18,0000	R$ 900,0000	IPIRANGA
15	24060	ARLA 32 - AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO BALDE DE 20 LITROS	GL	100	R$ 89,0000	R$ 8.900,0000	ARLA BRASIL
16	27184	OLEO 2T PARA MOTOR/ROÇADEIRA API-TC 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 1 LITRO	FRASCO	220	R$ 16,0000	R$ 3.520,0000	IPIRANGA
17	30828	OLEO MOTOR 10W40 E6 APE CI-4 SINTETICO - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	80	R$ 429,0000	R$ 34.320,0000	IPIRANGA
19	33309	ÓLEO MARINA MOTOR DE POPA 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 1 LT	FRASCO	180	R$ 24,0000	R$ 4.320,0000	IPIRANGA
					TOTAL:	R$ 165.256,0000	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

GIOVAN DAMO
Prefeito

SAMARA DOS SANTOS DUTRA
Gerente de Registro de Preço.

Ravena Auto Centre LTDA
CNPJ: 56.221.478/0001-04
MARIA LURDES DUARTE OLTRAMARES
CPF:421.483.752-53

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:18AAF2F1

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°31/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2025
A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 7/2025, processo administrativo n.º122/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS, para atender as necessidades da Secretaria
Municipal de Infraestrutura por um período de 12 (doze) meses.**,** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
20	27186	BICO PARA ENGRAXADEIRA ACOPLADOR HIDRAULICO UNIVERSAL	UN	50	R$ 27,0000	R$ 1.350,0000	HIDRAFLUX
21	27187	BICO DE AR COMPRIMIDO PARA LIMPEZA COM BOTAO	UN	40	R$ 31,0000	R$ 1.240,0000	HIDRAFLUX
					TOTAL:	R$ 2.590,0000	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO,07 de maio de 2025.

GIOVAN DAMO
Prefeito

SAMARA DOS SANTOS DUTRA
Gerente de Registro de Preço

LP Comercio De Parafusos E Ferragens LTDA - ME
CNPJ: 13.031.030/0001-07
PAULO HENRIQUE GONÇALVES LIMA
CPF:664.833.872-53

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:9B7DB09B

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°30/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
30/2025
A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 7/2025, processo administrativo n.º 122/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura por um período de 12 (doze) meses.,, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	22140	OLEO LUBRIFICANTE 10 W - GL4 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	40	R$ 309,0000	R$ 12.360,0000	IPIRANGA
4	22143	OLEO LUBRIFICANTE 10W30 GL4- 1ª 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	40	R$ 325,0000	R$ 13.000,0000	IPIRANGA
5	22144	OLEO LUBRIFICANTE 80W GL4 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	20	R$ 620,0000	R$ 12.400,0000	IPIRANGA
7	22146	OLEO LUBRIFICANTE ATF TIPO A - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 500 ML	BALDE	100	R$ 19,0000	R$ 1.900,0000	IPIRANGA
8	22147	OLEO LUBRIFICANTE PDH 433 GL4 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	100	R$ 539,0000	R$ 53.900,0000	IPIRANGA
9	22365	OLEO LUBRIFICANTE 90 GL4 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	100	R$ 335,0000	R$ 33.500,0000	IPIRANGA
11	28891	SOLUPAN CAR 5 LTS DESENGRAXANTE	UN	100	R$ 42,0000	R$ 4.200,0000	NOVA FORMULA
13	22152	GRAXA DE ROLAMENTO BASE DE LITIO PONTA DE GOTA 190º - 200 KG	UN	8	R$ 2.899,0000	R$ 23.192,0000	IPIRANGA
14	22367	GRAXA DE ROLAMENTO BASE DE LITIO PONTA DE GOTA 190º - 20 KG	BALDE	5	R$ 359,0000	R$ 1.795,0000	IPIRANGA
18	30829	OLEO PARA MOTO 4 TEMPO 10W30 - 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 1 LT	FRASCO	120	R$ 25,0000	R$ 3.000,0000	IPIRANGA
					TOTAL:	R$ 159.247,0000	

LOTE 2:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	22141	OLEO LUBRIFICANTE 68 - 1ª 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	48	R$ 248,0000	R$ 11.904,0000	
2	22142	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 API CI4- 1ª LINHA IPIRANGA/PETROBRAS/MOBIL- 20 LT	BALDE	48	R$ 317,0000	R$ 15.216,0000	IPIRANGA
					TOTAL:	R$ 27.120,0000	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 07 de maio de 2025.

GIOVAN DAMO
Prefeito

SAMARA DOS SANTOS DUTRA
Gerente de Registro de Preço

GM Auto Pecas, Pneus e Servicos LTDA
CNPJ: 51.837.667/0001-84
GUILHERME HENRIQUE BUENO CUNHA
CPF:031.928.602-94

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:4BBCA57C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP N.º 011/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP N.º --011/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2025

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, na Cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, sito na Marechal Rondon – n°. 3031-Centro Alto Paraíso – RO, CEP. 76.862-000, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ SOB N.º 63.762.025/0001-42, representada pelo Prefeito Municipal João Pavan e pelo Gerente do Sistema de Registro de Preços a Sr Thiago Santos de Souza **RESOLVEM** nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal n.º 11.462/2023 – **PMAP,** registrar os preços das empresas que sagraram-se vencedoras no certame do **Pregão Eletrônico nº 010/2025**, devidamente regulamentado pelo **Processo Administrativo nº 158/2025,** objetivando o **"SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO, A FIM SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO – RO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES",** totalizando **R$ 254.325,90 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa centavos),** da seguinte forma:

DETENTORES:
01 - P.R. FARONI LTDA
CNPJ: 47.029.862/0001-00
ENDEREÇO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, 2056, SALA B, SETOR 04 MUNICÍPIO: ARIQUEMES - RONDÔNIA.
PREPOSTO(A): PAULO RENATO FARONI
CPF: X62.XXX.3X7-8X

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	177	CX	COPO DESCARTÁVEL 200ML Copo Plástico 200ml Branco, caixa 2.500 unidades	CRISTAL	COPO	R$ 98,00	R$ 17.346,00
5	650	FRC	DETERGENTE ALCALINO PARA LIMPEZA PESADA 5L Remoção de sujidades fortemente impregnadas em porcelanatos encardidos e outros pisos em geral. Não danifica o piso, pois limpa preservando a integridade do mesmo. Possui tensoativos que penetram nos microporos removendo a sujidade e impedindo que a sujeira se deposite novamente. Produto concentrado para alta diluição. Registro em orgão de qualidade e autorização de uso	TRIEX	TRIEX	R$ 24,80	R$ 16.120,00
9	54	UND	SABONETEIRA C/RESERVATÓRIO Dispensador de sabonete líquido ou álcool gel com reservatório, com sistema de válvula, Sistema antivazamento, Fabricado em plástico de alto impacto. Com parafusos e bucha para instalação	PREMISSE	PREMISSE	R$ 27,00	R$ 1.458,00
13	320	UND	PANO DE PRATO BRANCO LISO Bainha 65 X 42 Cm 100 algodão.	GUAPEX	GUAPEX	R$ 4,90	R$ 1.568,00
20	330	UND	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 45W 127V	ELGIN	ELGIN	R$ 21,70	R$ 7.161,00
21	553	UND	DESINFETANTE 5L CONCENTRADO 1:55 Limpeza e 1:16 Desinfecção Performance superior em diversas superfícies (pisos laminados, porcelanato, mármores, granito, pisos cerâmicos) Fragrância mais apreciada do brasileiro e duradoura Mata 99,9 dos germes e bactérias Super concentrado: Lavanda 5L rende até 80L de desinfecção.	TRIEX	TRIEX	R$ 13,75	R$ 7.603,75
22	2.394	PCT	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA TRIPLA PACOTE COM 4 ROLOS (100 branca), neutro, de primeira qualidade. Mais confortável para sua pele, Experiência de higiene, Textura acolchoada, Fragrância delicada, Toque de algodão, A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto.	MAX	MAX	R$ 12,00	R$ 28.728,00
28	110	UND	VASSOURA EM NYLON COM CABO Vassoura de pelo sintético para piso com no mínimo 30cm.Base madeira com cabo, medindo aproximadamente 1,20cm,plastificado e pendurico	CONDOR	CONDOR	R$ 8,29	R$ 911,90
29	175	PCT	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA Toalha de papel, folha dupla, picotada, cor branca (100 branca), super-resistente, de rápida absorção, primeira qualidade. Pacote com 02 rolos de 60 toalhas medindo 20x22cm	SULLEG	SULLEG	R$ 5,30	R$ 927,50
30	25	UND	DISPENSER PAPEL TOALHA INTERFOLHA COMPACTO cor branco, com parafusos para instalação em parede	PREMISSE	PREMISSE	R$ 35,00	R$ 875,00
38	37	UND	LIXEIRA COLETORA DUPLA PARA COPOS Contém: 01 tubo para copos descartáveis de água, 01 tubo para copos descartáveis de café e 01 base modularDimensões: Altura:66,5cm,Largura:17cm,Profundidade:13cm,Peso:0,745k	PREMISSE	PREMISSE	R$ 36,49	R$ 1.350,13

			g,Capacidade:Até140coposcad a.				
42	125	UND	BORRIFADOR MANUAL 500ML Borrifador manual de Gatilho 500 ml Para aplicação de produtos de limpeza	NOBRE	NOBRE	R$ 4,50	R$ 562,50
47	90	UND	PÁ DE LIXO PLÁSTICA COM CABO de plástico medindo 300mm x 280mm x 125mm, cabo de madeira revestido com plástico com 150cm	ARQPLAST	ARQPLAST	R$ 8,90	R$ 801,00
48	286	UND	LIMPADOR DE VIDRO 500ML COM GATILHO limpa vidro, tipo líquido. cor incolor/azul. frasco plástico de 500ml, com gatilho. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	TRIEX	TRIEX	R$ 7,10	R$ 2.030,60
53	500	FRS	CONDICIONADOR INFANTIL 500ML PH neutro para todos os tipos de cabelos fragrâncias suaves de frutas e variadasdermatologicamente testado para não irritar a pele nem arder os olhos dos bebes	TRALALA	TRALALA	R$ 16,90	R$ 8.450,00
61	230	BALDE	LENÇO UMEDECIDO BALDE 450 UND TAMANHO 19 CM X 12 CM Balde contendo 450 und, tamanho 19 cm x 12 cm, refrescante e hidratante,podendo ser usado para a limpeza da pele por toda a família e de suave fragrância.	JOEBABY	JOEBABY	R$ 15,99	R$ 3.677,70
62	350	UND	SHAMPOO INFANTIL 500ML PH neutro para todos os tipos de cabelos fragrâncias suaves de frutas e variadasdermatologicamente testado para não irritar a pele nem arder os olhos dos bebes	TRALALA	TRALALA	R$ 16,99	R$ 5.946,50
63	350	UND	TALCO INFANTIL 200G cada unidade, essência Natural Calm deixar a pele macia e protegida contra umidade.	TRALALA	TRALALA	R$ 16,99	R$ 5.946,50

Total: R$ 111.464,08 (cento e onze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oito centavos);

02 - L.C. PONCE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 06.847.807/0001-40
ENDEREÇO: ESTRADA ESTRADA DE PORTO ACRE KM 01, 1318, RIO BRANCO – ACRE.
PREPOSTO(A): LARISSA CRISTIANE PONCE DE SOUZA
CPF: XX1.8X7.XX2.X3

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
2	1.261	FRC	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS Água sanitária de 1ª qualidade, acondicionada em galão plástico fosco de 05 litro o produto deverá atender as seguintes especificações indicado para o uso geral, bactericida alvejante com cloro ativo ,auxiliar na desinfecção de frutas e verduras e ser de procedência nacional composição hipoclorito de sódio estabilizante e água teor de cloro ativo 2,0 2,5 (p/p) na embalagem deverá constar dados do fabricante, site, número de telefone grátis 0800 para SAC número do lote data da fabricação e validade, instruções de uso e precauções modos de conservação e armazenagem telefone grátis 0800 para sac	LAJU	LAJU	R$ 9,60	R$ 12.105,60
7	172	FRS	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS neutro com ação antibacteriana. IDEAL PARA LAVAGEM DE MÃO	ARQUEPLAST	ARQUEPLAST	R$ 23,00	R$ 3.956,00
11	317	PCT	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA Esponja com ação antibacteriana, indicada para limpeza geral de copos, panelas, talheres e superfícies, como mesa, bancadas, cadeiras, paredes, pisos. Possui dupla ação: o lado amarelo é indicado para remoção da sujeira em peças delicadas e o lado verde complementa a ação da fibra. Dimensão: 75x110 mm 10 unidades	JEITOSA	JEITOSA	R$ 3,35	R$ 1.061,95
12	365	UND	PANO DE CHÃO ALGODÃO CRU 80X90CM Não alvejado, tipo saco, para limpeza, dimensões aproximadas de 80 x 90 cm. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. 24 009.007.227 lixeira plástica hospitalar	BRILHEX	BRILHEX	R$ 7,75	R$ 2.828,75
15	337	UND	DESODORIZADOR DE AR AEROSOL 400ML apresentação aerosol, aplicação aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutra lizante. informações adicionais: aromas lavanda, cheirinho de bebê, brisa e floral, embalagem de 400ml. o produto deverá estampar no rótulo o nome do fabricante ou importador, endereço completo e o número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor(sa c).validade minímo de 12 meses a partir da data da entrega.	PURO AR	PURO AR	R$ 11,50	R$ 3.875,50
16	1.144	UND	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML NEUTRO concentrado, inodoro, com excelente ação desengordurante biodegradavel , embalagem, frasco com 500 ml. validade minímo de 12 meses a partir da data da entrega.	LAJU	LAJU	R$ 2,02	R$ 2.310,88
18	307	UND	LIMPA ALUMÍNIO 500ML aroma neutro, Para limpeza de alumínios em geral, sendo panelas, formas, assadeiras.	LAJU	LAJU	R$ 2,48	R$ 761,36
24	168	UND	RODO PLÁSTICO 60CM COM CABO Com duas lâminas em eva ou borracha natural com largura aproximada d e 80cm. com cabo de madeira plastificada, para uso doméstico. Base em plástico rígido e cabo de madeira, plastificado, com ponteira plástica para pendurar. Comprimento mínimo do cabo:1,20m. Deve apresentar resistência adequada ao uso a que se destina e facilidade na remoção de líquidos em superfícies planas. Validade de no mínimo 12 meses.	CARVALHO	CARVALHO	R$ 8,95	R$ 1.503,60
25	1.639	CX	SABÃO EM PÓ 500G De 1ª qualidade embalagens de 500gr,acondicionado em caixa de papelão, composição: tensoativo aniônico, alcalizante sequestrante, carga, coadjuvante, branqueadoroptico, corante enzimas agente anti redepositante, agente amaciante, perfume e água. Componente ativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio. Produto devera conter tensoativo biodegradável devera constar no rotulo do produto: dados de identificação do fabricante, composição, instruções de uso, numero de telefone grátis 0800.	VIDA	VIDA	R$ 3,50	R$ 5.736,50
31	75	UND	ESCOVA SANITÁRIA sem suporte. Corpo em Plástico; Cerdas em Nylon	CARVALHO	CARVALHO	R$ 5,30	R$ 397,50
32	49	UND	DESENTUPIDOR SANITÁRIO Para vasos sanitários, dimensão 53x14,5x14,5cm	CARVALHO	CARVALHO	R$ 9,75	R$ 477,75
33	990	UND	PEDRA SANITÁRIA Embalagem com uma pedra e Com suporte de plástico. Aromas lavanda e flores do campo	SANY	SANY	R$ 1,39	R$ 1.376,10
35	87	PAR	LUVA DE LIMPEZA EM LÁTEX TAMANHO G Luva de segurança para proteção das mãos confeccionadas em látex, antiderrapante na face palmar, não flocada, punho com virola, anatômicas e impermeáveis	VOLK	VOLK	R$ 3,65	R$ 317,55
39	90	PAR	BOTA PVC BRANCA N° 41 CANO MÉDIO SEM FORRO	INPRO	INPRO	R$ 46,90	R$ 4.221,00
40	93	PAR	BOTA PVC BRANCA N° 38 CANO MÉDIO SEM FORRO	INPRO	INPRO	R$ 46,90	R$ 4.361,70
46	15	UND	CESTO PLÁSTICO TELADO 12L telado p/ lixo 12 lts material plástico, reforçado de alta qualidade e durabilidade, , cores variadas.	ARQUEPLAST	ARQUEPLAST	R$ 8,00	R$ 1.200,00
50	72	UND	VASSOURA PIAÇAVA TIPO LEQUE CABO DE MADEIRA, BASE 40CM tipo leque, cabo de cabo de madeira, medida da base 40 cm, com base de metal.	CARVALHO	CARVALHO	R$ 19,40	R$ 1.396,80
66	43	POTE	SODA CÁUSTICA 300G Para limpeza, ideal para desentupir pias e banheiros, e remover acúmulo de gorduras.	CANARIO	CANARIO	R$ 13,00	R$ 559,00

Total: R$ 48.447,54 (quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos);
03 - LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 59.043.023/0001-26
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO FLAVIO LIMAS, S/Nº, QD 21, LT.13 – RESIDENCIAL BOA VISTA–CEP:75.258-772, SENADOR CANEDO – GOIÁS
PREPOSTO (A): PEDRO HENRIQUE QUEIROZ RAMALHO
CPF: XX3.X02.8X1-00

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
3	1.242	FRC	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1 LITRO De graduação igual a 70 INPM,de 1 litro refinado,especialmente indicado para a desinfecção Devera constar no rotulo informações do produto, fabricante químico responsável, numero do lote, REGISTRO ANVISA, telefone grátis 0800 para sac, data de fabricação e validade.	JFERES	FRC	R$ 7,53	R$ 9.352,26
8	316	FRS	SABONETE LÍQUIDO 300-500ML com ação antibacteriana. Aromas agradáveis diversos, lavanda, erva-doce entre outros. IDEAL PARA BANHO CORPORAL.	PROLINK	FRS	R$ 8,00	R$ 2.528,00
51	84	UND	AVENTAL PVC BRANCO FORRADO 120X70CM proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água.	NOVE54	UND	R$ 13,00	R$ 1.092,00
55	500	UND	CREME DENTAL 90G com cálcio, proteção anticáries e flúor.	ICEFRESH	UND	R$ 3,50	R$ 1.750,00
56	500	UND	ESCOVA DENTAL INFANTIL com cerdas macias; nas cores Verde e Branca (3.500 unidades de cada); tipo comum; modelo anatômico; funcionamento manual, embalagem apropriada individual. Especificações do nome do fabricante/laboratório, nome e registro do químico/farmacêutico ou responsável, data de validade e fabricação devem estar impressa na embalagem do produto. (Deverá conter selo da ABO Associação Brasileira de Odontologia.	MEDFIO	UND	R$ 2,19	R$ 1.095,00
65	150	PCT	PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 DOBRAS branco, Máxima Suavidade, 23x21cm pct com 1.000 Unidades	JR PAPEIS	PCT	R$ 14,47	R$ 2.170,50
67	300	UND	ESCOVA DENTAL ADULTO Dimensões aproximadamente da Peça: 18,5 x 1,4 x 1,6 cm, cerdas com pontas polidas e arredondadas, cores variadas, Cerdas macia, Cabo anatômicos, cabeça com cantos arredondados e cerdas flexíveis que facilitam a escovação.	MEDFIO	UND	R$ 4,39	R$ 1.317,00

Total: R$ 19.304,76 (dezenove mil, trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos);

04 - ECOLIM LTDA
CNPJ: 17.221.558/0001-08
ENDEREÇO: RUA TENENTE BRASIL, Nº 510 BAIRRO: CENTRO, JI-PARANÁ - RONDÔNIA
PREPOSTO (A): ALEXANDER ALVES GUIMARAES
CPF: 9XX.7X1.XX7-XX

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
4	770	FRC	ÁLCOOL EM GEL 70% 500ML Antisséptico que elimina 99,9 das bactérias e possui fragrância delicada para manter as mãos levemente perfumadas após o uso. Além disso, possui ativos hidratantes, como a vitamina E, que impedem o aspecto ressecado ou sensação de aspereza	ALLCLEAN	ALLCLEAN	R$ 6,09	R$ 4.689,30
17	545	FRC	PRODUTO MULTIUSO CREMOSO 450ML multiuso, ideal par limpeza pesada e de rotina, podendo ser usado em fogão, pias, torneiras, sofá, maquinas de lavar, talheres ETC. Referência produto CIF	FACILITA	FACILITA	R$ 7,99	R$ 4.354,55
19	103	UND	ISQUEIRO A GÁS PORTÁTIL de bolso, Duração longa: Até 3.000 chamas com as especificação padrão de segurança iso 9994	BIC	BIC	R$ 5,56	R$ 572,68

Total: R$ 9.616,53 (nove mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos);

05 - INOVAÇÃO LTDA
CNPJ: 19.634.357/0001-50
ENDEREÇO: AV JARU, 2471, ARIQUEMES - RONDÔNIA
PREPOSTO (A): CICERO CARLOS RIBEIRO
CPF: 9X0.3XX.XX2-X2

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
6	68	UND	BALDE EM PLÁSTICO DE 30LTS material plástico, reforçado de alta qualidade e durabilidade, material alça arame galvanizado, c ores variadas	ARQPLAST	ARQPLAST	R$ 19,95	R$ 1.356,60
10	77	FARDO	ESPONJA DE AÇO Fardo com 10 a 14 pacotes, composto de aço carbono, acondicionado em pacote plástico	ASSOLAN	ASSOLAN	R$ 23,79	R$ 1.831,83
37	47	UND	VASSOURA LIMPA TETO COM EXTENSÃO Com extensão regulável ou encaixe. Comprimento total em até 2 metros	CARVALHO	CARVALHO	R$ 29,16	R$ 1.370,52
43	68	UND	ESCOVA DE LIMPEZA PARA PEQUENAS SUPERFÍCIES dimensão sugerida de 4,1cm x 11,6cm x 6,6cm	CONDOR	CONDOR	R$ 6,22	R$ 422,96
45	155	ROLO	PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 100M	INOVEN	INOVEN	R$ 44,98	R$ 6.971,90
54	500	UND	CREME DENTAL INFANTIL nos sabores de frutas silvestres, tutti-frutti e chiclete, com flúor; prevenção a formação de cáries, para crianças maiores de 2 anos	TANDY	TANDY	R$ 6,95	R$ 3.475,00
64	20	UND	BALDE PLÁSTICO 60L COM ALÇA FIXA material plástico, reforçado de alta qualidade e durabilidade, alça fixa	ARQPLAST	ARQPLAST	R$ 64,00	R$ 1.280,00

Total: R$ 16.708,81 (dezesseis mil, setecentos e oito reais e oitenta e um centavos);
06 - BRASIL MEDSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 03.716.848/0001-00
ENDEREÇO: URSA MAIOR Nº 4161, BAIRRO ROTA DO SOL - CEP: 76.874-012 ARIQUEMES - RONDÔNIA
PREPOSTO (A): JOÃO PAULO ALVES FERNANDES MACHOTA
CPF: :0XX.8X6.9XX-X1

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL

14	252	UND	FLANELA 100% ALGODÃO 38X58CM na cor laranja	SANTA MARGARIDA	FLANELA	R$ 2,44	R$ 614,88
44	1.160	MT	MANGUEIRA DE JARDIM FLEXÍVEL 1/2" X 2,5MM	MARINGÁ	MANGUEIRA	R$ 6,09	R$ 7.064,40
52	70	KIT	CONJUNTO DE POTES PLÁSTICOS (5 A 6 PEÇAS) TAMANHOS/CAPACIDADES VARÁVEIS ENTRE 500 Á 5000 ML	TRITEC	CONJ	R$ 66,99	R$ 4.689,30
57	60	UND	ESCOVA DE BANHEIRO COM SUPORTE toda de plástico, com cerdas de nylon, cabo de plástico, tamanho da base: top: 9.5cm inferior: 10cm altura: 7.8cm	ZEIN	ESCOVA	R$ 9,96	R$ 597,60
58	330	UND	ESPONJA PARA BANHO INFANTIL MATERIAL: Esponja (pu), tamanho:10-50g, capacidade:10 x 40hq/ mês.	ZEIN	ESPONJA	R$ 6,48	R$ 2.138,40

Total: R$ 15.104,58 (quinze mil, cento e quatro reais e cinquenta e oito centavos);

07 - CR PRIME SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 56.616.794/0001-77
ENDEREÇO: RUA: TEÓFILO MARINHO, Nº 3749, BAIRRO: SÃO JOÃO BOSCO, SALA Nº 01, PORTO VELHO – RO
PREPOSTO (A): ILCIMARA CRISTINA DA SILVA RIBEIRO
CPF: 0X3.2X2.XX2-X1

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
23	160	PCT	PILHA AAA PEQUENA PACOTE COM 2 PILHAS pilhas possuem 44,5 mm de comprimento e 10,5 mm de diâmetro, inclui uma ponta terminal positiva com 0,8 mm de comprimento e 3,8 mm de diâmetro, o lado negativo é sem saliência e possui 4,3 mm de diâmetro. As de lítio pesam 7,6g, as alcalinas pesam 11,5g1 e as de níquel-hidreto metálico (recarregáveis) pesam entre 14 e 15 g.	GO TECH	AAA	R$ 4,60	R$ 736,00
41	87	UND	MÁSCARA PARA PÓ PARA LIMPEZA Para realização de faxinas, filtra pó e alivia odores e cheiros fortes de produtos	PROTECTFACE	PFF2	R$ 4,40	R$ 382,80
49	110,00	PCT	PILHA AA (PILHA PEQUENA) PACOTE COM 2 PILHAS	GO TECH	AA	R$ 9,80	R$ 1.078,00

Total: R$ 2.196,80 (dois mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos);

08 - SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 12.229.196/0001-70
ENDEREÇO: RUA MARINGA, 6294 - , ARIQUEMES - RONDÔNIA
PREPOSTO (A): SUELEN AMARAL ALFAIA
CPF: 0X7.XX3.X34-X0

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
26	51	PCT	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100L PACOTE COM 50 UNIDADES Capacidade100, litrosmaterial. Olietileno dimensões . 75x90cm espessura..12 micras aplicação: coleta de lixo.pacote com 50 unidades. Deverá estar e m conformidade com as normas da abnt nbr 9190/9191/13055/13056.13056	BIOPOL	BIOPOL	R$ 22,85	R$ 11.653,50
27	825	PCT	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 50L PACOTE COM 50 UNIDADES Saco plástico lixo, 30 litros, 6 micras, cor preta, largura 59, altura 62, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 50 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9 191/13055/13056.	BIOPOL	BIOPOL	R$ 10,96	R$ 9.042,00

Total: R$ 20.695,50 (vinte mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos);

09 - INTEGRALMED DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 46.672.090/0001-68
ENDEREÇO: AV. CARLOS GOMES Nº 1625 - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - PORTO VELHO - RONDÔNIA
PREPOSTO (A): VERUSKA IANINO DA ROCHA
CPF: 3XX.4X9.0XX-8X

ITEM VENC	QUANT	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
34	165	PAR	LUVA DE LIMPEZA EM LÁTEX TAMANHO M Luva de segurança para proteção das mãos confeccionadas em látex, antiderrapante na face palmar, não flocada, punho com virola, anatômicas e impermeáveis	MEDIX	MEDIX	R$ 2,53	R$ 417,45
36	135	PAR	LUVA DE LIMPEZA EM LÁTEX TAMANHO P Luva de segurança para proteção das mãos confeccionadas em látex, antiderrapante na face palmar, não flocada, punho com virola, anatômicas e impermeáveis	MEDIX	MEDIX	R$ 2,53	R$ 341,55
59	60	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO G FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO G - PACOTE COM 80 UNIDADES Fralda Descartável Infantil Tamanho G- contendo 80 unidades por pacote. Para crianças de 9 a 12 kg. Formato anatômico de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira anti vazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de empelotamentos, ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. O revestimento externo deverá ser confeccionado em plástico apropriado, do tipo filme polietileno, com espessura, flexibilidade e resistência adequadas. Ser dotada de faixa multi ajustável de duas tiras adesivas (abre/fecha), devidamente impregnada de substâncias aderentes antialérgica possuindo nas extremidade pequenas dobraduras que permita preservar sua adesividade e o fácil manuseio. Apresentar nome e CRQ ou CRF do responsável, data de fabricação e validade do produto impressa e visível em cada pacote. Embalagem plástica resistente e original do fabricante.	KIFRAL	KIFRAL	R$ 58,99	R$ 3.539,40
60	60	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO EG COM 70 UND Fralda Descartável Infantil Tamanho XG- Para crianças acima de 12kg- contendo 70 unidades por pacote formato anatômico de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira anti vazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de empelotamentos, ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. O revestimento externo deverá ser confeccionado	KIFRAL	KIFRAL	R$ 58,99	R$ 3.539,40

			em plástico apropriado, do tipo filme polietileno, com espessura, flexibilidade e resistência adequadas. Ser dotada de faixa multi ajustável de duas tiras adesivas (abre/fecha), devidamente impregnada de substâncias aderentes antialérgica possuindo nas extremidades pequenas dobraduras que permitam preservar sua adesividade e o fácil manuseio. Apresentar nome e CRQ ou CRF do responsável, certificado de registro do Ministério da Saúde, data de fabricação e validade do produto impressa e visível em cada pacote. Embalagem plástica resistente e original do fabricante.				
68	50	PCT	FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHOL M PACOTE COM 90 UND FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO M - PACOTE COM 90 UNIDADES Fralda Descartável Infantil- Para crianças de 7 a 9kg- contendo 90 unidades por pacote - formato anatômico de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira anti vazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de empelotamentos, ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. O revestimento externo deverá ser confeccionado em plástico apropriado, do tipo filme polietileno, com espessura, flexibilidade e resistência adequadas. Ser dotada de faixa multi ajustável de duas tiras adesivas (abre/fecha), devidamente impregnada de substâncias aderentes antialérgica possuindo nas extremidades pequenas dobraduras que permitam preservar sua adesividade e o fácil manuseio. Apresentar nome e CRQ ou CRF do responsável, certificado de registro do Ministério da Saúde, data de fabricação e validade do produto impressa e visível em cada pacote. Embalagem plástica resistente e original do fabricante.	KIFRAL	KIFRAL	R$ 58,99	R$ 2.949,50

Total: R$ 10.787,30 (dez mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

O prazo para entrega dos produtos / prestação dos serviços, será conforme especificações no Termo de referência, e após recebimento da Nota de empenho, de acordo com requisição emitida pelo gestor da pasta, das quais constarão à data de expedição, especificação do item, quantitativos, prazo, local, preço unitário e total.
O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contando da data da apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração.
Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
O gestor da Ata de Registro de Preços será a **Secretaria Municipal de Administração e Finanças – (SEMAF)** e o departamento de almoxarifado será responsável pela conferência das Notas Fiscais emitidas e certificadas pela Comissão de Fiscalização e Recebimento da secretaria solicitante.
Os prepostos das empresas acima qualificados deverão fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias.
Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da Prefeitura de Alto Paraíso que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.
O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.
O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.
Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.
O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa
Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
A impugnação deverá ser endereçada ao presidente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo presidente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelo telefone (069) 3534-2981) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
Ao receber a impugnação, a presidente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
21.14 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
21.15 se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
21.16. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
21.17. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
21.18 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
21.25. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.
21.26. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
21.27. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
21.28 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.29 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.30 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.31. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.32. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
21.33 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
21.34. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
21.35 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
21.36 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.37 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
21.38. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
21.39. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
21.40. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.
Mais informações poderão ser adquiridas via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br, ou pelo telefone (069) 3534-2981) ou ainda junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Alto Paraíso, 30 de abril de 2025.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

THIAGO SANTOS DE SOUZA
Gerente do Sistema de Registro de Preço – GSRP
Documento Assinado Eletronicamente

ELIANI ZOMERFELD VERAO
Secretario Municipal de Administração e Finanças (SEMAF)
Documento Assinado Eletronicamente

TEREZA CALIMAN GNANN PAVAN
Secretária Municipal De Trabalho E Assistência Social (SEMTAS)
Documento Assinado Eletronicamente

HERBERT SILVA CARDOSO
Secretário Municipal de Agricultura Industria, e Comercio (SEMAGRI)
Documento Assinado Eletronicamente

ROSINEIA DOS SANTOS CAMARGO
Secretária Municipal de Educação (SEMED)
Documento Assinado Eletronicamente

DHIONES DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Documento Assinado Eletronicamente

CAMILA EMILY GNANN PAVAN
Secretária Municipal de Governo (SEMGOV)
Documento Assinado Eletronicamente

MICHEL LOEBLEIN ENGEL
Sec. Municipal de Meio Ambiente (SEMA)
Documento Assinado Eletronicamente

VALMIR JOSÉ CHRIST
Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer (SEMTUR)
Documento Assinado Eletronicamente

Detentores

P.R. Faroni LTDA
CNPJ: 47.029.862/0001-00
Preposto(a):
PAULO RENATO FARONI
Documento Assinado Eletronicamente

L.C. Ponce Importação e Exportação LTDA
CNPJ: 06.847.807/0001-40
Preposto(a):
LARISSA CRISTIANE PONCE DE SOUZA
Documento Assinado Eletronicamente

Life Gold Hospitalar LTDA
CNPJ: 59.043.023/0001-26
Preposto (a):
PEDRO HENRIQUE QUEIROZ RAMALHO
Documento Assinado Eletronicamente

ECOLIM LTDA
CNPJ: 17.221.558/0001-08
Preposto (a):
ALEXANDER ALVES GUIMARAES
Documento Assinado Eletronicamente

Inovação LTDA
CNPJ: 19.634.357/0001-50
Preposto (a):
CICERO CARLOS RIBEIRO
Documento Assinado Eletronicamente

Brasil Medsul Comércio Importação e Exportação LTDA
CNPJ: 03.716.848/0001-00
Preposto (a):
JOÃO PAULO ALVES FERNANDES MACHOTA
Documento Assinado Eletronicamente

CR Prime Serviços e Consultoria LTDA
CNPJ: 56.616.794/0001-77
Preposto (a):
ILCIMARA CRISTINA DA SILVA RIBEIRO
Documento Assinado Eletronicamente

SEMA Comércio de Alimentos LTDA
CNPJ: 12.229.196/0001-70
Preposto (a):
SUELEN AMARAL ALFAIA
Documento Assinado Eletronicamente

Integralmed Distribuidora LTDA
CNPJ: 46.672.090/0001-68
Preposto (a):
VERUSKA IANINO DA ROCHA
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Bruna Quinaia
Código Identificador:D3917F2A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
PARECER FINAL DO EDITAL Nº 002/2025 PROCESSO 7783/25 SEMTEC

INSTITUIÇÃO:**ASSOCIAÇÃODE AMANTES TRILHEIROS DE ARIQUEMES E REGIÃO - ARITRILHA;**
PROJETO: Organizações da Sociedade Civil (OSCs) interessadas em firmar parceria para a contratação de um show de manobras de carros e motos, visando promover um evento de entretenimento e engajamento comunitários**,**custeados pelo poder público, direcionados à coletividade, atendendo as necessidades da Secretaria de Turismo, Esporte E Cultura - SEMTEC.
OBJETIVO: Plano Estratégico para a efetivação de parceria com OSCs para**contratação de uma empresa especializada para aexecução de show de manobras de carros e motos no evento ARIQUEMES RADICAL BY FESTIVALDE HAMBURGUER, que será realizado nos dias 24 de maio, no Espaço Alternativo, promovidopela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura,**custeados pelo poder público, direcionados à coletividade.
COMISSÃO:

PORTARIANº128,DE12DEFEVEREIRODE2025COMISSÃODESELEÇÃO:
1-Irineu José do Nascimento Júnior;
2-Mabel dos Santos Daltiba; 3-Rosângela Gomes da Cruz.

PARECERDEANÁLISENº002/2025

A Comissão de Seleção da Secretaria de Turismo, Esporte E Cultura - SEMTEC, EMITE parecer favorável ao projeto, CONSIDERANDO que houve, só uma proposta, uma vez que foi aprovado em plenária a proposta. Nestes termos, atendeu os seguintes parametros:

Ordem	*Descrição*	*Sim/Nao*	*Fundamento*
	Atendeu Chamamento Publico	Sim	EDITAL Nº 002/2025
	Houve parecer anterior	Nao	-
	Define modalidade da despesa	Sim	Subvenção Social
	Definetipo dedespesa	Sim	Plano Estratégico para a efetivação de parceria com OSCs para contratação de uma empresa especializada para a execução de show de manobras de carros e motos no evento ARIQUEMES RADICAL BY FESTIVAL DE HAMBURGUER, que será realizado nos dias 24 de maio, no Espaço Alternativo, promovido pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura,custeados pelo poder público, direcionados à coletividade.
	Recurso chancelado	Não	-

	Valor da proposta	Sim	R$88.000,00
	Quantidade de parcelas	sim	01
	Possui gestor doprojeto de N. Superior c/ vinculo à instituição	Sim	-
	Tempo de execução	Sim	1 meses ALR.

As despesas do projeto, trata-se Plano Estratégico para a efetivação de parceria com OSCs para**contratação de uma empresa especializada para aexecução de show de manobras de carros e motos no evento ARIQUEMES RADICAL BY FESTIVALDE HAMBURGUER, que será realizado nos dias 24 de maio, no Espaço Alternativo, promovidopela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura,**custeados pelo poder público, direcionados à coletividade.
A referida despesa tem como propósito os participantes estejam atualizados em relação aos projetos culturais. Tal projeto tem por objetivo ofertar**contratação de uma empresa especializada para aexecução de show de manobras de carros e motos no evento ARIQUEMES RADICAL BY FESTIVALDE HAMBURGUER, que será realizado nos dias 24 de maio, no Espaço Alternativo, promovidopela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura,**custeados pelo poder público, direcionados à coletividade., conforme Plano de Trabalho/Projeto Básico apresentado pela ARITRILHA.
Neste contexto a proposta atendeu aos parâmetros previstos no Edital de Chamamento nº 002/2025 desta Secretaria de Turismo, Esporte E Cultura - SEMTEC que tem com principal objetivo de melhorias da atuação nas politicas públicas, que resulta no melhor incentivo ao turismo, ao esporte e a cultura em nosso município e distritos, sobre as formas legais:

Publicado por:
Marlene Xavier de Castro Sione
Código Identificador:4C7D29B0

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
EDITAL DE CHAMANETO N°04/2025 PROCESSO 11687/25 SEMTEC

EDITAL DE CHAMANETO N°04

SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE FOMENTO À CULTURA JUNINA NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES RO

O Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº04.104.816/0001-16, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC, localizada na Travessa Rio Madeira, nº 3699, Setor Institucional, Ariquemes RO, CEP 76872-862, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente Edital de Chamamento Público nº 001/2025. Este edital visa à seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, interessada em celebrar Termo de Colaboração com a Administração Pública Municipal para a execução de projetos de fomento à cultura, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da Instrução Normativa nº 026/CGM/PMA/2025 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital de Chamamento Público a seleção de uma Organização da Sociedade Civil (OSC), com comprovada capacidade técnica e operacional, para firmar Termo de Colaboração com o Município de Ariquemes, por meio da SEMTEC. A parceria visa à execução de projeto voltado ao fomento e difusão das tradições culturais juninas, contemplando três ações principais:

Ação 1: Contratação e gestão de uma equipe de três jurados técnicos, incluindo um coordenador geral, para atuar no julgamento das quadrilhas juninas participantes do 1º Festival Folclórico Flor do Jamari - Concurso de Quadrilhas Juninas. Este evento ocorrerá nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2025, no Espaço Alternativo de Ariquemes. A OSC selecionada será responsável pela seleção, contratação e pagamento dos cachês dos jurados, conforme critérios e valores definidos neste edital.

Ação 2: Contratação de uma quadrilha junina profissional, com um número mínimo de vinte pares de dançarinos, para apresentação única no evento Arraiá Bom Futuro. Este evento será realizado no dia 21 de junho de 2025, no Distrito de Bom Futuro, Ariquemes RO. A OSC selecionada será responsável pela seleção e contratação da quadrilha, incluindo o pagamento do cachê estipulado, bem como pela organização e custeio do transporte (ida e volta) e da alimentação de toda a delegação da quadrilha junina no dia do evento.

A execução do objeto deverá seguir o Plano de Ação a ser apresentado pela OSC proponente e aprovado pela SEMTEC, integrando o Termo de Colaboração.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Chamamento Público e o futuro Termo de Colaboração reger-se-ão pelas normas constantes na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC) e suas alterações, no Decreto Municipal nº [NÚMERO DO DECRETO REGULAMENTADOR - A SER INSERIDO, SE HOUVER], na Instrução Normativa nº 026/CGM/PMA/2025, na Lei Orgânica do Município de Ariquemes, na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigentes, bem como pelas demais legislações pertinentes e pelas condições detalhadas neste Edital e seus anexos.

3.DA ELEGIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS OSCs

3.1Poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos, a serem comprovados na fase de habilitação:

Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme definição da Lei nº 13.019/2014, que não distribua entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social;

Possuir objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, compatíveis com o objeto desta parceria, especialmente na área cultural;

Estar regularmente constituída e em situação de regularidade fiscal e trabalhista;

Possuir comprovada experiência prévia na realização de projetos ou eventos de natureza cultural ou social, conforme detalhado nos critérios de pontuação;

Apresentar toda a documentação exigida neste Edital e seus anexos, dentro dos prazos estabelecidos.

Não poderão participar deste processo as OSCs que se enquadrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014.

4. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS JURADOS TÉCNICOS

A OSC selecionada será responsável pela contratação de uma equipe composta por três jurados técnicos e um coordenador geral para o 1º Festival Folclórico Flor do Jamari. Os jurados deverão possuir comprovada experiência e notório saber na área de cultura popular, folclore, dança ou eventos juninos. A comprovação dessa experiência será um requisito fundamental no processo seletivo a ser conduzido pela OSC. O processo de seleção dos jurados e do coordenador deverá ser transparente e baseado em critérios técnicos, como análise curricular e, se necessário, entrevista, garantindo a imparcialidade e a qualificação da equipe. Os critérios específicos de avaliação que os jurados utilizarão para julgar as quadrilhas participantes do festival deverão ser definidos pela OSC em conjunto com a SEMTEC, constando no Plano de Ação, e abrangerão aspectos como coreografia, figurino, animação, repertório musical e harmonia do conjunto. O valor total destinado ao pagamento dos cachês dos três jurados e do coordenador será de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), cujo repasse e gestão ficarão a cargo da OSC selecionada.

5. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA QUADRILHA JUNINAPROFISSIONAL

A OSC selecionada deverá contratar uma quadrilha junina profissional para apresentação no Arraiá Bom Futuro, no dia 21 de junho de 2025. A quadrilha contratada deverá obrigatoriamente possuir, no mínimo, vinte pares de dançarinos. A seleção da quadrilha deverá ser realizada pela OSC mediante processo que considere a qualidade artística, a tradição e a relevância cultural do grupo, podendo incluir análise de portfólio, vídeos de apresentações anteriores e proposta artística. Requisitos específicos quanto ao estilo ou repertório poderão ser definidos em conjunto com a SEMTEC e detalhados no Plano de Ação. O cachê destinado à contratação da quadrilha junina profissional é de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Além do pagamento do cachê, a OSC será integralmente responsável pela organização logística, incluindo o custeio do transporte (ida e volta, em veículo adequado e seguro) e da alimentação (almoço ou jantar, conforme horário da apresentação) para toda a delegação da quadrilha no dia do evento no Distrito de Bom Futuro.

6. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DAS QUADRILHAS JUNINAS AMADORAS

A OSC selecionada deverá contratar até 03 (três) quadrilhas juninas amadoras, que sejam comprovadamente residentes e atuantes no Município de Ariquemes, para se apresentarem na abertura do 1º Festival Folclórico Flor do Jamari, entre os dias 06 e 08 de junho de 2025. Cada quadrilha contratada deverá cumprir os seguintes requisitos mínimos para sua apresentação: possuir, no mínimo, 20 (vinte) pares de dançarinos; apresentar-se com trajes juninos completos e adequados; e realizar uma performance com duração mínima de 20 (vinte) minutos. A seleção das quadrilhas amadoras deverá ser realizada pela OSC mediante processo que considere critérios como representatividade cultural local, histórico de apresentações e adequação aos requisitos. O cachê destinado a cada uma das quadrilhas juninas amadoras contratadas é de R$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando um valor máximo de R$ 9.000,00 (nove mil reais) para esta ação, cujo repasse e gestão ficarão a cargo da OSC selecionada.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

O valor total estimado para a celebração do Termo de Colaboração objeto deste Edital é de R$46.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais), correspondendo à soma do cachê (R$10.000,00) jurados, (R$ 23.000,00) da quadrilha junina profissional, incluindo cachê, transporte e alimentação e (R$ 9.000,00),do cachê de até três quadrilhas juninas amadoras e (R$ 4.200,00) do gestor do projeto.

As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Colaboração correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária:Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC
Funcional Programática:13.392.0014.2801 - Promoção da Cultura
Elemento de Despesa:33.50.43 - Subvenções Sociais
Fonte de Recurso:RP.1.500
A liberação dos recursos financeiros pela SEMTEC à OSC selecionada ocorrerá em conformidade com o cronograma de desembolso a ser estabelecido no Termo de Colaboração e no Plano de Ação aprovado, condicionada à regularidade da parceria e à comprovação do cumprimento das metas e etapas anteriores, se houver.

8. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO

8.1As Organizações da Sociedade Civil interessadas em participar deste Chamamento Público deverão apresentar suas propostas, no período de 08 de maio de 2025 a 22 de maio de 2025.
8.2A proposta, contendo o Plano de Ação detalhado para a execução do objeto, deverá ser elaborada conforme modelo a ser disponibilizado como ANEXOIe apresentada em 01 (uma) via impressa, em envelope lacrado e identificado, ou em formato digital (PDF único). A entrega deverá ocorrer durante o horário de expediente das7:30às13:30horas), diretamente no protocolo da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC, localizada na Travessa Rio Madeira, nº 3699, Setor Institucional, Ariquemes RO, CEP 76872-862, ou por meio eletrônico, enviada para o endereço de e-mail:**comissaodeselecaofuncet2023@gmail.com**, com confirmação de recebimento.
Juntamente com a proposta (Plano de Ação).
8.3 Após a seleção,a OSC deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, essenciais para a análise e pontuação:
Cópia do Estatuto Social atualizado e registrado;
Ata de eleição e posse da diretoria atual;
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no máximo 30 dias antes da data de apresentação, que demonstre situação cadastral ativa e natureza jurídica compatível;
Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Declaração, sob as penas da lei, de que a organização não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
Declaração de que a OSC está apta a efetivar a parceria, conforme modelo (Anexo);
Cópia de Cadastro ativo em Conselho de Direitos pertinente à área de atuação (ex: CMDCA, Conselho Municipal de Cultura, etc.), se aplicável;
Comprovantes de experiência na realização de projetos ou eventos culturais/sociais, conforme critérios de pontuação;
Comprovação de trabalho continuado com públicos específicos (crianças, adolescentes, etc.), se aplicável aos critérios de pontuação;
Comprovação de parcerias anteriores com o poder público (Termos de Fomento/Colaboração), se aplicável aos critérios de pontuação;
Outros documentos que a OSC julgar relevantes para demonstrar sua capacidade técnica e operacional.
A ausência de qualquer documento obrigatório ou a apresentação de documentos com prazo de validade expirado poderá levar à inabilitação da proponente.

9. DO PROCESSO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão de Seleção, configura quanto equipe responsável destinado a processar e julgar o presentechamamento público.
A Comissão de Seleção esta inserida na estrutura desta SEMTEC nomeada através da Portaria 128 de 12/02/2025 (ID 2971860), goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar análise e aprovação do Projeto/Plano de trabalho
A seleção compreenderá duas fases principais:Recebimento das propostas e dos Planoseanalise dos documentos
Fase de Habilitação: A Comissão de Seleção verificará o cumprimento dos requisitos de elegibilidade e a apresentação de toda a documentação obrigatória listada no item 7 deste Edital. As OSCs que não atenderem a esses requisitos serão consideradas inabilitadas.
Fase de Julgamento: As propostas das OSCs habilitadas serão avaliadas e pontuadas pela Comissão de Seleção com base nos seguintes critérios objetivos, totalizando o máximo de 100 pontos:
Proposta com atendimento aos critérios do edital:Avalia a clareza, coerência e adequação do Plano de Ação apresentado em relação aos objetivos e exigências deste Edital. Pontuação máxima: 10 pontos.
Levantamento de preço comprovado:Avalia a apresentação de orçamentos ou cotações que demonstrem pesquisa de mercado para os custos previstos no Plano de Ação (ex: cachês, transporte, alimentação). Pontuação máxima: 05 pontos.
Declaração de estar apta a efetivar parceria:Apresentação da declaração conforme modelo. Pontuação máxima: 05 pontos.
Apresentar cópia de Cadastro no CONSELHO RESPECTIVO (podendo ser no CMDCA):Comprovação de registro ativo em conselho pertinente. Pontuação máxima: 05 pontos.
Comprovante de experiência na realização de projetos de natureza preventiva e propositiva, eventos sociais de caráter sensibilizatório:Avalia a experiência comprovada da OSC em atividades similares ao objeto da parceria. Pontuação: 05 pontos por ano de experiência comprovada, limitado a um máximo de 03 anos. Pontuação máxima: 15 pontos.
Comprovação de trabalho continuado, permanente e planejado com criança e adolescentes diretamente ou indiretamente:Avalia a atuação contínua da OSC com públicos relevantes, se aplicável ao contexto do projeto. Pontuação: 05 pontos por ano de trabalho comprovado, limitado a um máximo de 03 anos. Pontuação máxima: 15 pontos.
Celebração de parcerias efetivadas com poder público (Termo de Fomento ou Colaboração):Avalia a experiência prévia em parcerias formais com a administração pública. Pontuação: 02 pontos por termo comprovado, limitado a um máximo de 10 termos. Pontuação máxima: 20 pontos.
Tempo de existência da OSC:Avalia a trajetória e consolidação da organização. Pontuação: 05 pontos por ano completo de existência formal, limitado a um máximo de 05 anos. Pontuação máxima: 25 pontos.
Será selecionada a OSC que obtiver a maior pontuação total, considerando a soma dos pontos em todos os critérios. Em caso de empate, o desempate será feito observando-se a maior pontuação obtida nos critérios, na seguinte ordem de prioridade: 8, 5, 7, 1. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública.
O resultado preliminar do julgamento será divulgado conforme cronograma, abrindo-se prazo para interposição de recursos. Após análise dos recursos, o resultado final será homologado e publicado nos meios oficiais de comunicação do Município.

10.DO CRONOGRAMA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	07 de maio de 2025
Período de Recebimento das Propostas	08a 19maio de 2025
Análise das Propostas pela Comissão de Seleção	21maio de 2025
Divulgação do Resultado Preliminar	22 de maio 2025
Prazo para Interposição de Recursos	23 a 25 de maio 2025
Análise dos Recursos	25 de maio 2025
Homologação e Divulgação do Resultado Final	26 de maio de 2025

Convocação da OSC Selecionada para Assinatura do Termo de Colaboração	27 a 30 de maio 2025
Realização do 1º Festival Folclórico Flor do Jamari (Atuação dos Jurados)e Quadrilhas juninas Amadoras	06, 07 e 08 de junho de 2025
Realização do Arraiá Bom Futuro (Apresentação da QuadrilhaJunina Profissional)	21 de junho de 2025
Prazo para Prestação de Contas Final:	Em até 180 dias após a vigência do Termo de colaboração

As datas previstas neste cronograma poderão sofrer alterações, mediante justificativa e prévia comunicação aos interessados através dos meios oficiais.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA OSC SELECIONADA

Sem prejuízo de outras obrigações constantes na legislação aplicável, no Termo de Colaboração e no Plano de Ação, constituem obrigações da OSC selecionada:

Executar fielmente o objeto da parceria, em regime de mútua colaboração com a SEMTEC, observando as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Ação;

Utilizar os recursos públicos recebidos exclusivamente para a consecução do objeto do Termo de Colaboração;

Realizar a seleção e contratação dos jurados técnicos e do coordenador geral, bem como da quadrilha junina profissional, observando os critérios e condições definidos neste Edital e no Plano de Ação;

Efetuar os pagamentos dos cachês dos jurados e da quadrilha junina, bem como custear o transporte e alimentação da quadrilha, conforme pactuado;

Manter registros contábeis, financeiros e de execução física do projeto organizados e à disposição dos órgãos de controle interno e externo;

Prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, nos prazos e formas estabelecidos pela legislação e pelo Termo de Colaboração;

Permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução da parceria pela SEMTEC e pelos órgãos de controle;

Divulgar a parceria com o Município de Ariquemes/SEMTEC em todos os materiais de comunicação e promoção relacionados aos eventos objeto deste Edital, conforme orientações da SEMTEC;

Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Colaboração;

Manter, durante toda a vigência da parceria, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do Município de Ariquemes, por meio da SEMTEC:

Repassar à OSC selecionada os recursos financeiros previstos no Termo de Colaboração, conforme cronograma de desembolso;

Acompanhar, monitorar e avaliar a execução do objeto da parceria, por meio de um gestor da parceria designado;

Prestar apoio técnico e informações necessárias à OSC para a boa execução do projeto;

Analisar e aprovar as prestações de contas apresentadas pela OSC;

Divulgar a parceria nos meios oficiais de comunicação.

13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A execução do Termo de Colaboração será acompanhada e fiscalizada por um gestor da parceria, servidor público designado pela SEMTEC, que terá a competência de verificar o cumprimento das metas e obrigações pactuadas, avaliar os resultados alcançados, solicitar informações e documentos complementares, emitir pareceres técnicos sobre a execução e a prestação de contas, e adotar as medidas necessárias para garantir a regularidade da parceria.

A OSC selecionada deverá permitir o livre acesso do gestor da parceria e dos órgãos de controle interno e externo a todos os locais, documentos e informações relacionados à execução do objeto.

14. DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento das obrigações assumidas no Termo de Colaboração ou pela inexecução total ou parcial do objeto, a OSC parceira estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 13.019/2014 e no Termo de Colaboração, que podem incluir advertência, suspensão temporária da participação em chamamento público e declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, além da obrigação de ressarcir eventuais danos ao erário, sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis.

15. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Edital ou do futuro Termo de Colaboração, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. DOS ANEXOS

Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos (a serem disponibilizados juntamente com o edital):

Anexo I DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Anexo II MODELO DE PLANO DE TRABALHO

Anexo III DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Anexo IV -PONTUAÇÃO

Anexo V -DOCUMENTOS/DADOS NECESSÁRIOS

17. DO CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS

Eventuais dúvidas sobre este Edital poderão ser esclarecidas por meio do telefone (69) 3516-2075 ou presencialmente na sede da SEMTEC, no endereço indicado no preâmbulo, durante o horário de expediente.

Ariquemes RO, 07 de maio de 2025.

[NOME DO SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA] Secretário(a) Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC

[NOME DO PREFEITO(A) MUNICIPAL] Prefeito(a) Municipal de Ariquemes

(MODELO) ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF,_____dede2025.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXOII

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS:
ORAGNIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVÍL:
ENDEREÇO
CIDADE:UF CEP TELEFONE
SITE/REDESOCIAL:
NOME DO RESPONSÁVEL DA OSC:
RG/ÓRGÃOEXPEDITOR:
ENDEREÇO:
02.PROPOSTA DE TRABALHO
NOME DO PROJETO:
PUBLICO ALVO:
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA
JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA:
OBJETIVO GERAL:
OBETIVO ESPECIFICOS
03.METAS E RESULTADOS ESPERADOS
METODOLOGIA DE EXECUSSÃO DAS METAS:
RESULTADOS ESPERADOS:
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS METAS:
04.CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

	Etapa/fase	Especificação	Indicadorfisico		DURAÇÃO
			UNIDADE	QUANTIDADE	
Meta					

Naturezadadespesa		TOTAL	CONCEDENTE	CONVENENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			

06.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
I ÓRGÃO CONCEDENTE						
META	MÊS01	MÊS02	MÊS03	MÊS04	MÊS05	MÊS06
META	MÊS07	MÊS08	MÊS09	MÊS10	MÊS11	MÊS12
II ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (CONTRAPARTIDA CASO TIVER)						
META	MÊS01	MÊS02	MÊS03	MÊS04	MÊS05	MÊS06
META	MÊS07	MÊS08	MÊS09	MÊS10	MÊS11	MÊS12

07.PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QTD	VUNITÁRIO	VTOTAL
TOTAL GERAL				

AriquemesXXdeXXXXXde2025

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Aprovação do Plano de Trabalho
Comissão de Seleção:
()Aprovado () Reprovado

ANEXOIII
DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art.33,caput, inciso V, alíneac, da Lei Federal nº13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil OSC]:
Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Ariquemes XX de XXXXX de 2025

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV
PONTUAÇÃO

ORDEM	DESCRIÇÃO	DEFINIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1.	Proposta com atendimento aos critérios do edital	10pontos	10
2.	Levantamento de preço comprovado	05pontos	05
3.	Declaração de estar apta a efetivar parceria, mediante documentação juridica da OSC	05pontos	05
4.	Apresentar cópia de Cadastro no CONSELHO RESPECTIVO, podendo ser no CMDCA	05pontos	05
5.	Comprovante de experiência na realização de projetos de natureza preventiva e propositiva, eventos sociais de carater sensibilizatório	05pontosporano (máximo 03 anos)	15
6.	Comprovação de trabalho continuado, permanente e planejado com criança e adolescentes diretamente ou indiretamente.	05pontosporano (maximo 03 anos)	15
7.	Celebração de parcerias efetivadas com poder público (Termo de Fomento ou Colaboração)	02 pontos por termo de fomento(máximo 10termos)	20
8	Tempo de existênciada OSC	05pontosporano (máximo05anos)	25
			100

ANEXO V

DOCUMENTOS/DADOS NECESSÁRIOS PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO APÓS APROVAÇÃO DO PROJETO, APRESENTAR EM PDF E CÓPIAFISICA

ITEM	DOCUMENTOS/DADOS	DATA DE VENCIMENTO
1	Oficio solicitando a formalização do Termo, com o processodevidamente autuadoe protocolado.	
2	Plano de Trabalho em conformidade com oArtigo 22da Lei 13.019/2014, assinados, compreendendo:Dadoscadastrais,Cronogramade Execução(meta,etapa ou fase), Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso,Planilhas detalhadas de despesas e custeio.	
3	Conta Corrente especifica para o projeto	
4	Cronograma de desembolso	
5	Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJdo(a) Proponente.	
6	Ata de eleição da atual diretoria.	
7	Ato constitutivo ou estatuto social.	
8	Ata de criação da OSC.	
9	Cópia do RG e CPF do responsável do (a) Proponente.	
10	Contato telefônico da entidade e do responsável do (a)proponente	
11	Declaração contendo os nomes dos dirigentes e conselheiros daentidade,RG, CPF e endereço de cada membro.	
12	CertidãoNegativadeTributosFederais.	
13	CertidãoNegativadeTributosEstaduais.	
14	CertidãoNegativadeTributosMunicipais.	
15	CertidãodeRegularidadedeFGTS.	
16	CertidãodeDébitosTrabalhistas.	
17	Comprovação de que a organização da sociedade civil funcionano endereço por ela declarado.	
18	Declaração ou certificado de inscrição no CONSELHO RESPECTIVO,podendo ser no CMDCA.	
19	O Sistema IntegradodeParceriaseDescentralizaçãodaExecuçãodas Políticas Públicas e Serviços Públicos não Exclusivos do Estado (SISPAR).https://sispar.sistemas.ro.gov.br/	
20	EntidadesPrivadassemfinslucrativosimpedidas(CEPIM).http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cepim?ordenarPor=nome&direcao=asc	
21	CertidãodeCadastroNacionaldeEmpresasInidôneaseSuspensas (CEIS).http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?rdenarPor=nome&direcao=asc	
22	Certidão de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis porato de improbidade administrativa.https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	
23	Em contratação de serviço de pessoa fisica ou juridicadeverá constar curriculos ou dossiê deserviços prestados a fim de qualificação.	Ariquemes/RO,06 de maio de 2025 Proposta: Diretoria de Cultura

Ariquemes/RO,06 de maio de 2025

Proposta:Diretoria de Cultura

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:FD16DC48

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01/SEMED/2025 - PROCESSO N.º 27735/SEMED/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 001/SEMED/2025
PROCESSO N.º 27735/SEMED/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Onde se lê:

EMPRESA: P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001-00
TEL/FAX: (69) **3535-2667-** E-MAIL: faronidistribuidora@hotmail.com
ENDEREÇO: Avenida Juscelino Kubitscher, n° 2056, Sala B, Setor 4, CEP: 76.873-494 - Cidade: Ariquemes/RO.
NOME DO REPRESENTANTE: Paulo Renato Faroni, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº XXX.090.357-XX - RG sob o nº XX06XX SSP/ES. DETENTORA DO ITEM (S): 32 e 33.

Leia-se:

EMPRESA: P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001-00
TEL/FAX: (**69) 98482-9799-** E-MAIL: faronidistribuidora@hotmail.com
ENDEREÇO: Avenida Juscelino Kubitscher, n° 2056, Sala B, Setor 4, CEP: 76.873-494 - Cidade: Ariquemes/RO.

NOME DO REPRESENTANTE: Paulo Renato Faroni, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº XXX.090.357-XX - RG sob o nº XX06XX SSP/ES. DETENTORA DO ITEM (S): 32 e 33.

Onde se lê:

ITEM NA ARP	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DENTETORA
1	**Abacaxi,** espécie pérola, grau máximo de evolução no tamanho, grau médio de amadurecimento, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 2.**	QUILO	50.791	IN NATURA	R$ 5,33	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
2	**Abacaxi,** espécie pérola, grau máximo de evolução no tamanho, grau médio de amadurecimento, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 1.**	QUILO	10.582	IN NATURA	R$ 5,33	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
3	**Abóbora madura**, de 1ª qualidade, madura, seca, sem ruptura, livre de danos mecânicos, isenta de material terroso.	QUILO	8.198	IN NATURA	R$ 5,00	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
4	**Abobrinha** de 1ª qualidade, superfície lisa e brilhante, livre de danos mecânicos, tamanho médio.	QUILO	5.679	IN NATURA	R$ 5,70	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
5	**Açafrão moído**, de 1ª qualidade, livre de sujidades, sem danos físcios e mecânicos, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 250g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	1.612	PITADA DA TERRA	R$ 4,34	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
6	**Acelga, de 1º** qualidade, pé de tamanho médio, folhas com coloração verde, sem partes estragadas e amareladas.	QUILO	467	IN NATURA	R$ 9,99	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
7	**Açúcar,** Tipo cristal, branco, de primeira qualidade. Deverá ter boa apresentação, coloração, isento de impurezas e umidade, matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, contendo peso líquido de 2 kg. Deve constar a data de empacotamento e validade. Deve ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante**. Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 8.**	EMB	8.097	UNIÃO	R$ 6,80	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
8	**Açúcar,** Tipo cristal, branco, de primeira qualidade. Deverá ter boa apresentação, coloração, isento de impurezas e umidade, matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, contendo peso líquido de 2 kg. Deve constar a data de empacotamento e validade. Deve ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 7.**	EMB	2698	BARRALCO OL	R$ 7,56	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
9	**Alface,** de 1ª qualidade, maço em folhas sãs, sem rupturas, maço de 400g.	UND	2216	IN NATURA	R$ 5,10	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
10	**Alho branco graúdo**, sem broto, mofo, chocho e aberto, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 500g. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 11.**	UND	3789	REAL	R$ 16,45	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
11	**Alho branco graúdo,** sem broto, mofo, chocho e aberto, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 500g. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 10.**	UND	1262	NACIONAL	R$ 16,64	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
12	**Almeirão** e 1° qualidade, maço em folhas sãs, sem rupturas, maço de 400 gr.	UND	1542	IN NATURA	R$ 4,41	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
13	**Amendoim,** tipo 1, em grão cru, descascado, selecionado, embalagem de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	1728	BERNARDO	R$ 11,50	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
14	**Arroz agulhinha,** longo fino, tipo 1, polido, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 5kg. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 15.**	EMB	16255	SOMAR	R$ 23,10	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
15	**Arroz agulhinha,** longo fino, tipo 1, polido, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 5kg.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 14.**	EMB	2698	BRASILEIRI NHO	R$ 26,98	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
16	**Aveia flocos finos,** embalagens de 200g, mínimo de 6 meses de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	EMB	743	PITADA DA TERRA	R$ 3,84	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
17	**Azeitona verde sem caroço** em conserva, embalagem plástica tipo sache pct. c/500g.	EMB	2265	CAMPO BELO	R$ 25,49	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
18	**Banana da terra** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem ruptura, coloração própria, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº19.**	QUILO	13489	HORTIFRUTI AMAZONAS	R$ 2,50	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
19	**Banana da terra de** 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem ruptura, coloração própria, livres de danos mecânicos**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 18.**	QUILO	4496	IN NATURA	R$ 8,98	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
20	**Banana maçã**, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos.	QUILO	1380	IN NATURA	R$ 9,50	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
21	**Banana prata,** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 22.**	QUILO	62195	HORTIFRUTI AMAZONAS	R$ 4,98	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
	Banana prata, de 1ª qualidade, grau médio de					

22	amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 21.**	QUILO	7312	IN NATURA	R$ 10,90	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
23	**Batata doce**, lavada de primeira qualidade, tam. ME.	QUILO	4745	IN NATURA	R$ 6,53	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

24	**Batata inglesa** comum, nova, 1ª qualidade, lavada, com tamanho uniforme, livre de danos mecânicos, sem imperfeições na superfície.	QUILO	12672	IN NATURA	R$ 5,79	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
25	**Beterraba**, nova de primeira qualidade, tamanho medio, sem folhas, limpa e em kg.	QUILO	3942	VERDURÃO	R$ 5,25	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
26	**Cacau em pó,** 100% de cacau, parcialmente de desengordurado, sem aditivos, sem adição de açúcar, embalagem de 500g.	UND	1395	PITADA DA TERRA	R$ 11,49	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
27	**Café em pó**, tradicional, homogêneo, torrado e moído, tipo arábica ou conilon, embalagem almofada, metalizada, pacote de 500g, hermeticamente fechada, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	PCT	1902	TREVIZANI	R$ 23,19	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
28	**Canela em pó**, para uso culinário, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 50g.	UND	4718	PITADA DA TERRA	R$ 1,45	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
29	**Canela natural (casca)**, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 1kg.	QUILO	269	PITADA DA TERRA	R$ 64,97	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
30	**Canjica branca**, crua, embalagem plástica, atóxica e transparente, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 500g.	EMB	5132	PITADA DA TERRA	R$ 4,14	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
31	**Canjiquinha de milho**, amarela, tipo 1, embalagem plástica de 500g , atóxica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade	EMB	11324	PITADA DA TERRA	R$ 3,84	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
32	**Carne bovina de 2ª magra** (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); cortada em cubos de 3x3cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponeuroses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 33.**	QUILO	61104	FRIGON	R$ 27,98	P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001- 00

33	**Carne bovina de 2ª magra** (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); cortada em cubos de 3x3cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponeuroses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 32.**	QUILO	2469	FRIGON	R$ 27,98	P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001- 00
34	**Carne bovina de 2ª moída**, magra (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); resfriada; e no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponervoses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 35.**	QUILO	26299	LUDJERO	R$ 28,96	L. M. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ: 05.659.230/0001- 80
35	**Carne bovina de 2ª moída**, magra (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); resfriada; e no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponervoses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 34.**	QUILO	2484	LUDJERO	R$ 28,96	L. M. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ: 05.659.230/0001- 80
36	**Carne suina**, (pernil, paleta, costela, carré) cortada em cubos de 5x5cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de até 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 37.**	KG	2769	NUTRIBRAS	R$ 19,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
37	**Carne suina,** (pernil, paleta, costela, carré) cortada em cubos de 5x5cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de até 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 36.**	KG	923	NUTRIBRAS	R$ 19,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

38	**Cebola** de 1ª qualidade, sem réstia, tamanho médio, nova, com casca sã, sem ruptura, embalagem plástica, atóxica, transparente. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 39.**	QUILO	13823	HORTIFRUTI AMAZONAS	R$ 3,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
39	**Cebola de 1ª** qualidade, sem réstia, tamanho médio, nova, com casca sã, sem ruptura, embalagem plástica, atóxica, transparente**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 38.**	QUILO	4607	IN NATURA	R$ 4,39	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
40	**Cenoura** de 1ª qualidade, in natura.	QUILO	15595	VERDURÃO	R$ 4,99	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
41	**Chá de camomila** embalagem com no mínimo 250g	UND	40	PITADA DA TERRA	R$ 13,54	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
42	**Chá de erva cidreira** embalagem com no mínimo 250g	UND	468	PITADA DA TERRA	R$ 9,98	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ:

						47.594.523/0001-77
43	**Chá de erva doce** embalagem com no mínimo 250g	UND	406	PITADA DA TERRA	R$ 13,34	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
44	**Chá mate** tostado natural embalagem com no minimo 250g.	EMB	2904	CHILENO	R$ 5,30	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA - CNPJ: 37.334.256/0001-45
45	**Charque bovino**, de 1ª qualidade, magra, livre de aparas, com cor e cheiro próprios, prensada e acondicionada a vácuo, pacote de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 46.**	UND	5336	RIOMAR	R$ 23,77	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
46	**Charque bovino**, de 1ª qualidade, magra, livre de aparas, com cor e cheiro próprios, prensada e acondicionada a vácuo, pacote de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 45.**	UND	1778	RIOMAR	R$ 23,77	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
47	**Cheiro verde** de 1ª qualidade, com 50% de salsinha e 50% de cebolinha, livre de danos mecânicos, maços de 100g.	UND	16874	IN NATURA	R$ 3,94	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
48	**Chuchu**, de primeira qualidade, in natura.	QUILO	1457	VERDURÃO	R$ 5,99	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
49	**Coco ralado**, desidratado, **sem açúcar**, embalagem atóxica, pacote de 100g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	PCT	1209	PITADA DA TERRA	R$ 5,04	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
50	**Colorau** (colorífico natural), embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 250g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	UND	4141	PITADA DA TERRA	R$ 2,10	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
51	**Couve manteiga**, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs e bem formadas, de cor verde, livre de danos mecânicos, em maços de 400g.	UND	14599	IN NATURA	R$ 4,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
52	**Coxa e sobre coxa de frango** congelado ou resfriado, sem tempero, embalado indivualmente em saco plastico de polietileno atoxico, resistente e vedado.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 53.**	QUILO	38213	NUTRIZA	R$ 11,32	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
53	**Coxa e sobre coxa de frango** congelado ou resfriado, sem tempero, embalado indivualmente em saco plastico de polietileno atoxico, resistente e vedado. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 52.**	QUILO	5891	NUTRIZA	R$ 11,32	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
54	**Farinha de mandioca** seca embalagem 1 kg, embalagem contendo dados de identificação do fabricante, peso liquido, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 55.**	EMB	8365	MANAUS	R$ 3,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
55	**Farinha de mandioca** seca embalagem 1 kg, embalagem contendo dados de identificação do fabricante, peso liquido, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 54.**	EMB	2788	RIO VALE	R$ 7,99	57.199.615 JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001- 06
56	**Farinha de milho**, pré-cozida, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	QUILO	3348	NUTRIVITA	R$ 10,16	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
57	**Farinha de trigo** especial, tipo 1, **sem fermento**, pacote de 1kg, sem aditivos, com glúten, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 58.**	EMB	30411	CONSOLATA	R$ 4,18	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
58	**Farinha de trigo** especial, tipo 1, **sem fermento**, pacote de 1kg, sem aditivos, com glúten, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 57.**	EMB	10136	CONSOLATA	R$ 4,18	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
59	**Feijão de Praia,** tipo 1. Unidade de Fornecimento: pacote com 1 kg, isento de impurezas como matéria terrosa, parasitas, detritos animais ou vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, imaturos, manchados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade. Tolerância máxima permitida de 0,5% de grãos nãp aproveitáveis. Embalagem: são de polietilleno atóxico, contendo peso líquido de 01kg. Deverá constar data de empacotamento e validade, ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses, a partir da data da entrega na unidade requisitante.	EMB	240	BERNARDO	R$ 7,17	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
60	**Feijão preto**, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	1347	RICAL	R$ 9,69	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
61	**Feijão tipo 1**, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 62.**	EMB	17583	SANTA ROSA	R$ 5,30	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
62	**Feijão tipo 1,** pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 61.**	EMB	5860	SANTA ROSA	R$ 5,30	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
63	**Fermento biológico**, pacote de 500g, hermeticamente fechado, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	1152	ANGEST	R$ 33,28	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
64	**Fermento em pó químico**, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade embalagem de 100g.	EMB	1356	DONA BENTA	R$ 4,65	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
65	**Flocos de milho** pré-cozido para cuscuz, tipo milharina, amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, 100% natural, enriquecida com ferro e ácido fólico. Peso líquido de 500g, identificação e procedência, informação nutricional, validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data da entrega.	UND	6650	NUTRIVITA	R$ 4,04	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
66	**Frango inteiro,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de	QUILO	1004	AVENORTE	R$ 12,85	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

	validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.					

67	**Frango**, **em pedaço, corte tipo a passarinho,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 68.**	QUILO	18628	AVENORTE	R$ 10,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
68	**Frango, em pedaço, corte tipo a passarinho,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 67.**	QUILO	6209	AVENORTE	R$ 10,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
69	**Uva passa, desidratada/seca, preta,** embalagens de 500g, prazo de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	UND	277	PITADA DA TERRA	R$ 17,00	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
70	**Fubá de milho**, 100% milho, umidade máxima de 15%, acidez máxima de 5%, mínimo de 7% de proteína, embalagem plástica de 1kg , atóxica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	9865	DONA NENA	R$ 3,85	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
71	**Inhame**, coloração uniforme, fresco, firme, e compacto, livre de materiais terrosos e sujidades, sem danos fisicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	QUILO	4857	IN NATURA	R$ 15,70	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
72	**Iogurte** industrializado, obtido do leite e/ou leite reconstituído padronizado em seu conteúdo de gorduras, cultivo de bactérias lácteas e/ou cultivo de bactérias específicas. Embalagem plástica de 1000ml. Não serão permitdas embalagens danificadas. Validade não superior a 01 (um) mês, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 73.**	UND	21208	BATAVO	R$ 14,93	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
73	**Iogurte industrializado,** obtido do leite e/ou leite reconstituído padronizado em seu conteúdo de gorduras, cultivo de bactérias lácteas e/ou cultivo de bactérias específicas. Embalagem plástica de 1000ml. Não serão permitdas embalagens danificadas. Validade não superior a 01 (um) mês, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 72.**	UND	5354	BATAVO	R$ 14,93	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

74	**Laranja**, tipo pera, fresca, tamanho médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde e verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas, isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 75.**	QUILO	27063	IN NATURA	R$ 7,92	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
75	**Laranja**, tipo pera, fresca, tamanho médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde e verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas, isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 74.**	QUILO	9020	IN NATURA	R$ 7,92	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
76	**Leite de coco,** não light, embalagem de vidro ou tetra pak, de 500ml, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	2552	MENINA	R$ 12,08	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
77	**Leite integral, pasteurizado,** embalagem em saco de polietileno, impresso pacote de 1 litro. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 78.**	UND	125441	APRODIL	R$ 6,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
78	**Leite integral, pasteurizado,** embalagem em saco de polietileno, impresso pacote de 1 litro. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 77.**	UND	12383	APRODIL	R$ 6,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
79	**Leite integral, pasteurizado,** enzima lactase e estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio)**, Zero Lactose, 1 litro.**	UND	548	ITALAC	R$ 9,05	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
80	**Limão Taiti**, de 1° qualidade, tamanho médio.	QUILO	121	IN NATURA	R$ 9,05	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
81	**Maçã** nacional ou importada vermelha, casca sã, livre de danos mecânicos, grau médio de amadurecimento.	QUILO	4643	IN NATURA	R$ 14,40	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
82	**Macarrão de arroz**, sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão, embalagem de 500g.	PCT	3221	DALLAS	R$ 5,63	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
83	**Macarrão espaguete** com ovos, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco transparente de polietileno, com peso líquido minimo de 500g. Deve apresentar aspecto e coloração homogêneos, ser isento de insetos, odores e sabores não característicos, mofo ou coloração anormal, sem adição de corantes. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, condições de armazenagem e quantidade do produto.	EMB	30589	NORDESTE/ MOINHO DO NORDESTE	R$ 5,40	KAINA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 41.836.567/0001- 80

	O produto deverá apresentar validade mínima de 24 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 84.**					
84	**Macarrão espaguete** com ovos, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco transparente de polietileno, com peso líquido minimo de 500g. Deve apresentar aspecto e coloração homogêneos, ser isento de insetos, odores e sabores não característicos, mofo ou coloração anormal, sem adição de corantes. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, condições de armazenagem e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 83.**	EMB	10196	NINFA	R$ 5,35	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70

85	**Macarrão picado**, massa com ovo, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	4264	AMALIA	R$ 5,70	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
86	**Mamão papaya**, in natura, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos.	QUILO	2422	IN NATURA	R$ 9,16	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
87	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
88	**Mandioca, sem casca**, de primeira, resfriada, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem de plástico de 5kg. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 89.**	QUILO	31777	PROVE	R$ 7,98	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
89	**Mandioca, sem casca**, de primeira, resfriada, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem de plástico de 5kg. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 88.**	QUILO	9815	PÉ DE SERRA	R$ 8,00	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45

90	**Manteiga pura**, de primeira qualidade, com gordura láctea e sal, pote de plástico de 500g, etiqueta com identificação do produto e marca do fabricante. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 91.**	EMB	4137	TOYA	R$ 11,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
91	**Manteiga pura**, de primeira qualidade, com gordura láctea e sal, pote de plástico de 500g, etiqueta com identificação do produto e marca do fabricante. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 90.**	EMB	1379	NILZA	R$ 31,10	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
92	**Melancia,** de 1ª qualidade, madura, firme, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos.	QUILO	20789	IN NATURA	R$ 3,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
93	**Milho de pipoca,** tipo 1, embalagem de 500g, preparado com materias primas limpas, isentas de materiais terrosos, parasitosos e de detritos animais ou vegetais, com no máximo de 15% de umidade	EMB	6150	PITADA DA TERRA	R$ 4,36	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
94	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
95	**Óleo** de soja refinado frasco c/ 900 ml, cor própria, transparente, refinado, sem odor ou sabor estranho, embalado em frasco de 900ml, Validade mínima de 12 meses. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 96.**	EMB	26177	CONCORDIA	R$ 7,26	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
96	**Óleo** de soja refinado frasco c/ 900 ml, cor própria, transparente, refinado, sem odor ou sabor estranho, embalado em frasco de 900ml, Validade mínima de 12 meses. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 95.**	EMB	8725	CONCORDIA	R$ 8,79	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
97	**Orégano** em folhas secas, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	231	PITADA DA TERRA	R$ 5,49	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
98	**Ovo de galinha branco,** casca lisa, limpos e sem trincas, em caixa de papelão. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 99.**	DZ	44542	SÃO PEDRO	R$ 8,00	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
99	**Ovo de galinha branco,** casca lisa, limpos e sem trincas, em caixa de papelão. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 98.**	DZ	8429	GRANJA NSF	R$ 9,47	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45

100	**Peito de frango**, in natura, com osso, resfriado, sem adição de sal e de temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, sem cristais de gelo, pacote de 3kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 101.**	QUILO	4100	GUIBON	R$ 14,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
101	**Peito de frango,** in natura, com osso, resfriado, sem adição de sal e de temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, sem cristais de gelo, pacote de 3kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 100.**	QUILO	1366	AVENORTE	R$ 16,26	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
102	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
103	**Pepino** de 1ª qualidade, casca sã, livre de danos mecânicos, tamanho médio.	KG	1096	IN NATURA	R$ 5,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
104	**Pimenta de cheiro** de 1ª qualidade, in natura.	KG	324	IN NATURA	R$ 26,42	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
105	**Pimentão Verde** de 1ª Qualidade, in natura.	QUILO	269	IN NATURA	R$ 10,58	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
106	**Polpa de açai,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 107.**	QUILO	2848	NORTH POLPAS	R$ 18,39	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
107	**Polpa de açai,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 106.**	QUILO	949	IT POLPAS	R$ 21,96	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
108	**Polpa de fruta, sabor acerola**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação**	QUILO	6603	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30

	exclusiva Nº 109.					

109	**Polpa de fruta, sabor acerola,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 108.**	QUILO	2201	IT POLPAS	R$ 18,63	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
110	**Polpa de fruta, sabor cupuaçu**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente,2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 111.**	QUILO	3129	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
111	**Polpa de fruta, sabor cupuaçu**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente,2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 110.**	QUILO	1042	IT POLPAS	R$ 23,66	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
112	**Polpa de fruta, sabor goiaba,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 113.**	QUILO	4194	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
113	**Polpa de fruta, sabor goiaba,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 112.**	QUILO	1398	IT POLPAS	R$ 22,26	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

114	**Polpa de fruta, sabor maracujá,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 115.**	QUILO	3024	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
122	**Tomate** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem formados, limpos e livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 123.**	QUILO	26649	VERDURÃO	R$ 6,77	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
123	**Tomate** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem formados, limpos e livres de danos mecânicos. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 122.**	QUILO	8883	VERDURÃO	R$ 6,77	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
124	**Uva passa, desidratada/seca, branca,** embalagens de 500g, prazo de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	UND	235	LAVIOLETEI RA	R$ 20,60	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
125	**Vagem,** de 1ª qualidade, cor característica, livre de danos mecânicos, maço de 400 gr.	UND	1068	IN NATURA	R$ 6,35	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

Leia-se:

ITEM NA ARP	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DENTETORA
1	**Abacaxi,** espécie pérola, grau máximo de evolução no tamanho, grau médio de amadurecimento, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 2.**	QUILO	50.791	IN NATURA	R$ 5,33	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
2	**Abacaxi,** espécie pérola, grau máximo de evolução no tamanho, grau médio de amadurecimento, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 1.**	QUILO	10.582	IN NATURA	R$ 5,33	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
3	**Abóbora madura**, de 1ª qualidade, madura, seca, sem ruptura, livre de danos mecânicos, isenta de material terroso.	QUILO	8.198	IN NATURA	R$ 5,00	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
4	**Abobrinha** de 1ª qualidade, superfície lisa e brilhante, livre de danos mecânicos, tamanho médio.	QUILO	5.679	IN NATURA	R$ 5,70	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

5	**Açafrão moído**, de 1ª qualidade, livre de sujidades, sem danos físcios e mecânicos, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 250g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	1.612	PITADA DA TERRA	R$ 4,34	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
6	**Acelga, de 1º** qualidade, pé de tamanho médio, folhas com coloração verde, sem partes estragadas e amareladas.	QUILO	467	IN NATURA	R$ 9,99	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
7	**Açúcar,** Tipo cristal, branco, de primeira qualidade. Deverá ter boa apresentação, coloração, isento de impurezas e umidade, matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, contendo peso líquido de 2 kg. Deve constar a data de empacotamento e validade. Deve ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 8.**	EMB	8.097	UNIÃO	R$ 6,80	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
8	**Açúcar,** Tipo cristal, branco, de primeira qualidade. Deverá ter boa apresentação, coloração, isento de impurezas e umidade, matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, contendo peso líquido de 2 kg. Deve constar a data de empacotamento e validade. Deve ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. **Este item é de**	EMB	2698	BARRALCO OL	R$ 7,56	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

	participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 7.					
9	**Alface,** de 1ª qualidade, maço em folhas sãs, sem rupturas, maço de 400g.	UND	2216	IN NATURA	R$ 5,10	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
10	**Alho branco graúdo**, sem broto, mofo, chocho e aberto, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 500g. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 11.**	UND	3789	REAL	R$ 16,45	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
11	**Alho branco graúdo,** sem broto, mofo, chocho e aberto, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 500g. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 10.**	UND	1262	NACIONAL	R$ 16,64	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
12	**Almeirão** e 1° qualidade, maço em folhas sãs, sem rupturas, maço de 400 gr.	UND	1542	IN NATURA	R$ 4,41	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
13	**Amendoim,** tipo 1, em grão cru, descascado, selecionado, embalagem de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	1728	BERNARD O	R$ 11,50	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

14	**Arroz agulhinha,** longo fino, tipo 1, polido, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 5kg. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 15.**	EMB	16255	SOMAR	R$ 23,10	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
15	**Arroz agulhinha,** longo fino, tipo 1, polido, embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 5kg.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 14.**	EMB	2698	BRASILEIR INHO	R$ 26,98	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
16	**Aveia flocos finos,** embalagens de 200g, mínimo de 6 meses de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	EMB	743	PITADA DA TERRA	R$ 3,84	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
17	**Azeitona verde sem caroço** em conserva, embalagem plástica tipo sache pct. c/500g.	EMB	2265	CAMPO BELO	R$ 25,49	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
18	**Banana da terra** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem ruptura, coloração própria, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº19.**	QUILO	13489	HORTIFRU TI AMAZONA S	R$ 2,50	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
19	**Banana da terra de** 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem ruptura, coloração própria, livres de danos mecânicos**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 18.**	QUILO	4496	IN NATURA	R$ 8,98	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
20	**Banana maçã**, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos.	QUILO	1380	IN NATURA	R$ 9,50	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
21	**Banana prata,** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 22.**	QUILO	62195	HORTIFRU TI AMAZONA S	R$ 4,98	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
22	**Banana prata,** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 21.**	QUILO	7312	IN NATURA	R$ 10,90	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
23	**Batata doce**, lavada de primeira qualidade, tam. ME.	QUILO	4745	IN NATURA	R$ 6,53	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
24	**Batata inglesa** comum, nova, 1ª qualidade, lavada, com tamanho uniforme, livre de danos mecânicos, sem imperfeições na superfície.	QUILO	12672	IN NATURA	R$ 5,79	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

25	**Beterraba**, nova de primeira qualidade, tamanho medio, sem folhas, limpa e em kg.	QUILO	3942	VERDURÃ O	R$ 5,25	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
26	**Cacau em pó,** 100% de cacau, parcialmente de desengordurado, sem aditivos, sem adição de açúcar, embalagem de 500g.	UND	1395	PITADA DA TERRA	R$ 11,49	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
27	**Café em pó**, tradicional, homogêneo, torrado e moído, tipo arábica ou conilon, embalagem almofada, metalizada, pacote de 500g, hermeticamente fechada, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	PCT	1902	TREVIZANI	R$ 23,19	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
28	**Canela em pó**, para uso culinário, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 50g.	UND	4718	PITADA DA TERRA	R$ 1,45	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
29	**Canela natural (casca)**, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 1kg.	QUILO	269	PITADA DA TERRA	R$ 64,97	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
30	**Canjica branca**, crua, embalagem plástica, atóxica e transparente, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, pacotes de 500g.	EMB	5132	PITADA DA TERRA	R$ 4,14	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
31	**Canjiquinha de milho**, amarela, tipo 1, embalagem plástica de 500g , atóxica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade	EMB	11324	PITADA DA TERRA	R$ 3,84	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
32	**Carne bovina de 2ª magra** (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); cortada em cubos de 3x3cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponeuroses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 33.**	QUILO	61104	FRIGON	R$ 27,98	P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001- 00
33	**Carne bovina de 2ª magra** (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); cortada em cubos de 3x3cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponeuroses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de**	QUILO	2469	FRIGON	R$ 27,98	P. R. FARONI LTDA - CNPJ: 47.029.862/0001- 00

	participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 32.					
34	**Carne bovina de 2ª moída**, magra (acém, capa do contra filé,	QUILO	26299	LUDJERO	R$ 28,96	L. M. COMÉRCIO DE PRODUTOS

	capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); resfriada; e no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponervoses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 35.**					ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ: 05.659.230/0001- 80
35	**Carne bovina de 2ª moída**, magra (acém, capa do contra filé, capa da paleta, paleta, fraudinha ou peixinho); resfriada; e no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, máximo 3% de aponervoses, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 34.**	QUILO	2484	LUDJERO	R$ 28,96	L. M. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ: 05.659.230/0001- 80
36	**Carne suina**, (pernil, paleta, costela, carré) cortada em cubos de 5x5cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de até 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 37.**	KG	2769	NUTRIBRA S	R$ 19,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
37	**Carne suina,** (pernil, paleta, costela, carré) cortada em cubos de 5x5cm resfriada; máximo 5% de gordura, sem cartilagem, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de até 3kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade/conservação.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 36.**	KG	923	NUTRIBRA S	R$ 19,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
38	**Cebola** de 1ª qualidade, sem réstia, tamanho médio, nova, com casca sã, sem ruptura, embalagem plástica, atóxica, transparente. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 39.**	QUILO	13823	HORTIFRU TI AMAZONA S	R$ 3,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
39	**Cebola de 1ª** qualidade, sem réstia, tamanho médio, nova, com casca sã, sem ruptura, embalagem plástica, atóxica, transparente**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 38.**	QUILO	4607	IN NATURA	R$ 4,39	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
40	**Cenoura** de 1ª qualidade, in natura.	QUILO	15595	VERDURÃ O	R$ 4,99	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
41	**Chá de camomila** embalagem com no mínimo 250g	UND	40	PITADA DA TERRA	R$ 13,54	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
42	**Chá de erva cidreira** embalagem com no mínimo 250g	UND	468	PITADA DA TERRA	R$ 9,98	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
43	**Chá de erva doce** embalagem com no mínimo 250g	UND	406	PITADA DA TERRA	R$ 13,34	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
44	**Chá mate** tostado natural embalagem com no minimo 250g.	EMB	2904	CHILENO	R$ 5,30	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA - CNPJ: 37.334.256/0001-45
45	**Charque bovino**, de 1ª qualidade, magra, livre de aparas, com cor e cheiro próprios, prensada e acondicionada a vácuo, pacote de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 46.**	UND	5336	RIOMAR	R$ 23,77	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
46	**Charque bovino**, de 1ª qualidade, magra, livre de aparas, com cor e cheiro próprios, prensada e acondicionada a vácuo, pacote de 500g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 45.**	UND	1778	RIOMAR	R$ 23,77	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
47	**Cheiro verde** de 1ª qualidade, com 50% de salsinha e 50% de cebolinha, livre de danos mecânicos, maços de 100g.	UND	16874	IN NATURA	R$ 3,94	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
48	**Chuchu**, de primeira qualidade, in natura.	QUILO	1457	VERDURÃ O	R$ 5,99	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
49	**Coco ralado**, desidratado, **sem açúcar**, embalagem atóxica, pacote de 100g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	PCT	1209	PITADA DA TERRA	R$ 5,04	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
50	**Colorau** (colorífico natural), embalagem plástica, atóxica e transparente, pacote de 250g, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	UND	4141	PITADA DA TERRA	R$ 2,10	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
51	**Couve manteiga**, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs e bem formadas, de cor verde, livre de danos mecânicos, em maços de 400g.	UND	14599	IN NATURA	R$ 4,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
52	**Coxa e sobre coxa de frango** congelado ou resfriado, sem tempero, embalado indivualmente em saco plastico de polietileno atoxico, resistente e vedado.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 53.**	QUILO	38213	NUTRIZA	R$ 11,32	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
53	**Coxa e sobre coxa de frango** congelado ou resfriado, sem tempero, embalado indivualmente em saco plastico de polietileno atoxico, resistente e vedado. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 52.**	QUILO	5891	NUTRIZA	R$ 11,32	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
54	**Farinha de mandioca** seca embalagem 1 kg, embalagem contendo dados de identificação do fabricante, peso liquido, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 55.**	EMB	8365	MANAUS	R$ 3,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
55	**Farinha de mandioca** seca embalagem 1 kg, embalagem contendo dados de identificação do fabricante, peso liquido, data de fabricação e prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 54.**	EMB	2788	RIO VALE	R$ 7,99	57.199.615 JEFFERSON IAN BESSA COSTA - CNPJ: 57.199.615/0001- 06
56	**Farinha de milho**, pré-cozida, embalagem plástica, atóxica e	QUILO	3348	NUTRIVITA	R$ 10,16	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS

	transparente, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.					LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
57	**Farinha de trigo** especial, tipo 1, **sem fermento**, pacote de 1kg, sem aditivos, com glúten, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 58.**	EMB	30411	CONSOLAT A	R$ 4,18	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
58	**Farinha de trigo** especial, tipo 1, **sem fermento**, pacote de 1kg, sem aditivos, com glúten, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 57.**	EMB	10136	CONSOLAT A	R$ 4,18	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
59	**Feijão de Praia,** tipo 1. Unidade de Fornecimento: pacote com 1 kg, isento de impurezas como matéria terrosa, parasitas, detritos animais ou vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, imaturos, manchados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade. Tolerância máxima permitida de 0,5% de grãos nãp aproveitáveis. Embalagem: são de polietilleno atóxico, contendo peso líquido de 01kg. Deverá constar data de empacotamento e validade, ser resistente ao manuseio e ter boa selagem. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses, a partir da data da entrega na unidade requisitante.	EMB	240	BERNARD O	R$ 7,17	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
60	**Feijão preto**, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	1347	RICAL	R$ 9,69	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
61	**Feijão tipo 1**, pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 62.**	EMB	17583	SANTA ROSA	R$ 5,30	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
62	**Feijão tipo 1,** pacote de 1kg, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade**. Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 61.**	EMB	5860	SANTA ROSA	R$ 5,30	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
63	**Fermento biológico**, pacote de 500g, hermeticamente fechado, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	1152	ANGEST	R$ 33,28	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
64	**Fermento em pó químico**, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade embalagem de 100g.	EMB	1356	DONA BENTA	R$ 4,65	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
65	**Flocos de milho** pré-cozido para cuscuz, tipo milharina, amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, 100% natural, enriquecida com ferro e ácido fólico. Peso líquido de 500g, identificação e procedência, informação nutricional, validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data da entrega.	UND	6650	NUTRIVITA	R$ 4,04	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
66	**Frango inteiro,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	QUILO	1004	AVENORTE	R$ 12,85	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
67	**Frango**, **em pedaço, corte tipo a passarinho,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 68.**	QUILO	18628	AVENORTE	R$ 10,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
68	**Frango, em pedaço, corte tipo a passarinho,** congelado, sem adição de sal e temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 1kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, registrado no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 67.**	QUILO	6209	AVENORTE	R$ 10,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
69	**Uva passa, desidratada/seca, preta,** embalagens de 500g, prazo de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	UND	277	PITADA DA TERRA	R$ 17,00	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
70	**Fubá de milho**, 100% milho, umidade máxima de 15%, acidez máxima de 5%, mínimo de 7% de proteína, embalagem plástica de 1kg , atóxica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	9865	DONA NENA	R$ 3,85	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
71	**Inhame**, coloração uniforme, fresco, firme, e compacto, livre de materiais terrosos e sujidades, sem danos fisicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	QUILO	4857	IN NATURA	R$ 15,70	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
72	**Iogurte** industrializado, obtido do leite e/ou leite reconstituído padronizado em seu conteúdo de gorduras, cultivo de bactérias lácteas e/ou cultivo de bactérias específicas. Embalagem plástica de 1000ml. Não serão permitdas embalagens danificadas. Validade não superior a 01 (um) mês, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 73.**	UND	21208	BATAVO	R$ 14,93	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
73	**Iogurte industrializado,** obtido do leite e/ou leite reconstituído padronizado em seu conteúdo de gorduras, cultivo de bactérias lácteas e/ou cultivo de bactérias específicas. Embalagem plástica de 1000ml. Não serão permitdas embalagens danificadas. Validade não superior a 01 (um) mês, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 72.**	UND	5354	BATAVO	R$ 14,93	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
74	**Laranja**, tipo pera, fresca, tamanho médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde e verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas, isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 75.**	QUILO	27063	IN NATURA	R$ 7,92	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
75	**Laranja**, tipo pera, fresca, tamanho médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde e verde amarelado,	QUILO	9020	IN NATURA	R$ 7,92	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

	livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas, isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 74.**					
76	**Leite de coco,** não light, embalagem de vidro ou tetra pak, de 500ml, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	2552	MENINA	R$ 12,08	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
77	**Leite integral, pasteurizado,** embalagem em saco de polietileno, impresso pacote de 1 litro. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 78.**	UND	125441	APRODIL	R$ 6,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
78	**Leite integral, pasteurizado,** embalagem em saco de polietileno, impresso pacote de 1 litro. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 77.**	UND	12383	APRODIL	R$ 6,44	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
79	**Leite integral, pasteurizado,** enzima lactase e estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio)**, Zero Lactose, 1 litro.**	UND	548	ITALAC	R$ 9,05	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
80	**Limão Taiti**, de 1° qualidade, tamanho médio.	QUILO	121	IN NATURA	R$ 9,05	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
81	**Maçã** nacional ou importada vermelha, casca sã, livre de danos mecânicos, grau médio de amadurecimento.	QUILO	4643	IN NATURA	R$ 14,40	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
82	**Macarrão de arroz**, sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão, embalagem de 500g.	PCT	3221	DALLAS	R$ 5,63	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
83	**Macarrão espaguete** com ovos, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco transparente de polietileno, com peso líquido mínimo de 500g. Deve apresentar aspecto e coloração homogêneos, ser isento de insetos, odores e sabores não característicos, mofo ou coloração anormal, sem adição de corantes. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, condições de armazenagem e quantidade do produto.	EMB	30589	NORDESTE /MOINHO DO NORDESTE	R$ 5,40	KAINA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 41.836.567/0001- 80

	O produto deverá apresentar validade mínima de 24 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 84.**					
84	**Macarrão espaguete** com ovos, submetido a processo de secagem, acondicionado em saco transparente de polietileno, com peso líquido mínimo de 500g. Deve apresentar aspecto e coloração homogêneos, ser isento de insetos, odores e sabores não característicos, mofo ou coloração anormal, sem adição de corantes. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, condições de armazenagem e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante.**Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 83.**	EMB	10196	NINFA	R$ 5,35	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
85	**Macarrão picado**, massa com ovo, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	EMB	4264	AMALIA	R$ 5,70	RT COMÉRCIO E DSITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 47.561.770/0001- 77
86	**Mamão papaya**, in natura, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos, aroma e sabor da espécie, uniformes, livres de danos mecânicos.	QUILO	2422	IN NATURA	R$ 9,16	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
87	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
88	**Mandioca, sem casca**, de primeira, resfriada, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem de plástico de 5kg. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 89.**	QUILO	31777	PROVE	R$ 7,98	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
89	**Mandioca, sem casca**, de primeira, resfriada, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com a ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem de plástico de 5kg. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 88.**	QUILO	9815	PÉ DE SERRA	R$ 8,00	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45

90	**Manteiga pura**, de primeira qualidade, com gordura láctea e sal, pote de plástico de 500g, etiqueta com identificação do produto e marca do fabricante. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 91.**	EMB	4137	TOYA	R$ 11,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
91	**Manteiga pura**, de primeira qualidade, com gordura láctea e sal, pote de plástico de 500g, etiqueta com identificação do produto e marca do fabricante. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 90.**	EMB	1379	NILZA	R$ 31,10	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
92	**Melancia,** de 1ª qualidade, madura, firme, sem ruptura, cascas sãs, coloração própria, livres de danos mecânicos.	QUILO	20789	IN NATURA	R$ 3,46	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
93	**Milho de pipoca,** tipo 1, embalagem de 500g, preparado com materias primas limpas, isentas de materiais terrosos, parasitosos e de detritos animais ou vegetais, com no máximo de 15% de umidade	EMB	6150	PITADA DA TERRA	R$ 4,36	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77
94	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
95	**Óleo** de soja refinado frasco c/ 900 ml, cor própria, transparente, refinado, sem odor ou sabor estranho, embalado em frasco de 900ml, Validade mínima de 12 meses. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 96.**	EMB	26177	CONCORDI A	R$ 7,26	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
96	**Óleo** de soja refinado frasco c/ 900 ml, cor própria, transparente, refinado, sem odor ou sabor estranho, embalado em frasco de 900ml, Validade mínima de 12 meses. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 95.**	EMB	8725	CONCORDI A	R$ 8,79	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
97	**Orégano** em folhas secas, embalagem plástica, atóxica, transparente, pacote de 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UND	231	PITADA DA TERRA	R$ 5,49	PROMOVE COMÉRCIO & SERVIÇOS DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA - CNPJ: 47.594.523/0001-77

98	**Ovo de galinha branco,** casca lisa, limpos e sem trincas, em caixa de papelão. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 99.**	DZ	44542	SÃO PEDRO	R$ 8,00	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
99	**Ovo de galinha branco,** casca lisa, limpos e sem trincas, em caixa de papelão. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 98.**	DZ	8429	GRANJA NSF	R$ 9,47	ANDRADE & DEZANI LTDA - CNPJ: 11.110.685/0001-45
100	**Peito de frango**, in natura, com osso, resfriado, sem adição de sal e de temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, sem cristais de gelo, pacote de 3kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 101.**	QUILO	4100	GUIBON	R$ 14,99	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
101	**Peito de frango,** in natura, com osso, resfriado, sem adição de sal e de temperos, embalagem plástica, atóxica, transparente, sem cristais de gelo, pacote de 3kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 100.**	QUILO	1366	AVENORTE	R$ 16,26	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
102	**ITEM SUPRIMIDO** - NO TERMO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	SUPRIMIDO
103	**Pepino** de 1ª qualidade, casca sã, livre de danos mecânicos, tamanho médio.	KG	1096	IN NATURA	R$ 5,97	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
104	**Pimenta de cheiro** de 1ª qualidade, in natura.	KG	324	IN NATURA	R$ 26,42	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
105	**Pimentão Verde** de 1ª Qualidade, in natura.	QUILO	269	IN NATURA	R$ 10,58	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
106	**Polpa de açai,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.**Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 107.**	QUILO	2848	NORTH POLPAS	R$ 18,39	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
107	**Polpa de açai,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 106.**	QUILO	949	IT POLPAS	R$ 21,96	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
108	**Polpa de fruta, sabor acerola**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 109.**	QUILO	6603	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
109	**Polpa de fruta, sabor acerola,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 108.**	QUILO	2201	IT POLPAS	R$ 18,63	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
110	**Polpa de fruta, sabor cupuaçu**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente,2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 111.**	QUILO	3129	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
111	**Polpa de fruta, sabor cupuaçu**, congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente,2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 110.**	QUILO	1042	IT POLPAS	R$ 23,66	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
112	**Polpa de fruta, sabor goiaba,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 113.**	QUILO	4194	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
113	**Polpa de fruta, sabor goiaba,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 112.**	QUILO	1398	IT POLPAS	R$ 22,26	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
114	**Polpa de fruta, sabor maracujá,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 115.**	QUILO	3024	NORTH POLPAS	R$ 13,90	SOBERANA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 11.631.608/0001- 30
115	**Polpa de fruta, sabor maracujá,** congelada, sem açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, ausente de substância estranha, embalagem plástica, atóxica e transparente, 2 pacotes de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 114.**	QUILO	1007	IT POLPAS	R$ 35,68	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
116	**Queijo mussarela**, fatiado, embalagem plástica de 1 kg,	QUILO	2416	LACBOM	R$ 52,20	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ:

	atóxica, transparente, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 117.**					52.611.889/0001-47
117	**Queijo mussarela**, fatiado, embalagem plástica de 1 kg, atóxica, transparente, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 116.**	QUILO	805	LACBOM	R$ 52,20	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
118	**Quiabo in natura de 1ª qualidade.**	QUILO	2170	IN NATURA	R$ 9,18	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
119	**Repolho branco** in natura de 1 qualidade.	QUILO	4510	IN NATURA	R$ 5,80	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
120	**Rúcula** de 1º qualidade, folhas sãs, sem rupturas, com peso mínimo de 400 gr.	UND	1689	IN NATURA	R$ 4,33	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
121	**Sal refinado**, iodado p/ consumo doméstico, embalagem contendo 1 kg.	PCT	2888	PIRAMIDE	R$ 3,41	SEMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 12.229.196/0001- 70
122	**Tomate** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem formados, limpos e livres de danos mecânicos. **Este item é de participação aberta (Cota principal) e está vinculado ao item de participação exclusiva Nº 123.**	QUILO	26649	VERDURÃ O	R$ 6,77	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
123	**Tomate** de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem formados, limpos e livres de danos mecânicos. **Este item é de participação exclusiva (Reserva de cota) e está vinculado ao item de participação aberta Nº 122.**	QUILO	8883	VERDURÃ O	R$ 6,77	ARAUJO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIM. LTDA - CNPJ: 00.623.952/0001- 61
124	**Uva passa, desidratada/seca, branca,** embalagens de 500g, prazo de validade, etiqueta com identificação do produto, marca do fabricante.	UND	235	LAVIOLET EIRA	R$ 20,60	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47
125	**Vagem,** de 1ª qualidade, cor característica, livre de danos mecânicos, maço de 400 gr.	UND	1068	IN NATURA	R$ 6,35	R COSTA SANTOS LTDA - CNPJ: 52.611.889/0001-47

ÓRGÃO GERENCIADOR
Setor de Prestação de Contas/SEMED

Publicado por:
Sirlane da Silva Linhares de Figueredo
Código Identificador:35D6378B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 029/SML/2025/14133-2021 PROCESSO N.º 335/SEMSAU/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90028/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 029/SML/2025/14133-2021
PROCESSO N.º 335/SEMSAU/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90028/2025/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 07 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90028/SML/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a), firma-se a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, de Futura e Eventual Aquisição de **Instrumentais Médicos, Tipo Abridor de Boca, Curetas, Espátulas, Espéculos, Extratores etc.**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I
1. LICITANTE: AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20.
TEL/FAX: (16) 39416450 E-MAIL: FINANCEIRO@ADINSTRUMENTOS.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA ABILIO SAMPAIO, 38 - VILA VIRGINIA. CEP: 14.030-420. Cidade: Ribeirão Preto / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: ANTONIO MARCOS SANGREGORIO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.626.678-XX RG sob o n.º XX.658.99X-X.
DETENTORA DO ITEM (S): 2, 3, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 31, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50.

2. LICITANTE: RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82.
TEL/FAX: (17) 33047701. E-MAIL: vendas2@rhoss.com.br.
ENDEREÇO: RUA PASCOAL BEVILACQUA, 3885 - JARDIM ALTO RIO PRETO. CEP: 15.020-280. Cidade: São José do Rio Preto / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: RAPHAEL GONCALVES NICESIO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.652.528-XX RG sob o n.º XX47413XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 5, 12, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 46.

3. LICITANTE: ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45.
TEL/FAX: (11) 25890838 E-MAIL: contato@orionmedica.com.br
ENDEREÇO: RUA CALANDRA, 31 - VILA GERMINAL. CEP: 02.275-000. Cidade: São Paulo / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: ROSIMEIRE STANZIONE DOS SANTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.416.658-XX RG sob o n.º XX38019X-X.

DETENTORA DO ITEM (S): 19, 30, 32, 34, 36, 41, 45.

4. LICITANTE: COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37.
TEL/FAX: (69) 35215181. E-MAIL: covan.empenhos.notificacoes@hotmail.com.
ENDEREÇO: AVENIDA DOM PEDRO I, 2678 - SETOR 05. CEP: 76.890-000. Cidade: Jaru / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: PAULO PEDRO STOCCO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.306.728-XX RG sob o n.º XX9546XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 11, 27, 51.

5. LICITANTE: PABLO LUIS MARTINS - CNPJ: 09.138.326/0001-54.
TEL/FAX: (48) 33754436. E-MAIL: HANDTECEQUIPAMENTOS@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA VEREADOR ARTHUR MANOEL MARIANO, 1721 - FORQUILHINHAS. CEP: 88.106-500. Cidade: São José / Santa Catarina.
NOME DO REPRESENTANTE: PABLO LUIS MARTINS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.357.539-XX RG sob o n.º XX144XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 9, 10.

6. LICITANTE: CONEXAO 5 DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 96.317.508/0001-97.
TEL/FAX: (11) 21052712. E-MAIL: licitacao@lipromed.com.br.
ENDEREÇO: RUA INDIAPORA, 345 - CIDADE INDUSTRIAL SATELITE DE SAO PAULO. CEP: 07.232-090. Cidade: Guarulhos / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: MIKAELE APARECIDA SILVA SANTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.310.274-XX CNH sob o n.º XXX586981XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 14.

7. LICITANTE: KIENTRO BRASIL LTDA - CNPJ: 19.717.870/0001-04.
TEL/FAX: (19) 30226045. E-MAIL: kientro@outlook.com.
ENDEREÇO: RUA 24 DE OUTUBRO, 716 - SANTA CRUZ. CEP: 13.974-391. Cidade: Itapira / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: JOSIANE SABINO MATTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.686.606-XX RG sob o n.º XXXX7450XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 6.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DETENTORA
1	Abaixador Língua Material: Aço Inoxidável Tipo: Bruenings Comprimento: Cerca 19,5 CM	Unidade	20	Golgran	21,19	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
2	Abridor Boca Material: Aço Inoxidável Tipo: Mcivor Com 3 Laminas Sem Sucção Tamanho: Adulto	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	599,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
3	Abridor Boca Material: Aço Inoxidável Tipo: Mcivor 4 Lâminas Sem Sucção, 3 Arcos Móveis	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	399,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
5	Afastador Cirúrgico Manual Material: Aço Inoxidável Modelo: Farabeuf Formato Ponta: Pontas Duplas Dimensão Total: Cerca De 20 Mm X 18 Cm Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	Golgran	22,99	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
6	Bacia - Uso Hospitalar Material: Aço Inoxidável Diâmetro: Cerca De 40 CM Capacidade: Cerca De 6000 ML Esterilidade: Esterilizável	Unidade	25	IMPERIAL	102,50	KIENTRO BRASIL LTDA - CNPJ: 19.717.870/0001-04
9	Bandeja De Aço Material: Aço Inoxidável Comprimento: Cerca 39 CM Largura: Cerca 26 CM Profundidade: Cerca 4 Cm	Unidade	35	KE HOME	63,97	PABLO LUIS MARTINS - CNPJ: 09.138.326/0001-54
10	Bandeja De Aço Material: Aço Inoxidável Formato: Retangular Comprimento: 25 CM Largura: 20 CM Altura: 3,50 CM	Unidade	40	KE HOME	53,97	PABLO LUIS MARTINS - CNPJ: 09.138.326/0001-54
11	Cabo Bisturi Material: Aço Inoxidável Tamanho: Nº 7	Unidade	20	6B GERMANY	24,40	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
12	Caixa Material: Aço Inoxidável Comprimento: 28 CM Largura: 14 CM Altura: 6 CM Características Adicionais: Perfurada/Com Tampa Aplicação: Material Odontológico	Unidade	20	Golgran	170,00	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
14	Cuba Uso Hospitalar Material: Aço Inoxidável Formato: Retangular Comprimento: Cerca 25 CM Largura: Cerca 12 CM Profundidade: Cerca 5 CM	Unidade	35	fortinox	53,54	CONEXAO 5 DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 96.317.508/0001-97
15	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 1 Formato: Ponta Angulada	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	105,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20

	Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável					
16	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 2 Formato: Ponta Angulada Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	99,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
17	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 3 Formato: Ponta Angulada Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	102,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
18	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 4 Formato: Ponta Angulada Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	109,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
19	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 5 Formato: Ponta Angulada Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	6B	118,14	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
20	Cureta Uso Médico Modelo: Beckmann, Tipo Faca Tipo: Fenestrada Tamanho Ponta: Nº 6 Formato: Ponta Angulada Aplicação: P/ Otorrinolaringologia Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	99,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
21	Cureta Uso Médico Tipo: Fenestrada Formato: Ponta Reta, Haste Baioneta Aplicação: P/ Cerume Comprimento Total: Cerca De 16 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	29,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
22	Cureta Uso Médico Tipo: Fenestrada Formato: Ponta Reta Aplicação: P/ Cerume Comprimento Total: Cerca De 16 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	29,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
23	Descolador / Dissector Uso Médico Tipo: Hurd Modelo: Ponta Ativa Em Duas Extremidades Tipo Ponta: Tipo Espátula E Afastador Comprimento Total: Cerca De 18 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	89,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
24	Descolador / Dissector Uso Médico Tipo: Hurd Modelo: Ponta Ativa Em Duas Extremidades Tipo Ponta: Tipo Espátula E Afastador Comprimento Total: Cerca De 22 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	59,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
25	Espátula Uso Médico Modelo 1: Reverdin Modelo 02: Baioneta Material: Aço Inoxidável Comprimento: Cerca De 28 CM Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	99,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
27	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 3,0 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	BSZ	58,51	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
28	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 3,5 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	AD- AD INSTRUMENTOS	130,00	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
29	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 4,0 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	AD- AD INSTRUMENTOS	47,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
30	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 4,5 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	6B	119,99	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45

31	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 5,0 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	AD- AD INSTRUMENTOS	41,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
32	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 5,5 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	6B	158,24	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
34	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 6,5 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	6B	99,82	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
36	Espéculo Uso Médico Aplicação: Auricular Modelo: Hartmann Ponta Ativa: Cerca De 7,5 MM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	6B	63,64	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
37	Espéculo Uso Médico Aplicação: Nasal Modelo: Hartmann Tamanho: Adulto Nº 1 Travamento: S/ Trava Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	79,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
38	Espéculo Uso Médico Aplicação: Nasal Modelo: Hartmann Tamanho: Adulto Nº 2 Travamento: S/ Trava Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	84,57	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
39	Espéculo Uso Médico Aplicação: Nasal Modelo: Hartmann Tamanho: Infantil Nº 1 Travamento: S/ Trava Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	99,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
40	Espéculo Uso Médico Aplicação: Nasal Modelo: Hartmann Tamanho: Infantil Nº 2 Travamento: S/ Trava Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	Golgran	99,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
41	Espéculo Uso Médico Aplicação: Vaginal Modelo: Collin Tamanho: Grande Travamento: C/ Trava Tipo Rosca Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	10	ORION	56,99	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
42	Espelho Uso Médico Modelo: Laríngeo Estrutura: Estrutura Em Aço Inoxidável Tamanhos: Diâmetro Cerca 14 MM Adicional: C/ Cabo Padrão Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	37,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
43	Espelho Uso Médico Modelo: Laríngeo Estrutura: Estrutura Em Aço Inoxidável Tamanhos: Diâmetro Cerca 24 MM Adicional: C/ Cabo Padrão Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	37,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
44	Estilete Uso Médico Modelo: P/ Algodão Tipo Ponta: Ponta Reta Haste: Haste Reta Comprimento Total: Cerca De 16 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	29,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
45	Estilete Uso Médico Modelo: P/ Algodão Tipo Ponta: Ponta Reta Haste: Haste Reta Comprimento Total: Cerca De 20 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	6B	27,17	ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.956.527/0001-45
46	Faca Uso Médico Modelo: Tipo Estilete Aplicação: P/ Paracentese Haste: Haste Baioneta Comprimento Total: Cerca De 16 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD	50,97	RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 22.654.814/0001-82
47	Instrumental Cirúrgico Modelo: Serra Nó Bruenings Componente 1: C/ Cremalheira Comprimento Total: Cerca De 30 CM Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	247,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
48	Instrumental P/ Microcirurgia De Laringe Tipo: Pinça Apreensão Modelo: Jacaré Tipo Ponta: Curva P/ Cima Dimensão Ponta: Cerca De 8,0 MM Haste: Haste Reta Comprimento Total: Cerca De 24 CM Componente 1: S/ Empunhadura Material: Aço Inoxidável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	964,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20

	Esterilidade: Esterilizável					
49	Instrumental P/ Microcirurgia De Laringe Tipo: Pinça Apreensão Modelo: Jacaré Tipo Ponta: Reta Dimensão Ponta: Cerca De 8,0 MM Haste: Haste Reta Comprimento Total: Cerca De 24 CM Componente 1: S/ Empunhadura Material: Aço Inoxidável Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	699,99	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
50	Peça/Acessório - Instrumental Cirúrgico Tipo 1: Conector Intermediário Material 1: Aço Inoxidável Aplicação 2: P/ Cânula De Aspiração Tamanho 2: Cerca De 8 Cm Esterilidade: Esterilizável	Unidade	20	AD- AD INSTRUMENTOS	59,98	AD INSTRUMENTOS CIRURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 06.276.904/0001-20
51	Tentacânula Material: Aço Inoxidável Comprimento: Cerca 15 CM Esterilidade: Esterilizável	Unidade	5	VITALGOLD	7,85	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2 Caberá à Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preço - DGSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
6.4 A impugnação deverá ser endereçada à Diretora de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pela Diretora de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional, em Ariquemes/RO, CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, a Diretora de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, a Diretora de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da **Administração Pública;**
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS
8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.
8.2A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:
8.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;
8.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;
8.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.
8.3A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XV Da Dotação Orçamentária no Contrato.
9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
I- dar causa à inexecução parcial do contrato;
II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dosserviços públicos ou ao interesse coletivo;
III- dar causa à inexecução total do contrato;
IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durantea licitação ou a execução do contrato;
IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar aimposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Multa Moratóriade 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), limitado ao valor diário de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valordo contrato, pelas infrações descritas nos incisos I, II e VII do caput deste artigo.
III. Multa Contratualpoderá ser aplicada por grave descumprimento das condições pactuadas, autônoma e independentemente da multa moratória, e não excederá 20% (vinte por cento) do valor total do contrato atualizado aotempo da ocorrência, no caso de inexecução total do objeto.
IV - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas***II, III, IV, V, VI e VII*** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes (Registro será feito no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF/ComprasGov), pelo prazo de até 3 (três) anos(art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
V - Declaração de inidoneidadepara licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas***VIII, IX, X, XI, e XII***do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas***II, III, IV, V, VI e VII***que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11.2A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
11.3O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
11.4A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
12.2.1 O registro a que se refere o item 12.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 12.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sra. Izabel Farias da Costa, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, N.º 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N.º 90028/SML/2025, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo N.º 335/SEMSAU/2025.
15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N.º 90028/2025/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita, por intermédio do(a) Secretário(a) Municipal designado(a).

Órgão Gerenciador
IZABEL FARIAS DA COSTA
Diretora da Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
João Pedro Longo de Jesus
Código Identificador:8A4C17DF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 041/PMB/2025

PROCESSO Nº 002501-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90003/2025-SLC

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **VALTAIR FRITZ DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***. 477.909-** e RG sob nº. **8848** SESP/PR, vinculado à **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **GLOBEXX DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 20.164.580/0001-60, devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 3512948843-6, estabelecida a sede na Avenida Mendes da Rocha, nº 729, Jardim Brasil, em São Paulo/SP, CEP: 02227-000, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal o Sr. **AIRTON FERREIRA TEIXEIRA**, brasileiro, empresário, portador da identidade nº *.673.*70-*- SSP/SP e CPF ***.897.248-**, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora Mãe dos Homens, nº 1151, Apto. 23, Bloco 1, Edifício Catania, CEP: 07091-000, Guarulhos/SP, tendo como procurador o Sr. **THIAGO MICHELLE DE OLIVEIRA IEFFA**, brasileiro, portador da identidade RG nº **.305.870-* e CPF ***.169.068-**, residente e domiciliado à Rua Jose Pires de Oliveira Dias, nº 188, Jardim Guapira – São Paulo - SP, CEP: 02316-230, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2501-2024,** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de Materiais de consumo (Lâmpadas de LED),** conforme especificações e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025** e seus anexos, e de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante deste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	LUMINARIA PUBLICA LED 5000K 150W	UND	160	R$ 500,00	R$ 80.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 80.000,00**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta da empresa contratada;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
2.1.1. A data de assinatura será considerada como o marco inicial para o cálculo do período de vigência, sendo registrada no próprio contrato e nos sistemas de controle da CONTRATANTE.
2.1.2. Durante o período de vigência, a CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações contratuais conforme os termos estabelecidos, garantindo a entrega dos materiais contratados.
2.1.3. A CONTRATANTE realizará o monitoramento contínuo do cumprimento das obrigações contratuais ao longo da vigência do contrato, podendo adotar medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.
2.1.4. Em caso de término do contrato sem prorrogação, a CONTRATADA deverá assegurar a conclusão de todas as atividades pendentes e a entrega de todos os materiais conforme estipulado, garantindo a transição adequada e a continuidade das operações da CONTRATANTE.
2.1.5. Qualquer alteração no prazo de vigência deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, assinado por ambas as partes, contendo as justificativas e novas condições pactuadas.
2.1.6. A CONTRATANTE deverá comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre o término do prazo de vigência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, detalhando os procedimentos finais a serem adotados para a conclusão do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total do presente contrato é de R$ **80.000,00** (oitenta mil reais), conforme proposta vencedora da CONTRATADA.
3.2. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOSP
Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Programação: 15.452.1008.2009.0000 – Manutenção/ Conservação Melhoria de Iluminação Pública
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: Ficha 91

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA, devidamente atestada e aprovada pelo setor competente da CONTRATANTE. A nota fiscal deve estar acompanhada de todos os documentos comprobatórios de execução do objeto contratual e atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.
4.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se constatar qualquer inadimplência da CONTRATADA em relação às suas obrigações contratuais, tais como:
a) Entrega de produtos fora das especificações técnicas exigidas;
b) Falta de apresentação dos documentos necessários para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;
c) Descumprimento de prazos estabelecidos para a entrega dos materiais;
d) Qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato conforme os termos pactuados.
4.3. Em caso de suspensão do pagamento, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo prazo para a regularização das pendências. O pagamento será retomado somente após a comprovação da regularização das falhas pela CONTRATADA.
4.4. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade manter os dados bancários atualizados junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entrega dos produtos:
5.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos conforme as especificações técnicas estabelecidos no Edital.
5.1.2. A entrega dos produtos deverá ser feita no almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 2727, Setor 07, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.
5.1.3. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem danos, avarias ou violações de embalagens, com prazo de validade de acordo com o estipulado no termo de referência.
5.1.4. Os itens serão solicitados conforme a necessidade das secretarias requisitantes parceladamente durante 12 meses e deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da ordem de faturamento, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.
5.2. **Substituição de Produtos:**
5.2.1. A CONTRATADA se compromete a substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer produto que não atenda às especificações, prazo de validade ou qualidade em desacordo no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da notificação pela CONTRATANTE.
5.2.2. Os produtos substituídos deverão ser novos e estar em conformidade com as especificações contratuais, sendo que a substituição não altera o prazo de garantia original.
5.3. Manutenção das Condições de Habilitação:
5.3.1. A CONTRATADA deve assegurar que todas as certidões, autorizações e documentações exigidas na fase de habilitação estejam atualizadas e válidas durante toda a execução do contrato.
5.3.2. Qualquer alteração nas condições de habilitação deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que poderá solicitar a substituição de documentos ou tomar as medidas cabíveis conforme a legislação vigente.
5.4. Qualidade e Embalagem dos produtos:
5.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência.
5.4.2. Os produtos fornecidos deverão ser novos, sem uso prévio, e acondicionados em suas embalagens originais lacradas, sem sinais de violação.
5.4.3. A CONTRATADA deverá assegurar que as embalagens estejam em condições adequadas para proteger os produtos contra danos durante o transporte e manuseio.
5.5. **Garantia de Qualidade:**
5.5.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela qualidade dos itens fornecidos, garantindo que atendam às especificações de qualidade detalhadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços.
6.1.1. A CONTRATANTE deverá garantir o acesso às instalações onde os produtos serão entregues, bem como fornecer todas as informações e orientações necessárias para a correta execução do contrato.
6.1.2. A CONTRATANTE deverá nomear um responsável para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, assegurando que todas as etapas do processo sejam cumpridas de acordo com as especificações contratuais.
6.1.3. A CONTRATANTE se compromete a facilitar o contato da CONTRATADA com os setores envolvidos na recepção dos produtos, proporcionando um ambiente colaborativo e ágil para a resolução de eventuais dúvidas ou problemas.
6.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido na Cláusula Quarta.
6.2.1. A CONTRATANTE deverá processar os pagamentos de acordo com os prazos e condições estipuladas na Cláusula Quarta, garantindo que as notas fiscais e documentos comprobatórios apresentados pela CONTRATADA sejam analisados e aprovados tempestivamente.
6.2.2. Em caso de suspensão de pagamento devido a inadimplência da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá notificar formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo um prazo para a regularização das pendências.
6.2.3. A CONTRATANTE deverá manter um registro detalhado de todos os pagamentos efetuados, bem como de qualquer comunicação relacionada a questões financeiras, assegurando a transparência e a rastreabilidade das transações.
6.3. Receber provisoriamente os produtos no ato da entrega e, após verificação, proceder ao recebimento definitivo, conforme descrito no Termo de Referência**.**
6.3.1. No ato da entrega, a CONTRATANTE deverá realizar o recebimento provisório dos itens, verificando as condições das embalagens e a conformidade dos produtos com as especificações contratuais.
6.3.2. A CONTRATANTE deverá designar uma equipe ou comissão responsável pela verificação detalhada dos produtos, que deverá atestar a conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas e quantidades previstas no contrato.
6.3.3. Após a verificação, se os itens estiverem em conformidade, a CONTRATANTE deverá emitir um Termo de Recebimento Definitivo, que formalizará a aceitação dos produtos.
6.3.4. Caso sejam identificadas discrepâncias, defeitos ou avarias nos produtos durante a verificação, a CONTRATANTE deverá notificar imediatamente a CONTRATADA, detalhando as irregularidades encontradas e solicitando a substituição dos itens, conforme as disposições contratuais.

6.3.5. A CONTRATANTE deverá manter registros detalhados de todas as etapas do processo de recebimento, incluindo comunicações, verificações e termos de recebimento provisório e definitivo, garantindo a rastreabilidade e a documentação adequada de todo o procedimento.
6.3.6. A CONTRATANTE deverá assegurar que o processo de verificação e recebimento dos produtos seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estipulados, evitando atrasos que possam comprometer a execução do contrato e o funcionamento das atividades relacionadas aos produtos adquiridos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, conforme a gravidade da infração e observando-se o princípio da proporcionalidade. As penalidades aplicáveis são:
7.1.1. Advertência:
7.1.1.1. Aplicável em casos de infrações leves que não resultem em prejuízo significativo à execução do contrato.
7.1.1.2. A advertência será formalizada por escrito e encaminhada à CONTRATADA, detalhando a infração cometida, as circunstâncias do ocorrido e as ações corretivas esperadas.
7.1.2. Multa:
7.1.2.1. Aplicável em casos de infrações que resultem em atraso na execução do contrato, descumprimento de prazos, especificações técnicas ou outras obrigações contratuais.
7.1.2.2. O valor da multa será calculado conforme segue, observando-se a proporcionalidade em relação ao impacto da infração:
7.1.2.2.1. **Atraso na entrega:** Multa de 0,5% do valor total do contrato por dia de atraso, limitado a 10% do valor total do contrato.
7.1.2.2.2. **Descumprimento de especificações técnicas:** Multa de 5% do valor total do item em questão.
7.1.2.2.3. Outras infrações contratuais: Multa de 2% do valor total do contrato.
7.1.2.2.4. Atraso na substituição de produtos: Multa de 0,2% do valor total do contrato por dia de atraso na substituição de produtos que não atendam às especificações ou que apresentem defeitos, contado a partir do prazo máximo de substituição estabelecido na cláusula 5.2.1, limitado a 10% do valor total do contrato.
7.1.2.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a aplicação da multa, incluindo o detalhamento da infração, o valor a ser pago e o prazo para regularização da situação.
7.1.3. Suspensão Temporária de Participação em Licitação:
7.1.3.1. Aplicável em casos de infrações graves que comprometam significativamente a execução do contrato ou a confiança na CONTRATADA.
7.1.3.2. A suspensão poderá variar de três meses a dois anos, conforme a gravidade da infração, e será formalizada por ato administrativo da CONTRATANTE.
7.1.3.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a suspensão, com descrição detalhada da infração cometida, o período da suspensão e as implicações para futuras participações em licitações.
7.1.4. Impedimento de Contratar com a Administração Pública:
7.1.4.1. Aplicável em casos de infrações gravíssimas, tais como fraudes, condutas ilícitas ou reiteradas falhas contratuais.
7.1.4.2. O impedimento poderá ser de até dois anos e será formalizado por ato administrativo da CONTRATANTE, com comunicação aos órgãos de controle e publicação oficial.
7.1.4.3. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre o impedimento, detalhando a infração cometida, as evidências que suportam a decisão e o período de impedimento.
7.1.5. Procedimento para Aplicação das Penalidades:
7.1.5.1. A aplicação das penalidades seguirá o devido processo administrativo, garantindo o direito de defesa e contraditório à CONTRATADA.
7.1.5.2. A CONTRATADA será notificada por escrito sobre a infração cometida e a penalidade proposta, sendo concedido prazo de 15 dias úteis para apresentação de defesa escrita, contado da data de sua intimação.
7.1.5.3. A decisão sobre a aplicação da penalidade será formalizada por ato administrativo da CONTRATANTE, fundamentado e acompanhado de todos os documentos pertinentes.
7.1.5.4. Em caso de aplicação de multa, o valor será descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrado diretamente, conforme previsto no contrato.
7.1.6. Disposições Finais:
7.1.6.1. As penalidades não excluem a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente, incluindo responsabilização civil e penal da CONTRATADA.
7.1.6.2. A aplicação das penalidades será registrada nos sistemas de controle da Administração Pública, podendo impactar futuras participações da CONTRATADA em licitações e contratos.
7.1.6.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla defesa, conforme determina a Lei 14.133/2021.
7.2. Infrações Administrativas:
7.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial da contratação;
b) Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total da contratação;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
f) Praticar ato fraudulento na execução;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.3. **Sanções por Infrações Administrativas:**
7.3.1. As sanções aplicáveis ao contratado que incorrer nas infrações descritas no item 7.2 são:
I) Advertência: Quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
II) Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 7.2, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item 7.2, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). IV)
Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.
7.4. Reparação de Danos:

7.4.1. A aplicação das sanções previstas acima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.5. Cumulatividade das Sanções:
7.5.1. Todas as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
7.6. Defesa Prévia:
7.6.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Lei 14.133/2021.
8.1.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que haja justificativa plausível e aceitação mútua, respeitando as disposições legais aplicáveis.
8.1.2. A rescisão poderá ser motivada por fatores como inadimplemento contratual, alteração das condições originalmente pactuadas, interesse público, caso fortuito ou força maior, entre outras causas previstas na legislação vigente.
8.2. A rescisão poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.
8.2.1. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, mediante ato escrito, nos seguintes casos:
8.2.1.1. Inadimplência da CONTRATADA: Inclui a não entrega dos materiais, entrega fora do prazo estipulado, entrega de materiais em desacordo com as especificações técnicas, ou qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato.
8.2.1.2. Fraude ou má-fé: Verificada a prática de atos fraudulentos, má-fé ou conduta dolosa por parte da CONTRATADA.
8.2.1.3. Interesse público: Quando razões de interesse público, devidamente justificadas, impedirem a continuidade do contrato.
8.2.1.4. Alteração social ou econômica da CONTRATADA: Mudanças na estrutura societária ou econômica da CONTRATADA que possam comprometer a execução do contrato.
8.2.1.5. Caso fortuito ou força maior: Ocorrência de eventos imprevisíveis e inevitáveis que tornem impossível a continuidade do contrato.
8.2.1.6. Desempenho insatisfatório: Avaliação negativa do desempenho da CONTRATADA na execução do contrato, conforme critérios estabelecidos pela CONTRATANTE.
8.2.2. Para a rescisão unilateral, a CONTRATANTE deverá:
8.2.2.1. Notificar a CONTRATADA por escrito, especificando os motivos da rescisão e concedendo prazo para manifestação e defesa, conforme o devido processo administrativo.
8.2.2.2. Garantir o direito de contraditório e ampla defesa à CONTRATADA, antes de tomar a decisão final sobre a rescisão.
8.2.2.3. Formalizar a decisão de rescisão mediante ato administrativo devidamente fundamentado, acompanhado de toda a documentação pertinente.
8.2.3. Em caso de rescisão unilateral, a CONTRATADA será responsabilizada por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, incluindo custos adicionais para a contratação de novos fornecedores e indenizações por danos sofridos.
8.2.4. A rescisão unilateral não exclui a possibilidade de aplicação de penalidades administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, conforme a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA.
8.2.5. Todos os procedimentos e decisões relativos à rescisão contratual serão devidamente registrados e arquivados pela CONTRATANTE, garantindo a transparência e a rastreabilidade do processo.
8.3. Disposições finais sobre a rescisão:
8.3.1. A rescisão do contrato será formalizada por meio de um Termo de Rescisão, assinado pelas partes ou pela autoridade competente da CONTRATANTE, conforme o caso.
8.3.2. Em caso de rescisão por acordo entre as partes, o Termo de Rescisão deverá especificar as condições ajustadas, incluindo eventuais compensações financeiras ou ajustes necessários para a liquidação do contrato.
8.3.3. Após a rescisão, a CONTRATADA deverá devolver quaisquer valores recebidos indevidamente e restituir à CONTRATANTE quaisquer bens ou documentos relacionados ao contrato, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.
8.3.4. A rescisão do contrato não exime as partes do cumprimento de obrigações pendentes e de responsabilidades decorrentes de atos praticados durante a vigência do contrato.
8.3.5. As disposições acima visam assegurar que a rescisão do contrato ocorra de maneira justa, transparente e em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a proteção dos interesses da Administração Pública e o respeito aos direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de uma aquisição de bens comuns cujo objeto será cumprido no momento da entrega dos itens.
9.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os produtos entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no contrato, garantindo a qualidade e funcionalidade dos materiais fornecidos.
9.1.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas e legais cabíveis para assegurar a execução do contrato, incluindo a aplicação de penalidades e a contratação de terceiros para a execução do objeto contratual, arcando a CONTRATADA com os custos adicionais decorrentes.
9.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.
9.2.1. A vedação à subcontratação deve-se à necessidade de controle direto de qualidade dos produtos, objetivando que a aquisição seja feita por empresas do ramo, devidamente qualificadas para garantir os padrões de qualidade e especificações em conformidade com o objeto.
9.2.2. A proibição de subcontratação visa evitar possíveis atrasos ou problemas de comunicação com fornecedores externos, assegurando que todas as etapas do fornecimento sejam realizadas pela CONTRATADA original, garantindo assim a confiabilidade e eficiência na entrega dos produtos.
9.2.3. Estas disposições garantem que, mesmo sem a exigência de garantia contratual, a CONTRATADA assegure a execução fiel do contrato, proporcionando uma proteção adicional à CONTRATANTE contra possíveis descumprimentos das obrigações contratuais, e que o controle de qualidade seja mantido ao proibir a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DOS PRODUTOS

10.1. Os materiais deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, ou o prazo de garantia do fabricante quando este for maior do que o solicitado, contra quaisquer defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, as devidas correções.
10.1.1. O recebimento definitivo será formalizado por meio de um Termo de Recebimento Definitivo emitido pela CONTRATANTE, após a verificação de conformidade dos produtos entregues.

10.1.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar a plena funcionalidade e conformidade dos produtos fornecidos, atendendo a todas as especificações técnicas descritas no contrato e no Termo de Referência.
10.2. A CONTRATADA se obriga a substituir, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou inadequações às especificações exigidas.
10.2.1. A substituição dos produtos defeituosos deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a notificação formal da CONTRATANTE, detalhando os defeitos ou inadequações constatadas.
10.2.2. Os produtos substituídos deverão ser novos, sem uso prévio, e atender a todas as especificações técnicas originalmente exigidas.
10.2.3. A CONTRATADA será responsável por todos os custos relacionados à substituição, incluindo transporte, manuseio e qualquer outro gasto necessário para a entrega dos novos produtos.
10.3. A garantia dos produtos inclui todos os serviços necessários para a substituição dos itens defeituosos.
10.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de inspecionar os produtos substituídos, assegurando que atendam plenamente às especificações contratuais e estejam em condições adequadas de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos, conforme previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021:
11.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
11.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
11.1.3. Quando necessária à modificação do regime de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
11.1.4. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamentos com relação a cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
11.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
11.2. As alterações deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, observando-se a devida fundamentação e justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, por até 10 (dez) anos, nas hipóteses previstas no Artigo 105 da Lei 14.133/2021.
12.1.1. A prorrogação poderá ocorrer para assegurar a continuidade do fornecimento dos produtos, quando houver justificativa técnica e administrativa devidamente fundamentada.
12.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e assinado pelas partes, observando-se a continuidade das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.2.1. O termo aditivo deverá detalhar os motivos da prorrogação, o novo prazo de vigência do contrato e quaisquer outras condições ajustadas entre as partes.
12.2.2. Todas as condições de habilitação e qualificação originalmente exigidas deverão ser mantidas ou atualizadas, conforme necessário, para a prorrogação do contrato.
12.3. A CONTRATADA deverá manifestar, por escrito, o interesse na prorrogação do contrato com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do prazo vigente.
12.3.1. A manifestação de interesse deverá ser acompanhada de justificativa detalhada, incluindo a avaliação do desempenho contratual e a necessidade de continuidade do fornecimento dos produtos.
12.4. A CONTRATANTE analisará a solicitação de prorrogação e decidirá, em prazo hábil, sobre a conveniência e oportunidade da extensão do contrato.
12.4.1. A análise da solicitação incluirá a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, bem como o cumprimento das obrigações contratuais até o momento.
12.4.2. A decisão será formalizada por meio de parecer técnico e administrativo, que embasará a elaboração do termo aditivo.
12.5. Em caso de prorrogação, serão mantidas todas as condições pactuadas no contrato original, exceto se ajustadas mediante termo aditivo.
12.5.1. Quaisquer alterações nas condições originais do contrato deverão ser explicitamente mencionadas no termo aditivo, com a concordância de ambas as partes.
12.5.2. A prorrogação não poderá resultar em prejuízo à qualidade dos serviços prestados ou em aumento injustificado dos custos para a Administração Pública.
12.5.3. Essas disposições garantem que o processo de prorrogação do contrato ocorra de forma transparente, justificada e em conformidade com a Lei 14.133/2021, assegurando a continuidade dos serviços sem prejuízo à qualidade e às condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Este contrato poderá ser alterado nos seguintes casos, conforme previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021:
13.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
13.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
13.1.3. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamentos com relação a cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de produtos;
13.1.4. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
13.2. As alterações deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, observando-se a devida fundamentação e justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados para manter o equilíbrio econômico e financeiro desde que apresentado notas fiscais que comprovem o aumento que gera o desequilíbrio. Será concedido aumento da diferença entre as notas fiscais da época da licitação e após o aumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

15.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
15.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
15.5. O reajuste será concedido apenas se houver o pedido do contratado, bem como se houver compatibilidade entre o valor reajustado pelo referido índice e o valor de mercado (cotações atuais de mercado).
15.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE se obriga a providenciar a publicação resumida do presente contrato e de seus aditivos na imprensa oficial, em conformidade com o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da sua assinatura.
16.2. A publicidade dos atos de celebração, alteração e rescisão deste contrato é condição indispensável para sua eficácia, excetuando-se os casos em que a lei dispensa a referida publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Nos casos omissos e na ausência de disposições específicas neste contrato, serão aplicadas as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como demais legislações pertinentes e normas regulamentares aplicáveis.
17.2. Em caso de dúvidas ou controvérsias relativas à execução do presente contrato, as partes deverão buscar, inicialmente, uma solução consensual e amigável, através de negociações diretas.
17.3. Persistindo o impasse, a questão poderá ser submetida ao órgão ou autoridade competente para dirimir a controvérsia, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Buritis/RO, 29 de abril de 2025.

Município De Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

GLOBEXX DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ N°: 20.164.580/0001-60
Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/PMB/2025

PROCESSO Nº 002501-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90003/2025-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: GLOBEXX DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (LÂMPADAS DE LED)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS-SEMOSP

02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS PROGRAMAÇÃO: **15.452.1008.2009.0000** – MANUTENÇÃO/ CONSERVAÇÃO MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FICHA 91

PRAZO DE ENTREGA: DE FORMA PARCELADA, EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS UTEIS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE FATURAMENTO

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 80.000,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

Município De Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:76BA1F39

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 088, DE 07 DE MAIO DE 2025

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 1.806/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Municipal vigente Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro no valor de**RR 3.061.789,55(três milhões, sessenta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, conforme especificação abaixo:

02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para Todos	
2052	Manutenção dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	
2.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
626 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**24.369,47**
627 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**24.369,47**
628 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**24.369,47**
629 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**24.369,47**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para Todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
630 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**42.891,60**
631 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**42.891,60**
632 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**42.891,60**
633 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**42.891,60**
634 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**311.641,42**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para Todos	
2076	Atividades de Média e Alta Complexidade - SUS	
2.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
635 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**42.891,60**
636 - 3.3.90.19	**Auxílio Fardamento**	**7.704,48**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para Todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.600.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
637 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**510.000,00**
638 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**2.885,47**
639 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**805,88**
640 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**268.162,66**
641 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**268.161,50**
642 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**4.706,50**
643 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**4.706,83**
644 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**6.433,10**
645 - 3.3.90.32	**Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita**	**10.462,86**
646 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**3.485,50**
647 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**3.486,14**
2.602.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	
648 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**29.088,00**
2.604.0	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	
649 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**7.945,15**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
303	Suporte Profilático e Terapêutico	

0010	Saúde para Todos	
2050	Manutenção do Atendimento da Farmácia Básica	
2.600.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
650 - 3.3.90.32	**Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita**	**65.959,47**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
305	Vigilância Epidemiológica	
0010	Saúde para Todos	
2075	Atividades de Vigilância em Saúde	
2.600.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
651 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**5.621,99**
652 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**100.000,00**
653 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**33.453,57**
654 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**33.453,00**
2.604.0	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	
655 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**95.279,47**
656 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**380,79**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para Todos	
2076	Atividades de Média e Alta Complexidade - SUS	
2.600.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
657 - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**77.700,74**
658 - 3.3.90.95	**Indenização Pela Execução De Trabalhos De Campo**	**30.000,00**
659 - 3.3.90.95	**Indenização Pela Execução De Trabalhos De Campo**	**324,53**
660 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**47.404,00**
661 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**47.404,41**
2.605.0	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	
662 - 3.1.90.16	**Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil**	**90.735,82**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para Todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.621.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
663 - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**500.000,00**
664 - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**79.500,00**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
122	Administração Geral	
0002	Administração Geral	
2011	Atividades do FMS	
2.659.0	Outros Recursos Vinculados à Saúde	
665 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**25.131,61**
666 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**25.000,00**
667 - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**22.890,68**
2.755.0	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	
668 - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**605,98**
669 - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**53,12**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para Todos	
2076	Atividades de Média e Alta Complexidade - SUS	
2.632.0	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
670 - 3.3.90.93	**Indenizações e Restituições**	**29.279,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos especificados no art. 1º será utilizada a seguinte fonte:

Superávit Financeiro:

***FR:**2.500.0*	Recursos não Vinculados de Impostos	***R$ 631,281,78***
***FR:**2.600.0*	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	***R$1.524.618,15***
***FR:**2.602.0*	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0	***.R$29.088,00***

***FR:**2.604.0*	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	***R$103.605,41***
***FR:**2.605.0*	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	***R$90.735,82***
***FR:**2.621.0*	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	***R$579.500,00***

***FR:** 2.659.0*	Outros Recursos Vinculados à Saúde	**R$73.022,29**
***FR:** 2.755.0*	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	***R$659,10***
***FR:** 2.632.0*	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	***R$29.279,00***

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:36CD1CC2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/ 2025

Superintendência Municipal de Licitação
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 004/2025
PROCESSO N.º 396/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025

Aos 07 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e cinco, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, inscrito no CNPJ sob o nº. 63.761.902/0001-60, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº.1781, nesta cidade de Candeias do jamari - RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 8781 de 29 de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 002/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo (suprimentos de informática – cartuchos de toners/tinta e cilindros de imagem) e contratação de empresa especializada na prestação de serviços (manutenção corretiva e preventiva de impressoras) por período estimado de 12 (doze) meses, disposto no Art. 40, II; Art. 6º e Art. 84 da Lei nº 14.133/21.

TABELA I
Fornecedor: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.820.186/0001-89
Representante: CAROLINA ALICE BRAGIOLA BONESSO
Telefone: (17) 3531-0300
Email: licitacao2@fprinter.com.br
Endereço: R GOIAS, 862 - HIGIENOPOLIS, Catanduva - SP - 15804-010

DETENTORA DO LOTE :1.
PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

Lote:1	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**T504320	**Preço Unitário:**R$ 31,34	**Valor Total:**R$94,02
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON L14150 . cor MAGENDA. Original do fabricante ou compatível. Referência EPSON T504320-AL . Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**39,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**T504120	**Preço Unitário:**R$ 30,92	**Valor Total:**R$1.205,88
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON L14150. cor PRETO. Original do fabricante ou compatível. Referência EPSON T504320-AL . Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**111,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**T504220	**Preço Unitário:**R$ 31,79	**Valor Total:**R$3.528,69
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON L14150. cor CIANO. Original do fabricante ou compatível. Referência EPSON T504320-AL . Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**T504420	**Preço Unitário:**R$ 31,35	**Valor Total:**R$94,05
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON L14150 . cor AMARELO. Original do fabricante ou compatível . Referência. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material. Referência EPSON T504320-AL						
Lote:1	**Quantidade:**190,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**W1330X	**Preço Unitário:**R$ 101,86	**Valor Total:**R$19.353,40
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP LASER 432 FDN (impressora em garantia). Preto. Original do fabricante ou compatível. Referência: W1330X. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**56,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**W1332	**Preço Unitário:**R$ 99,73	**Valor Total:**R$5.584,88
Descrição:LASER 432 FDN (impressora em garantia). Original do fabricante ou compatível. Referência: cilindro de imagem HP W1332. Marca HP						
Lote:1	**Quantidade:**131,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**T534120	**Preço Unitário:**R$ 33,70	**Valor Total:**R$4.414,70
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON Ecotank M3170. Preto. Original do fabricante ou compatível. Referência EPSON 534. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material. Referência: T534120						
Lote:1	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**MS610	**Preço Unitário:**R$ 145,27	**Valor Total:**R$581,08
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora LEXMARK MS610de. Preto. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**7,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**M2070	**Preço Unitário:**R$ 70,59	**Valor Total:**R$494,13
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora SAMSUMG XPRESS M2070. Preto. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**18,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**MS3375	**Preço Unitário:**R$ 66,61	**Valor Total:**R$1.198,98
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora SAMSUMG XPRESS MS3375FD. Preto. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**12,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**KIT T544	**Preço Unitário:**R$ 55,33	**Valor Total:**R$663,96
Descrição: Aquisição de cartucho de toner/tinta novo para impressora EPSON T544. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material. Referência: Tinta espson T544 para ecotank (preto, cinza, megenta, amarelo).						
Lote:1	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CE285A	**Preço Unitário:**R$ 56,49	**Valor Total:**R$225,96
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP LASER JET M1132 MFP. Preto. Referência 285A. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CB435A	**Preço Unitário:**R$ 79,11	**Valor Total:**R$237,33
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP P1005 JET. Preto. Referência CB435. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CF258X	**Preço Unitário:**R$ 85,17	**Valor Total:**R$340,68
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP Laser Jet Pro 4404dw. Preto. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**52,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**TN419BK	**Preço Unitário:**R$ 151,10	**Valor Total:**R$7.857,20
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora BROTHER MFC L8900CDW. PRETO. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**45,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**TN419M	**Preço Unitário:**R$ 146,32	**Valor Total:**R$6.584,40
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora BROTHER MFC L8900CDW. MAGENTA. Original do fabricante ou compatível Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**45,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**TN419C	**Preço Unitário:**R$ 134,34	**Valor Total:**R$6.045,30
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora BROTHER MFC L8900CDW. CIANO. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						

Lote:1	**Quantidade:**45,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**TN419Y	**Preço Unitário:**R$ 146,32	**Valor Total:**R$6.584,40
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora BROTHER MFC L8900CDW. YELLOW. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**45,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**B305	**Preço Unitário:**R$ 155,90	**Valor Total:**R$7.015,50
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora Multifuncional XEROX Laser A4 B305 DNI Mono. Preto. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**30,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**W105A	**Preço Unitário:**R$ 91,29	**Valor Total:**R$2.738,70
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP LASER 135A. Preto. Referência HP105A.Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**10,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**KIT TK5232	**Preço Unitário:**R$ 213,05	**Valor Total:**R$2.130,50
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora KYDSERA ECOSYS P5Q021 CDN. Referência Kit Cartucho TK5232K, TK5232M, TK5232Y, TK5232C. Colorido. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**10,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CE505A	**Preço Unitário:**R$ 75,91	**Valor Total:**R$759,10
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP LASERJETO PRO 400 M401n. Preto. Referência Ce 505A. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material						
Lote:1	**Quantidade:**28,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**ML1665	**Preço Unitário:**R$ 70,72	**Valor Total:**R$1.980,16
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora SAMSUMG ML-1665. Preto. Referência ML1665. Original do fabricante ou compatível Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**10,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CE505A	**Preço Unitário:**R$ 74,27	**Valor Total:**R$742,70
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP P2035. Preto. Referência Ce 505A.Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						
Lote:1	**Quantidade:**10,00	**Unidade:**UNIDADE	**Marca:**FAST PRINTER	**Modelo:**CF283A	**Preço Unitário:**R$ 54,23	**Valor Total:**R$542,30
Descrição: Aquisição de cartucho de toner novo para impressora HP LASER JET PRO MFP 127FDN. Preto. Referência HP 83A. Original do fabricante ou compatível. Com prazo de validade mínima de 1 (um) ano a contar da entrega do material.						

Total: R$ 80.998,00

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
1.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço, da Prefeitura Municipal de Candeias do jamari - RO.
1.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme, do Decreto 8.781 municipal 2023.
1.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesasdo órgão Participante assim como as demais atribuições previstas Do Decreto municipal 8.781/23.
1.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: GABINETE DO PREFEITO, SEC. MUNIC. GERAL FAZ. GESTÃO E PLANEJ. - SEMFAGESP ,SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMINF, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, SEC. MUN. DE CULTURA, ESP. LAZER E TURISMO – SEMCELT, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMAM, SEC. MUNIC. DE DESENV. URBANO E REG. FUND. – SEMDUR, SEC. MUNIC. DE SEG. URBANA E TRÂNSITO – SEMSET, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, SEMASF E SEMUSA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI – RO

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que nãoparticiparam do registro de preços.
CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da atade registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogada por igual período.
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. 4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, notade empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federaln.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema deRegistro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída comos elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata. 6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 1781 em Candeias do jamari/RO CEP: 76860000.
6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
7.4 - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
I - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
II - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
III - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
IV - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.4.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito dopedido.
7.4.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.4.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.4.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.4.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.4.6 Liberado o fornecedor na forma do item
7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado. 7.4.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.4.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa. 7.4.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier

primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.. 8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pelaAdministração, se for o caso. 8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dosserviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro doprazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar aimposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); II - Multa: 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias; 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. I - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). 9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditosdevidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicaçãoda Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na AROM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11.1 Conforme o Decreto municipal 8.781/23, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão doprimeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas do Decreto municipal 8.781/23;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuadaquando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.
CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas, na sala da SUPERINTENDECIA MUNICIPLA DE LICITAÇÕES, situada na Prefeitura de Candeias do Jamari, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 1781, Bairro união, Candeias do Jamari-Ro, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.
CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 002/2025 a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº.396/SEMG/2024.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 002/2025/PREGAO, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

ÓRGÃO GERENCIADOR GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Gerente da Ata de Registro de Preço
Superintendente de Municipal de Licitação

INFORMAMOS QUE TODAS AS CLAÚSULAS O QUAL REGE ESTA ATA ENCONTRAM-SE DISPONIVEL JUNTO AO EDITAL E TODOS SEUS ANEXOS, CASO HOUVER DIVERGENCIA ENTRE AS PARTES, PREVELECERA O TERMO DE REFERÊNCIA. a validade da ata começará a contar a partir da sua publicação na AROM.

A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, É ASSINADA PELAS PARTES.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Empresa: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - 10.820.186/0001-89

Publicado por:
Raquel França Gil da Silva
Código Identificador:2C3C0BD2

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/ 2025 - A

Superintendência Municipal de Licitação
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 004/2025 -A
PROCESSO N.º 396/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025

Aos 07 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e cinco, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, inscrito no CNPJ sob o nº. 63.761.902/0001-60, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº.1781, nesta cidade de Candeias do jamari - RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 8781 de 29 de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 002/2025, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo (suprimentos de informática – cartuchos de toners/tinta e cilindros de imagem) e contratação de empresa especializada na prestação de serviços (manutenção corretiva e preventiva de impressoras) por período estimado de 12 (doze) meses, disposto no Art. 40, II; Art. 6º e Art. 84 da Lei nº 14.133/21.

TABELA I
1. LICITANTE: **HALEI KURIYAMA**
CNPJ:17.158.883/001-65 TEL(69)32231040 EMAIL: halei@reninformatica.com.br

ENDEREÇO: AVENIDA DOS EMIGRANTES, 3334 - LIBERDADE - RO - 76803-850
Cidade:Porto Velho
NOME DO REPRESENTANTE: Halei Kuriyama, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda:
DETENTORA DO LOTE (S): 02.
PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

Lote:2	**Quantidade:**9,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**epson	**Modelo:**epson l14150	**Preço Unitário:**R$ 305,77	**Valor Total:**R$2.751,93
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora EPSON L14150 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e fu01ncionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**6,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**epson	**Modelo:**l14150	**Preço Unitário:**R$ 429,11	**Valor Total:**R$2.574,66
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora EPSON L14150 -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA)						
Lote:2	**Quantidade:**63,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**hp	**Modelo:**laser 421 fdn	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$15.699,60
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora HP LASER 432 FDN compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina						
Lote:2	**Quantidade:**42,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**hp	**Modelo:**laser 432 fdn	**Preço Unitário:**R$ 373,22	**Valor Total:**R$15.675,24
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora HP LASER 432 FDN -compreende qualquer serviço que envolva reparo e /ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA)						
Lote:2	**Quantidade:**45,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**epson	**Modelo:**m2170	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$11.214,00
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora EPSON Ecotank M3170 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina						
Lote:2	**Quantidade:**30,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**epson	**Modelo:**m3170	**Preço Unitário:**R$ 525,29	**Valor Total:**R$15.758,70
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora EPSON Ecotank M3170-compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**lexmark	**Modelo:**ms610	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$747,60
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora LEXMARK MS610 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**2,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**lexmark	**Modelo:**m2070	**Preço Unitário:**R$ 427,61	**Valor Total:**R$855,22
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora LEXMARK MS610-compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**samsumg	**Modelo:**m2070	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$747,60
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora SAMSUMG XPRESS M2070 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**2,00	**Unidade:**SERV.	**Marca:**samsumg	**Modelo:**m2070	**Preço Unitário:**R$ 427,54	**Valor Total:**R$855,08
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora SAMSUMG XPRESS M2070-compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**6,00	**Unidade:**SERV.	**Marca:**samsumg	**Modelo:**ms3375 fd	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$1.495,20
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora SAMSUMG XPRESS MS3375FD compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**samsumg	**Modelo:**ms3375fd	**Preço Unitário:**R$ 428,72	**Valor Total:**R$1.714,88
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora SAMSUMG XPRESS MS3375FD-compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**12,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**bhother mfc	**Modelo:**l8900cdw	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$2.990,40
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora BROTHER MFC - L8900CDW compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**8,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**bhother mfc	**Modelo:**l8900cdw	**Preço Unitário:**R$ 429,31	**Valor Total:**R$3.434,48
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora BROTHER MFC - L8900CDW -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**15,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**hp	**Modelo:**laser135a	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$3.738,00
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora HP LASER 135A compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina						
Lote:2	**Quantidade:**10,00	**Unidade:**SERV.	**Marca:**HP	**Modelo:**135A	**Preço Unitário:**R$ 429,43	**Valor Total:**R$4.294,30
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora HP LASER 135A -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA)						
Lote:2	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**KYDSERA	**Modelo:**P5Q021 CDN	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$747,60
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora KYDSERA ECOSYS P5Q021 CDN compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**2,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**KYDSERA	**Modelo:**P5Q021	**Preço Unitário:**R$ 427,54	**Valor Total:**R$855,08
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora KYDSERA ECOSYS P5Q021 CDN -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**9,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**HP	**Preço Unitário:**R$ 305,77	**Valor Total:**R$2.751,93
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora HP LASERJET PRO 400 M401n compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina.						
Lote:2	**Quantidade:**6,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**HP	**Preço Unitário:**R$ 429,11	**Valor Total:**R$2.574,66
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora HP LASERJET PRO 400 M401n -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA)						
Lote:2	**Quantidade:**6,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**SAMSUMG	**Modelo:**ML 1665	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$1.495,20
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora SAMSUMG ML 1665 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários						

que operam o equipamento se necessário. Por cada máquima.						
Lote:2	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**SAMSUMG	**Modelo:**ML 1665	**Preço Unitário:**R$ 428,72	**Valor Total:**R$1.714,88
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora SAMSUMG ML 1665 -compreende qualquer serviço que envolva reparo e /ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**6,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**P2035	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$1.495,20
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora HP P2035 compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina						
Lote:2	**Quantidade:**4,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**P2035	**Preço Unitário:**R$ 428,72	**Valor Total:**R$1.714,88
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora HP P2035 -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA).						
Lote:2	**Quantidade:**3,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**LASER JET PRO MFP 124 FN	**Preço Unitário:**R$ 249,20	**Valor Total:**R$747,60
Descrição: Manutenção Preventiva de impressora HP LASER JET PRO MFP 127FDN compreende o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes, apresentação de laudo técnico, atualização e treinamento dos funcionários que operam o equipamento se necessário. Por cada máquina						
Lote:2	**Quantidade:**2,00	**Unidade:**SERV	**Marca:**HP	**Modelo:**LASER JET PRO MFP 127 FDN	**Preço Unitário:**R$ 427,54	**Valor Total:**R$855,08
Descrição:MANUTENÇÃO CORRETIVA Impressora HP LASER JET PRO MFP 127FDN -compreende qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios) e incluindo: mão de obra, com o objetivo de sanar defeitos do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, afiações e outros serviços, inclusive teste geral. (POR MÁQUINA)						
Total: R$ 99.499,00						

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço, da Prefeitura Municipal de Candeias do jamari - RO.

1.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme, do Decreto 8.781 municipal 2023.

1.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesasdo órgão Participante assim como as demais atribuições previstas Do Decreto municipal 8.781/23.

1.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: GABINETE DO PREFEITO, SEC. MUNIC. GERAL FAZ. GESTÃO E PLANEJ. - SEMFAGESP ,SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMINF, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, SEC. MUN. DE CULTURA, ESP. LAZER E TURISMO – SEMCELT, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMAM, SEC. MUNIC. DE DESENV. URBANO E REG. FUND. – SEMDUR, SEC. MUNIC. DE SEG. URBANA E TRÂNSITO – SEMSET, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, SEMASF E SEMUSA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI – RO

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que nãoparticiparam do registro de preços.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da atade registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogada por igual período.

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. 4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, notade empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federaln.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema deRegistro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída comos elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata. 6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 1781 em Candeias do jamari/RO CEP: 76860000.
6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
7.4 - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
I - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
II - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
III - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
IV - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.4.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito dopedido.
7.4.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.4.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.4.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.4.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.4.6 Liberado o fornecedor na forma do item
7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado. 7.4.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.4.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa. 7.4.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.. 8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pelaAdministração, se for o caso. 8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dosserviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro doprazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar aimposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); II - Multa: 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias; 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. I - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). 9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditosdevidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicaçãoda Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na AROM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11.1 Conforme o Decreto municipal 8.781/23, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão doprimeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas do Decreto municipal 8.781/23;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuadaquando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.
CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas, na sala da SUPERINTENDECIA MUNICIPLA DE LICITAÇÕES, situada na Prefeitura de Candeias do Jamari, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 1781, Bairro união, Candeias do Jamari-Ro, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.
CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 002/2025 a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº.396/SEMG/2024.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 002/2025/PREGAO, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Órgão Gerenciador
Superintendência Municipal de Licitação - SML:
LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Gerente da Ata de Registro de Preço
Superintendente Municipal de Licitação - SML

A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, É ASSINADA PELAS PARTES.

INFORMAMOS QUE TODAS AS CLAÚSULAS O QUAL REGE ESTA ATA ENCONTRAM-SE DISPONIVEL JUNTO AO EDITAL E TODOS SEUS ANEXOS, CASO HOUVER DIVERGENCIA ENTRE AS PARTES, PREVELECERA O TERMO DE REFERÊNCIA. a validade da ata começará a contar a partir da sua publicação na AROM.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Empresa (S) Detentora (S) Da Ata De Registro De Preço
Empresa:
HALEI KURIYAMA –
17.158.883/0001-65

Publicado por:
Raquel França Gil da Silva
Código Identificador:853D8A3B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2025- PE-SRP 20/2025

Ata de Registro de Preço N° 07/2025						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025						
PROCESSO LICITATÓRIO 474/2025						
No dia 06 de Maio de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 01.587.887/0001-29, com sede à AV VINTE E SETE n° 1133 CEP 78995-800 – Chupinguaia-RO neste ato legalmente representado por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES,** portador do CPF n° **02385664208,** RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):						
Fornecedor: A. SILVA DE LIMA	**CNPJ:04.522.889/0001-28**					
Representante: ANTONIO SILVA DE LIMA						
Telefone: (69) 3346-1033						
Email: asilvalimame@outlook.com						
Endereço: AV TANCREDO NEVES, 2195 - CENTRO, Chupinguaia - RO - 76990-000						
Item	**Quantidade.**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Preço Unitário**	**Valor Total**
Item: 1	**Quantidade:** 6.954,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** pao frances	**Modelo:** pao de sal	**Preço Unitário:** R$ 1,20	**Valor Total:** R$8.344,80
Descrição: PÃO FRANCES						
Item: 2	**Quantidade:** 162,90	**Unidade:** KG	**Marca:** comum	**Modelo:** tradicional	**Preço Unitário:** R$ 55,50	**Valor Total:** R$9.040,95
Descrição: PRESUNTO						
Item: 3	**Quantidade:** 162,90	**Unidade:** KG	**Marca:** comum	**Modelo:** tradicional	**Preço Unitário:** R$ 59,33	**Valor Total:** R$9.664,86
Descrição: MUÇARELA						
Total: R$ 27.050,61						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **06/05/2026** , a contar do dia **06/05/2025** .

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Futura e eventual aquisição de pão francês, presunto e muçarela, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, de acordo com todas as especificações técnicas descrita neste Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal, nº 3.710 de 13 de dezembro de 2011.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 3.710/2011.
4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.
5. Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 e suas alterações**.
6. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.
7. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

01.1 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 7.892/13).

7. a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 7.892/2013, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS

1. A quantidade estimada para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, apenas quanto aos acréscimos.
2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da publicação na Imprensa Oficial do Município, conforme previsto no caput, do art. 84 da Lei Federal 14.133/21.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/21.
3. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberão ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 22/2025 e o Decreto 23/2025, a administração e o gerenciamento da presente ata, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração.

2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia consolidadas nos autos.

3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhado à Comissão de Implantação do sistema de Registro de Preço.

CLÁUSULA SETIMA – DO PREÇO E RESERVA ORÇAMENTARIA

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula III deste instrumento, e não poderá ultrapassar o valor total Adjudicado.

2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3. A PARTICIPANTE PODERÁ AINDA UTILIZAR ORÇAMENTO MESMO QUE NÃO ESTEJAM PREVISTO NESTE.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92)

5. O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pelas demandantes, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

6. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais/orgãos Participante e não Participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais, onde a demandante deverá demonstra para pedido e emissão de empenho e confecção de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII E ART 56).

1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E GARANTIA

1. a) Entregar os bens em perfeitas condições, dentro do prazo estabelecidos pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante procedência e prazo de garantia;

1. b) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1. c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1. d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

1. e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1. f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

1. g) Responder pelos danos causados diretamente A Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

1. h) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal e seus órgãos.

1.2 DA GARANTIA DOS PRODUTOS

1. a) Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

1. b) No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

1. c) A garantia prevista para o objeto se estende se derivar produto do serviço contratado no que diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;
2.
d) Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante por aplicativo WhatsApp, por e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 24 (vinte quatro) horas;

1. e) Os produtos entregues pela CONTRATADA deverão ter validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido na embalagem.

1. f) Os materiais/produtos deverão obedecer às especificações de acordo com as Resoluções vigentes do País.

1.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

1. b) Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecido neste termo;

1. c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1. d) Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

1. e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FORNECIMENTO 01 – LOCAL DE ENTREGA

1. a) A entrega dos objetos deste Termo de Referência será de acordo com as necessidades da secretaria, através de REQUISIÇÕES emitidas pela SEMAGRI devidamente assinadas pelo Secretário ou pelo servidor responsável designado pelo Secretário da Pasta.

1. b) Deverá ser **retirado no balcão do estabelecimento**pelo servidor da SEMAGRI, formalmente designado (autorizado) para a retirada dos objetos do presente processo.

02 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. a) Os produtos deverão ser entregues de forma **fracionada**, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

*** Os produtos serão recebidos:**

14. b) Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
15. c) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 12(doze) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
16. d) Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.
17. e) Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.
18. f) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1. g) O descarregamento do produto ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

1. h) O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela Administração Municipal não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.
2. i) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1. j) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1. k) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1. l) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.
2. m) Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

03 – PRAZO DE ENTREGA

Os produtos alimentícios (pão francês, presunto e muçarela) objeto do presente processo, deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) minutos e será retirado no balcão do estabelecimento da contratada, de forma fracionada (unidade), que, inclusive, a critério da SEMAGRI, poderá ocorrer todos os dias úteis da semana (de segunda-feira a sexta-feira) no horário de expediente da empresa, mediante REQUISIÇÕES emitidas pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI e devidamente assinadas pelo Secretário da pasta ou pelo servidor responsável designado pelo Secretário Municipal de Agricultura.

04 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

1. a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

1. b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

1. c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

1. d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

1. e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

1. f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

1. g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.

1. h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

1. O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

As sanções de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

1. a) Advertência;
2. b) Multa;
3. c) Rescisão do Contrato;
4. d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;
5. e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.
6. f) Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal. Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

2. O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

3. As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea "f", facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4. Ficam asseguradas as condições também estabelecidas no termo de referência mesmo não estando elencadas neste.

1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (Lei Federal nº 14.133/21, arts. 156 e 157 e in 05/2017)
1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir com o previsto no Instrumento Contratual, ressalvado a hipótese de forma maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:
2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, II e III, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.
4. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
5. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, será deduzido da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.
6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
8. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
9. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005: a) Inexecução total ou parcial do contrato; b) Apresentação de documentação falsa; c) Comportamento inidôneo; d) Fraude fiscal; e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
11. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.

12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a Rescisão Contratual.
13. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
2. O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 117 da Lei 14.133/21.
3. A fiscalização da contratação será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela pasta das participantes, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL
14. A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º.
15. A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
16. A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia,** a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
17. Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
18. A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência:
19. A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILIBRIO ECÔNOMICO-FINANCEIRO
1. De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que poderá ser revisto a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
2. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
5. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
7. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
8. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006 e em consonância com o Decreto Federal de n. 892/2013.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. pela Administração, quando:
1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
1.1.4. Por razões de interesse públicas, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. Pelo licitante vencedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS
A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada pela Comissão de Implantação do Sistema do Registro de Preço.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integra esta Ata o edital de **Pregão Eletrônico nº. 20/2025**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos dos **Processo nº 0474/2025.**

2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº. 20/2025, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito de Chupinguaia, Estado de Rondônia.

3. E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito De Chupinguaia

A. SILVA DE LIMA
04.522.889/0001-28

Assinado de forma digital por:
ANTONIO SILVA DE LIMA
34756183972
Dados: 06/05/2025 14:07:13

Publicado por:
Magno Barbosa da Silva Ferreira
Código Identificador:58C52DBD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.656, DE 07 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal Aprovou**, **e Eu**, **Sanciono** e **Promulgo** a seguinte;

LEI:

Art. 1º - **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R$ 264.776,20** (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais e Vinte Centavos), necessário para a ***"inclusão"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

I– **Recursos do SUS**: através de **"Superávit Financeiro" (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, apurado no **Balanço Patrimonial do Exercício de 2024 (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

a) RESOLUÇÃO Nº 077/2025/SESAU-CIB, DE 13 DE MARÇO DE 2025, que Aprova a
reprogramação do saldo financeiro remanescente do Fundo Municipal de Saúde de Colorado do Oeste, proveniente do Fundo Estadual de Saúde (FES) de Rondônia, repassado por força da **Portaria nº 2.148, de 26 de maio de 2023**, para o custeio de procedimentos cirúrgicos, conforme o **Plano de Trabalho** aprovado.

II – **Recursos Ordinários (Próprios)**: através de **"Transferência"** por **Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**.

Art. 3º - Esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 7 DE MAIO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
ID: 458628 e CRC: 48322F1C

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.656

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto nos artigos 1º e 2º da Lei) – INCLUSÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de Superávit Financeiro (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
*Recursos do SUS							
**Resolução nº 077/2025/SESAU-CIB - Portaria nº 2.148, de 26 de maio de 2023 (Banco do Brasil, Agência nº 1381-1, Conta nº 21.812-X)							
09.00	SEMUSA						

09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.302.0017.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	741	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.2.621 0	TFFRSUSPGE SD	244.873,20
TOTAL							**244.873,20**
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
08.00	**SEMELJU**						
08.01	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude						
08.01.27.812.0015.1.030	Obras de Melhoria nas Instalações Físicas do Ginásio e Complexo Poliesportivo	742	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 7003	RNVI CFUIEP	19.903,00
TOTAL							**19.903,00**
TOTAL GERAL							**264.776,20**

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto no artigo 2º da Lei) – REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
08.00	**SEMELJU**						
08.01	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude						
08.01.27.812.0015.1.030	Obras de Melhoria nas Instalações Físicas do Ginásio e Complexo Poliesportivo	679	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 7003	RNVI CFUIEP	19.903,00
TOTAL GERAL							**19.903,00**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 7 DE MAIO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
07/05/2025 13:04:04

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br

informando o ID 458628 e o CRC 48322F1C.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:69DEF0BA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025
PROCESSO Nº 408/SEMAD/2025

Aos 06 dias do mês maio do ano de 2025, na sala do setor de licitações, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **Agenilton dos Santos Filho**, e a empresa descrita a baixo. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO de soros fisiológicos.

1 – OBJETO
Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de Água Mineral acondicionada em galões de 20lt, copos de 200ml e garrafas de 500ml, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, tudo conforme descrito no ANEXO 01 (Termo de Referência), deste Edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição**.**

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações dos produtos (água mineral), as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS MODELO LTDA – CNPJ: 50.395.982/0001-36

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UND	Quant.	V. UNT	V.TOTAL
01	ÁGUAMINERAL,NATURAL, ACONDICIONADOEM GARRAFÃODE POLICARBONATO ATÓXICOE TRANSPARENTE, COMCAPACIDADEPARA20L RESPECTIVAINFORMAÇÃODASCARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS E DA COMPOSIÇÃO QUÍMICANAEMBALAGEMECOMSELO/LACREDAFAZENDAESTADUAL.	Lindagua	Unid.	5.300	14,76	78.228,00
02	ÁGUAMINERAL,NATURAL, ACONDICIONADA EM COPO DE POLICARBONATO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 ML, E RESPECTIVA INFORMAÇÃO DAS CARACTERISTICAS FÍSICO-QUÍMICAS E DA COMPOSIÇÃO QUÍMICA NA EMBALAGEM, CAIXA COM48UNIDADES.	Lindagua	Caixa	445	47,79	21.566,55
03	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS DE 500 ML, LACRE DE SEGURANÇA PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, FARDOCOM12UND.	Lindagua	Farndo	780	22,49	17.542,20
Valor Total R$						**117.036,75**

3 – ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. A Secretaria Municipal de Administração do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais de **Água Mineral acondicionada em galões de 20lt, copos de 200ml e garrafas de 500ml**.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.

4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.10 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO

5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

5.1.1. O remanejamento de que trata o**caput**somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.

5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;

7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sitio Oficial do Município;
7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA
8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;
8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item .....10.
8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
8.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;
10.2.5. seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
10.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRATO
11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
11.1.1. for liberado;
11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;
11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:
Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;
O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
14.1. Fase – Recebimento
14.1.1. Para recebimento será levado em consideração a quantidade e qualidade dos produtos (agua mineral), e todas as normas estabelecidas no edital e legislação vigente com a fiscalização do poder público municipal através de suas comissões.
14.1.2. Recebimento Provisório
14.1.2.1. Atividade que consiste na verificação das informações contidas no Edital da licitação, Nota de Empenho e da Nota Fiscal. Esta atividade está limitada à conferência de endereço, CNPJ, validade do documento fiscal, qualidade e das quantidades dos itens que estão sendo entregues;
14.1.3. Recebimento Definitivo
14.1.3.1. Consiste no desenvolvimento de atividades de inspeção e ensaios, para verificação e comprovação da qualidade dos produtos (agua mineral), em relação às especificações técnicas, se necessário.
14.2. Fase - Acompanhamento da entrega das aguas minerais

14.2.1. Os produtos (agua mineral) ofertados nesta licitação terão garantia contratual, conforme dispõe o art. 26, do Código de Defesa do Consumidor - CDC;
14.2.2. Os proponentes assumem o compromisso de substituir os dos produtos (agua mineral), sempre que notificado a fazê-la pelas Secretarias Participante de Registro, o que será feito por meio de Ofício.
14.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, dos produtos (agua mineral), sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15.1– O pagamento ocorrera em até 20 (vinte) dias, após o recebimento dos produtos (agua mineral), mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.
15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada
16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.
16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:
16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;
16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciadores, participantes e aderentes.
16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.
16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.
16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.33/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025** e a proposta da Detentora.
Fica eleito o foro do Município de Costa Marques/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

AGENILTON DOS SANTOS FILHO
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 011/GAB/2025

ROSANGELA JACINTHO DE LIMA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 013/GAB/2025

WELCKLEN SILVA DE JESUS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 10/GAB/2025

JOELMA FREITAS DE LIMA
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania
Decreto nº 015/GAB/2025

FRANCISCO FEITOSA LIMA
Sec. Municipal de Turismo e Meio Ambiente

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS MODELO LTDA
CNPJ: 50.395.982/0001-36

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:099B524B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09 / 2025
PROCESSO Nº 327/SEMAD/2025

Aos 07 dias do mês maio do ano de 2025, na sala do setor de licitações, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **Agenilton dos Santos Filho**, e as empresas a baixo. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO de Materiais de expediente.

1 – OBJETO

Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Expedientes diversos, visando atender a demanda de todas as secretarias do município, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, tudo conforme termo de referência do edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição**.**

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dos materiais de expedientes/papelaria, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

S. S. DOS SANTOS PEREIRA - CNPJ: 09.192.398/0002-60						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**Marca**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
01	AGENDA COM CAPA DURA, EM ASPIRAL, TAMANHO APROXIMADO 15X21 CM, DEVERÁ CONTER ÍNDICE TELEFÔNICO, 01 DIA POR FOLHA, NO MÍNIMO 03 PAGINAS PARA ANOTAÇÕES CALENDÁRIOS (2022, 2023 E 2024), BOLSA PLÁSTICA NO INICIO. COR PRETA. ÓTIMO ACABAMENTO	Kit	UNID	410	50,00	20.500,00
02	ALCOOL LÍQUIDO CONCENTRAÇÃO DE 70 POR CENTO EMBALAGEM DE 1 L, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE ÁGUA, ALCOOL ETÍLICO 96, DESNATURANTE, PRINCÍPIO ATIVO ALCOOL ETÍLICO 96.	Santa cruz	UNID	1.430	16,00	22.880,00
07	BALÃO DE FESTA LISO, MATERIAL LÁTEX RESISTENTE, CORES VARIADAS. TAMANHO Nº 7, PACOTE COM 50 UNIDADES	Big mais N07	PCT	390	24,40	9.516,00
08	BALÃO DE FESTA LISO, MATERIAL LÁTEX RESISTENTE, CORES VARIADAS. TAMANHO Nº 9, PACOTE COM 50 UNIDADES	Big mais N09	PCT	445	27,00	12.015,00
09	BALÃO DE FESTA METALIZADO, MATERIAL LÁTEX RESISTENTE, CORES VARIADAS. TAMANHO Nº 7, PACOTE COM 50 UNIDADES	Big mais N07	PCT	390	23,00	8.970,00
12	BASTÃO COLA SILICONE, SEMI TRANSPARENTE, ESPESSURA: FINA 7,5MM X 30CM EMBALAGEM: 1KG. COMPOSIÇÃO RESINA DE EVA E RESINA TAQUIFICANTE	Classe	PCT	445	90,00	40.050,00
13	BASTÃO COLA SILICONE, SEMI TRANSPARENTE, ESPESSURA: GROSSA 11,2MM X 30CM EMBALAGEM: 1KG. COMPOSIÇÃO RESINA DE EVA E RESINA TAQUIFICANTE.	Classe	PCT	445	90,00	40.050,00
16	BORRACHA BICOLOR COM DOIS TIPOS DE TEXTURA PARA APAGAR QUALQUER TIPO DE ESCRITA AZUL E VERMELHO, PADRÃO MERCUR, CX C/ 40 UND 1° QUALIDADE	Red bor	CX	301	59,00	17.759,00
17	BORRACHA BRANCA ESCOLAR NATURAL E ESTIRENO EMBALAGEM: CAIXA COM 40 UNIDADES	Red bor	CX	260	44,90	11.674,00
27	CANETA ESFEROGRÁFICA, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, CORES VARIADAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO CILÍNDRICO, TRANSPARENTE E ESCRITA UNIFORME, CAIXA COM 50 UNIDADES. DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR A BIC, FABER-CASTEL.	Compactor	CX	800	73,90	59.120,00
28	CANETA MARCA TEXTO, COM PONTA CHANFRADA, SECAGEM RÁPIDA CORES VARIADAS CX C/ 12 UND	Planeta	CX	310	37,00	11.470,00
48	CLIPES NIQUELADO, N° 0 PCT C/ 25 CX C/ 100 UND	Bacchi	CX	195	145,00	28.275,00
52	CLIPES NIQUELADO, N° 4/0 PCT C/ 25 CX C/ 50 UND	Bacchi	CX	195	188,00	36.660,00
57	COLA ISOPOR LAVÁVEL E ATÓXICA EMBALAGEM DE 1 KG	Íris	UNID	1.030	64,90	66.847,00
58	COLA LIQUIDA BRANCA LAVÁVEL E ATOXICA COMPOSIÇÃO: BASE ÁGUA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL, CARTOLINA E MATERIAIS POROSOS EM GERAL, EMBALAGEM DE 1 KG.	Íris	UNID	105	34,97	3.671,85
59	COLA LIQUIDA BRANCA LAVÁVEL E ATOXICA COMPOSIÇÃO: BASE ÁGUA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL, CARTOLINA E MATERIAIS POROSOS EM GERAL, EMBALAGEM DE 40G.	Íris	UNID	200	4,00	800,00
70	EMBALAGEM TRANSPARENTE 5KG	Albano	PCT	300	65,90	19.770,00
71	ENVELOPE A4 SACO EM PAPEL KRAFT TAMANHO APROXIMADO 240X340MM, GRAMATURA 80G/M², CX C/500 UNID	Romitec	CX	110	399,00	43.890,00
76	FITA ADESIVA 24 MM DUPLA FACE MASSA DE ADESIVO ACRÍLICO TRANSPARENTE DE ALTA ADESÃO E LINER DE POLIETILENO.	Celta	RL	235	19,98	4.695,30
77	FITA AUTO ADESIVA LARGA, TRANSPARENTE, 48MMX45MM, PCT C/ 4 UNID	Celta	PCT	285	30,79	8.775,15
78	FITA TIPO FITILHO, ROLO 50MT	Fitil	ROLO	120	23,75	2.850,00
79	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO 70MM X 100MT	Celta	ROLO	385	40,50	15.592,50
89	KIT REFIL DE TINTA EPSON T664 NAS CORES PRETO, CIANO, MAGENTA E AMARELO. UTILIZADO NA RECARGA DE BULK INK DOS SEGUINTES MODELOS EPSON: L-200, L-210 L210, L- 110, L-355, L-555, L575 L-575, L-455, L-365, L565 L-565, L220 L-220, L120 L-120, L375 L-375, L-1300 L1300, L475 L-475, L395 L-395, L380 L-380, L495 L-495, L-396. PESO LÍQUIDO 70 ML CADA. PRODUTO ORIGINAL. TINTA CORANTE. GARANTIA DE 3 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Masterprint	KIT	300	237,00	71.100,00
108	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE A4, APERGAMINHADO, OFÍCIO, TAMANHO (C X L): 297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G, M2, COR: BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EMBALAGEM RESISTENTE A UMIDADE, EMBALAGEM COM 500 FLS	Clamex	RESMA	1.045	43,00	9.460,00
126	PILHA PALITO ALCALINA AAA CARTELA COM 4 UNID	Elgin	CART	550	24,90	13.695,00
127	PILHA PEQUENA ALCALINA AA CARTELA COM 4 UNID	Elgin	CART	350	24,90	8.715,00
133	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE FINO EM PLÁSTICO, COM PONTA DE AÇO, BICO DE ALTA PRECISÃO, SUPORTE PARA DESCANSO SOBRE A MESA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 20W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO BIVOLT, CERTIFICADO E LIBERADO PELO INMETRO, UTILIZA COLA DE 07MM.	Classe	UNID	365	34,90	12.738.50
135	PLACA DE ISOPOR 2CM	Isoeste	UNID	360	19,99	7.196,40
136	PLACA DE ISOPOR 3CM	Isoeste	UNID	250	30,90	7.725,00
137	PLACA DE ISOPOR 4CM	Isoeste	UNID	250	40,00	10.000,00
139	PORTA CANETAS/CLIPS DUPLO EM PLÁSTICO CORES VARIADAS	Waleu	UNID	426	25,80	10.990,80
140	PRANCHETA PARA ANOTAÇÕES EM ACRÍLICO, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO, COM PEGADOR DE PAPEL.	Waleu	UNID	680	27,90	18.972,00
154	TESOURA DE PICOTAR EM AÇO INOX, CORTE ZIG ZAG, TAMANHO APROXIMADO DE 21CM.	Masterprint	UNID	110	101,90	11.209,00
157	TINTA GUACHE, PCT C/ 12 CX C/ 6 POTES	Acrilex	CX	200	119,90	23.980,00
Valor Total R$						**691.612,50**

R.L. NASCIMENTO COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E ESPORTIVOS - CNPJ: 05.953.658/0001-31						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**Marca**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
03	ALFINETES PARA MURAL C/ CABEÇA ARREDONDADA COLORIDA DE APROXIMADAMENTE 9,5MM PACOTE COM 100 UNIDADES.	Jocar	PCT	460	31,45	14.467,00

04	ALFINETES PARA MURAL SEM CABEÇA DE APROXIMADAMENTE 9,5MM PACOTE COM 50 UNIDADES.	Jocar	PCT	20	27,39	547,80
05	ALMOFADA CARIMBO, MATERIAL CAIXA PLÁSTICO, MATERIAL ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO, TAMANHO Nº 3, COR AZUL OU PRETA, TIPO ENTINTADA, COMPRIMENTO 12CM, LARGURA 9CM, FORMATO RETANGULAR, ESPESSURA 6MM	Radex	UNID	680	18,90	12.852,00
06	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO BASE PLÁSTICO 150N FLIP TOP CX 1 UM SISTEMA ABRE FECHA FLIP TOP, COM SISTEMA DE GARRAS E DESENVOLVIDOS PARA ARMAZENAR 2 MARCADORES, DIMENSÕES 15X6CM, CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, APAGADOR COM BASE DE PLÁSTICO REFORÇADO, FILTRO SUPER MACIO E RESISTENTE, REFIL SUBSTITUÍVEL	Jocar	UNID	2.410	19,50	46.995,00
14	BOLAS DE ISOPOR 100 MM DE DIÂMETRO	Isoeste	UNID	300	11,95	3.585,00
15	BOLAS DE ISOPOR 150 MM DE DIÂMETRO	Isoeste	UNID	267	16,94	4.522,98
18	BUQUÊ DE FLORES ARTIFICIAL, EM CORES E FORMATOS VARIADOS, CONTENDO NO MÍNIMO 08 FLORES.	Distrisul	UNID	150	85,50	12.825,00
19	CADERNO 200 FOLHAS PAUTADAS 10 MATÉRIAS CAPA DURA PAUTA PADRÃO ESPIRAL PRETA CAPA E CONTRACAPA: FLEXÍVEL, CARTÃO DUPLEX (350G/M²) FOLHAS INTERNAS 56G/M² DIVISÓRIAS 90G/M² DIMENSÕES 200MMX275MM	3B	UNID	1.190	37,50	44.625,00
21	CADERNO ESPIRAL, 96 FOLHAS, MATERIAL CAPA PAPELÃO DURO PLASTIFICADO, FORMATO 200X278MM 202MM, LARGURA 148MM	3B	UNID	550	21,95	12.072,50
23	CAIXA CORRESPONDÊNCIA EM POLIESTIRENO TRIPLO ARTICULÁVEL PARA ARMAZENAMENTO DE OFICIOS EM CORES VARIADAS.	Maxcril	UNID	330	121,00	39.930,00
25	CANETA COM TINTA PERMANENTE PARA ESCRITA EM CD 2.0MM RESITENTE À AGUA, NAS CORES AZUL OU PRETA.	Jocar	UNID	720	6,99	5.032,80
26	CANETA CORRETIVA, PLÁSTICO, PONTA METAL, APLICAÇÃO ESCRITA, 8 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SALIÊNCIA ACHATADA CENTRO E LARGURA MÁXIMA 20 MM, DIÂMETRO 14 MM, COMPRIMENTO TOTAL 138 MM.	Jocar	UNID	520	9,97	5.184,40
56	COLA GLITER 23G CORES VARIADAS PARA TRABALHOS ESCOLARES E ARTESANAIS, ATÓXICA, COM BICO APLICADOR CX C/ 6 UNID.	Gliter	CX	256	40,95	10.483,20
66	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE D'AGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, EM RESINA ACRÍLICA 18 ML.	Jocar	UNID	655	6,47	4.237,85
68	EMBALAGEM PARA PRESENTE ESTAMPADO 60X30CM, PACOTE COM 40 UNID	VMP	PCT	190	352,00	66.880,00
75	ESTRATOR DE GRAMPOS, AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO APROXIMADAMENTEE 145X17 MM	Leo	UNID	440	6,97	3.066,80
87	INFLADOR DE BALÕES ELETRICO, COM 02 BICOS.	NTK	UNID	9	347,00	3.123,00
90	KIT TINTA IMPRESSORA HP TANK GT 51	Hp	KIT	320	187,00	59.840,00
91	KIT TINTA IMPRESSORA HP TANK GT 52	Hp	KIT	320	180,00	57.600,00
93	LÁPIS PRETO, EM MADEIRA SEXTAVADA, COM PONTAS RESISTENTES EM GRAFITE, COM SELO DO INMETRO - CX COM 144 UNIDADES	Cis	CX	165	120,00	19.800,00
101	MASSA MODELAR ATÓXICO, SUPER MACIA PCT C/ 12 UNID	Pira	PCT	160	59,00	9.440,00
103	PAPEL CARBONO FILME A4 100 FLS (AZUL OU PRETA)	Bik	PCT	20	270,00	5.400,00
112	PASTA ARQUIVO, EM PAPEL CARTÃO RECICLADO, TIPO SUSPENSA, LARGURA APROXIMADA 361X240 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISOR, HASTE, CABIDE, GANCHO PLÁSTICO NAS EXTREMIDADE, APLICAÇÃO: ARQUIVO DE DOCUMENTO.	Dello	UNID	1.630	18,00	29.340,00
113	PASTA ARQUIVO, MATERIAL: PLASTICO, TIPO: SIMPLES, LARGURA: 234 MM, ALTURA: 338 MM, CORES VARIADAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 GRAMPO TRILHO, 02 FUROS DISTÂNCIA ENTRE 80 MM, TAMANHO OFICIO	Alaplast	UNID	1.160	8,70	10.092,00
114	PASTA ESTREITA TRANSPARENTE COM ABAS E ELÁSTICO, TAMANHO OFÍCIO, PCT C/ 10 UNID.	Alaplast	PCT	310	50,00	15.500,00
116	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE EM L, TAMANHO OFICIO, 0.15MM PCT C/ 10 UNID	Alaplast	PCT	203	37,00	7.511,00
119	PASTA TIPO CATÁLOGO, CAPACIDADE PARA 100 ENVELOPES PARA DOCUMENTOS EM FORMATO OFICIO 240X330MM, COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO.	Alaplast	UNID	425	51,00	21.675,00
120	PASTA TIPO CATÁLOGO, CAPACIDADE PARA 50 ENVELOPES PARA DOCUMENTOS EM FORMATO OFICIO 240X330MM, COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO.	Alaplast	UNID	385	35,00	13.475,00
128	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, MATERIAL: PLÁSTICO, CORES VARIADAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TINTA À BASE DE ÁLCOOL, PONTA CHANFRADA	Jocar	UNID	1.035	15,00	15.525,00
141	PURPURINA POTE COM 4G CORES VARIADAS	Brik fest	UNID	200	5,00	1.000,00
147	RESMA DE PAPEL CASCA DE OVO A4, GRAMATURA 180G CORES VARIADAS, CONETNDO 50 FLS	usapel	PCT	335	50,00	16.750,00
158	TINTA PARA CARIMBO, CORES VARIADAS, COMPONENTES: ÁGUA, PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: ALMOFADA, CAPACIDADE FRASCO: 40 ML	Radex	UNID	310	13,00	4.030,00
161	TNT ESTAMPADO DIVERSAS CORES, ROLO COM 50 MT	Faber	RL	65	500,00	32.500,00
162	TNT LAMINADO DIVERSAS CORES, ROLO COM 50 MT	Faber	RL	30	900,00	27.000,00
164	VELCRO 25MM, ROLO COM 25 MT	VMP	RL	70	120,00	8.400,00
Valor Total R$						**645.308,33**

DIB & AZZI LTDA - CNPJ: 07.503.289/0001-00

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Marca	UND	Quant.	V. UNT	V.TOTAL
10	BALÃO DE FESTA METALIZADO, MATERIAL LÁTEX RESISTENTE, CORES VARIADAS. TAMANHO Nº 9, PACOTE COM 50 UNIDADES	Art latex	PCT	400	42,00	16.800,00
20	CADERNO BROCHURA DE 96 FLS PAUTADAS, CAPA DURA EM CORES VARIADAS, CONTENDO ESPAÇO NA CAPA PARA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO MATERIAL. PADRÃO TILIBRA OU SIMILAR	Tilibra	UNID	1.240	24,00	29.760,00
24	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, NÚMEROS GRANDES, DUPLO ZERO E PORCENTAGEM, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15X12 CM	Kenko	UNID	347	71,00	24.637,00
55	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA MULTIUSO TUBO COM 100G PARA COLAGEM EM DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, CONTENDO BICO APLICADOR.	Tek bond	UNID	556	46,00	25.576,00
67	ELÁSTICO BRANCO 16 MM, ROLO COM 10MT	Real	RL	50	23,00	1.150,00
69	EMBALAGEM PARA PRESENTE ESTAMPADO 90X45CM, PACOTE COM 40 UNID	Vmp	PCT	200	202,00	40.400,00
72	ENVELOPE MÉDIO SACO EM PAPEL KRAFT TAMANHO APROXIMADO 160X180X14MM, GRAMATURA 80G, CX C/500 UNID	Scrity	CX	20	232,00	4.640,00
81	FOLHAS DE E.V.A LISO DIVERSAS CORES, NO TAMANHO APROXIMADO 60X40X0.40CM PCT C/ 10 UND	Leo Leo	PCT	950	48,00	45.600,00
83	GRAMPEADOR MATERIAL: AÇO TIPO: TAPECEIRO TAMANHO GRAMPO: 106/4 A 106/14 GRAMPEADOR 106/8 DE PRESSÃO.	Jocar	UNID	240	112,00	26.880,00
84	GRAMPEADOR, MATERIAL: METAL, TIPO: MESA, TAMANHO GRAMPO: 26,6 E 26,8 DIMENSÕES APROXIMADAS 20,1 X 5X9,5 CM	Jocar	UNID	175	70,00	12.250,00
85	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 106/8 COBREADO CX C/ 10 CX C/ 3000 UNID	Jocar	CX	80	68,00	5.440,00
86	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 COBREADO CX C/ 10 CX C/ 5000 UNID	Jocar	CX	145	41,00	5.945,00
92	LÁPIS DE COR EM MADEIRA SEXTAVADA, COM PONTAS RESISTENTES, COLORIDAS, NO TAMANHO GRANDE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 170MM, CAIXA COM 12 CORES.	Leo Leo	UNID	200	14,00	2.800,00
94	LAPISEIRA ESCOLAR GRAFITE COM CORPO EM PLÁSTICO RESISTENTE E PARTE EMBORRACHADA PARA FIRMEZA AO ESCREVER, COM BORRACHA NO TOPO COM TAMPA, COM PONTAS DE 0.7MM. PADRÃO FABER CASTEL	Jocar	UNID	470	12,00	5.640,00
95	LINHA TIPO LASTEX 16MM TUBO DE 25MTS	Real	RL	25	24,00	600,00
100	MANGUEIRA LUMINOSA EM LED COLORIDA CONTENDO MÍNIMO 5 CONECTORES,	Tradição	RL	24	1.424,00	34.176,00

	ROLO C/ 100 MT.					
102	PAPEL AUTO-ADESIVO PARA RECADO, REMOVÍVEIS, CONTÉM 4 UNID TIPO POST IT, MEDINDO 38 MM X 51 MM, COLORIDA	Jocar	UNID	720	19,90	14.328,00
104	PAPEL CARTÃO 180G/M2 LARGURA DE 50CM CORES VARIADAS PCT C/ 20 FLS	Vmp	PCT	260	59,00	15.340,00
105	PAPEL COLOR SET GRAMATURA: 110 G/M2 COMPRIMENTO: 66 CM COR: VARIADA LARGURA: 48 CM, PCT COM 20 FLS	Vmp	PCT	410	64,00	26.240,00
106	PAPEL CONTACT ROLO, COM 25 MT TRANSPARENTE	Vmp	RL	150	201,00	30.150,00
107	PAPEL LAMINADO COMPRIMENTO: 60 CM CORES VARIADAS, LARGURA DE 50 CM, CARTOLINA LAMINADA 180G/M2	Vmp	UNID	2.100	3,49	7.329,00
109	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE A4, APERGAMINHADO, OFÍCIO, TAMANHO (C X L): 297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G,M2, COR: AZUL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EMBALAGEM RESISTENTE A UMIDADE, EMBALAGEM COM 500 FLS	Report	RESMA	220	43,00	44.935,00
110	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE A4, APERGAMINHADO, OFÍCIO, TAMANHO (C X L): 297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G, M2, COR: ROSA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EMBALAGEM RESISTENTE A UMIDADE, EMBALAGEM COM 500 FLS	Report	RESMA	220	51,00	11.220,00
111	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE A4, APERGAMINHADO, OFÍCIO, TAMANHO (C X L): 297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G, M2, COR: VERDE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EMBALAGEM RESISTENTE A UMIDADE, EMBALAGEM COM 500 FLS	Report	RESMA	220	49,00	10.780,00
117	PASTA PLÁSTICA, COM ABAS E ELÁSTICO, TAMANHO MÍNIMO OFÍCIO, ALTURA 3,5 CM, PCT C/ 10 UNID	Dac	PCT	230	78,00	17.940,00
121	PEN DRIVE 64 GB DE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, CONECTOR USB 2.0 OU SUPERIOR, ALTA VELOCIDADE DE TRANSFERENCIA DE ARQUIVOS.	Multilaser	UNID	280	84,00	23.520,00
122	PERCEVEJO, MATERIAL: ARAME E CHAPA DE AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTADO, TAMANHO: 9 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM PARA FIXAÇÃO DE PAPÉIS OU MAPAS COMPOSTO EM ARAME E CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM PONTAS PERFURANTES CONTÉM 100 UNIDADES	Jocar	UNID	210	7,70	1.617,00
123	PERFURADOR DE PAPEL CORPO EM METAL E PLÁSTICO, CAPACIDADE PERFURAÇÃO DE 20 FLS, COM BASE ANTIDESLIZANTE, 02 FUROS, COM MARGEADOR.	Jocar	UNID	140	33,00	4.620,00
124	PERFURADOR DE PAPEL CORPO EM METAL E PLÁSTICO, CAPACIDADE PERFURAÇÃO DE 50 FLS, COM BASE ANTIDESLIZANTE, 02 FUROS, COM MARGEADOR.	Jocar	UNID	295	101,00	29.795,00
125	PERFURADOR DE PAPEL EM FERRO FUNDIDO, CAPACIDADE PERFURAÇÃO DE 100 FLS, COM BASE ANTIDESLIZANTE, 02 FUROS, COM MARGEADOR, COM ALAVANCA DE PERFURAÇÃO EM AÇO REVESTIDO DE BORRACHA.	Karro	UNID	105	319,00	33.495,00
129	PINCEL PARA PINTURA Nº 08	Leo Leo	UNID	210	6,00	1.260,00
130	PINCEL PARA PINTURA Nº 10	Leo Leo	UNID	210	8,00	1.680,00
131	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	Leo Leo	UNID	70	15,90	1.113,00
132	PINCEL PARA QUADRO BRANCO CX COM 12 UNID, CORES VARIADAS.	Jocar	CX	170	79,00	13.430,00
134	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE GROSSSO EM PLÁSTICO, COM PONTA DE AÇO, BICO DE ALTA PRECISÃO, SUPORTE PARA DESCANSO SOBRE A MESA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 60W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO BIVOLT, CERTIFICADO E LIBERADO PELO INMETRO, UTILIZA COLA DE 11MM.	Jocar	UNID	155	48,80	6.944,00
138	PLUMAS DE AVESTRUZ CORES VARIADAS APROXIMADA 30 CM	Colorado	UNID	300	72,00	21.600,00
142	REABASTECEDOR ESPECIAL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, COM TINTA PERMANENTE A BASE DE ÁLCOOL DE SECAGEM RÁPIDA, CORES VARIADAS, FRASCO DE APROXIMADAMENTE 200ML.	Jocar	UNID	410	78,00	31.980,00
144	RÉGUA DE 100 CM, EM POLIESTIRENO, COM GRADUAÇÃO PRECISA.	Master print	UNID	50	63,00	3.150,00
146	RÉGUA DE 30 CM, EM POLIESTIRENO CORES VARIADAS, FLEXÍVEL, COM GRADUÇÃO PRECISA, PCT C/ 25 UNID	Jocar	PCT	110	137,00	15.070,00
148	RESMA DE SULFITÃO BRANCO, TAMANHO APROXIMADO DE 88X66CM, GRAMATURA DE 70G/M², PCT C/ 100 FLS	Vmp	PCT	240	198,00	47.520,00
149	RESMA PAPEL FOTOGRÁFICO A4, GRAMATURA 180G, BRILHANTE, RESISTENTE A AGUA PCT C/ 10 UNID	Master print	PCT	250	24,00	6.000,00
150	TECIDO EM CETIM DE CORES VARIADAS, LISO, ROLO DE 1,50MT DE LARGURA POR 50MTS DE COMPRIMENTO.	Aquarela	ROLO	15	689,00	10.335,00
151	TECIDO EM JACQUARD DE CORES VARIADAS, ROLO DE 2,8MT DE LARGURA POR 25MTS DE COMPRIMENTO.	Aquarela	ROLO	25	999,99	24.999,75
152	TECIDO EM MORIM DE CORES VARIADAS, ROLO DE 80CM DE LARGURA POR 25MTS DE COMPRIMENTO.	Aquarela	ROLO	10	298,00	4.470,00
153	TECIDO EM MALHA DE CORES VARIADAS, ROLO DE 1,50MT DE LARGURA POR 50MTS DE COMPRIMENTO.	Aquarela	ROLO	15	238,00	2.380,00
155	TESOURA MEDIA PARA ESCRITÓRIO EM AÇO INOX, TAMANHO APROXIMADO DE 18CM	Joca	UNID	314	24,90	7.818,60
156	TESOURINHA ESCOLAR SEM PONTA, PCT C/ 12 UNID	Leo Leo	PCT	75	64,80	4.860,00
159	TINTA SPRAY 360 ML, DIVERSAS CORES	Tek bond	UNID	380	39,99	15.196,20
165	VIDRO DE TINTA PARA PINCEL ATÔMICO CX C/ 12 UNID	Jocar	CX	120	59,90	7.188,00
Valor Total R$						**780.597,55**

S.N.B DE SANTANA INTERMEDIAÇÃO DE SERVIÇOS E NEG. EM GERAL - CNPJ: 43.351.307/0001-40						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**Marca**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
11	BARBANTE, MATERIAL 85 POR CENTO ALGODÃO 15 POR CENTO OUTRAS FIBRAS, COR NATURAL CRU, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TORCIDO Nº 6, 500GRS	Icofil	UNID	470	49,49	23.260,30
22	CAIXA ARQUIVO MORTO OFÍCIO DESMONTÁVEL EM PLÁSTICO, NAS CORES VARIADAS, NO TAMANHO APROXIMADO DE 35X25X13	Dac	UNID	1.900	12,96	24.624,00
29	CAPA DE PROCESSO PACOTE COM 10 UNIDADES CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET CORES BRANCAS, VERDES, AZUIS E AMARELAS DE ACORDO COM A SECRETARIA, ALTO TEOR DE ALVURA E BAIXO ÍNDICE DE POROSIDADE, DEVENDO ACEITAR IMPRESSÃO DA ESCRITA A TINTA SEM BORRAR.	Rmk	PCT	144	88,99	12.814,56
30	CARTOLINA MATERIAL: CELULOSE VEGETAL GRAMATURA: 150 G/M2 COMPRIMENTO 660 MM CORES DIVERSAS LARGURA: 500 MM PACOTE COM 100 FOLHAS.	Fratoni	RESMA	340	215,99	73.436,60
49	CLIPES NIQUELADO, N° 1 PCT C/ 25 CX C/ 100 UND	Jocar	CX	195	167,00	33.400,00
50	CLIPES NIQUELADO, N° 2/0, PCT C/ 25 CX C/ 100 UND	Jocar	CX	200	174,89	34.978,00
51	CLIPES NIQUELADO, N° 3/0 PCT C/ 25 CX C/ 50 UND	Jocar	CX	200	177,99	34.708,05
53	CLIPES NIQUELADO, N° 6/0 PCT C/ 25 CX C/ 50 UND	Jocar	CX	195	209,99	40.948,05
54	CLIPES NIQUELADO, N° 8/0 PCT C/ 25 CX C/ 50 UND	Jocar	CX	195	138,99	27.103,05
60	COLCHETE LATONADO N° 11, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	205	16,69	3.421,45
62	COLCHETE LATONADO N° 13, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	205	13,85	2.631,50
63	COLCHETE LATONADO N° 14, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	215	17,69	3.449,55
64	COLCHETE LATONADO N° 15, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	190	21,97	4.723,55
73	ESTILETE, TIPO: ESTREITO, ESPESSURA: 9 MM, MATERIAL CORPO:	Jocar	UNID	360	21,99	7.916,40

	EMBORRACHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BLOQUEADOR DE LÂMINA COM PARAFUSO					
Valor Total R$						**327.415,06**

DERIO DANTAS DE ALENCAR LTDA. CNPJ: 26.983.250/0001-82						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**Marca**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
31	CARTUCHO DE CILINDRO COMPATÍVEL HP CF-219A CF219 CF-219 COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS HP: M132 M-132, 132NW, 132FN, 132FW, 132A, 132SNW, 132FP, M104A M104 104A, M130FN M130 130FN, M104W 104W, M130FW 130FW, M130A 130A, M130NW 130NW, M102A M102 M-102A, M102W M-102W, M132SNW M132FP. FOTOCONDUTOR COM RENDIMENTO MÉDIO DE 12.000 PÁGINAS, COM GARANTIA DE 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Evolut CF219	UNID	54	187,00	10.098,00
32	CARTUCHO DE CILINDRO COMPATÍVEL HP CF-232A COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS HP: M203D M203DN M203DW M227FDW M227SDN M230FDW M206DN. FOTOCONDUTOR COM RENDIMENTO MÉDIO DE 12.000 PÁGINAS, COM GARANTIA DE 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Evolut CF232	UNID	207	216,00	44.712,00
33	CARTUCHO DE CILINDRO ORIGINAL BROTHER TN 1060 COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS MODELO DCP 1617NW	Brother TN-1060	UNID	195	187,00	36.465,00
34	CARTUCHO DE CILINDRO ORIGINAL BROTHER TN 2370 COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS MODELO DCP L2540DW	Brother TN-2370	UNID	160	297,00	47.520,00
35	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL COM BROTHER DR3440BR UTILIZADO NOS TONERS TN3472 TN-3472, TN3422 TN-3422, TN3442 TN-3442, TN3492 TN-3492, TN3472BR TN3422BR TN3442BR TN3492BR. PARA USO NOS SEGUINTES MODELOS BROTHER: DCP-L5652DN DCPL5652 DCPL5652, DCPL5602DN DCP-L5602DN DCP-L5602 DCPL5602, MFC-L5702DW MFC-L5702 MFCL5702, DCPL5502DN DCP-L5502 DCPL5502, MFC-L6702DW MFCL6702DW MFC-L6702 MFCL6702, MFC-L5902DW MFCL5902DW MFC-L5902 MFCL5902, MFCL5802DW MFCL5802DW MFCL5802 MFC-L5802, MFC-L6902DW MFCL6902DW MFC-L6902 MFCL6902, HL-L5102DW HL-L5102 HLL5102, HL-5202DW HL5202DW HL-L5202 HLL5202, HL-L6402DW HLL6402DW HL-L6402 HLL6402, HL-L6202DW HLL6202DW HL-L6202 HLL6202. PRODUTO COM QUALIDADE DE IMPRESSÃO SEMELHANTE AO ORIGINAL. NOVO.	Evolut TN-3472	UNID	55	297,00	16.335,00
36	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL HP CF 226A UTILIZADO NOS SEGUINTES EQUIPAMENTOS LASERJET HP: M-426, M-426FDW, M- 426DW, M-402DN, M-402N, M426FDN M-426FDN, M402D M-402D. RENDE EM MÉDIA 3.100 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 PO CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4.	Evolut M426	UNID	55	197,00	10.835,00
37	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL HP CF 230A CF230 CF-230 UTILIZADO NOS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS LASERJET HP M 203, M 227, M 203DW, M 203DN, M 227FDW, M 227SDN. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 POR CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4. PRODUTO COM QUALIDADE DE IMPRESSÃO SEMELHANTE AO CARTUCHO ORIGINAL, COM GARANTIA DE 01 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Evolut CF230	UNID	260	197,00	51.220,00
38	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL HP CF-218A UTILIZADO NOS EGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS LASERJET DA HP M132 M-132, 132NW, 132FN, 132FW, 132A, M132SNW 132SNW, M132FP 132FP, M104A M104 104A. RENDIMENTO MÉDIO DE 1.400 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 POR CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4. PRODUTO NOVO DE EXCELENTE QUALIDADE.	Evolut CF218	UNID	45	227,00	10.215,00
39	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL HP CF-219A CF219 CF-219 UTILIZADOS NOS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS HP: M132 M-132, 132NW, 132FN, 132FW, 132A, 132SNW, 132FP, M104A M104 104A, M130FN M130 130FN, M104W 104W, M130FW 130FW, M130A 130A, M130NW 130NW, M102A M102 M-102A, M102W M-102W, M132SNW M132FP. KIT FOTOCONDUTOR COM RENDIMENTO MÉDIO DE 12.000 PÁGINAS, COM GARANTIA DE 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	Evolut CF219	UNID	60	225,00	13.500,00
40	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL BROTHER MODELO TN 1060 COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS DCP 1617NW, ALTO RENDIMENTO.	Brother TN1060	UNID	185	247,00	45.695,00
41	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL BROTHER MODELO TN 2370 COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS DCP L2540NW, ALTO RENDIMENTO.	Brother TN2370	UNID	205	287,00	58.835,00
42	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL NT-PB211 PARA UTILIZAÇÃO EM EQUIPAMENTOS ELGIN PANTUM P2500W, M6550NW RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 POR CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER QUE OFERECE EXCELENTE QUALIDADE DE IMPRESSÃO.	Elgin PB211	UNID	130	387,00	50.310,00
43	CARTUCHO DE TONER UNIVERSAL COMPATÍVEL COM HP CB-435A, CB435, CB-436A, CB436, CE-285A, CE285. COMPATÍVEL PARA USO EM: P1005, P-1005, M1522, M-1522, P1102, P-1102, M1132, M-1132, P1006, P-1006, 1505, 1505N, M1552, M-1552N, M-1552N, M1552NF, M- 1552NF, M1120, M-1120, M1120N, M-1120N, P1102W, P-1102W, M1130, M-1130. COR: PRETO. RENDIMENTO APROXIMADO 2.000 IMPRESSÕES COM 5 POR CENTO DE COBERTURA.	Evolut CB435	UNID	295	137,00	40.415,00
44	CARTUCHO TONER COMPATÍVEL COM HP CF 217A CF217 CF-217 UTILIZADO NOS SEGUINTES MODELOS DE EQUIPAMENTOS LASERJET HP M 130, M 102, M 130FW, M130A M 130A, M130FN M 130FN, M 130NW, M102A M 102A, M 102W. RENDE EM MÉDIA 1.600 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 POR CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4.	Evolut CF217	UNID	45	157,00	7.065,00
45	CARTUCHO TONER HP CF-280A 80A CF280 PRO 400. PODE SER UTILIZADO NOS MODELOS: M-425, M-401, M-401N, M-425DN, M-401DNE, M-401DN, M-401DW. COM UM RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 2.300 PÁGINAS CONSIDERANDO 5 POR CENTO DE COBERTURA NO PAPEL A4. TONER COMPATÍVEL COM O ORIGINAL.	Evolut CF280	UNID	45	157,00	7.065,00
46	CARTUCHO TONER HP CF-283A. TONER COMPATÍVEL COM O ORIGINAL, PODE SER UTILIZADO EM MULTIFUNCIONAL HP M-127FN M127, M-127FW M-127, M-125 M125A M-125A, M-201, M-225, M-226, M-202. TONER CF283 CF-283 DE ALTÍSSIMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, COM UM RENDIMENTO MÉDIO DE 1.500 PÁGINAS CONSIDERANDO UMA COBERTURA DE 5 POR CENTO NO PAPEL A4.	Evolut CF283	UNID	295	147,00	34.365,00
47	CARTUCHO TONER HP Q-2612A Q-2612. UTILIZADO EM MODELOS HP: 1010, 1012, 1015, 1018, 1020, 1022, 3015, 3030, 3050, 3052, 1319, 1022N, 3050N, 1319F, 1022NW, 3055N, 3055NF, M1319F M-1319F, M1005 M-1005. TONER 2612A COMPATÍVEL COM O ORIGINAL. PROPORCIONA IMPRESSÕES DE ALTÍSSIMA QUALIDADE NA COR PRETO/BLACK. COM UM RENDIMENTO PADRÃO DE 2.000 PÁGINAS COM COBERTURA TOTAL DE 5 POR CENTO NO PAPEL A4. TONER 12A COMPATÍVEL, NOVO.	Evolut Q2612	UNID	195	147,00	28.665,00
88	KIT REFIL DE TINTA EPSON T-504 NAS CORES PRETO, CIANO, MAGENTA E AMARELO. TINTA PARA USO NAS SEGUINTES MULTIFUNCIONAIS ECOTANK EPSON: L-4150, L-4160, L-6161, L-6191, L-6171. PRODUTO ORIGINAL COM 70ML DE TINTA.	Epson T504	KIT	305	224,00	68.320,00
Valor Total R$						**590.635,00**

E J DE PAULA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO - CNPJ: 41.382.652/0001-15						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**Marca**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
61	COLCHETE LATONADO N° 12, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	195	17,96	3.681,80
65	COLCHETE LATONADO N° 8, CX C/ 72 UND, 1° QUALIDADE	Bochi	CX	190	15,34	2.914,60
74	ESTILETE, TIPO: LARGO, MATERIAL CORPO: METAL, COMPRIMENTO: 170 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TRAVA DE SEGURANÇA	Jocar	UNID	345	11,99	4.136,55
80	FOLHAS DE E.V.A COM GLITER DIVERSAS CORES, NO TAMANHO APROXIMADO DE 60X40X0.40CM PCT C/ 05 UND	Beo arte	PCT	650	82.49	53.618,50
82	GRAMPEADOR DE MÃO TIPO ALICATE EM INOX CAPACIDADE PARA GRAMPEAR 20 FLS PARA GRAMPOS DE 26/6.	Jocar	UNID	344	32,98	11.345,12

96	LIVRO ATA CAPA DURA C/ 100 FLS PAUTADAS E NUMERADAS NO TAMANHO APROXIMADO DE 205X300MM, GRAMATURA 56G/M² PCT C/ 5 UND	Tilibra	PCT	370	139,99	51.796,30
97	LIVRO ATA CAPA DURA C/ 200 FLS PAUTADAS E NUMERADAS NO TAMANHO APROXIMADO DE 205X300MM, GRAMATURA 56G/M² PCT C/ 5 UND	Tilibra	PCT	260	229,99	59.797,40
98	LIVRO ATA CAPA DURA C/ 50 FLS PAUTADAS E NUMERADAS NO TAMANHO APROXIMADO DE 205X300MM, GRAMATURA 56G/M² PCT C/ 5 UND	Tilibra	PCT	85	109,99	9.349,15
99	LIVRO DE PROTOCOLO CORRESPONDÊNCIA CAPA DURA 1/4 PCT C/ 05 UNID DE 100 FLS	Tilibra	PCT	165	118,99	19.633,35
115	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO, EM CARTOLINA 240G/M2, PACOTE COM 10 UNIDADES.	Polibras	PCT	300	69,98	20.994,00
118	PASTA REGISTRADOR AZ TAM. OFÍCIO LARGO EM MATERIAL PERCALUX COM FERRAGEM REMOVÍVEL, PRESILHA COM BOTÃO DE ALTA PRECISÃO, VISOR EM PVC.	Polibras	UNID	870	24,98	21.732,60
143	REFIL P/ TONNER EMBALAGEM DE 1 KG COMPATÍVEL COM HP.	Kora	UNID	310	199,99	61.996,90
145	RÉGUA DE 30 CM, EM ALUMÍNIO CORES VARIADAS, COM GRADUÇÃO PRECISA.	Tilibra	UNID	680	13,89	9.445,20
160	TNT DIVERSAS CORES, ROLO COM 50 MT	Santa fé	RL	275	159,99	43.997,25
163	UMEDECEDOR DE DEDO EM PASTA, NÃO TÓXICA, PESO LÍQUIDO DE 12 GR	Santa fé	UNID	485	7,99	3.875,15
Valor Total R$						**378.313,87**

3 – ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. A Secretaria Municipal de Administração do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens e/ou serviços comuns.

3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/24.

3.3. Será órgão participante do registro de preços:

Secretaria Municipal de administração;

Secretaria Municipal de educação;

Secretaria Municipal de saúde;

Secretaria Municipal de assistência social e cidadania;

Secretaria Municipal de esporte;

Secretaria Municipal de turismo.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.

4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.10 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO

5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

5.1.1. O remanejamento de que trata o**caput**somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.

5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;
7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sitio Oficial do Município;
7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA
8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;
8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item .....10.
8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
8.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;
10.2.5. seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
10.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRATO
11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
11.1.1. for liberado;
11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;
11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:
Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;

O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
14.1. Fase – Recebimento
14.1.1. Para recebimento será levado em consideração a quantidade e qualidade dos materiais de expedientes, e todas as normas estabelecidas no edital e legislação vigente com a fiscalização do poder público municipal através de suas comissões.
14.1.2. Recebimento Provisório
14.1.2.1. Atividade que consiste na verificação das informações contidas no Edital da licitação, Nota de Empenho e da Nota Fiscal. Esta atividade está limitada à conferência de endereço, CNPJ, validade do documento fiscal, qualidade e das quantidades dos itens que estão sendo entregues;
14.1.3. Recebimento Definitivo
14.1.3.1. Consiste no desenvolvimento de atividades de inspeção e ensaios, para verificação e comprovação da qualidade dos materiais de expedientes, em relação às especificações técnicas, se necessário.
14.2. Fase - Acompanhamento da entrega dos materiais
14.2.1. Os materiais de Expediente/papelaria ofertados nesta licitação terão garantia contratual, conforme dispõe o art. 26, do Código de Defesa do Consumidor - CDC;
14.2.2. Os proponentes assumem o compromisso de substituir os materiais de expedientes, sempre que notificado a fazê-la pelas Secretarias Participante de Registro, o que será feito por meio de Ofício.
14.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, dos materiais de expedientes, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15.1– O pagamento ocorrera em até o 10 (dez) dias, após o recebimento dos materiais de expediente, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.
15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada
16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.
16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:
16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;
16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciadores, participantes e aderentes.
16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.
16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.
16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.33/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025** e a proposta da Detentora.

Fica eleito o foro do Município de Costa Marques/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

AGENILTON DOS SANTOS FILHO
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 011/GAB/2025

ROSANGELA JACINTHO DE LIMA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 013/GAB/2025

WELCKLEN SILVA DE JESUS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 10/GAB/2025

JOELMA FREITAS DE LIMA
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania
Decreto nº 015/GAB/2025

JUDISMAR PIOGEE MAGIPO
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

FRANCISCO FEITOSA LIMA
Secretário Munic. de Turismo e Meio Ambiente

S.S. DOS SANTOS PEREIRA
CNPJ: 09.192.398/0002-60

R. L. NASCIMENTO COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E ESPORTIVOS
CNPJ: 05.953.658/0001-31

DIB & AZZI LTDA
CNPJ: 07.503.289/0001-00

SNB DE SANTANA ITERMIDIAÇÃO DE SERVIÇOS E NEG. EM GERAL
CNPJ: 43.351.307/0001-40

DERIO DANTAS DE ALENCAR LTDA
CNPJ: 26.983.250/0001-82

E J DE PAULA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO
CNPJ: 41.382.652/0001-15

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:8B3AC1E6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10 / 2025
PROCESSO Nº 343/SEMAD/2025

Aos 07 dias do mês maio do ano de 2025, na sala do setor de licitações, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor **Agenilton dos Santos Filho**, e a empresa descrita a baixo. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO de Gás de cozinha GLP.

1 – OBJETO
Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Gás de cozinha GLP, acondicionado em botijão P-13, visando atender a demanda de todas as Secretarias do município, e em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, tudo conforme termo de referência do edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição**.**

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações dos objetos licitados, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS MODELO LTDA – CNPJ: 50.395.982/0001-36						
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**Quant.**	**V. UNT**	**V.TOTAL**
01	AQUISIÇÃO DE VASILHAMES CHEIOS, BOTIJÃO P-13 PARA ACONDICIONAMENTO E ESTOCAGEM DE GÁS DE COZINHA GLP, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO.	Fogas	UND	**20**	250,00	5.000,00
02	RECARGAS DE GÁS DE COZINHA GLP ACONDICIONADA EM BOTIJÕES DE 13KG RETORNÁVEIS, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO.	Fogas	UND	**484**	144,90	70.131,60
Valor Total R$						**75.131,60**

3 – ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. A Secretaria Municipal de Administração do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços para aquisição de bens e/ou serviços comuns.
3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/24.
3.3. Será órgão participante do registro de preços:
Secretaria Municipal de administração;
Secretaria Municipal de educação;
Secretaria Municipal de saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:
4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.
4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
4.10 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO
5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
5.1.1. O remanejamento de que trata o**caput**somente será feito:
I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.
5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;
7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sitio Oficial do Município;
7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA

8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;
8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item .....10.
8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
8.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;
10.2.5. seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRATO
11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
11.1.1. for liberado;
11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;
11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:
Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;
O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
14.1. Fase – Recebimento
14.1.1. Para recebimento será levado em consideração a quantidade e qualidade dos botijão de gás, e todas as normas estabelecidas no edital e legislação vigente com a fiscalização do poder público municipal através de suas comissões.
14.1.2. Recebimento Provisório
14.1.2.1. Atividade que consiste na verificação das informações contidas no Edital da licitação, Nota de Empenho e da Nota Fiscal. Esta atividade está limitada à conferência de endereço, CNPJ, validade do documento fiscal, qualidade e das quantidades dos itens que estão sendo entregues;
14.1.3. Recebimento Definitivo
14.1.3.1. Consiste no desenvolvimento de atividades de inspeção e ensaios, para verificação e comprovação da qualidade dos higiene e limpeza, em relação às especificações técnicas, se necessário.
14.2. Fase - Acompanhamento da entrega dos materiais
14.2.1. O Gás de cozinha e sua botija ofertados nesta licitação terão garantia contratual, conforme dispõe o art. 26, do Código de Defesa do Consumidor - CDC;
14.2.2. Os proponentes assumem o compromisso de substituir as botijas de gás, sempre que notificado a fazê-la pelas Secretarias Participante de Registro, o que será feito por meio de Ofício.
14.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, do gás de cozinha, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15.1– O pagamento ocorrera em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento dos objetos, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.
15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos nos Termos de Referências, ANEXO *AO EDITAL*.
16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada
16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:
16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;
16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciadores, participantes e aderentes.
16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.
16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.
16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.33/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10 / 2025** e a proposta da Detentora.

Fica eleito o foro do Município de Costa Marques/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

AGENILTON DOS SANTOS FILHO
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 011/GAB/2025

ROSANGELA JACINTHO DE LIMA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 013/GAB/2025

WELCKLEN SILVA DE JESUS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 10/GAB/2025

JOELMA FREITAS DE LIMA
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania
Decreto nº 015/GAB/2025

JUDISMAR PIOGEE MAGIPO
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

FRANCISCO FEITOSA LIMA
Secretário de Turismo e Meio Ambiente

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS MODELO LTDA
CNPJ: 50.395.982/0001-36

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:849CFE44

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PDDE EDUCAÇÃO CONECTADA – APP E.M.E.F ALUÍSIO BECKER

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO À MANUTENÇÃO ESCOLAR
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PDDE
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
APP E.M.E.F ALUÍSIO BECKER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PDDE EDUCAÇÃO CONECTADA – CUSTEIO

Homologamos o Procedimento Licitatório na modalidade dispensa de licitação adjudicando os itens abaixo relacionados em favor do fornecedor: **UNI TELECOM LTDA, CNPJ: 19.271.108/0001-08**, conforme julgamento realizado pela Comissão de Compras em conformidade com o Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE INTERNET DE 1.000 MBPT	---------	UN	12	197,90	2.374,80
TOTAL ADJUDICADO						R$ 2.374,80

Cujubim-RO, 04 de abril de 2025.

ALUÍSIO BECKER
Diretor Presidente da APP

Publicado por:
Tânia Maria Oliveira Medeiros
Código Identificador:0570BA2C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 33 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 97/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 33
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025
PROCESSO LICITATÓRIO097/SRP/2025

No dia 06 de Maio de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **29384907200**, RESOLVEregistrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA			**CNPJ: 49.975.935/0001-82**			
Representante: ALISSON ROBERTO CASTOR SANTOS						
Telefone: (69) 9931-0109						
Email: castoreventos278@gmail.com						
Endereço: R SALVADOR, 2060 - SETOR 03, Ariquemes - RO - 76870-416						
Item:1	**Quantidade:**380,00	**Unidade:** SERV/HORA	**Marca:**SERVIÇO	**Modelo:**SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$90,00	**Valor Total:**R$34.200,00
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELAS SECRETARIASMUNICIPAIS POR MEIO DE DIVULGAÇÃO VOLANTE NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA RO (INCLUSO GRAVAÇÃO DAVINHETA).						
Total: R$ 34.200,00						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e naProposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **06/05/2026** , a contar do dia **06/05/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura, eventual e se necessária contratação deempresa para a divulgação de Eventos a serem realizados pelas secretarias desta municipalidade por meio dedivulgação volante e em radio local, para atendimento das necessidades das secretarias do Municipio de Miranteda Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantesno anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa afazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 009/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assimcomo as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidadesestimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislaçãopertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 quedisciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registrode Preços.
2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:

3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata deregistro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº14.770, de 2023)
2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequenteà data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor,desde que comprovado o preço vantajoso.
3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumentocontratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditosorçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade doscréditos orçamentários respectivos.
3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidadeinteressada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização decompra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021
3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata deregistro de preços.
3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 daLei nº 14.133, de 2021.
3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condiçõespara formalização da ata de registro de preços:
3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada apossibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e seobrigar nos limites dela;
3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada aclassificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.
3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedoresregistrados na ata.
3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso deimpossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas parao preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses
3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021
3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
3.10 ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.
3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
3.14 existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021
4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.
5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
6.2 remanejamento somente poderá ser feito:
6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2 cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
7.4.1 Por razão de interesse público;
7.4.2 pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
8.2 da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
8.3 órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida.
9.2 Do prazo para entrega: O prazo para apresentar a divulgação volante e vinheta a ser divulgada será de até **24h (vinte e quatro) horas** após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.
10.3 Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto a Unidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.
10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.
10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.
10.6 contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.
10.7 A entrega dos Serviços só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos seerviçs expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.
10.8 Os serviçs deverão ser realizados acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.5 Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.

Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022. **Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social** – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812. **Secretaria Municipal de Saúde** – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
49.975.935/0001-82

Assinado de forma digital por:
ALISSONROBERTOCASTOR SANTOS
02466769220
Dados: 06/05/2025 12:30:13

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:D6B359B6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 855, DE 07 DE MAIO DE 2025

DECRETO Nº 855, DE 07 DE MAIO DE 2025

PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R$ 1.365.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E SESSENTA E CINTO MIL REAIS)."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARECIS,Estado de Rondônia,no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Ordinária 1213/2025.

Decreta:
Artigo 1º -Abre Crédito Adicional especial por Superávit Financeiro no orçamento vigente no valor deR$1.365.000,00 (um milhão trezentos e sessenta e cinto mil reais),referente a saldos financeiros em 31-12-2024, aportados na fonte de recurso 0.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos, conforme demonstrados no Balanço Patrimonial, oriundosdas transferências constitucionais.

CRIA E SUPLEMENTA:

Especificação			FH	D.R.	Total R$
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.01.00	GABINETE DO PREFEITO			
Func/Prog	04.122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	80.000,00
Crédito	3.3.90.33.00	Passagens Desp. com Locomoção		2.500.0000.0000	25.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	70.000,00
Unidade	02.03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO - SEMED			
Func/Prog	12.361.0003.2010	Manutenção da Gestão Administrativa - 5% e 25%			
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0025.0000	150.000,00
Func/Prog	12.361.0006.2020	Manutenção da Merenda Escolar - 5% e 25%			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0025.0000	60.000,00
Unidade	02.04.00	SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERV. PUBLICOS - SEMOSP			
Func/Prog	04.122.0002.2027	Gestão de Apoio as Atividades - SEMOSP			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	150.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	330.000,00
Func/Prog	26.782.0008.2029	Manutenção Das Vias Vicinais – Rec. Próprio			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	50.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	150.000,00
Unidade	02.05.00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE- SEMAGRI			
Func/Prog	20.122.0002.2034	Gestão de Apoio Administrativo - SEMAGRI			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	10.000,00
Func/Prog	20.602.0012.2035	Incentivo a Produção Agrícola e Animal			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	40.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	100.000,00
Unidade	02.07.00	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E CULTURA - SEMEC			
Func/Prog	13.392.0017.2058	Manutenção das Atividades Culturais			
Crédito	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, artísticas		2.500.0000.0000	10.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	50.000,00

Func/Prog	27.812.0017.2061	Manutenção do Esporte Amador			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, artísticas		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	30.000,00
TOTAL DO CRÉDITO				R$	1.365.000,00

Artigo 2º -Fica criado no orçamento vigente nas funções programática já existentes; as fichas das despesas, a destinação de recursos e ascategorias econômicas, conforme aportadas no quadro acima.

Artigo 3º -Para cobertura do Crédito Adicional Aberto no art. 1º desta lei, serão utilizados os saldos financeiros em 31 de dezembro do exercício de 2024, conforme disposto no quadro abaixo, fonte de recurso 0.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos, conforme demonstrados no Balanço Patrimonial, oriundosdas transferências constitucionais,para atender a demanda orçamentaria do Município Parecis/RO.

Artigo 4º- O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na lei Orçamentaria Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025, nas rubricas de Receita e Despesas, nas Unidades Orçamentárias e funcionais Programáticas.

Artigo 5º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Parecis-RO

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:9C9C3424

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 856, DE 07 DE MAIO DE 2025

DECRETO Nº 856, DE 07 DE MAIO DE 2025

PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS) CONFORME DISPOSTO NA LEI 4.320/64, ARTIGO 41, INCISO I E ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARECIS,Estado de Rondônia,no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Ordinária1192/2024,e na Lei Orgânica do Município de Parecis/RO:

Decreta:
Artigo 1º -Abre Crédito Adicional por suplementação e anulação no orçamento vigente no valorR$ 18.000,00 (dezoito mil reais),para suplementar a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação, conforme funcional programática a baixo relacionado.

Suplementa-se:

02.003		EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO			
Ação	2010	Manutenção da Gestão Administrativa - 5% e 25%			
Função		12	Subfunção	361	
Desp.	Cat. Econômica	Função		Prog.Orçamentária	Saldo R$
51	1.540.0025.1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		3.3.90.39.00	14.000,00
02.002		EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
Ação	2005	MANUTENÇÃO DA FOLHA DA SEMAF			
Desp.	Cat. Econômica	Função		Prog.Orçamentária	Saldo R$
31	1.500.0000.0000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR		3.3.90.08.00	4.000,00
TOTAL DO CRÉDITO				R$	18.000,00

Artigo 2º -Para cobertura do Crédito Adicional Aberto no art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos orçamentários remanejados por anulação de dotação do orçamento vigente no valor deR$ 18.000,00 (dezoito mil reais),para suplementar a dotação,conforme a baixo.
Anula-se

02.003		EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO		
Ação	2013	Gestão da Folha - FUNDEB 30%		
Função		12	Subfunção	361
Desp.	Cat. Econômica	Função	Prog.Orçamentária	Saldo R$
48	1.540.0025.1001	MATERIAL DE CONSUMO	3.3.90.30.00	8.000,00
50	1.540.0025.1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.3.90.39.00	6.000,00
02.002		EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Ação	2005	MANUTENÇÃO DA FOLHA DA SEMAF		
Desp.	Cat. Econômica	Função	Prog.Orçamentária	Saldo R$
29	1.500.0000.0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.1.90.92.00	4.000,00
TOTAL DO CRÉDITO			R$	18.000,00

Artigo 3º- O crédito previsto no presente Decreto, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na lei Orçamentaria Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025, nas rubricas de Receita e Despesas, nas Unidades Orçamentárias e funcionais Programáticas.

Artigo 4º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º -Revogam-se as disposições em contrário.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Parecis-RO

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:465FAC72

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.213, DE 07 DE MAIO DE 2025

LEI ORDINÁRIA Nº 1.213, DE 07 DE MAIO DE 2025

PARECIS/RO, 07 de maio de 2025.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R$ 1.365.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E SESSENTA E CINTO MIL REAIS)."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARECIS,Estado de Rondônia,no uso das atribuições que lhe são conferidas perto Artigo 83, Incisos XX e XXXI, da Lei Orgânica do Município e na forma dos Artigos 41, inciso II e 43, § 1º, incisos II e III da lei 4.320, de 17/03/1964, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Faz Saberque a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

Lei:
Artigo 1º -Abre Crédito Adicional especial por Superávit Financeiro no orçamento vigente no valor deR$1.365.000,00 (um milhão trezentos e sessenta e cinto mil reais),referente a saldos financeiros em 31-12-2024, aportados na fonte de recurso 0.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos, conforme demonstrados no Balanço Patrimonial, oriundosdas transferências constitucionais.

CRIA E SUPLEMENTA:

Especificação			FH	D.R.	Total R$
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.01.00	GABINETE DO PREFEITO			
Func/Prog	04.122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	80.000,00
Crédito	3.3.90.33.00	Passagens Desp. com Locomoção		2.500.0000.0000	25.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	70.000,00
Unidade	02.03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO - SEMED			
Func/Prog	12.361.0003.2010	Manutenção da Gestão Administrativa - 5% e 25%			
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0025.0000	150.000,00
Func/Prog	12.361.0006.2020	Manutenção da Merenda Escolar - 5% e 25%			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0025.0000	60.000,00
Unidade	02.04.00	SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERV. PUBLICOS - SEMOSP			
Func/Prog	04.122.0002.2027	Gestão de Apoio as Atividades - SEMOSP			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	150.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	330.000,00
Func/Prog	26.782.0008.2029	Manutenção Das Vias Vicinais – Rec. Próprio			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	50.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	150.000,00
Unidade	02.05.00	SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE- SEMAGRI			
Func/Prog	20.122.0002.2034	Gestão de Apoio Administrativo - SEMAGRI			
Crédito	3.3.90.14.00	Diárias - Civil		2.500.0000.0000	10.000,00
Func/Prog	20.602.0012.2035	Incentivo a Produção Agrícola e Animal			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	40.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	100.000,00
Unidade	02.07.00	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E CULTURA - SEMEC			
Func/Prog	13.392.0017.2058	Manutenção das Atividades Culturais			
Crédito	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, artísticas		2.500.0000.0000	10.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	50.000,00
Func/Prog	27.812.0017.2061	Manutenção do Esporte Amador			
Crédito	3.3.90.30.00	Material de Consumo		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, artísticas		2.500.0000.0000	20.000,00
Crédito	3.3.90.39.00	Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica		2.500.0000.0000	30.000,00
TOTAL DO CRÉDITO				R$	1.365.000,00

Artigo 2º -Fica criado no orçamento vigente nas funções programática já existentes; as fichas das despesas, a destinação de recursos e ascategorias econômicas, conforme aportadas no quadro acima.

Artigo 3º -Para cobertura do Crédito Adicional Aberto no art. 1º desta lei, serão utilizados os saldos financeiros em 31 de dezembro do exercício de 2024, conforme disposto no quadro abaixo, fonte de recurso 0.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos, conforme demonstrados no Balanço Patrimonial, oriundosdas transferências constitucionais,para atender a demanda orçamentaria do Município Parecis/RO.

Artigo 4º- O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na lei Orçamentaria Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025, nas rubricas de Receita e Despesas, nas Unidades Orçamentárias e funcionais Programáticas.

Artigo 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Parecis-RO

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:BF7C322C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 106/2025/GAB/EMDUR

Porto Velho, 06 de maio de 2025.
O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 63/I, DE 06 DE JANEIRO DE 2025;
RESOLVE:
Art.1º RETIFICAR os termos da **Portaria nº 100/2025/GAB/EMDUR**, publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3967 de 28 de abril de 2025, conforme segue:
Onde se lê:

Mat.	Nome Do Beneficiado	Cargo/ Função	Data	Diárias				
				Quant	Valor Unit	Aux. Deslocamento	Valor Total	Transporte
334	Caroline Garcia de Souza	Assessora Jurídica	11 a 16 de maio de 2025	5 e ½	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 5.500,00	Aéreo

Leia-se:

Mat.	Nome Do Beneficiado	Cargo/ Função	Data	Diárias				
				Quant	Valor Unit	Aux. Deslocamento	Valor Total	Transporte
334	Caroline Garcia de Souza	Assessora Jurídica	11 a 16 de maio de 2025	5 e ½	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 6.000,00	Aéreo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Dê-se ciência e cumpra-se.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6D9C8389

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO

PORTARIA DE 05 DE MAIO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº. 360, de 04.09.2009, publicada no D.O.M. nº. 3.592, de 09.09.2009.

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010.

CONSIDERANDO ainda o Processo nº **00600-00010266/2025-59-e**, resolve:

Nº 071 – CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora pertencente ao Grupo Ocupacional da Educação, do Quadro de Pessoal do Município, conforme Anexo Único desta Portaria.

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A partir
01	69064	Amélia Aleixo Pinto dos Santos	Professor	2	3	21/02/2014

				3	4	21/02/2016
				4	5	21/02/2018
				5	6	21/02/2020
				6	7	21/02/2022
				7	8	21/02/2024

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:13D56E59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO

PORTARIA DE 05 DE MAIO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº. 360, de 04.09.2009, publicada no D.O.M. nº. 3.592, de 09.09.2009.

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010.

CONSIDERANDO ainda o Processo nº **00600-00018182/2025-63-e**, resolve:

Nº 072 – CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora pertencente ao Grupo Ocupacional da Educação, do Quadro de Pessoal do Município, conforme Anexo Único desta Portaria.

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A partir
01	182387	Francisca Neila da Silva Colleone	Professor	8	9	21/04/2016
				9	10	21/04/2018
				10	11	21/04/2020
				11	12	21/04/2022
				12	13	21/04/2024

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2E3B8B52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE PROGRESSÃO

PORTARIA DE 05 DE MAIO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO o Art. 10 da Lei Complementar nº. 187, de 28.05.2004, publicada no D.O.M. nº. 2.371 de 28.05.2004.

CONSIDERANDO ainda o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010, e Lei Complementar Nº 983, de 04.04.2024, publicada no D.O.M.E.R nº 3699, de 05.04.2024.

CONSIDERANDO ainda o Processo nº **00600-00057042/2024-20-e**, resolve:

Nº 073 – CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor do **Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF,** constante no Anexo Único desta Portaria**,** pertencente ao Quadro de Pessoal do Município.

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A Partir
1	111013	Helano Relris Damasceno e Silva	Fiscal Munic. de Transportes	B I	B II	19/06/2022
				D II	D III	19/06/2024

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:884BC2D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°167/SEMAGRIC/2025,

PORTARIA N°167/SEMAGRIC/2025, 28 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017439/2025-60-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: o quantitativo 23 (vinte e três)) diárias inteiras e 2 (duas) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 16/05 e 19/05 a 31/05/2025. Para o servidor Reinaldo Zanella, mat:272005 , cargo :Operador de Máquinas Pesadas,Jadson Carvalho de Azevedo , mat:271916 , cargo:Operador de Maquinas Pesadas. Erisvaldo Oliveira, mat:172850, cargo: Gari, Expedito José Botelho de Lima, mat: 271982, cargo: Operador de Máquinas Pesadas,Robson Rodrigues Coimbra, mat:272782, cargo: Operador de Maquinas Pesadas,Valdir Viana dos Santos, mat:271495, cargo: Motorista de Veículos Pesados,Elizeu Rodrigues da Silva Neto,mat: 886500, cargo: Agente de Manutenção Escolar, Elton da Silva Botelho, mat: 1002044, cargo: Operador de Máquinas Pesadas,Elissandra Regina Cavalcante, mat: 1000474, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Que irá se deslocar por meio de veículo oficial ((Micro Ônibus placa QRA1B53), com o objetivo de executar as seguintes atividades:Para execução das seguintes atividades de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros, que contemplam o transporte escolar e facilitar o escoamento de produtos agrícolas a serem desenvolvidos em diversas frentes de serviços em toda Região da Ponta do Abunã. . Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 254/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-DOC 688CC3FE-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Reinaldo Zanella	272005	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Chevrolet S10 Placa: SLJ3C64	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Jadson Carvalho de Azevedo	271916	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Caminhão Basculante nº 44 Placa: RSY8D16	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Erisvaldo Oliveira	172850	Gari	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Apoio/Terrestre	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Expedito José Botelho de Lima	271982	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Motoniveladora nº 0018	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Robson Rodrigues Coimbra	272782	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Motoniveladora nº 0018	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Valdir Viana dos Santos	271495	Motorista de Veículos Pesados	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Caminhão Basculante nº 50 Placa: THK5F89	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Elizeu Rodrigues da Silva Neto	886500	Agente de Man. de Inf. Escolar	com o objetivo de realizar vistorias nas frentes de serviço, incluindo pontes e a manutenção de vicinais	Suporte e Apoio	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Elton da Silva Botelho	1002044	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Retroescavadeira nº 0017	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Elissandra Regina Cavalcante	1000474	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Micro Ônibus, Placa: QRA1B53	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

MATHEUS SERRATE DE ARAÚJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Para execução das seguintes atividades de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros, que contemplam o transporte escolar

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6B157F85

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 172/SEMAGRIC/PORTO

PORTARIA N° 172/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 29 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017451/2025-74-e

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 8(oito) diárias inteiras e 2(duas) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 10/05 e 12/05 a 15/05/2025, 12(doze) diárias de meia ½, para os períodos de 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025, para os servidores Otávio Justiniano Moreno, mat: 205642, cargo Operador de Máquinas Pesadas, Mário Lúcio da Silva Mendonça mat: 230045, cargo: Gari, Carlos Alberto Costa de Brito, mat: 100967, cargo:Motorista. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Caminhão Trator nº 01 placa: NBZ2571 e Caminhão Trator nº 03 NDF3754) com o objetivo de atender às seguintes demandas: Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente, para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais dos Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo e Região da Ponta do Abunã. Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 248/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-doc D1442666-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Otavio Justiniano Moreno	205642	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente	Caminhão Trator nº 01 placa: NBZ2571	05/05 a 10/05 e 12/05 a 15/05/2025 e 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	08 inteiras 14 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.250,00
Mario Lucio da Silva Mendonça	230045	Gari	Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente	Suporte/Apoio	05/05 a 10/05 e 12/05 a 15/05/2025 e 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	08 inteiras 14 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.250,00
Carlos Alberto Costa de Brito	100967	Motorista	Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente	Caminhão Trator nº 03 NDF3754	05/05 a 10/05 e 12/05 a 15/05/2025 e 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	08 inteiras 14 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.250,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:891FC5F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°167/SEMAGRIC/2025

PORTARIA N°167/SEMAGRIC/2025, 28 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017439/2025-60-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: o quantitativo 23 (vinte e três)) diárias inteiras e 2 (duas) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 16/05 e 19/05 a 31/05/2025. Para o servidor Reinaldo Zanella, mat:272005 , cargo :Operador de Máquinas Pesadas,Jadson Carvalho de Azevedo , mat:271916 , cargo:Operador de Maquinas Pesadas. Erisvaldo Oliveira, mat:172850, cargo: Gari, Expedito José Botelho de Lima, mat: 271982, cargo: Operador de Máquinas Pesadas,Robson Rodrigues Coimbra, mat:272782, cargo: Operador de Maquinas Pesadas,Valdir Viana dos Santos, mat:271495, cargo: Motorista de Veículos Pesados,Elizeu Rodrigues da Silva Neto,mat: 886500, cargo: Agente de Manutenção Escolar, Elton da Silva Botelho, mat: 1002044, cargo: Operador de Máquinas Pesadas,Elissandra Regina Cavalcante, mat: 1000474, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Que irá se deslocar por meio de veículo oficial ((Micro Ônibus placa QRA1B53), com o objetivo de executar as seguintes atividades:Para execução das seguintes atividades de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros, que contemplam o transporte escolar e facilitar o escoamento de produtos agrícolas a serem desenvolvidos em diversas frentes de serviços em toda Região da Ponta do Abunã. . Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 254/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-DOC 688CC3FE-e

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Reinaldo Zanella	272005	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Chevrolet S10 Placa: SLJ3C64	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Jadson Carvalho de Azevedo	271916	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Caminhão Basculante nº 44 Placa: RSY8D16	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Erisvaldo Oliveira	172850	Gari	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Apoio/Terrestre	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Expedito José Botelho de Lima	271982	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Motoniveladora nº 0018	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Robson Rodrigues Coimbra	272782	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Motoniveladora nº 0018	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Valdir Viana dos Santos	271495	Motorista de Veículos Pesados	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Caminhão Basculante nº 50 Placa: THK5F89	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Elizeu Rodrigues da	886500	Agente de Man. de	com o objetivo de realizar vistorias nas frentes de serviço, incluindo pontes	Suporte e Apoio	16/05 e 19/05 a	23	R$ 150,00	R$

Silva Neto		Inf. Escolar	e a manutenção de vicinais		31/05/2025	Inteiras 2 meia½	R$ 75,00	3.600,00
Elton da Silva Botelho	1002044	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Retroescavadeira nº 0017	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00
Elissandra Regina Cavalcante	1000474	Operador de Máquinas Pesadas	Para execução de limpeza, desobstrução e conservação de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros,	Micro Ônibus, Placa: QRA1B53	16/05 e 19/05 a 31/05/2025	23 Inteiras 2 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.600,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

MATHEUS SERRATE DE ARAÚJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:806284D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 166/SEMAGRIC/PORTO VELHO,

PORTARIA N° 166/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 28 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°:00600-00017450/2025-20-e

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 10(dez) Diárias inteiras e 2(duas) diárias de meias ½, para os períodos de 05/05 a 10/05 e 12/05 a 17/05/2025. , 12(doze) diárias de meias ½, para os períodos de 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025 para os servidores Donhatan Breguedo Messias mat: 1001627 , cargo: operador de máquinas pesadas,para servidor Josué Soares mat: 1001886, cargo: operador de máquinas pesadas que irá se deslocar por meio de veiculo oficial (Caminhão Volkswagen Prancha placa: NED0655) com o objetivo de atender às seguintes demandas: Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente, para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais dos Distritos de Vista Alegre do Abunã, Extrema e Setor Chacareiro de Porto Velho. conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 247/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025 edoc-B0564B0E-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Donhatan Breguedo Messias	1001627	operador de maquinas pesadas	Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente, para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais	Caminhão Volkswagen Prancha placa: NED 0655	05/05a 10/05e 12/05a 17/05/2025 19/05a 24/05e 26/05a 31/05/2025	10 inteiras 14 meias 1/2	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.550,00
Josué Soares	1001886	operador de maquinas pesadas	Serviços operacionais de transporte e deslocamento de maquinários e equipamentos da SEMAGRIC às frentes de serviço e para outras localidades e reciprocamente, para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais	apoio terrestre	05/05a 10/05e 12/05a 17/05/2025 19/05a 24/05e 26/05a 31/05/2025	10 inteiras 14 meias 1/2	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.550,00

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EEC15123

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 183/SEMAGRIC/PORTO VELHO,

PORTARIA N° 183/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 05 DE MAIO DE 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00018486/2025-21-e
RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 04 diárias inteiras e 01 meia diária, para os períodos de 05/05/2025 a 09/05/2025 e 12/05/2025 a 16/05/2025 para os servidores Lucas Flávio Caceres Rodrigues, mat: 1004935, cargo: Médico Veterinário, Antônio Henrique Magatti, mat: 1004872, cargo: Médico Veterinário. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44) com o objetivo de executar a fiscalização no abate bovinos no Frigorífico Boi Criolo, no Distrito de Extrema, a empresa é fiscalizada pelo Serviço de Inspeção Municipal –

DIPOAV/SEMAGRIC. Conforme solicitação constante no OFICIO Nº44/DIPOAV/SEMAGRIC/2025 Porto Velho, 28 de Abril de 2025. E-doc 29C2EF13-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Lucas Flavio Caceres Rodrigues	1004935	Médico Veterinár	executar a fiscalização no abate bovinos no Frigorífico Boi Criolo, no Distrito de Extrema	Chevrolet S10 RG: Placa: SLJ3E44	05/05/2025 a 09/05/202	04 inteira 01 meias ½	R$ 300,00 R$ 150,00	R$ 1.350,00
Antônio Henrique Magatti Fernandes	1004872	Médico Veterinár	executar a fiscalização no abate bovinos no Frigorífico Boi Criolo, no Distrito de Extrema	Chevrolet S10 RG: Placa: SLJ3E44	12/05/2025 a 16/05/2025	04 inteira 01 meias ½	R$ 300,00 R$ 150,00	R$ 1.350,00

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Gerente de Divisão – DIPOAV/SEMAGRIC
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:840BF1B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 180/SEMAGRIC

PORTARIA N° 180/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 30 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017444/2025-72-e

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 24 (vinte e quatro) diárias de meias ½, para os períodos de 05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025, para o servidor Eder Lopes de Araújo, mat: 1007173, cargo: Supervisor de Estradas .Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Toyota Etios, Placa: NEH4468) com o objetivo de Supervisionar e prestar o devido apoio necessário aos servidores em campo, onde os mesmo exercem as atividades de recuperação, manutenção e limpeza do perímetro urbano, cascalhamento, recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar a serem desenvolvidos em torno do Distrito de Vista Alegre do Abunã e adjacente. Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 253/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-doc CEBF8084-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Eder Lopes de Araújo	1007173	Supervisor de Estradas	Supervisionar e prestar o devido apoio necessário aos servidores em campo	Toyota Etios, Placa: NEH4488	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/202	24 meias ½	R$ 100,00	R$ 2.400,00

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9F098A21

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 175/SEMAGRIC/PORTO VELHO,

PORTARIA N° 175/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 29 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017449/2025-03-e

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 7 (sete) diárias inteiras e 1 (uma) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 12/05/2025, 16 (dezesseis) diárias de meia ½, para os períodos de 14/05 a 17/05, 19/05 a 24/05, 26/05 a 31/05/2025, para os servidores Raimundo Ferreira Guimarães, mat: 719601, cargo: Artífice Especializado, Dário de Souza Carvalho, mat: 271693, cargo :Operador de Máquinas Pesadas ,Everlande Costa Nogueira, mat: 7980430, cargo: Gari, Francisco Orleilson Muniz da Silva, mat: 167115, cargo: Gari. Informamos ainda que os servidores Raimundo Ferreira Guimarães e Everlande Costa Nogueira, prestarão atividades de mão de obra necessária. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Caminhão Comboio nº 01 placa: SLK7C85) com o objetivo de atender Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, evitando assim atrasos e interrupções no cronograma de processos que estão em andamentos nas respectivas localidades: Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo e Toda Região da Ponta do Abunã e Setor Chacareiro de Porto Velho e Região do Baixo Madeira. Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 246/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-doc 69C715C2-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

Raimundo Ferreira Guimarães	719601	Artificie Especializado	Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, evitando assim atrasos e interrupções no cronograma	Apoio/Terrestre	05/05 a 12/05/2025 e 14/05 a 17/05, 19/05 a 24/05, 26/05 a 31/05/2025.	07 inteiras 17 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.325,00
Dário de Souza Carvalho	271693	Operador de Maquinas Pesadas	Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, evitando assim atrasos e interrupções no cronograma	Caminhão Oficina frota CO01 placa OHM3G92	05/05 a 12/05/2025 e 14/05 a 17/05, 19/05 a 24/05, 26/05 a 31/05/2025	07 inteiras 17 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.325,00
Everlande Costa Nogueira	798043	Gari	Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, evitando assim atrasos e interrupções no cronograma	Apoio/Terrestre	05/05 a 12/05/2025 e 14/05 a 17/05, 19/05 a 24/05, 26/05 a 31/05/2025	07 inteiras 17 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.325,00
Francisco Orleilson Muniz da Silva	167115	Gari	Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, evitando assim atrasos e interrupções no cronograma	Apoio/Terrestre	05/05 a 12/05/2025 e 14/05 a 17/05, 19/05 a 24/05, 26/05 a 31/05/2025	07 inteiras 17 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.325,00

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado digitalmente)

Alexandre Silva de Oliveira Filho
SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
(Assinado digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BC21CD88

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°160/SEMAGRIC/2025,

PORTARIA N°160/SEMAGRIC/2025, 22 DE ABRIL DE 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00010161/2025-08-e
Onde se lê:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 04 (quatro) diárias inteiras e 1 (um) meia ½, diária, para o servidor relacionado abaixo que irá se deslocar ao Distrito EXTREMA – RO, no período de 31/03 a 04/04/2025, Com o objetivo de executar fiscalização no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO, a empresa está inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal – DIPOAV/SEMAGRIC. Conforme solicitação do ofício nº 33/2025/DIPOAV/SEMAGRIC/2025. Veículo Oficial a ser utilizado Chevrolet S10, Placa: SLJ3E44. EDOC B8D1FD2E-e.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data Viagem	Quant.	Valor. Unit.	Valor. Total
Josemir Marques Aguilheira	57796	Aux. de Serviços Veterinários	executar fiscalização no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO	Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44	31/03 a 04/04/2025	04 diárias inteiras e 1 ½ meia diária	R$ 150.00 R$ 75,00	R$ 675.00

Leia-se:
Art. 1º - TORNAR VÁLIDA: O quantitativo de 04 (quatro) diárias inteiras e 1 (um) meia ½, no período de 31/03 a 04/04/2025. para o servidor: Josemir Marques Aguilheira, mat: 57796, cargo :Aux. de Serviços Veterinários, que se deslocou por meio de veículo oficial (Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44),, Com o objetivo de executar fiscalização no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO, a empresa está inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal – DIPOAV/SEMAGRIC. Conforme solicitação do OFÍCIO N° 33/2025/DIPOAV/SEMAGRIC/2025 Porto Velho, 11 de Março de 2025. E-DOC B8D1FD2E-e

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data Viagem	Quant.	Valor. Unit.	Valor. Total
Josemir Marques Aguilheira	57796	Aux. de Serviços Veterinários	executar fiscalização no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO	Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44	31/03 a 04/04/2025	04 diárias inteiras e 1 ½ meia diária	R$ 150.00 R$ 75,00	R$ 675.00

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Gerente de Divisão - DIPOAV
(Assinado Digitalmente)

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FC90E8B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°161/SEMAGRIC/2025

PORTARIA N°161/SEMAGRIC/2025, 22 DE ABRIL DE 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00010464/2025-12-e
Onde se lê:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: O quantitativo de 4 (quatro) diárias inteiras e 1 (uma) diária de meia ½, diárias para os períodos de 31/03 a 04/04/2025, para os servidores, Lucas Flavio Caceres Rodrigues, mat. 1004935, cargo: Médico Veterinário. Que irão se deslocar por meio de veículo oficial, (Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44), com o objetivo da fiscalização no abate de bovinos no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO, a empresa está inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal – DIPOAV/SEMAGRIC. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº 32/DIPOAV/SEMAGRIC/2025 Porto Velho, 11 de Março de 2025. e-DOC 03BF05D6

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data Viagem	Quant.	Valor. Unit.	Valor. Total
Lucas Flavio Caceres Rodrigues	1004935	Médico Veterinário	executar fiscalização no abate de bovinos no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO, a empresa está inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal – DIPOAV/SEMAG RIC	Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44	31/03 a 04/04/2025	4 diárias inteiras e 1 meia ½ diária	R$ 300,00 R$ 150.00	R$ 1.350,00

Leia-se:
Art. 1º - TORNAR VÁLIDA: O quantitativo de 04 (quatro) diárias inteiras e 1 (um) meia ½, no período de 31/03 a 04/04/2025. para o servidor: Lucas Flavio Caceres Rodrigues, mat. 1004935, cargo: Médico Veterinário, que se deslocou por meio de veículo oficial (Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44), Para executar a fiscalização no abate bovinos no Frigorífico Boi Criolo, no Distrito de Extrema, a empresa é fiscalizada pelo Serviço de Inspeção Municipal – DIPOAV/SEMAGRIC. Conforme solicitação do OFICIO Nº32/DIPOAV/SEMAGRIC/2025 Porto Velho, 11 de Março de 2025. E-DOC 03BF05D6-e

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data Viagem	Quant.	Valor. Unit.	Valor. Total
Lucas Flavio Caceres Rodrigues	1004935	Médico Veterinário	executar fiscalização no Frigorífico Boi Criolo no distrito de EXTREMA – RO	Chevrolet S10 Placa: SLJ3E44	31/03 a 04/04/2025	04 inteiras e 01 meia ½	R$ 300,00 R$ 150.00	R$ 1.350,00

ANA LUZIA SOUZA BARROS
Gerente de Divisão - DIPOAV
(Assinado Digitalmente)

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:13E96CB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 178/SEMAGRIC/PORTO VELHO

PORTARIA N° 178/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 30 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017446/2025-61-

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 20 (vinte) diárias inteiras e 4 (quatro) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025, para os servidores Josenildo Augustinho Faustino, mat: 272188, cargo: Encarregado de Campo/Operador de Máquinas Pesadas ,Fábio Moura Martins, mat: 1000912, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Ademar Alberto da Silva Acioly, mat: 328923, cargo: Motorista, Tiago Franklin de Souza Lima, mat: 271627, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Adriano Vrena Rodrigues, mat: 2715862, cargo: Motorista, Raimundo Nonato Lopes Cordeiro, mat: 369604, cargo: Motorista. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Chevrolet S10, Placa: SLJ4D54) com o objetivo de atender às seguintes demandas: Serviços operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão a serem desenvolvidos na Linha Transpurus e Linha 17 da BR319. Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 259/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-doc 03DC8EB7-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Josenildo Augustinho Faustino	272188	Operador de Máquinas Pesadas	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Chevrolet S10, Placa: SLJ4D54	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Ademar Alberto da Silva Acioly	328923	Motorista	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Caminhão Basculante nº 52 Placa: THK5G09	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Fábio Moura Martins	1000912	Operador de Maquinas Pesadas	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Retroescavadeira nº 0029	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Tiago Franklin de Souza Lima	271627	Operador de Maquinas Pesada	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Motoniveladora nº 0023	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Adriano Vrena Rodrigues	241586	Motorista	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Terrestre/Apoio	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Raimundo Nonato Lopes Cordeiro	369604	Motorista	operacionais de recuperação, cascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes, bueiros e mutirão	Caminhão Basculante nº 41 Placa: QTJOC76	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C50E67F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N° 177/SEMAGRIC/PORTO VELHO,

PORTARIA N° 177/SEMAGRIC/PORTO VELHO, 29 DE ABRIL DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 00600-00017447/2025-14-e

RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: – 20 (vinte) diárias inteiras e 4 (quatro) de meia ½, para os períodos de 05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025, para os servidores Jasson Borelle Oliveira Gomes, mat: 109232, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Evandro dos Santos Ferreira, mat: 1002114, cargo:Operador de Máquinas Pesadas, Orlando Martins Francisco, mat: 271841, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Cleiton Junior Moura, mat: 1002832, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Raicleisson Aguiar Gome, mat: 1001472, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Selmo dos Santos Marques, mat: 1001778, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Ravane Fernandes Lima, mat: 271411, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, Luiz Felício da Costa, mat: 267353, cargo:Auxiliar Administrativo, Elias Rosa da Silva, 1002022, cargo:Operador de Máquinas Pesadas, Arnaldo José Pedrosa, mat:11825, cargo: Operador de Máquinas Pesadas, e Luiz Felício da Costa, exercerá atividades de mão de obra e apoio necessário. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Micro Ônibus placa: QRA1B53) com o objetivo de atender às seguintes demandas: Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros a serem desenvolvidos nas Linhas 21 de Abril, PV 08, Ramal Jacú, Agrovila Rio Verde e Ramal da Castanheira. Conforme solicitação constante no OFÍCIO Nº 260/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2025 Porto Velho, 22 de Abril de 2025. E-doc F7970D19-e

Nome	Mat.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Jasson Borelle Oliveira Gomes	109232	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Nissan Frontier Placa: RSY7H29	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Evandro dos Santos Ferreira	1002114	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Motoniveladora nº 0021	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Orlando Martins Francisco	271841	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Caminhão Basculante nº 36 placa: QTD0129	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Cleiton Júnior Moura	1002832	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Motoniveladora nº 0025	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.300,00
Raicleisson Aguiar Gomes	1001472	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Retroescavadeira nº 0022	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Selmo dos Santos Marques	1001778	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Caminhão Basculante nº 43 Placa: RSY4H40	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Ravane Fernandes Lima	271411	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Caminhão Basculante nº 58 Placa: THK5L39	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Luiz Felício da Costa	267353	Auxiliar Administrativo	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Apoio/Suporte	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Elias Rosa da Silva	1002022	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Pá Carregadeira nº 0020	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00
Arnaldo José Pedrosa	11825	Operador de Máquinas Pesadas	Serviços operacionais de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros	Escavadeira Hidráulica nº 0010	05/05 a 10/05, 12/05 a 17/05, 19/05 a 24/05 e 26/05 a 31/05/2025	20 inteiras 04 meias ½	R$ 150,00 R$ 75,0	R$ 3.300,00

MATHEUS SERRATE DE ARAUJO CARVALHO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais
(Assinado Digitalmente)

ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Adjunto Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:426A388B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº111/DA/GAB/SEMASF/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo nº**00600-00019240/2025-76-e.**

RESOLVE:

Tornar Válida: 2 e 1⁄2 (duas e meia) diárias em favor da servidora abaixo relacionada, que custeou as despesas com o deslocamento aos Distritos de Fortaleza do Abunã, Abunã e Nova Mutum, o objetivo da viagem foi realizar os atendimentos às demandas afetadas pela cheia no Rio Madeira, no período de 3 a 5 de abril de 2025, por meio de transporte terrestre em veículo oficial modelo: Hilux, placa: OHS-792. Conforme informações constantes nos Ofício Interno nº67/2025/DPSE/SEMASF de 7/4/2025.

NOME	CAD.	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
Fabiane Souza dos Santos	10078649	Assistente Social	Distritos: Fortaleza do Abunã, Abunã e Nova Mutum	2 e ½ (duas e meia)	R$300,00 R$150,00	R$750,00
TOTAL						**R$750,00**

Porto Velho, 7 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.35/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0F2782A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº112/DA/GAB/SEMASF/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo nº **00600-00019618/2025-31-e.**

RESOLVE:

Tornar Válida: 9 e 1⁄2 (nove e meia) diárias em favor da servidora abaixo relacionada, que custeou as despesas com o deslocamento aos distrito de Demarcação, o objetivo da viagem foi realizar entrega de cestas básicas para as famílias afetadas pela cheia no Rio Madeira, no período de 23 de abril a 2 de maio 2025, por meio de transporte terrestre em veículo oficial modelo: Strada, placa: TAE4D53, fornecido pela Defesa Civil. Conforme informações constantes nos Ofício Interno nº86/2025/DPSE/SEMASF de 6/5/2025.

NOME	CAD.	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
Alcione Lima Veloso	275538	Assistente Social	Demarcação	9 e ½ (nove e meia)	R$300,00 R$150,00	R$2.850,00
TOTAL						**R$2.850,00**

Porto Velho, 7 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.35/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EDC26C2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº113/DA/GAB/SEMASF/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo nº **00600-00019685/2025-56-e.**

RESOLVE:

Tornar Válida: 1⁄2 (meia) diária em favor dos conselheiros abaixo relacionados, que custeou as despesas com o deslocamento ao município de Humaitá-AM, o objetivo da viagem foi para prestar atendimento a adolescente suspeita de abuso sexual, que devido a violação de direito, teve que ser retirada da residência no Distrito de Calama- Localidade de Papagaios, e levada até o Município de Humaitá-AM, para ser entregue a este Conselho Tutelar, por meio de transporte terrestre em veículo oficial modelo: S10, placa: SLK1G65, o condutor foi disponibilizado pela Secretaria de Transporte. Conforme informações constantes nos Ofício Interno nº224/2025/COL/IVCTCA de 24/4/2025.

NOME	CAD.	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
Orian dos Santos Mariano	275538	Conselheira Tutelar	Humaitá-AM	½ (meia)	R$500,00	R$500,00
Jean Caetano Guimarães	105511	Conselheiro Tutelar			R$500,00	R$500,00
TOTAL						**R$1.000,00**

Porto Velho, 7 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.35/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3CC06E9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº114/DA/GAB/SEMASF/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo nº **00600-00019698/2025-25-e**

RESOLVE:

Arbitrar e Conceder: ½ (meia) diária em favor dos servidores abaixo relacionados, para custear as despesas com o deslocamento para o distrito de Jaci Paraná, tendo como objetivo da viagem realizar uma busca ativa de infantes, conforme determinação judicial, no período de 20 de maio de 2025,

por meio de transporte terrestre em veículo oficial, modelo: Hillux, placa: OHS-7981. Conforme informações constantes no Ofício Interno nº 39/UAICJ/SEMASF /2025 de 30/4/2025.

NOME	CAD.	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Rejiane de Souza	260026	Assistente Social	Jaci Paraná/RO	½ (meia)	R$150,00	R$150,00
Paulo Roberto Barbosa da Cunha	236664	Psicólogo			R$150,00	R$150,00
Robson de Souza Mota	189177	Motorista			R$150,00	R$150,00
TOTAL						**R$450,00**

Porto Velho/RO, 7 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.35/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4831BEBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO SEMOB
PORTARIA Nº 63/ASTEC/SEMOB

Porto Velho, 05 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Complementar n ° 648, de 05 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes na Lei Complementar n ° 832, de 31 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO o dispositivo no Decreto Municipal n. 17.353 de 09 de junho de 2021, o qual dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração direta e indireta do Município de Porto Velho, bem como o Processo Administrativo n. 00600-00019206/2025-00

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER diárias aos servidores abaixo relacionados, referente à viagem realizada no período de 08/05/2025 a 09/05/2025, ao distrito de União Bandeirantes para acompanhamento e fiscalização de obra, em veículo oficial Ford Ranger, placa SLG0B00, conforme solicitação constante no Ofício Interno Nº 61/2025/DA/SEMOB (51B226D3-e). Durante esse período, serão geradas despesas com hospedagem e alimentação, para os seguintes servidores:

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	ORIGEM	DESTINO	DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Guilherme Ritter Baldin	Matrícula: 266561 CPF: ***.250.11*- **	Engenheiro Civil – Fiscal de Obras	Porto Velho	União Bandeirantes	1 Inteira 1 1/2	R$ 300,00 R$ 150,00	R$ 450,00
Gustavo Portela Veras	Matrícula: 266503 CPF: ***.952.26*- **	Engenheiro Civil – Fiscal de Obras	Porto Velho	União Bandeirantes	1 Inteira 1 1/2	R$ 300,00 R$ 150,00	R$ 450,00
Erique Parada Barroso	Matrícula: 84301 CPF: ***.782.80*- **	Motorista	Porto Velho	União Bandeirantes	1 Inteira 1 1/2	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 225,00

Art 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GERALDO SENA NETO
Secretário Municipal de Obras e Pavimentação – SEMOB

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:66272245

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 71/2025/DA/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 71/2025/DA/GAB/SEMUSA Porto Velho, 06 de maio de 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 25 de fevereiro de 2022:

RESOLVE:
1º Art. Arbitrar e Conceder: 1½ (UMA DIÁRIAS E MEIA) aos servidores abaixo relacionado, por meio de transporte **TERRESTRE** de Ações de vigilância sanitária no Distrito de Vista Alegre e Fortaleza do Abunã. **No período de 26/05/2025 à 28/05/2025 Processo Administrativo Nº 00600-000017761/2025-99-e.**

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Amanda Lopes Sá	99954	Fiscal Municipal	Vista Alegre e Fortaleza do Abunã	**1½ (Uma diárias e meia)**	R$300,00 150,00	R$ 750,00

Irailce Batista Figueira Leite	144370	Fiscal Municipal	**1½ (Uma diárias e meia)**	R$300,00 150,00	R$ 750,00
Joelmar Ferreira da Silva	122474	Fiscal Municipal	**1½ (Uma diárias e meia)**	R$300,00 150,00	R$ 750,00
Lindival Ferreira da Silva	39538	Motorista	**1½ (Uma diárias e meia)**	R$150,00 75,00	R$ 375,00

2º Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
(Assinado Digitalmente)
Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC 126544CC

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E11147ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTE - SEMTRAN
PORTARIA Nº 53/2024/DEA/GAB/SEMTRAN

Porto Velho/RO, 05 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – SEMTRAN, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Velho em seu Art. 94, § 1º, combinada com a delegação de competência nos artigos 6º e 7º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 648, de 06 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes nas Leis Complementares 650, de 08 de fevereiro de 2017 e 689, de 31 de outubro de 2017, as quais lhe conferem poderes sobre esta Secretaria. No uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo N° 00600-00019215/2025-92-e.

RESOLVE:

CONCEDER 19,5 (Dezenove e Meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para atender à solicitação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), no âmbito da **Operação SOS Ribeirinhos**, conforme **Decreto nº 20.894, de 09 de abril de 2025**. Os servidores atuarão nos distritos de Calama/RO e São Carlos, no período de 23 de abril a 13 de maio de 2025, prestando apoio técnico-operacional às comunidades ribeirinhas afetadas.
O deslocamento será realizado por meio de transporte **fluvial**, em atendimento à demanda específica da Defesa Civil Municipal, que requisitou profissionais com experiência em navegação e apoio logístico para as áreas de difícil acesso.

SERVIDOR	MAT.	DESTINO	CARGO	QNT.	DATAS	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
ALECSANDRO CARVALHO DA SILVA	73470	Calama/RO e São Carlos	AGENTE DE TRÂNSITO	19,5	23 de abril a 13 de maio de 2025	150,00	2.925
JANSEN ROBSON PEREIRA GUSMÃO	72603	Calama/RO e São Carlos	AGENTE DE TRÂNSITO	19,5	23 de abril a 13 de maio de 2025	150,00	2.925
JOELMIR SILVA GOMES	72174	Calama/RO e São Carlos	GERENTE DE DIVISÃO	19,5	23 de abril a 13 de maio de 2025	200,00	3.900
LUÍZ EVERTON KEMP	74104	Calama/RO e São Carlos	AGENTE DE TRÂNSITO	19,5	23 de abril a 13 de maio de 2025	150,00	2.925

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2373DE63

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 32/2025/DA/SEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA

Portaria nº 32/2025/DA/SEMA
Porto Velho, 30 de Abril de 2025.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º **00600-00018298/2025-01-e.**

RESOLVE:

1. **Tornar válida: 3 e** ½ (três e meia) diárias conforme Decreto n° 19840/2024 aos servidores JONATAS AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA, ÂNGELA BALAREZ DA SILVA, UILDEJANE ALVES, CLEOVÂNIA PONTES GOMES PINTO e LUCAS SALES DA COSTA, abaixo relacionados para se deslocarem ao Distrito de União Bandeirantes, no período de 25 à 28 de Abril/2025, com o objetivo de levar a ação da a SEMA Itinerante para o Distrito de União Bandeirantes em parceria com a SEMASF no projeto Cidadania em Movimento, por meio de transporte terrestre.

NOME	CPF	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QTD	Vlr. Un.	Vlr. Total
JONATAS AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	981.XXX.XXX-XX	Assessor Nível III	Distrito de União Bandeirantes	3 e ½	R$ 150,00½ R$ 75,00	R$ 525,00

ÂNGELA BALAREZ DA SILVA	204.XXX.XXX-XX	Agente de Educação Ambiental	Distrito de União Bandeirantes.	3 e ½	R$ 150,00½ R$ 75,00	R$ 525,00
UILDEJANE ALVES	204.XXX.XXX-XX	Assessor Técnico Nível II	Distrito de União Bandeirantes.	3 e ½	R$ 200,00½ R$ 100,00	R$ 700,00
CLEOVÂNIA PONTES GOMES PINTO	685.XXX.XXX-XX	Encarregado de Campo	Distrito de União Bandeirantes.	3 e ½	R$ 150,00½ R$ 75,00	R$ 525,00
LUCAS SALES DA COSTA	014.XXX.XXX-XX	Assessor Técnico Nível III	Distrito de União Bandeirantes.	3 e ½	R$ 150,00½ R$ 75,00	R$ 525,00
Total					**R$ 2 . 8 0 0 , 0 0**	

VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BD59434B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 34/2025/DA/SEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA
Portaria nº 24/2025/DA/SEMA
Porto Velho, 06 de Maio de 2025.
O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º **00600-00016990/2025-96-e.**
RESOLVE:
1. **Tornar válida: 4 e½** (quatro e meia) diárias conforme Decreto n° 19840/2024 aos servidores JOANA AURÉLIA DE OLIVEIRA, ÂNGELA BALAREZ DA SILVA, FELIPE SANTIAGO SAMPAIO, JONATAS AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA, RONALDO FLÁVIO RAMOS, DELMO NOGUEIRA CRUZ, abaixo relacionados para se deslocarem aos Distritos de São Carlos, Nazaré e regiões adjacências, no período de 07 à 12 de Abril/2025, com o objetivo de fornecer atendimento médico-veterinário, incluindo vacinação, vermifugação, distribuição de medicamentos e realização de cirurgias de esterilização em animais e ração, por meio de transporte fluvial.
2. **Tornar válida: 5 e ½** (cinco e meia) diárias conforme Decreto n° 19840/2024 aos servidores , REDVILSON DURAN PEDRAZA JUNIOR E FRANCISCO DE ASSIS PINTO TAVARES, abaixo relacionados para se deslocarem aos Distritos de São Carlos, Nazaré e regiões adjacências, no período de 07 à 13 de Abril/2025, com o objetivo de fornecer atendimento médico-veterinário, incluindo vacinação, vermifugação, distribuição de medicamentos e realização de cirurgias de esterilização em animais e ração.

NOME	CPF	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QTD	Vlr. Un.	Vlr. Total
JOANA AURÉLIA DE OLIVEIRA	513.XXX.XXX-XX	Diretora do Departamento	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 200,00 ½ R$ 100,00	R$ 900,00
ÂNGELA BALAREZ DA SILVA	204.XXX.XXX-XX	Agente de Educação Ambiental	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 675,00
FELIPE SANTIAGO SAMPAIO	908.XXX.XXX-XX	Fiscal de Meio Ambiente	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 200,00 ½ R$ 100,00	R$ 900,00
JONATAS AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	981.XXX.XXX-XX	Assessor Nível III	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 900,00
RONALDO FLÁVIO RAMOS	316.XXX.XXX-XX	Operador de Máquinas Pesadas	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 675,00
DELMO NOGUEIRA CRUZ	658.XXX.XXX-XX	Auxiliar de Serviços Gerais	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	4e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 675,00
REDVILSON DURAN PEDRAZA JUNIOR	802.XXX.XXX-XX	Agente de Limpeza Escolar	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	5e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 825,00
FRANCISO DE ASSIS PINTO TAVARES	593.XXX.XXX-XX	Gari	Distritos de São Carlos, Nazaré e adjacências.	5e ½	R$ 150,00 ½ R$ 75,00	R$ 825,00
Total					**R$ 6 .375,00**	

VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA.

Rua General Osório nº 81, Bairro Centro
E-mail: sema01.pvh@gmail.com

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0AF2C8E1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/SEMEC/2025 - PNAE

MINUTA DE EDITAL – 01/SEMEC/2025
CHAMADA PÚBLICA – AGRICULTURA FAMILIAR

Chamada Pública n.º 001/2025, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme Lei n.º 11.947/2009e resolução n.º 06 de 8 de maio de 2020 (alterada pela CD/FNDE n.º 20/2020, de 02/12/ 2020 e CD/FNDE n.° 21, de 16/11/2021).
A Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Jonas Antônio de Souza, inscrita no CNPJ sob n.º 84.723.030/0001–16, representada neste ato pelo Prefeito, o Senhor Lucas Nunes da Silva, no uso de suas prerrogativas legais, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura – SEMEC, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de 7 meses. Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e

realizar Projeto de Venda no período de **08/05/2025** a **27/05/2025**, na sede da SEMEC do Município de Primavera de Rondônia. No dia **28/05/2025**, às 09 horas, apresentar-se-ãona sede da SEMEC, localizada na Avenida Jorge Teixeira, 3752, esquina com a Rua Francisco Soares, bairro Centro, município de Primavera de Rondônia, para tomarem ciência dos ganhadores e finalizar o processo de Chamada Pública.

1 – DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1 – Este edital de Chamada Pública poderá ser obtido nos seguintes locais: sede da SEMEC, site oficial (https://www.primavera.ro.gov.br/) e diário oficial (https://www.diariomunicipal.com.br/arom/pesquisar) da Prefeitura de Municipal de Primavera de Rondônia.
1.2 – Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.
1.3 – O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valormáximo de R$40.000,00 (vinte milreais), por CAF/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:
Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximode R$40.000,00 (vinte mil reais), por CAF/Ano/EEx;
Para a comercialização com grupos formais, o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos no CAF jurídico multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:
Valor máximo a ser contratado = número de agricultores familiares inscritos na CAF x R$ 40.000,00.
1.4 – A aquisição dos gêneros alimentícios será nos termos da lei n.º 11.947/2009, conforme o art. 14, §3º que dispõe da aquisição de gêneros alimentícios quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.
1.5 – A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada mediante um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme os termos daChamada Pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo XLIII – Do credenciamento, daLei n.º 14.133/2021.

2 – OBJETO
2.1 – O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes no anexo I.
2.2 Total Geral: R$ 33.909,07.
*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar (Resolução n.º 06 de 8 de maio de 2020).

3 – FONTE DE RECURSO
3.1 – Recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

4 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR
4.1 – Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, conforme a Resolução n.º 06 de 8 de maio de 2020.
4.2 – O **Fornecedor Individual** deverá apresentar no envelope n.º 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia ou original CAF do agricultor familiar participante;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
Comprovante de conta Corrente, em nome do proponente (titular da conta).

4.3 – O **Grupo Informal** deverá apresentar no Envelope n.º 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia ou original CAF de cada agricultor familiar participante;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar, com assinatura de todos os agricultores participantes;
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;
Comprovante de conta-corrente, em nome do proponente (titular da conta).

4.4 – O **Grupo Formal** deverá apresentar no Envelope n.º 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Cópia ou original CAF para associações e cooperativas;
Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

5 – ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA
5.1 – No Envelope n.º 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme os itens do Anexo I e modelo do Anexo II.
5.2 – A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em 02 dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e, no prazo de 03 dias, o (s) selecionado (s) será (ão) convocado (s) para a assinatura do (s) contrato (s).
5.3 – O (s) projeto (s) de venda a ser (em) contratado (s) será (ão) selecionado (s) conforme critérios estabelecidos pelo Resolução n.º 06 de 8 de maio de 2020;

5.4 – Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e n.º da CAF de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e CAF da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.
5.5 – Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedida abertura de prazo para sua regularização de até 02 dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

6 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
6.1 – Para a seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado e grupo de propostas do País.
6.2 – Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País;
O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.
6.3 – Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo aLei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao CAF) sobrepõem os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao CAF, organizados em grupos) e estes sobrepõem os Fornecedores Individuais (detentores de CAF).
Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.
6.4 – No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade as organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme CAF.
6.5 – Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

7 – LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS
7.1 – A entrega dos gêneros alimentícios deverá seguir conforme solicitação da secretaria de Educação. As entregas serão realizadas mediante requisição do setor de alimentação da Secretaria.

8 – PAGAMENTO
8.1 – O pagamento será realizado até 30 dias após a última entrega do mês, por comprovação de fornecimento (requisição de entrega atestando o recebimento do produto), mediante apresentação de documento fiscal (Nota Produtor Rural) correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

Primavera de Rondônia, 07 de maio de 2025

GILCLEIA APARECIDA MISS
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DE ALIMENTOS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	ABOBORA MADURA – Classificação de ótima qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvidas, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e cor.	KG	100	R$ 3,70	R$ 370,33
3	ABOBRINHA – In natura, cor verde brilhante, fresco procedente de espécies genuínas e sãs. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas.	KG	100	R$ 5,08	R$ 507,67
1	ALFACE TIPO AMERICANA – Deverão apresentar-se em maços, parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Devem apresentar uniformidade no tamanho, aroma e cor, típicos da variedade.	KG	150	R$ 17,01	R$ 2.551,00
4	BANANA MAÇA – Oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	500	R$ 5,56	R$ 2.781,67
5	BANANA NANICA – Oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	500	R$ 5,73	R$ 2.866,67
16	BEBIDA LÁCTEA PASTEURIZADA – Sabor morango, resultante da mistura do leite e soro. A base láctea representa no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) da massa/massa (m/m) do total de ingredientes do produto. Podendo ser enriquecida com vitaminas e sais minerais e outras substâncias permitidas por legislação. Consistência: líquido a levemente viscoso. Odor e sabor: característico ou conforme o ingrediente alimentício e/ou substância aromatizante/saborizante adicionado. Com certificação de inspeção sanitária. Prazo de validade de no mínimo 30 dias da data de entrega. Embalagem: pacote 1 litro ou garrafa pet 2 litros.	LT	350	R$ 9,90	R$ 3.465,00
6	CEBOLINHA – Deverão apresentar-se em maços de 500g. Aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente.	KG	40	R$ 25,79	R$ 1.031,73
7	COENTRO – Deverão apresentar-se em maços. Aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente.	KG	40	R$ 20,18	R$ 807,33
8	COUVE MANTEIGA – Deverão apresentar-se em maços, parte verde das hortaliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Devem apresentar aroma, coloração e tamanhos uniformes e típicos da variedade.	KG	150	R$ 15,79	R$ 2.368,50
9	INHAME – De 1ª qualidade; graúdo; firme; sem deformação grave; sem podridão; não-esverdeado; sem brotamento; sem ferimentos; não-brocado; não passado; sem queimaduras.	KG	100	R$ 9,65	R$ 965,00
10	LARANJA – Procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	500	R$ 7,84	R$ 3.920,00
11	MAMÃO – Procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar	KG	420	R$ 4,77	R$ 2.002,00

	fresca, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.				
12	MELANCIA – Graúda peso médio redondo-comprida, fruto sadio, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.	KG	900	R$ 3,32	R$ 2.988,00
13	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA – Composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; liquido obtida da fruta madura e sã; processo tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; isento de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar; com aspecto em pasta mole, cor, cheiro e sabor próprio; acondicionado em embalagem plástica de 250g cada unidade. Deve apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e selo de inspeção sanitária.	KG	200	R$ 14,34	R$ 2.868,00
14	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA – Composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; liquido obtida da fruta madura e sã; processo tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; isento de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar; com aspecto em pasta mole, cor, cheiro e sabor próprio; acondicionado em embalagem plástica de 250g cada unidade. Deve apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e selo de inspeção sanitária.	KG	150	R$ 14,44	R$ 2.166,50
15	POLPA DE FRUTA SABOR MARACUJÁ – Composto líquido extraído pelo esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas; apresentação na forma de polpa de fruta congelada; liquido obtida da fruta madura e sã; processo tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; isento de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar; com aspecto em pasta mole, cor, cheiro e sabor próprio; acondicionado em embalagem plástica de 250g cada unidade. Deve apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e selo de inspeção sanitária.	KG	100	R$ 22,50	R$ 2.249,67
				MEDIA FINAL	R$ 33.909,07

Observação: As entregas deverão ser realizadas na sede da SEMEC sempre no primeiro ou segundo dia útil da semana, conforme solicitação da secretaria.

ANEXO II
MODELO DE PROJETO DE VENDA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025					
I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente:			2. CPF:		
3. Endereço:		4. Município/UF			5.CEP
6. N.º da CAF		7. DDD/Fone		8.E-mail (quando houver)	
9. Banco	10. N.º da Agência			11.Nº da Conta Corrente	
II– Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
OBS: *O mesmo que consta na Chamada Pública.					
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura		CNPJ: 84.723.030/0001–16		Município: Primavera de Rondônia	
Endereço: Av. Jorge Teixeira (Prédio SEMEC)					
Nome do Representante Legal: Gilcleia Aparecida Miss					
Declaro estar conforme as condições estabelecidas neste projeto e as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:	CPF:	Assinatura do Fornecedor Individual:			

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA
CHAMADA PÚBLICA N.º 01/SEMEC/2025

Eu,_____, CPF nº ____.____.____-___ e CAF nº _____, declaro, para fins de participação nesta chamada pública pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de **produção própria**, relacionada no projeto de venda entregue junto desta declaração.

_____
___/___/_____

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Andre Fernando Pereira Bianchini
Código Identificador:9754A9B2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

DEPARTAMENTO DE PREGÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025

T E R M O D E H O M O L O G A Ç Ã O

O Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO, no uso de suas atribuições legais, baseado nos resultados apontado pela Pregoeira e equipe de apoio, mediante o Parecer Técnico e Jurídico, **HOMOLOGA** e **ADJUDICA** o Resultado do **Pregão Eletrônico nº 014/2025** do **Processo Administrativo**

de Nº. 106/2025, que tem por OBJETIVO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOM, ILUMINAÇÃO, TENDAS, MESAS E CADEIRAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DEMANDANTES., conforme Termo de Referência anexo I do Edital.**

EMPRESAS VENCEDORAS:

FORNECEDOR: C L SANTOS				CNPJ 22.277.050/0001-53		
ITEM	QUNT	UN	DESCRIÇÃO	MEDIDA	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
02	05	SERVIÇO	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SONORIZAÇÃO E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDIO PORTE: Sonorização com 3000 WATTS de potência, com instalação, operação e desinstalação contendo PA de no mínimo 8 caixas line array, 8 caixas se sub grave com 2 falantes de 18 polegadas amplificada profissional, 04 microfone sem fio, VHF profissional, modelo VWS2, 02 bastões, canal individual, faixa de frequência 180 270mhz, banda alta de VHF, taxa de sinal 100 DB, distancia de funcionamento, 04 microfones com fio, 04 (dois) pedestais, processador digital profissional, cubo de baixo, cubo de guitarra, monitoração profissional, mesa digital de no mínimo 32 canais para o PA e outra digital de 32 canais para o monitor e central de AC e cabeamentos necessários. Iluminação Profissional: com montagem, operação e desmontagem, contendo, 02 mini-brut, 16 movie head, 16 refletor lâmpada par 64, mesa controladora digital de no mínimo 24 canais simultâneos, 1 rack digital, mainPower, 04 elipsoidal, completo. Sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e vigilância é de total responsabilidade da empresa contratada.	DIÁRIA	R$ 5.000,00	R$ 25.000,00
03	05	SERVIÇO	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TELÃO DE LED, P6 medindo no mínimo 6 metros x 3 metros, suspenso em estrutura de treliça com no mínimo 05 (cinco) metros de altura, contendo: 1 (uma) placa processadora para imagens simultânea e 02 (duas) câmeras filmadora FUL-HD, 1 (uma) mesa de corte para filmagem ao vivo montado com travas e amarrações de aço estaqueado com cabo de aço. Definição 6944 pixels por m2 e resolução 128x96 1300 NITS de brilho ate 16 bits de cores com ângulo de visão 120/90 graus. A empresa contratada deverá manter no local do evento, equipe de operação e manutenção, para o perfeito funcionamento dos equipamentos, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e vigilância serão por conta da empresa contratada.	DIÁRIA	R$ 2.900,00	R$ 14.500,00
06	70	SERVIÇO	TENDAS COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE CALHADAS, COM ESTRUTURA METÁLICA E INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM TRAVAS ESTAQUEADAS COM CABO DE AÇO E/OU CINTOS E CATRACAS, com serviço de montagem e desmontagem, capacidade para 12 pessoas, com cobertura tipo pirâmide com estrutura metálica e iluminação: pirâmides de 3m x 3m de medida interna, com estrutura de ferro na cor branca, pé direito, com 20 cm de largura e 3 m de altura, podendo ser alongada em até 50 cm, de comprimento, com cobertura em lona térmica branca sustentada por uma estrutura de ferro denominada aranha que é constituída por 08 peças de ferro m, (02) pontos de iluminação (lâmpadas 40 w) para cada unidade, OBS: incluindo montagem e desmontagem, sendo descrito o quantitativo (UN) de tendas por diária na ordem de serviço. Deverá conter em todas as unidades, luz de emergência fixada, placa de sinalização e extintores de acordo com instrução normativa OBS: A montagem deverá ser realizada com mínimo 24 horas de antecedência do evento, a instalação elétrica para maquinários industriais deverá suportar sem superaquecer a rede elétrica. As despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e vigilância, é de total responsabilidade da empresa contratada.	DIÁRIA	R$ 330,00	R$ 23.100,00
07	30	SERVIÇO	TENDAS COM COBERTURA TIPO PIRÂMIDE CALHADAS, COM ESTRUTURA METÁLICA E INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM TRAVAS ESTAQUEADAS COM CABO DE AÇO E/OU CINTOS E CATRACAS: com serviço de montagem e desmontagem, capacidade para 70 pessoas, com cobertura tipo pirâmide com estrutura metálica e iluminação: pirâmides de 10m x 10m de medida interna, com estrutura de ferro na cor branca, pé direito, com 20 cm de largura e 3 m de altura, podendo ser alongada em até 50 cm, de comprimento, com cobertura em lona térmica branca sustentada por uma estrutura de ferro denominada aranha que é constituída por 08 peças de ferro m, (02) pontos de iluminação (lâmpadas 40w) para cada unidade, OBS: incluindo montagem e desmontagem, sendo descrito o quantitativo (UN) de tendas por diária na ordem de serviço. Deverá conter em todas as unidades, luz de emergência fixada, placa de sinalização e extintores de acordo com instrução normativa OBS: A montagem deverá ser realizada com mínimo 24 horas de antecedência do evento, a instalação elétrica para maquinários industriais deverá suportar sem superaquecer a rede elétrica. As despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e vigilância, é de total responsabilidade da empresa contratada.	DIÁRIA	R$ 1.200,00	R$ 36.000,00
Total R$ 98.600,00						

FORNECEDOR: CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA				CNPJ: 49.975.935/0001-82		
ITEM	QUNT.	UN	DESCRIÇÃO	MEDIDA	VLR UNT	VLR TOTAL
04	380	SERVIÇO	LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLASTICAS PVC COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, com encosto e com braço, empilhável, na cor branca, medindo mínimos 56 cm de largura, 60 cm de profundidade e 91 cm de altura do chão ao topo do encosto. OBS: As cadeiras devem suportar até 120 kg e ser destinadas ao uso externo, não residencial, ou seja, irrestrito. Devem atender à Norma NBR 14776 quanto às dimensões e à resistência. As medidas somente poderão variar, no máximo, até 2 cm, nas dimensões estabelecidas. Sendo descrito o quantitativo (un) de cadeiras por diária na Ordem de Serviço. Despesas/encargos relativos a taxas, tributos, municipais, estaduais, federais, previdenciários, trabalhistas, bem como, contratação de técnicos, equipamentos, (EPI), ferramentas, uniformização, despesas com alimentação, transporte, hospedagem restam de responsabilidade da contratada sua quitação, devendo atribuir estas ao valor do serviço.	DIÁRIA	R$ 5,00	R$ 1.900,00
05	280	SERVIÇO	LOCAÇÃO DE JOGOS DE MESA PLÁSTICA PVC, fornecimento de mesa plástica quadrada, produzida com polipropileno, dimensões aproximadas em 80 cm de largura, 80 cm comprimento e 71 cm de altura, o jogo deverá conter quatro unidades de cadeira plástica PVC, com encosto e com braço, empilhável, na cor branca, medindo mínimo 56 cm de largura, 60 cm de profundidade e 91 cm de altura do chão ao topo do encosto. OBS: As cadeiras devem suportar até 120 kg e ser destinadas ao uso externo, não residencial, ou seja, irrestrito. Sendo descrito o quantitativo (UN) de jogos por diária na Ordem de Serviço. Despesas/encargos relativos a taxas, tributos, municipais, estaduais, federais, previdenciários, trabalhistas, bem como, contratação de técnicos, equipamentos, (EPI), ferramentas, uniformização, despesas com alimentação, transporte, hospedagem restam de responsabilidade da contratada sua quitação, devendo atribuir estas ao valor do serviço.	DIÁRIA	R$ 18,00	R$ 5.040,00
08			CAMA ELÁSTICA DIMENSÕES MÍNIMAS: 4,30 METROS DE DIAMENTRO.		R$ 350,00	R$ 1.050,00

	03	**SERVIÇO**	**ESTRUTURA EM FERRO GALVANIZADO. SISTEMA DE IMPULSÃO POR 84 MOLAS (MODELOS 4,30M), LONA DE SALTO EM SANNET QR PRETO. PROTEÇÃO SOBRE MOLAS DE ESPUMA REVESTIDA COM LONA COLORIDA KP 1000 ACOMPANHA ESCADA COM 3 DEGRAUS, REDE DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO MULTICOLORIDA COM HASTES METÁLICAS REVESTIDAS COM PROTECTUBE COLORIDO. SISTEMA DE MONTAGEM POR ENCAIXE. PESO: 110KG MODELO 4,30M. CRIANÇA A PARTIR DE ANOS ACOMPANHA: 1 MONITOR. TEMPO DE LOCAÇÃO 06 HORAS.**	**DIÁRIA**		
09	**02**	**SERVIÇO**	**CARRINHO DE ALGODÃO DOCE, COM MOTOR INDUSTRIAL, MONITOR COM MATERIAL INCLUSO, PARA UMA MÉDIA DE DE 800 CRIANÇAS POR TURNO.**	**DIÁRIA**	**R$ 1.150,00**	**R$ 2.300,00**
10	**03**	**SERVIÇO**	**LOCAÇÃO DE BRINQUEDO SENDO 01 (UM) TOBOGÃ 3 METROS DE DIÂMETRO, COM MONTAGEM E DESMOTAGEM CAPACIDADE DE TRÊS PESSOAS POR VEZ, COM DISPONIBILIDADE MÍNIMA DE 04 HORAS POR DIA, PARA ATENDER 600 CRIANÇAS APROXIMADAMENTE**	**DIÁRIA**	**R$ 790,00**	**R$ 2.370,00**
Total R$ 12.660,00						

Valor Geral de R$ R$ 111.260,00 (Cento e onze mil, duzentos e sessenta reais).
Homologo e fica adjudicado o resultado proferido pela Agente de Contratação e equipe de apoio.

Rio Crespo – RO, 07 de maio de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Nunes Romao
Código Identificador:CACD8D44

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2491/2025
CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS PARA DESTINAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
No dia 07 de maio, do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, a Comissão de seleção, nomeada através da Portaria nº 217/2025, no uso de suas atribuições legais, se reuniu para analisar a possibilidade da prorrogação de prazo da **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2491/2025**, haja vista, a sobra de equipamentos agrícolas.
A Comissão após análise ***resolveu*** alterar os prazos relacionados aos equipamentos que não foram distribuídos, ficando os equipamentos e os prazos conforme quadros abaixo:
1. DESCRIÇÃO DOS ITENS NÃO DISTRIBUIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	TOMB.	PROCESSO DE REFERÊNCIA
	Secador Estático de café estufa metálica fica 18.00L BUDNY-TLM	01	47595	Termo de Doação nº 206/2024/PGE-EMATER
	Transplantadeira de mudas de café – BUDNY – TC 01 linha	08	47584 47585 47586 47587 47588 47589 47590 47591	Termo de Doação nº 206/2024/PGE-EMATER
	Transplantadeira TC Monodrive 1 linha de arrasto, marca BUDNY, para mudas de café	05	61338 61339 61340 61341 61342	Termo de Convênio nº 225/2024/PGE-SEAGRI

2. DOS NOVOS PRAZOS PARA SELEÇÃO

Etapa	DESCRIÇÃO	Data
	Recebimento das propostas.	08/05/2025 a 20/05/2025
	Etapa competitiva de avaliação e julgamento das propostas pela Comissão de Seleção.	21/05/2025 a 22/05/2025
	Divulgação do resultado preliminar.	23/05/2025
	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	24/05/2025
	Análise dos recursos contra o resultado preliminar pela Comissão de Seleção	25/05/2025
	Divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	25/05/2025
	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.	27/05/2025

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Para constar, e para os devidos fins legais, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos membros da comissão

A Comissão:

REGINALDO APARECIDO AMORIN
Presidente

Membros:

JOSIA LUDTKE

KARINI VITÓRIA GOMES ALVES

MARIA DANIELI PIRES

Publicado por:
Reginaldo Aparecido Amorin
Código Identificador:F1FCF823

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 383/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 017/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 383/2025.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 017/2025
SOLICITAÇÃO: Inexigibilidade nº 021/2025
DATA HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2025
OBJETO: Aquisição de Parque Infantil e Scandere na modalidade de carona junto a Ata de Registro de Preços nº 002/2024 oriunda do Pregão Eletrônico nº 066/Gabinete/2023 do Processo Administrativo nº 2888/2023 do município de Machadinha do Oeste, Estado de Rondônia – Processo Administrativo São Felipe d'Oeste nº 383/2025 com homologação em 28/04/2025
INTERESSADO: SEMED
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

04.001.12.365.0005.1.359 – Programa Escola em Tempo Integral – Lei nº 14.640/2023 - FNDE – 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente - Empenho: 871/2025.

Contratante: Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste-RO – CNPJ 84.745.389/0001-94

Contratado(a): **A. BRAZ CABRAL -** CNPJ/MF sob o nº 31.660.213/0001-73
Valor Contratado: R$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais)

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	1,00	CONJ	Parque infantil colorido (Área necessária - 13x8- 104M²), com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 110mmx110mm e parede de 20mm revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 2 Plataforma, tipo MP, com 4 colunas em plástico reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2800 mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em plástico reciclado, medindo aproximado de 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1200mm. Telhado (Cobertura formato de pirâmide quadrangular) dimensão de 1300mm x 1300mm x 650mm em polietileno rotomoldado parede simples cor colorido 1 Escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1200 mm de comprimento x 600 mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido ; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura ele prostática com diâmetro de 25,40 mm e espessura de 1,95 mm;1 1 Escorregador ondulado com dimensão de 2350mm x 540mm de largura, seção de deslizamento com largura de 460 mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Tobogã 2 Curvas com ângulo de 90º diâmetro 750mm de polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Seção de saída (ponteira) com diâmetro interno de 750mm parede dupla de polietileno rotomoldado cor colorido 1 Rampa de cordas (com pega mão de segurança) com dimensão de 1260mm x 800mm estrutura em aço tubular galvanizado, com diâmetro de 42,40mm e parede de 2,00mm de espessura, ângulo de inclinação 40º com pintura eletrostática, cor colorido sem ângulos retos. Corda de PET de diâmetro 16,00mm com fixador em polietileno injetado. 2 Guarda corpo dimensão 870mm x 770mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido 1 Passarela reta rotomoldada. Contém: Estrutura em aço estrutural com revestimento em zinco e pintura epóxi eletrostática; Assoalho em madeira plástica. Guarda corpos fabricados com polímero de baixa densidade, com uma cobertura de UV. Elementos de fixação zincados. Comprimento de 1,50 metros, largura de 83 centímetros e 84 centímetros de altura. 1 Balanço fixado a torre, suspenso por correntes galvanizadas com dimensão aproximado de 2500 mm de comprimento; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos retos; 2 Assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação parafusados as correntes.		49.900,00	49.900,00
2	1,00	Un	SCANDERE DOMOS módulo avulso de escalada, tipo espacial, formato calota de icosidodecaedro sua estrutura é produzida em tubo redondo de aço revestido por zinco os acabamentos são confeccionados em polietileno; dimensões 2500mm e de altura de 1500mm.		10.000,00	10.000,00

Total do Empenho R$ 59.900,00
Tudo *c*onforme enunciado e em condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 383/2025.

São Felipe D'Oeste, RO, data certificada.

Pela Contratante:
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Pela Contratada:
ANDERSON BRAZ CABRAL –
Responsável Legal

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, estabelecido como Diário Oficial do Município de São Felipe D´Oeste através da Lei Municipal nº 417/2011.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:5A40D8CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 366/2024. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 018/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 366/2024.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 018/2025
SOLICITAÇÃO: Carona na ARP 103/2023 – São Francisco do Guaporé
DATA HOMOLOGAÇÃO: 22/04/2023
OBJETO: 10 Horas Máquinas de Escavadeira Hidráulica e 07 Diárias de Caminhão Prancha conforme Edital de Pregão Eletrônico nº 103/CPL/2023, Ata de Registro de Preços nº 103/2023 ambos documentos do Processo Administrativo nº 670/2023 do município de São Francisco do Guaporé todos partes integrantes do Processo Administrativo SEI de São Felipe d'Oeste sob o nº 366/2024 e anexos.
INTERESSADO: SEMOSPE
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

06.001.26.782.0008.2.015 – Abertura e manutenção de Estradas Vicinais, Pontes e Bueiros – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 33.90.39.00 – Empenho: 900/2025.

Fonte de Recursos: 250000 – Recursos não vinculados a impostos
Contratante: Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste-RO – CNPJ 84.745.389/0001-94

Contratado(a): **L. A. DE OLIVEIRA TERRAPLANAGEM -** CNPJ/MF sob o nº 23.739.331/0001-43
Valor Contratado: R$ 31.800,00 (Trinta e um mil e oitocentos reais).

Empenho	*Item*	*Quantidade*	*UND*	*Item*	*Vlr. Unit.*	*Total*
900	*1*	*60*	*horas*	*Hora Máquina de Escavadeira Hidráulica cabinada com ar-condicionado com capacidade mínima de 105 HP Ficará às expensas da Contratada: Peças, materiais ou acessórios necessários para manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes, graxas, filtros, pneus, motorista, operadores, combustível, abastecimento, conservação e segurança. A Contratada fornecerá todas as refeições (café/almoço/Jantar e outros) além dos EPIs necessários bem como informativo no Uniforme e nos Veículos/Equipamentos com a seguinte descrição: " A serviço PMSFO/RO".*	*530,00*	*31.800,00*
Total						***31.800,00***

Tudo conforme enunciado e em condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 366/2024.

São Felipe D'Oeste, RO, data certificada.

Pela Contratante:
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Pela Contratada:
LEIDIMAR ALVES DE OLIVEIRA –
Responsável Legal

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, estabelecido como Diário Oficial do Município de São Felipe D´Oeste através da Lei Municipal nº 417/2011.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:95A7E4D3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO Nº10 PROCESSO Nº 992/SEGPLAN/2025

TERMO DE ADESÃO Nº10 PROCESSO Nº 992/SEGPLAN/2025
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2025
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025
PROCESSO Nº 29623/2023 DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.254.422/0001-56, através da **Secretaria Geral de Governo Administração, Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEGPLAN**, torna-se público a adesão da Ata de Registro de Preços **Nº 82/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico **Nº 3/2025**, via Sistema de Registro de Preços, realizado pelo **Município de Cacoal-RO**, para contratação de empresa especializada para gerenciamento através de sistema eletrônico para gestão de peças e serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de ares condicionados, bebedouros, purificadores de água e similares, geladeira e freezers frigobar, refrigerador simples e duplex, freezer horizontal e vertical e similares, englobando retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, recarga de gás, remontagem, instalação e desinstalação caso necessário. A qual irá atender a Secretaria Geral de Governo, Administração, Planejamento, Ciência e Tecnologia, esta administração resolveu formalizar esta adesão.

EMPRESA DETENTORA: DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA,
CNPJ:03.477.309/0001-65

Item	Descrição	Qtde	Und	Taxa %	Valor Total
01	Contratação de empresa para gerenciamento através de sistema eletrônico para gestão de serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação (caso necessário) de (ares condicionados), (bebedouros, purificadores de água e similares), (geladeira e freezers frigobar, refrigerador simples e duplex, freezer horizontal e vertical e similares), englobando retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, recarga de gás, remontagem, instalação e desinstalação (caso necessário). Para atender as demandas das repartições municipais de São Francisco do Guaporé/RO. A formação do preço será integrada de composição de preços: igual a percentual da taxa + taxa do credenciado. Conforme definições a serem estabelecidas em termo de referência. (valor anual)	01	SERV	0,00%	R$ 389.800,00
02	Contratação de empresa para gerenciamento através de sistema eletrônico de gestão de fornecimento de peças, para realização de manutenção corretiva e instalação (caso necessário) de (ares-condicionados), (bebedouros, purificadores de água e similares), (geladeira e freezers frigobar, refrigerador simples e duplex, freezer horizontal e vertical e similares). Para atender as demandas das repartições municipais de São Francisco do Guaporé/RO. A formação do preço será integrada de composição de preços: igual a percentual da taxa + taxa do credenciado. Conforme definições a serem estabelecidas em termo de referência. (valor anual)	01	SERV	0,00%	R$247.150,00
Valor Total:					R$ 636.950,00

São Francisco do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

WEBERSON FERREIRA NILLIO
Agente de Contratação
Portaria nº 293/2025

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:7803F012

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº.2345/2025 7ª CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMG/2025

DECRETO Nº 2345 /2025.

"DISPÕE DA SÉTIMA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME EDITAL Nº 001/SMG/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o Edital nº 001/SMG/2025, e a necessidade de contratação de candidatos aprovados para atender a demanda da Administração Pública Municipal e a desistência de candidatos convocados até a presente data;

DECRETA:
Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em sétima chamada, os aprovados no Teste Seletivo do Edital nº 001/SMG/2025, nos respectivos cargos, conforme consta exclusivamente no ANEXO I deste Decreto.
Art. 2º Os convocados por meio deste Decreto deverão apresentar a documentação necessária para contratação conforme orientações dos Anexos II e III deste Decreto, junto à Secretaria indicada no Anexo I.
Art. 3º Os documentos deverão ser apresentados, impreterivelmente, entre os dias 08, 09 e 12 de maio de 2025, das 7h às 13h.
Art. 4º Os candidatos que não apresentarem os documentos para contratação até às 13 horas do dia 12 de maio de 2025, serão automaticamente eliminados do certame.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

São Miguel do Guaporé/RO, 07 de maio de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ANEXO I – DOS CONVOCADOS
PSICÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL)

Nº	NOME DO CANDIDATO
1	Diego Vieira Fazolin

FARMACÊUTICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL)

Nº	NOME DO CANDIDATO
1	Ana Paula Andrade Farias
2	Naine de Jesus Batista

ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL)

Nº	NOME DO CANDIDATO
1	Lecilda Claudio da Silva

AGENTE DE INSPEÇÃO II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Nº	NOME DO CANDIDATO
1	Geiziane Faben dos Santos

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA PRIMEIRA CONTRATAÇÃO

	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO **EFETIVO** OU **SELETIVO**
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
02	CPF/MF
02	Cédula de Identidade.
01	Comprovante de Residência.
01	Contato: e-mail, telefone.
01	Comprovante de Conta Corrente de Pessoa Física, (Banco do Brasil).
01	Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (páginas da fotografia e da identificação).
01	Cartão do PIS/PASEP (Número).
01	CNH Carteira Nacional de Habilitação para os candidatos nomeados para os cargos de motorista, operador de máquinas e mecânico.
01	Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação (para sexo masculino).
01	Título de Eleitor.
01	Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação ou certidão emitida pelo cartório eleitoral).
01	Registro Profissional do Conselho equivalente.
01	Comprovação de escolaridade e habilitação exigida para o cargo da seguinte forma: Histórico Escolar ou Declaração para o nível elementar histórico escolar, certificado ou declaração de conclusão de curso para o nível fundamental, médio e superior.
01	Certidão de nascimento ou casamento. CPF e RG do cônjuge. (quando casado(a))
01	Certidão de nascimento dos dependentes legais e CPF (menores de 18 anos de idade).
01	Cartão de vacinas para os dependentes (menores de 5 anos de idade).
01	Comprovação de matrícula escolar para os dependentes (menores de 18 anos de idade).
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Foto 3x4, recente.
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração relação e documentação de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica expedido por médico junta médica do quadro de pessoal do Município.

ANEXO III
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA <u>QUEM JÁ POSSUI PASTA:</u>

	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO EFETIVO OU SELETIVO
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Foto 3x4, recente.
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração relação e documentação de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica expedido por médico junta médica do quadro de pessoal do Município.

Publicado por:
Jair Dos Santos Teodoro
Código Identificador:F35E4BE3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
776.2025 - INEXIGIBILIDADE 006 - CONTRATAÇÃO DE CANTOR

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2025

No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no parecer jurídico favorável, o Prefeito Municipal de Urupá/RO, **Ezequiel Saldanha**, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a Inexigibilidade de Licitação n. 006/2025, referente ao Processo Administrativo nº 776/2025, que tem por objeto a **Contratação do artista Frei Zeca (J.C. DOS SANTOS - ZECA)** para apresentação artístico-cultural no dia **29 de junho de 2025**, durante a programação oficial do **33º aniversário de emancipação política do Município de Urupá/RO**. **Fundamentação Legal:** Art. 74 da **Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Fornecedor Declarado Vencedor:
Nome/Razão Social: J.C. DOS SANTOS - ZECA
CNPJ: 05.820.127/0001-70
Endereço: Rua General Milton Fernandes de Mello, nº 77
Bairro: Chácara Flora – **Cidade:** São Paulo/SP – **CEP:** 16402-340
Item Contratado:

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	1	Serviço artístico-cultural (conforme Termo de Referência)	SV	1	30.000,00	30.000,00	J.C. DOS SANTOS - ZECA

Urupá/RO, 07 de maio de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito

Publicado por:
Ellen Suzi Monteiro Nobre
Código Identificador:CA090303

